BRITO CAMACHO

PORTUGAL NA GUERRA

GUIMARÃES & C.ª - EDITORES
68, RUA DO MUNDO, 70 — LISBOA

H.G.
24.166

PORTUGAL NA GUERRA

DO AUCTOR

Herança morbida (esgotado)
A progaganda (esgotado)
Dois crimes (esgotado)
Impressões de viagem (esgotado
Nas horas calmas (esgotado)
Ao de leve (esgotado)
Pretos e brancos (esgotado)
Por ahi fóra (2.ª edição)
Longe de vista (2.ª edição)
D. Carlos intimo (2.ª edição)
Gente rustica (2.ª edição)
Os amores de Latino Coelho
A caminho d'Africa
Terra de lendas
Quadros alentejanos
Jornadas
Contos ligeiros
Gente vária
Contos e sátiras
Cenas da Vida
Gente Boér
Pó da estrada
Lourdes
A questão romana
Por cerros e vales
Ferroadas
A reacção
A linda Emilia
Moçambique
De bom humor
Matéria vaga
Contos selvagens

A PUBLICAR

Portugal na guerra
O livro branco

BRITO CAMACHO

H. G. 24.166

R. 127729

PORTUGAL NA GUERRA

Livraria Editora
GUIMARÃES & C.ª
68, Rua do Mundo, 70
LISBOA — PORTUGAL

Comp. e imp. na Imprensa LUCAS & C.ª
59, Rua Diário de Notícias, 61 — LISBOA

Advertência

AO publicarmos o livro PORTUGAL NA GUERRA, da autoria do nosso saüdoso amigo Dr. Brito Camacho, não nos dispensamos de advertir os leitores dos intuitos desta publicação, não vá supor-se que mera especulação nos moveu, dada a característica da obra—onde há páginas de ardorosa combatividade, que o ilustre escritor extinto entendeu escrever para definir a sua honrada atitude ante a intervenção de Portugal no conflito europeu que estalou em 1914.

Livro que pode fazer recordar alguns acontecimentos mergulhados no esquecimento, evocando agitado periodo de lutas em que o Dr. Brito Camacho teve de enfrentar, como se fôssem adversários, homens que também defendiam ideas republicanas, que êle sempre amou, embora envolvidos em pugnas violentas que a paixão politica ateava, é possível que diversas pessoas discordem da oportunidade do seu aparecimento.

Mas a publicação da obra era indispensável, principalmente após a morte do ilustre autor, para poder

ser feita inteira justiça á sua memória. Depois, não pertencendo já o Dr. Brito Camacho ao número dos vivos, ninguém poderá atribuir-lhe propósitos de retaliações políticas ou de azedumes contra adversários.

O livro publica-se porque o autor o escreveu para ser publicado, e mais de uma vez fêz anunciar o seu aparecimento — anúncio que pode verificar-se nas suas obras : LOURDES, PÓ DA ESTRADA e MOÇAMBIQUE. Sonegá-lo à publicidade, com o fundamento de que poderia ferir susceptibilidades, seria acção indigna, sem justificação possível. Adiar a sua publicação, era correr o risco de lhe fazer perder tôda a oportunidade, ante a contingência de poder rebentar uma nova guerra, acontecimento que viria diminuir-lhe o interêsse. Além destas razões, a oportunidade da publicação justifica-se precisamente neste momento, visto o livro conter reflexões e ensinamentos que podem ser muito úteis ao País, colocado ante o grave perigo de uma nova guerra.

Os que discordarem do aparecimento da obra devem reflectir em que, diversas vezes, o autor adiou a sua publicação, o que significa consideração, da sua parte, por determinadas circunstâncias políticas e pela posição dalguns antigos adversários — sobretudo se levarmos em conta o seu carácter austero e intransigente.

De resto, não se trata de uma obra de vivo ataque, mas de páginas de crítica e documentação que não deviam ficar dispersas. Recordam e esclarecem factos de muita importância histórica e o papel que nêles assumiu um alto espírito republicano que se evidenciou na vida política portuguesa dos últimos tempos, servindo a

Pátria e a Democracia sempre a cultivar exemplos de inteligência e de dignidade.

Quási vinte anos decorridos sôbre êsses factos, é tempo suficiente para que os respectivos comentários sejam acolhidos com serenidade, extraindo-se dêles a lição.

Só desta forma interpretamos o livro PORTUGAL NA GUERRA e a sua publicação, inteiramente arredados de propósitos políticos que não poderíamos ter, nem cabem nas nossas preocupações editoriais.

Agôsto — 1935.

OS EDITORES

Prefácio

EU não podia dispensar-me de escrever êste livro. Por motivo ou sob pretexto da nossa intervenção na guerra, fez-se contra mim e contra os meus amigos políticos uma campanha tremenda, inspirada no ódio mais feroz, sem grandeza e sem dignidade.

Em certas gazetas chegou-se ao cúmulo da incitação ao crime, nem sequer se dando ao incómodo, os canalhas que assim procediam, de procurar em formas literárias, duma retórica banal, o disfarce dos seus infames propósitos.

Começaram por nos chamar derrotistas; passaram a chamar-nos covardes; e acabaram por nos chamar traidores à Pátria.

Um tão grave crime exigia e justificava a mais rigorosa punição; e pois que na legislação em vigor não figurava a pena de morte, vá de incitar a malta criminal anónima a fazer justiça por suas mãos.

De 1914 a 1916 andámos com a vida por um fio, insultados em tôda a parte onde aparecíamos: no Parlamento e fora do Parlamento, na Rua, nos Cafés e nos Carros Eléctricos. Raro era o dia em que não recebíamos aviso de que fôra deliberado, num comité de patriotas, *coserem-nos a facadas ou queimarem-nos os miolos, alguns dêsses avisos dimanando da Polícia,*

que, todavia, nunca prendeu tão beneméritos cavalheiros, *sabendo quem êles eram e onde se reüniam concertando o patriótico intento.*

Uma noite, na Brasileira do Rossio, apareceu um grupo à minha procura, um grupo de patriotas, *está bem de ver, um dêles mal disfarçando debaixo do capote um machado. Propunham-se abrir-me a cabeça, como aconselhara o* Mundo, *para se ver o que eu tinha dentro dela. Por acaso não jantara em casa, nesse dia, e por isso não fôra, como de costume, depois de jantar, tomar café à Brasileira, sem nenhum aviso do que se planeava.*

Pagou as favas o dr. António José de Almeida, insultado e zurzido pelos bons patriotas *que me tinham procurado no Café, e provàvelmente êle teria sido vítima duma machadada, se o não empurrassem para a loja dum armeiro, o Heitor, que, por um feliz acaso, ainda não tinha fechado.*

No Parlamento, mais duma vez, êsses executores *da alta justiça social se instalaram, armados de bombas e pistolas, na galeria que dominava o sector unionista, dispostos a cumprirem o seu mandato a um sinal convencionado.*

Escapei milagrosamente no cinco de dezembro, *tendo-se dirigido do Arsenal para minha casa um grupo de três* patriotas, *resolvidos a liquidar-me.*

Felizmente não estavam seguros do número da minha porta, e a pessoa a quem pediram a respectiva informação disse-lhes que, havia cêrca dum quarto de hora, eu tinha saído, metendo-me num automóvel que me esperava na esquina mais próxima da Rua Augusta e logo marchando em direcção ao Terreiro do Paço. Os homens acreditaram, e, muito contrariados por não terem bem servido a Pátria e a República, lá se foram de orelha murcha, reservando-se para mais feliz oportunidade. Convém dizer que o pensamento inicial de

Sidónio Pais, ao meter-se a preparar uma revolução, era desalojar os democráticos do Poder, substituindo-os um Govêrno da União Republicana.

— O Camacho não pode escusar-se a formar Govêrno.

Até ao dia em que cortei as minhas relações com êle, fazendo-lhe saber que não consentia que na Luta *se urdisse a conspiração contra o Govêrno, Sidónio Pais não pensou em fazer uma revolução* à son profit, *chegando a dizer-me que só me pediria uma coisa, se o movimento triunfasse — reatar a sua carreira diplomática, a que se afizera e tomara gôsto.*

Os democráticos não ignoravam o que deixo narrado, isto é, que eu não ia feito na revolução sidonista; menos ainda ignoravam que eu era, na imprensa, o mais estrénuo adversário de Sidónio Pais, atacando-o rudemente quando êle já se mostrava tomado de vaidades e ambições cezaristas. Não obstante, em cinco de dezembro pretenderam assassinar-me, como se fôsse eu quem dirigia o fogo da Rotunda, *como se eu trabalhasse para os substituir no Poder.*

Fiz sempre a minha vida habitual, aparecendo onde costumava aparecer, retirando-me discretamente dos lugares onde me insultavam, excepto do Parlamento, onde era dos primeiros a entrar e dos últimos a sair, tanto nas sessões diurnas como nas nocturnas, algumas vezes, nestas últimas, retirando da Câmara já de madrugada.

Nunca fui agredido, não obstante a incitação de escribas e palradores, alguns dos quais afectavam, nas suas relações comigo, grande estima e alta consideração.

A grande maioria dos intervencionistas estava convencida de que não iriamos para a guerra, ou iriamos representados por um contingente militar, que talvez nem sequer fôsse um regimento completo. O essencial era

sermos beligerantes, não por mera declaração de beligerância, mas por intervenção directa nas operações militares. A guerra em Africa não os interessava; na Europa é que havia de decidir-se o pleito, vencidos ou vencedores os alemães, e por isso todo o empenho dêsses bons republicanos, *que eram, ao mesmo tempo, os únicos bons portugueses, consistia em nos lançarmos, fôsse como fôsse, na batalha, por forma que no ajuste de contas, vencendo os Aliados, fôssemos uma das unidades do divisor — para a partilha de lucros e de glórias.*

Tanto isto assim era que, apenas foi decretada a nossa mobilização geral, arrefeceu o entusiasmo guerreiro dos raivosos intervencionistas; cessaram as manifestações à Sérvia, *que eram provocações e enxovalhos à* Luta; *nós deixámos de ouvir insultos e ameaças quando passavámos na Rua, quando entrávamos nos Cafés, quando entrávamos nos Eléctricos...*

Não, que o caso agora era sério.

Se para a guerra tinhamos de mandar algumas dezenas de milhar de homens, os soldados que tínhamos na fileira não chegariam para tanto, e muitos dos patriotas *que andavam por aí aos berros — preparemo-nos... e vão! — teriam agora de ver-se com as correias às costas — êles e os seus parentes mais próximos, os que fôssem válidos para o serviço de campanha.*

Os empresários *da guerra, os que se apropinquavam para serem fornecedores ou intermediários para fornecimentos, êsses impavam de contentamento, e tudo era incitarem ao envio de muita gente, quanta mais melhor.*

Não havia liberdade para discutir um assunto que tanto interessava à vida da Nação — nem liberdade de palavra escrita, nem liberdade de palavra oral — insultando-se vilmente quem se propunha discuti-lo, e aos insultos mais grosseiros juntavam-se as ameaças mais facinorosas. Só nos declarámos beligerantes em Março

de 1916 ; até essa data a política da guerra, no ponto de vista da nossa intervenção, devia ser campo aberto à controvérsia, cada qual expondo as suas opiniões, fôssem elas quais fôssem, só escrupulizando, por dever moral, em fazê-lo com honradez, inspirado tão sòmente por altos sentimentos patrióticos.

Foi um período de vida infernal o que decorreu entre 1914 e 1916, apontados à fúria assassina duma horda selvagem, açulada contra mim e os meus amigos por uma facção política que se reconhecera divorciada do País, e queria fazer da guerra uma tábua salvadora. A campanha não apaixonou a consciência nacional, e mesmo em Lisboa ela não conseguiu interessar as pessoas honestas e inteligentes, que bem se apercebiam dos seus propósitos egoístas, não lhes escapando a inanidade dos seus fundamentos através da algazarra duma retórica dessorada, incapaz de converter o fumo em labaredas.

Declarada a nossa beligerância, julgou se necessária a formação dum Ministério Nacional, uma União Sagrada, *como se fizera em França. Fui instado para dela fazer parte, eu e alguns dos meus amigos, ainda na véspera acusados de derrotistas, de covardes, de traidores à Pátria ! Ponderei que uma* União Nacional, *em que não entrassem os monárquicos e os socialistas, seria tudo quanto quisessem, menos a expressão dum acôrdo, para a realização dum fim supremo, das várias correntes de opinião política, constituindo fôrças organizadas.*

A declaração dos monárquicos foi peremptória—não entramos.

Desfeita a possibilidade dum ministério nacional, nós declarámos, os unionistas, que não acamaradaríamos no Poder com os homens que em público e raso, durante longos meses, nos tinham acusado do crime hediondo de trairmos a Pátria. Que governassem os democráticos e os evolucionistas, e nós ficaríamos de fora,

exercendo a honesta fiscalização que deve exercer-se sôbre todos os governos, sejam quais forem as circunstâncias em que governem.

Ofereceu-se ao chefe evolucionista a presidência do Ministério, que êle aceitou. Governariam os democráticos sob a sua presidência nominal; e porventura os seus inimigos de sempre, tão encarniçados inimigos que êle se vira obrigado a condená-los às galés da História, *gratos ao eminente serviço que lhes prestara, aguentando-os no Poder, num movimento de gratidão o elevariam às eminências de Chefe do Estado.*

Porque nos recusámos a entrar na União Sagrada, *recrudesceu a campanha que vinha sendo feita contra nós desde que estalara a guerra, não hesitando a biltraria em nos inculcar como partidários da Alemanha.*

Em nenhum jornal português — posso dizê-lo sem receio de desmentido, — se fêz uma campanha, como na Luta, *favorável aos Aliados, campanha que visava a manter a opinião pública, sujeita a oscilações, conforme os recursos da guerra, constantemente hostil ao* boche, *factor imponderável, mas valioso, com que sempre contam os homens de Estado que dirigem a política da guerra. O govêrno francês condecorou com a Legião de Honra o cronista da* Luta, *que dos sucessos da guerra tinha encargo, o ilustre e saüdoso comandante Nunes Ribeiro; e Júlio Gomes, pseudónimo de quem estas linhas escreve, era considerado no Ministério da Guerra, em França, como um oficial ilustrado, ardoroso paladino da causa dos Aliados.*

À distância a que já nos encontramos da guerra, pode falar-se dela sem paixão, considerando os factos no seu justo valor e apreciando os homens sem amplificar e sem diminuir as suas qualidades e os seus defeitos.

Os insultos, os enxovalhos que por motivo ou sob

pretexto da guerra fizeram aos meus amigos políticos, eram o reflexo do ódio com que me honrava a malta patrioteira, em fúria porque me não via isolado, tôda a gente a fugir de mim, como dum leproso. O País ouvia que me chamavam derrotista, covarde, mau republicano e mau português, e notava que eu era um lutador que não voltava as costas ao inimigo, um combatente sempre na brecha, um republicano que, pela correcção do seu proceder, dava prestígio à República, um patriota que, acima de tudo, interêsses e afeições, punha os deveres para com a Pátria. Deixava ladrar os cães, e ao ver passar a caravana, saüdava-a com respeito.

Como chefe do partido, defini uma política da guerra sem consulta prévia aos meus correligionários, e tive a satisfação e o orgulho de ver que soubera interpretar os seus sentimentos e dar forma ao seu pensamento. Em relação aos problemas vitais da República e da Nação, sempre os unionistas estiveram de acôrdo, o meu trabalho de chefe consistindo apenas em procurar a fórmula dentro da qual todos se vissem representados. No respeitante à política da guerra, eu falava em nome de todos os meus correligionários, e de cada vez que os reünia em assemblea geral, tinha a satisfação, o desvanecimento, o legítimo orgulho de constatar que a unidade do partido era de cada vez mais forte, e a sua disciplina, não imposta pela autoridade dum chefe, mas derivada duma consciência colectiva, robustecida pelo sentimento do dever patriótico.

Por êles, pelos amigos queridos e dedicados camaradas, amigos certos nas ocasiões incertas, eu não podia dispensar-me de escrever êste livro, que será, talvez, o meu último trabalho de índole política, tão adiantado vou em anos, e tão pobre me encontro de saúde.

Por conveniências de ordem geral, e não pròpriamente minhas ou do meu Partido, demorei até agora

a sua publicação, sempre receoso de me levar o diabo sem o ver aparecer nas livrarias, como se fugisse ás responsabilidades derivadas da sua publicação.

Êle é, antes de mais nada, um testemunho e um documento. Também é, ou pretende ser, a justificação dum homem público, que se viu atacado na sua honra e ameaçado de morte, por maneiras diversas, com uma fúria de selvagens, mais desvairados pelas ambições do que pela paixão política.

Para os unionistas que já morreram e se conservaram sempre fiéis ao programa do Partido, vai a nossa enternecida saüdade, o comovido preito duma alma agradecida. Para os unionistas que ainda vivem, republicanos sem as transigências que maculam, democratas sem as cumplicidades que deshonram, vai o protesto do nosso maior respeito e a afirmação duma solidariedade espiritual que não afroixa na vizinhança do túmulo.

* * *

Sou dos que não esquecem, mesmo quando perdôam, e por-ora não me sinto inclinado a perdoar aos que planearam a minha morte por maneiras diversas, e se esforçaram por deshonrar-me, só não o conseguindo porque a deshonra dum homem não resulta das faltas ou crimes que lhe atribuam, mas dos crimes, erros ou faltas que êle pratique.

Entre os que reclamavam a nossa intervenção na guerra, civis e militares, muitos havia que procediam assim com honestos propósitos, convencidos uns de que tinhamos obrigação jurídica de o fazer, no cumprimento de estipulações contratuais ; convencidos outros de que deviamos fazê-lo em nome dos superiores interêsses da Nação.

Alguns dêstes se apresentaram voluntàriamente para

o serviço de campanha, entre êles civis e militares que nunca seriam obrigados a assentar praça, por já estarem ao serviço da Nação, como membros do Parlamento. Aqui lhes fica consignado o testemunho da nossa mais alta consideração.

1934.

Brito Camacho

O desenrolar do conflito

I

4 de Agôsto de 1914.

Não há dúvida de que a hora actual é difícil ; mas justamente nas horas difíceis é necessário que ninguém se perturbe, que todos conservem a maior serenidade.

Em face dum perigo imaginário... não importa muito que as pessoas se alarmem, exagerando as conseqüências que dêle proviriam, caso se realizasse. Mas ante um perigo real, é indispensável considerá-lo a sangue frio, medir bem o seu alcance, determinar com rigor as suas possíveis conseqüências, porque só assim haverá maneira de lhe escapar, se isso é possível, ou de atenuar os seus efeitos, na mais larga medida em que isso possa fazer-se.

Está declarada a guerra.

Seria lamentável uma guerra entre dois povos, quaisquer que êles fôssem, na Europa, não só pelas conseqüências desastrosas que teria, mas também por demonstrar que nesta velha civilização ainda a sobrevivência bárbara do espírito guerreiro é capaz de atear uma carnificina em ponto grande, acender batalha mortífera como as que regista a história no período de formação das nacionalidades. Sim ; já seria lamentável uma

guerra entre a Austria e a Sérvia, sem mesmo ter em conta o facto de ser a Sérvia um minúsculo país e a Austria uma grande potência.

¿O que dizer então dum conflito generalizado, uma guerra em que se envolvessem tôdas as nações europeias, com excepção duma ou doutra de secundária importância?

Pois tal é o caso da hora presente — uma conflagração geral. Simplesmente...

¿Então era possível escapar à guerra nos termos em que ela vai fazer-se, isto é, a uma conflagração geral, tendo-se estabelecido um sistema de alianças que não deixam ninguém fora das suas malhas?

Pareceu a muitos, em determinado momento, que as alianças evitariam a guerra, e que se não conseguissem evitá-la, poderiam ao menos adiá-la indefinidamente, interessados todos em que ela não se fizesse. E assim se formaram os grupos a que se chama *entente* e *aliança*, cada um dêles atribuindo-se as honras da paz na Europa, a despeito das tendências belicosas do outro.

Mas ¿como é que os aliançados ou apenas entendidos para a paz, se a guerra viesse a produzir-se, haviam de ficar fora dela?

Bem sabemos que a moral dos povos e a moral dos indivíduos não podem sobrepor-se como dois triângulos cujos lados são iguais; mas aqui não se trata apenas de motivos de ordem moral a determinarem o procedimento dos governos; trata-se de razões de interêsses, bem mais poderosos do que êles.

A Inglaterra já o disse, e falou como uma Bíblia... protestante — *o cumprimento do dever, no momento actual, coincide com o interêsse supremo da Grã-Bretanha, com as necessidades da sua conservação.*

Pois quê?

¿Os que achavam bom quanto se fazia de preparativos para a guerra, não reconhecem agora a mentira, a

perigosa mentira do velho aforismo : *si vis parcem, para bellum ?*

Quem prepara a guerra, há-de ter a guerra, sem embargo de poder fàcilmente adiá-la hoje, adiá-la àmanhã — como se adia o pagamento duma letra, que há-de ter, necessàriamente, um dia de vencimento.

Está declarada a guerra ?

Pois muito bem ; o que é preciso agora, visto que não se pôde evitá-la, é fazer com que termine o mais de-pressa possível, mas não de maneira que dela fique o fermento, a causa indestrutível duma outra guerra próxima.

Em 1875 esteve para haver nova guerra entre a Alemanha e a França, arrependido Bismarck de ter sido tão pouco exigente, cinco anos antes, quando o estado maior do exército alemão se aquartelava em Versalhes. Impediu essa guerra a rainha Vitória, e não o imperador da Rússia, como então se disse, e como muita gente ainda hoje acredita, por ignorar os documentos que provam a verdade do que dizemos, e que o professor Denis, da Sorbonne, tornou conhecidos há poucos anos.

É preciso que esta guerra, a que aí está ateada, e cuja causa ocasional foi a tragédia de Serajevo, garanta à Europa uma paz mais longa que a fruida desde 70, e que permita fazer derivar mais largamente para o desenvolvimento económico das nações, ou seja para a maior felicidade dos povos, os milhões de milhões que se têm consumido em armamentos crescentes, em despesas absolutamente estéreis, no ponto de vista da sua reprodutividade.

A causa da paz merece tôdas as nossas simpatias ; mas serve-a mal quem a servir fabricando incessantemente armas de guerra, quem pensar mais na ancestralidade guerreira do homem do que na virtualidade de aperfeiçoamento moral, desenvolvendo nêle, até ao máximo grau, o sentimento da solidariedade.

Certo que a guerra é já um facto, e não sabemos que generalização poderá vir a ter.

Sem dúvida, é estranha a atitude da Itália, pois que sendo um dos elementos da *tríplice*, mal se compreende que fique de fora quando a Austria e a Alemanha já começaram a batalhar, ambas tendo invadido o território estrangeiro, uma a Sérvia, a outra a França.

A *tríplice* tinha isto de absurdo — estarem dentro dela duas Nações que se odeiam, que se espreitam por cima da fronteira de espingarda ao ombro e morrões acesos. Mas isso seria uma razão para que a *tríplice* tivesse acabado, que pelo menos não tivesse sido renovada há uns dez anos, quando se formou a *entente!*

Oxalá resultem vãs as nossas preocupações, e que àmanhã possamos registar a entrada da Inglaterra para o conflito, tomando posição ao lado da Rússia e da França.

Caminham uma contra a outra, como duas poderosas locomotivas na mesma linha e em direcções opostas, duas civilizações, em comparação das quais êsse drama de Serajevo é menos do que um episódio de rua. Uma dessas civilizações é o futuro vasto e luminoso, com todo o encanto idealista do espírito fecundo e livre; a outra é o passado restrito e escuro, com todo o horror do espírito autoritário e caserneiro.

Escusamos de dizer para que lado vão as nossas simpatias.

II

6 de Agôsto de 1914.

Há quinze dias, os que figuravam uma guerra europeia, certos de que seria uma conflagração, levavam as mãos à cabeça, no horror da tremenda carnificina. A guerra estoirou, a conflagração produziu-se, e já ninguém leva as mãos à cabeça, horrorizado, verificando-se, mais uma vez, que o perigo que se *observa*, perturba menos do que o perigo que se *figura*.

A bem dizer, a guerra está na sua fase de preparação, entendendo-se aqui por guerra a série de batalhas decisivas entre os exércitos inimigos. A Austria invadiu a Sérvia mal cortou as relações com ela, mas ai mesmo a guerra ainda é um preliminar, a troca de tiros entre fôrças isoladas — como que para se exercitarem nas pontarias. Já os soldados alemãis pisam a terra francesa, mas o ataque de Longevi, repelido com bizarria, nada mais é do que um episódio mínimo, um incidente de fronteira, que ficará nos registos da história com o valor que lhe dá a cronologia.

¿Os russos já entraram na Alemanha? Parece que sim; mas não pode considerar-se isso como sendo uma invasão, no largo significado que a palavra tem. O

mesmo não se pode dizer com relação à Belgica, embora as informações, a êste respeito, sejam insuficientes.

Para engulir o Luxemburgo, bastou à Alemanha abrir a bôca; mas a Bélgica é um bocado bastante maior, e está preparada de forma a arranhar as guelas de quem a chamar ao papo — como se fôsse uma pele de ouriço.

A partir de 1904, a Bélgica entrou a cuidar muito da sua defesa, não apenas restaurando e modernizando as suas fortificações em Anvers, mas criando regimentos e baterias, preparando um exército que seja um valor com que se conte. O mesmo tem feito a Holanda, ambas cobiçadas pela Alemanha, uma porque tem colónias de muito valor, a outra porque a sua posse a colocaria em frente da Inglaterra e da França numa situação de tal modo privilegiada, que lhe permitiria — quem sabe? — realizar o grande sonho de monarquia universal, que o kaiser encontrou no espólio de Carlos V.

Estas pequenas nações, a maior das quais tem apenas a têrça parte da nossa extensão territorial, embora possua uma população que excede a nossa em, aproximadamente, um milhão, a Bélgica e a Holanda concertaram entre si, há tempos, um *modus vivendi*, a que chamaram *entente* comercial, mas que não era, no fundo, senão uma ligação defensiva a opor à ambição de estranhos, isto é, da Alemanha. Não deve ser uma coisa por aí além o poder militar destas duas minúsculas potências, mas servirá, ainda assim, para incomodar o exército alemão, obrigando-o a retardar a sua marcha a caminho de Paris.

O objectivo da Alemanha, pelo que se vê, é êste — tomar a capital francesa, vencendo todos os obstáculos, e impondo-se todos os sacrifícios. Por isso ela não respeita a neutralidade holandesa, não respeita a neutrali-

dade suíça, nem respeitaria a neutralidade italiana, se conviesse isso aos seus desígnios.

Ainda é cedo para fazer vaticínios sôbre os resultados da guerra, apenas iniciada, mesmo conhecendo-se, com a possível aproximação, os elementos de luta de que dispõe cada guerreiro. A Alemanha, pode dizer-se, encontra-se em frente duma coligação europeia, e a sua única aliada mal pode socorrê-la, embora a contas com um país de menos de três milhões de habitantes, aguerridos, sem dúvida, mas não podendo multiplicar-se como os pães e os peixes do Evangelho. Abstendo-se de tomar parte na contenda, a Itália presta à *tríplice-entente* o enorme serviço de a dispensar de combater um exército de aproximadamente um milhão de homens, e uma esquadra que, sendo muito inferior à inglesa e à alemã, é um valor militar que a França tinha de tomar na maior consideração. Ao exército da Suíça chamou o sr. Norman Angell, no seu livro *A grande ilusão*, um exército de comédia; mas há-de ver-se agora como êsses *comediantes* representam o seu papel de patriotas, desrespeitada a sua neutralidade pelos exércitos alemãis. A Rússia, no ponto de vista militar, é talvez um gigante mais volumoso do que forte; mas se não possue um exército em relação com a sua enorme grandeza territorial e população de 130 milhões de habitantes, é, todavia, um inimigo para tomar a sério, principalmente quando êle se apresenta em tão boa companhia — a França e a Inglaterra.

É necessario que a Alemanha tenha muita confiança em si, muito mais confiança em si do que no *Todo Poderoso*, para se lançar assim na guerra, abandonada pela Itália, sem poder contar com a Austria e tendo contra si, em hostilidade francamente declarada, quási tôdas as nações europeias.

Talvez que numa luta entre a Alemanha e a França, a vitória não fôsse indecisa, e sorrisse, desde a pri-

meira hora, aos alemãis. E' possivel que numa luta entre a Alemanha e a Inglaterra, não obstante as peculiares vantagens que a Inglaterra tem da sua qualidade geográfica, a Alemanha conseguisse vencer, o embate tendo alguma coisa de semelhante ao conflito entre Roma, terra de soldados, e Cartago, terra de comerciantes. Mas ¿que probabilidades de vitória pode ter a Alemanha, a lutar contra a França, a Inglaterra, a Rússia, a Bélgica, a Holanda e a Suíça, a despeito do seu formidavel exército, e não obstante vir de muito longe a preparar-se para um grande conflito guerreiro?

Quod volumus facile credimus, e nós desejamos ardentemente que a Alemanha seja derrotada no pleito que desencadeou por ambição e por orgulho. Ela é a única responsável da tempestade que sacode a Europa, e que já a estas horas, ainda no comêço das operações guerreiras, fêz prejuízos enormes, produziu muita ruína. Teve a perturbante visão do colosso russo, efectivando o seu programa de preparação para a guerra; viu a aproximação, de cada vez mais íntima, da sua rival e da sua inimiga, a Inglaterra e a França, e apanhou a ocasião pelos cabelos, sendo essa ocasião o atentado de Serajevo, que a Austria, por conta dela, elevou à categoria de atentado nacional.

E' justo que as conseqüências duma tamanha calamidade, como a guerra que aí está ateada, caiam principalmente sôbre quem fêz o mal e ainda por cima faz a caramunha.

¿E pelo que nos diz respeito?

Tudo leva a crer que os acontecimentos se desenrolarão sem nos envolverem, não obstante a situação especial que ocupamos, geogràficamente, no mundo e, politicamente, no concêrto das nações europeias.

Mas se as cousas seguirem um curso diverso do que prevemos, *se as circunstâncias nos obrigarem a sair da*

atitude meramente espectante em que estamos, e em que desejaríamos continuar, entraríamos no conflito em muito boa companhia, honrando velhos compromissos e fruindo as vantagens de seculares amizades.

Não estamos sós ; e a certeza de que assim é, mais do que a consciência da própria fôrça, impõe-nos a fácil obrigação de aguardar serenamente os acontecimentos, tratando da nossa vida como em épocas normais.

III

22 de Agôsto de 1914.

Uma coisa parece fora de dúvida, e vem a ser que a Alemanha se encontra bloqueada. Talvez convenha não tomar aqui a palavra no seu estrito significado jurídico, embora não fôsse coisa extremamente difícil demonstrar que, mesmo assim considerada, a não empregamos sem propriedade.

A esquadra alemã encontra-se metida no canal de Kiel, que é assim uma espécie de garrafa sem fundo, no caso presente um verdadeiro canudo, fazendo comunicar o Báltico com o Mar do Norte. Talvez não seja muito fora de propósito dizer aqui, pois muita gente o ignora, que a *semana* de Kiel bastante contribuiu para criar no alemão o gôsto pelo mar.

Era necessário que a Alemanha, sob pena de nunca realizar os seus ideais de grandeza e dominação, se fizesse uma potência marítima; e para aí chegar se fêz uma extraordinária propaganda, de tudo lançando mão o imperador para levar o seu povo a ver no mar a indispensável alavanca de Arquimedes com que a Prússia, um dia, cedo ou tarde, havia de mover, a seu talante, o orbe.

Pois a esquadra alemã encontra-se metida em Kiel, e impossibilitada de entrar no Báltico, guardada pelos russos, e igualmente impossibilitada de entrar no Mar do Norte, guardada pelos ingleses. Quere dizer: a esquadra alemã, imobilizada numa estreita via comercial, que ao mesmo tempo é uma perigosa base de operações navais, não se conta como instrumento de guerra — é uma peça encravada.

¿ Será lícito acreditar que o engarrafamento obedeceu a um alto pensamento estratégico, e que um belo dia, quando isso menos se esperar, a esquadra alemã irrompe como uma flecha, caindo sôbre a esquadra inglesa, fatigada... de não fazer mais do que um cuidadoso serviço de vigilância?

E possível, mas nada mais do que possível; e se alguma coisa há de infinito neste mundo limitado, é justamente o número das possibilidades. Ainda ontem um ilustre oficial do nosso exército, que é o nosso mais ilustre escritor militar, nos figurava esta hipótese, e explicava a vinda à Europa de uma esquadra japonesa, de que os jornais deram notícia, pela necessidade de render a esquadra bloqueante, parcialmente ao menos, para o indispensável repouso.

Antes da esquadra japonesa ter tempo de chegar à Europa, a esquadra austríaca será desfeita no Adriático, e os navios de guerra, ingleses e franceses, que ali pairam, espreitando-a como um gato espreita um morganho, irão reforçar a esquadra do Norte, constituindo uma verdadeira muralha impenetrável. A estas horas a Alemanha já não traz navios de guerra cruzando os mares, ou para darem caça aos *beligerantes* ou para incomodarem os neutros, e os jornais ingleses afirmam que o comércio alemão, por mar, cessou por completo.

Isto o que quere dizer?

Quere muito simplesmente dizer que a Alemanha, cortadas as suas relações com o mundo, tem de viver dos

seus recursos, dos que habitualmente tem, e dos que aprovisionou agora, na previsão dum autofagismo de longa duração.

¿Por quanto tempo, semanas ou meses, poderá a Alemanha suportar êste regime, duma rara violência?

Convém saber que o seu comércio exterior, considerado na totalidade, é representado por qualquer coisa como um milhão e cem mil contos, dos quais, mais de metade, pagam matérias primas para a indústria e substâncias alimentares. Um país nestas condições, embora abastecido na previsão duma guerra, ¿poderá resistir por longos meses a um bem estabelecido bloqueio? Os ingleses esperam que do império colonial alemão não fique pedra sôbre pedra, e têm por certo que a sua resistência irá gradualmente diminuindo, à medida que os seus navios lhe forem caindo no papo — *as one ship after another is brought to book.*

A Alemanha, sem dúvida, previu a sorte que a esperava no mar, e por isso engarrafou a sua grande esquadra; mas ¿preveria igualmente que êsse engarrafamento, livrando-a de morrer afogada, a faria morrer de fome?

Quere-nos parecer que esta previsão a não fêz o Kaiser, ou quem o lançou na guerra, visto dizer-se já que êle, num claro instinto de conservação, queria que a paz se mantivesse — por mais algum tempo, ao menos.

Dir-se-ia que o estado-maior alemão, contando sôbre a carta o número de quilómetros que separam os Vosges de Paris, e dividindo êsse número por vinte, calculou assim o dia em que os exércitos imperiais entrariam na capital da França. A invasão seria um longo passeio militar, cortado, na terra francesa, por uma ou duas grandes batalhas, que para mais não daria a resistência do inimigo. Seria dominada a França antes da Rússia, colosso de movimentos froixos e lentos, ter completado a sua mobilização; e depois, entrando-se

nas conversas para o estabelecimento da paz com a Inglaterra — país de gente prática, os cartagineses do nosso tempo — seria fácil qualquer arranjo amigável.

Quelqu'un trouble la fête, como no drama de Vítor Hugo, e êsse alguém foi, por um lado, a Bélgica, com a sua heroicidade quási inverosímil, e por outro lado a Itália, com a sua *neutralidade armada*.

Vão passadas três semanas por sôbre a declaração de guerra, e os exércitos alemães ainda não combatem em território francês, e nos mares já não se encontram navios em que adeje a águia imperial. Paira uma ameaça de fome por sôbre um país de 68 milhões de habitantes, e cavam-se abismos de morte nesse caminho que dos Vosges conduz a Paris, e que os alemães julgavam ser uma pista a correr na máxima velocidade. E ainda a avalanche russa não começou a cilindrar a terra alemã, movendo-se lenta, mas pesada, em direcção a Berlim, e deixando no caminho a morte e a desolação — a esterilidade da terra onde o cavalo de batalha assentava as patas.

IV

24 de Agôsto de 1914.

Se a guerra durar até ao comêço do próximo ano lectivo, haverá que expedir, pelo ministério da instrução, duas circulares — uma dirigida aos reitores dos liceus, para que não deixem fazer o ensino de geografia política; outra dirigida aos reitores das universidades, para que não deixem fazer nas Faculdades de Direito o ensino de Direito Internacional.

Pode dizer-se que já a Europa inteira está em armas, embora as tropas, em alguns Estados europeus, ainda não saíssem dos quartéis, aguardando aí, de espingarda ao ombro, a ordem de marchar contra o inimigo. Na Africa já a guerra principiou, e Deus sabe, *com licença do Registo Civil*, se os alemãis a estas horas ainda possuem os imensos territórios que formam o seu domínio colonial, ou se dêles foram esbulhados pelos ingleses, os nossos aliados e seus inimigos. A *União Sul-Africana* já usou para com os alemãis que ali residem do tratamento severo, embora humanitário, de que não se dispensa nunca o vencedor para com o vencido; e no Extremo Oriente já o Mikado tomou posição no conflito universal, pegando em armas contra a Alemanha.

Das clássicas cinco partes do mundo apenas em duas, a América e a Oceania, não teve ainda repercussão bélica a guerra desencadeada pela megalomania do Kaiser; mas é preciso considerarem que ainda não há um mês que se formulou a primeira declaração de guerra na Europa, e que os principais exércitos inimigos, o alemão e o francês, ainda não realizaram, por completo, a sua *concentração*.

Não errará muito, quere-nos parecer, quem disser que esta guerra será uma conflagração em tôda a redondeza do orbe, que impassível continuará o seu eterno giro.

Pois não é fácil prever, ao menos no que diz respeito à Europa, o que será àmanhã a geografia política. A capital da Bélgica é, desde há três ou quatro dias, Antuérpia; e a Polónia, que ainda há uma semana não pensava, talvez, na possibilidade da sua reconstituïção como país autónomo, é muito possivelmente a estas horas um reino como qualquer outro... se não fôr uma república como outra qualquer.

Se os alemãis vencessem, a Bélgica seria mais um Estado alemão; e porventura a velha Normandia, a que mais fácil acesso dá para o mar, deixaria de ser uma provincia da França. Angola, escusado dizê-lo, não mais seria colónia portuguesa, e Marrocos seria a posição que tomariam os alemãis para a Alemanha se constituir em potência mediterrânea. Na Austria se incorporariam os povos eslavos, que lhe tornam a vida inquieta, e que na hora que passa, unidos por necessidade comum de defesa, contra ela tomam as armas, decididos a não as deixarem, sem que triunfe a sua causa justa.

Mas a Alemanha não triunfará [1], e nem por isso a geo-

---

[1] Repare o leitor como, de dedução em dedução, analisando os aspectos militar e político da grande guerra, o Dr. Brito Camacho, a grande distância do fim do conflito, tinha a certeza da derrota da Alemanha.

grafia politica da Europa, esta principalmente, deixará de ser largamente refundida. A Austria, que é o mais precário agrupamento nacional que há na Europa, não pode subsistir a uma tremenda derrota, porquanto o único laço que prende os povos diversos que a formam é o scetro de Francisco José, e êsse ficará quebrado em mil bocados, frágil como é, só de tocar-lhe a pata do urso moscovita. Povo sem unidade de raça, sem unidade de língua, sem unidade de religião, ¿como é que êle pode resistir ao formidável abalo da regra, se a vitória não sorrir aos exércitos dêsse quási mumificado Imperador, que tem sido, no nosso tempo, uma espécie de rei Œdipo, sem a grandeza trágica que o poeta grego deu à sua mítica personagem?

A Alemanha, êsse formidável colosso de quási setenta milhões de habitantes, cuja unidade, como a da Espanha, resultou de porfiadas lutas, de brutalidades máximas praticadas nos campos de batalha, a Alemanha, jungida ao carro do vencedor, seria vítima de essa politica de *pourboirs,* para nos servirmos duma expressão feliz de Bismarck, que há-de, necessàriamente, orientar as negociações da Paz. Reduzida à sua natural condição, a Prússia deixará de ser a preocupação do mundo inteiro, o facho da revolta constantemente aceso, e constantemente perturbando o labor pacífico dos povos que se encaminham para uma fase superior da civilização, que não é, que não pode ser militar.

Sim, a geografia politica da Europa, terminada a guerra, não poderá ser estudada nos compêndios agora adoptados, porque será bem diferente do que era.

Quanto a Direito Internacional...

Por-ora êsse Direito não constitue um código, e para muita gente é duvidoso se êle é verdadeiramente um Direito ou um sistema de moral. Seja como fôr, o que nos parece inútil é estar-se a ensinar, nas escolas, Direito Internacional, obrigando os rapazes ao estudo e

á consulta dos autores, a começar em Grotius e a acabar no sr. Marnoco, quando êsse ramo de Direito está sendo por completo refundido, e sôbre êle vão dizer a última palavra os abalisados tratadistas que se chamam Krupp, Armstrong, Schneider — para citarmos os que estão mais na berra, isto é: os que mais berram vomitando metralha.

A Alemanha principiou a sua mobilização antes de haver declarado a guerra; e tendo reconhecido, na letra expressa dos tratados, a neutralidade perpétua da Bélgica, quando esta se recusou a dar livre passagem aos seus exércitos, invadiu-a com fúria, precisamente como se ela fôsse o objectivo da sua acção guerreira.

A Turquia declarou-se neutral, prudentemente avisada no começo da guerra; mas, obediente a maléficas sugestões, praticou já contra a *Entente* um acto manifestamente hostil: o de simular a compra de dois navios de guerra, para impedir que êles caíssem nas mãos do inimigo, ou para os conservar em condições de entrarem àmanhã em combate. Êste procedimento não se acha autorizado por qualquer regra de Direito Internacional, e pode bem suceder que a innovação custe à Turquia a irremediável perda dos seus domínios na Europa.

A Alemanha, é certo, reconheceu que lhe cumpria respeitar a neutralidade da Bélgica; mas chegou a necessidade que se lhe impunha de a violar, a menos que renunciasse ao seu empreendimento contra a França, sacrificando a uma formalidade os interêsses supremos da civilização! Já os latinos diziam que *a necessidade carece de lei*, por ser ela a lei das leis, superior a tôdas, o ponto de convergência a que, em última análise, elas tôdas conduzem, ou de que tôdas derivam. Simplesmente a necessidade, em caso algum, é base jurídica sôbre que os tratados e compêndios assentem regras de Direito, e por isso, além de outras razões, achamos

que deve sustar-se o ensino do Direito Internacional nas Faculdades até que a matéria se ache devidamente elucidada pelas grandes autoridades que dela se ocupam neste momento.

Não haverá que esperar muito [1], porque as últimas balas cairão, talvez, com as primeiras fôlhas do outono; e quando principiarem os frios de Dezembro já os velhos, como nós — ¡com que tristeza o dizemos! — poderão contar à lareira, satisfazendo a curiosidade da gente moça, o que foi esta grande, esta formidável guerra — a maior de que reza a História.

[1] Nesta suposição enganou-se o Dr. Brito Camacho, como sucedeu, aliás, a muitas pessoas. A guerra arrastou-se muito mais do que era legítimo esperar.

V

9 de Setembro de 1914.

O compromisso assinado em Londres no dia 5 do mês corrente, e nos termos do qual as potências signatárias se comprometem a não fazer a paz separadamente, durante a presente guerra, teve a vantagem, além de muitas outras, de mostrar aos germanófilos de tôda a parte que a derrota da França, se viesse a dar-se, não poria têrmo à contenda, marcando apenas uma fase notável na evolução do conflito guerreiro.

Sabe o leitor como as coisas se passaram. A Austria declarou guerra à Sérvia; por êste motivo a Rússia tratou da sua mobilização, o que levou a Alemanha a declarar-lhe guerra. Estava deitado fogo à mecha que havia de incendiar o barril da pólvora, isto é, que havia de produzir a conflagração geral. Uma chicana de advogado, que é assim como quem diz, uma *querelle d'Allemand*, justificou a declaração de guerra à França, por banda do imperador Guilherme; e a invasão do território belga, que se achava sob o regime de neutralidade permanente e garantida, levou a Inglaterra a declarar a guerra à Alemanha.

Em rigor, a Alemanha deveria lançar os seus exérci-

tos contra a Rússia, limitando-se a mandar para a Alsácia e a Lorena, em reforço das suas guarnições, os efectivos que fôssem estritamente necessários para tirar à França veleidades dum passeio militar a Estrasburgo e Metz.

O problema inicialmente pôsto era ainda o da velha política do Oriente, o da preponderância, no grande vespeiro balkanico, do imperialismo moscovita, incarnando e traduzindo as aspirações eslavas, ou do imperialismo germânico, incarnando e traduzindo a selvagem ambição prussiana.

¿A França interviria numa guerra entre a Rússia e a Alemanha?

Certo nos parece que a Itália faria o que fêz, isto é, conservar-se-ia neutral, e procedimento idêntico teriam a Bélgica e a Inglaterra, nenhuma delas sendo obrigada a pegar em armas por virtude de alianças ou tratados. Os exércitos alemãis cairiam sôbre a Rússia antes que ela tivesse tempo de mobilizar, e a subitaneidade do ataque, valorizada por uma excepcional preparação militar, poderia garantir à Alemanha um triunfo rápido e decisivo.

Mas não sucedeu assim.

A Alemanha declarou guerra à Rússia e mandou avançar os seus exércitos contra a França, quando ainda se conversava diplomàticamente entre Paris e Berlim. Pretendeu o Kaiser negociar com o rei de Inglaterra a violação da neutralidade belga, tendo antes pretendido negociá-la com o próprio rei Alberto; e como não surtissem efeito essas negociações, sem nenhum respeito pelos tratados, no mais absoluto desprêzo pelos compromissos tomados, mandou invadir a Bélgica, visto ser por ali o caminho que, na opinião do seu estado-maior, mais directa e mais fàcilmente conduz a Paris. Vencida a França, como em 70, incorporadas as colónias francesas no domínio colonial alemão, ainda que nenhum

pôrto francês ou belga passasse imediatamente à posse da Alemanha, a Inglaterra ficaria sôbre tremenda ameaça, e a sua hora chegaria breve, logo que o Kaiser tivesse organizado a vitória, ficando com os movimentos livres.

Quere dizer: a Inglaterra entrou na luta, não apenas — e essa razão já seria suficiente — para honrar os seus compromissos tomados com a Bélgica, não apenas para afirmar, da maneira mais positiva e mais eficaz, a sua amizade para com a França e a sua solidariedade com a Rússia, *mas para se preservar de um golpe que lhe era dirigido, para inutilizar uma arma que se ia fabricar contra ela.*

Sendo assim, a França, a Inglaterra e a Rússia, conjugando os seus esforços para lutarem contra a Alemanha, luta cada uma delas pela sua própria causa; e a causa de cada uma delas está indissolùvelmente ligada à causa das outras até ao fim do conflito. Aqui mesmo dissemos já, muito antes do *compromisso de Londres,* que não terminaria a guerra com a derrota da França, mas tam-sòmente com a derrota da *Entente*, o que seria absurdo, ou com a derrota da Alemanha, o que sempre tivemos por seguro.

Lá se foi, aos nossos germanófilos, a esperança duma traição da Inglaterra, propondo ou aceitando a paz logo que os exércitos alemãis, tendo derrotado o exército francês, se instalassem em Paris. Um *quatro de Setembro* monárquico poria, no restaurado trono de S. Luiz, qualquer dos pretendentes que a França mantém fora do seu território, e, por *contre-coup*, a república portuguesa desapareceria sem trabalhos de maior, vindo sentar-se no trono de Afonso Henriques, não o sr. D. Manuel, mas qualquer daqueles príncipes que nas grandes cidades da Alemanha retoiçam pelas esquinas, à espera de que os chamem para um frete dinástico.

As boas almas!

Nota a gente a requintada hipocrisia com que êles lamentam, dando-lhes relêvo, os mínimos revezes do exército francês; a mal disfarçada alegria com que êles apontam, avolumando-as, quaisquer vantagens do exército alemão; e fica a pensar se tais criaturas seriam geradas num útero português ou numa tripa germânica — os grandes filhos da mãi!...

Foi um raio que lhes caiu aos pés, aquele famoso *compromisso de Londres*, porque êles bem sabem que a Inglaterra, senhora absoluta dos mares, não pode ser vencida, e a paz, ditada por ela, não pode ser favorável à Alemanha. A república francesa, depois da guerra, ficará mais sòlidamente alicerçada; e a república portuguesa, tendo cooperado para salvar as conquistas morais do nosso tempo, evitando que o mundo faça um retrocesso de séculos, terá marcado definitivamente o seu lugar no concêrto das nações.

Nem sequer terão a mórbida satisfação de ver humilhada a França, os seus exércitos derrotados no campo da batalha, e a sua linda capital adequada a caserna para alojar as tropas do Kaiser. Não, a França já fêz o bastante para mostrar *que hoje não é ontem;* que o seu exército está preparado para quebrar o ímpeto alemão, e sustentar uma resistência eficaz até que um outro exército se forme, com subsídios de tôda a parte, hábil para derrotar os invasores em sucessivas campanhas.

Ainda é cedo para os homens do *métier*, os que são militares a valer, instruídos na ciência da guerra, fazerem a crítica das operações efectuadas pelos exércitos aliados e pelo exército alemão, mostrando de que lado está a maior competência, a mais pronta e mais feliz visão das coisas no campo de batalha. Até agora, pelas insuficientes notícias que os jornais dão a respeito de manobras e combates, não há razão para acreditar que Napoleão haja ressuscitado; mas há motivo para dizer

que os alemãis, sem a tremenda superioridade de número, e a-pesar dos seus canhões monstros, fabricados em segrêdo, nem sequer teriam dignificado a derrota.

República! Monarquia!

Mas o problema que se está resolvendo, a tiros de canhão, nas regiões septentrionais da França, com repercussão nas margens do Vístula, onde os russos fazem prodígios de valor, não é precisamente o das formas de govêrno, porque êsse resolve-se, não por meio de guerras, mas pelo velho sistema das revoluções, o único até hoje eficaz. O problema que vai resolver-se contra a Alemanha, por muito que isso custe aos germanófilos parvos, é o que foi pôsto há mais dum século pela França, um problema de Direito e de Filosofia, tão grande pela sua importância jurídica como pelo seu valor moral.

O triunfo da Alemanha!

Seria um movimento de recuo até ao mais tenebroso período da Idade-Média.

VI

15 de Setembro de 1914.

Os que pasmaram da súbita e feroz arremetida teutónica, não consideraram que a Alemanha vinha preparando o golpe desde há perto de meio século, vivendo só para a guerra, não pensando senão na guerra, e ao serviço da sua causa militarista, dominadora e obsediante, pondo tôda a actividade do seu cérebro, tôda a fôrça do seu músculo, as sobrevivências selvagens da sua índole e a excepcional firmeza da sua vontade. Num documento oficial, que os jornais há poucos dias publicaram, a Inglaterra dizia que era necessário reconhecer nos alemãis algumas virtudes, e apontava esta — *a de se prepararem para a guerra durante a paz.*

Quem fôr dado à leitura, pouco agradável mas bastante instrutiva, dos seus escritores militares, verá fàcilmente que a Alemanha considera a guerra como indispensável factor de progresso, uma condição do superior desenvolvimento das nações, variando nos seus processos conforme a evolução realizada nas ciências, nas artes, na política, no direito e nos costumes. A Alemanha, de 70 para cá, tratou de seguir à risca o conselho dos seus *feld marschall*, a começar em Claus-

cwitz e a acabar em Goltz, hoje governador de Bruxelas — *unir de tal modo a vida militar aos destinos da Nação, que todos os recursos desta sejam elementos de guerra.*

A Alemanha, como tivemos ocasião de dizer, ainda não estava sêca a tinta com que assinara o tratado de Francfort, já pensava noutra luta com a França, luta mais feroz, mais encarniçada, de mais graves conseqüências do que a urdida por Bismark, maravilhosamente servida nos seus propósitos, inconscientemente, pelo Napoleão pequeno. Organizou a sua indústria, o seu comércio e a sua agricultura por modo a ser uma nação rica, e fêz crescer a sua população por modo a ser uma nação grande. Em menos de meio século, o número dos seus habitantes elevou-se a *sessenta e oito milhões.*

Adquiriu colónias, desenvolveu a sua marinha mercante, organizou a sua marinha de guerra, e lançou por sôbre a Europa uma rêde de espionagem que recolhia para o Estado-Maior as mais valiosas informações. Inteligentemente, diga-se a verdade, ela preparava a guerra, *porque queria a guerra*, ao passo que os outros, atidos ao mais estúpido dos provérbios, preparavam a guerra, porque queriam a paz! Todos os anos a Alemanha aumentava os seus orçamentos militares; todos os anos modificava o seu programa naval, acrescentando-lhe algumas unidades; todos os anos criava alguns regimentos ou batalhões; e assim ia afirmando, de forma iniludível, os seus propósitos guerreiros. Não aumentou, antes diminuiu, as suas praças de guerra; mas sabem muito bem os mediocremente lidos nestas coisas que a Alemanha pouco considera a fortificação, tendo como incidente a guerra de sítio, e como facto essencial a guerra de campanha, cujo êxito depende, em última análise, da grandeza e do valor dos exércitos que a fazem.

Assim apetrechada para a guerra, fácil seria prever

que a Alemanha não se dispensaria de escolher o momento oportuno, o melhor ensejo para lançar em direcção à fronteira os seus exércitos. No pequeno ducado do Luxemburgo fizera ela, sob pretexto de vantagens industriais, umas poucas de linhas estratégicas, que lhe serviram agora, maravilhosamente, para a sua fácil e rápida concentração. Provado está que no plano do Estado-Maior alemão, já conhecido nas suas grandes linhas, entrava a violação da neutralidade belga, que a própria Alemanha se compometera a respeitar, da mesma forma que a Áustria, uma e outra faltando miseràvelmente ao seu compromisso.

Não vale a pena citar factos que são de ontem, e que por isso mesmo estão na memória de todos, mesmo dos que tenham *memória de galo*. A Alemanha principiou a sua mobilização muito antes de se declarar em guerra com a Rússia e com a França, e já tinha realizado a sua concentração quando elas começaram a mobilizar. O ducado do Luxemburgo acomodou-o ela na cova dum dente, e julgando que lhe seria fácil engulir a Bélgica sem rasgar as guelas, fêz avançar três corpos de exército sôbre Liège, cuja guarnição inscreveu na história das batalhas uma página gloriosa.

Não foi bastante a heróica resistência da Bélgica para ali prender o exército alemão, que irrompeu, audacioso e resoluto, pela fronteira norte da França, cuja mobilização fôra bastante demorada, e cuja concentração se fizera com excessivo vagar. Em determinado momento pareceu que os alemães, vencendo fàcilmente as fôrças inimigas, iriam caminhando, lestos e desembaraçados, pela França dentro, os olhos fitos em París, onde entrariam em dia prefixo. Foi quando os nossos germanófilos se tornaram violentos, cada qual à sua maneira, uns com franqueza brutal, outros com refalsada hipocrisia. O desejo de todos êles era verem a França esmagada, aniquilado o seu exército, abatida a sua forma de

govêrno, e no trono de S. Luís um rei qualquer, *ainda que não fôsse senão um Pepino Breve*, mas não de tal modo breve que não desse tempo a que se restaurasse aqui a Monarquia.

A Sérvia, cujo heroísmo nunca será demais encarecer, estorvou a Áustria de ajuntar as suas fôrças às da Alemanha; e a Rússia, tomando audaciosamente o caminho de Berlim, fêz com que a Alemanha não pudesse atirar contra a França tôdas as suas tropas de primeira e segunda linha. Por sua vez, a Itália declarou-se neutral, dispensou a França de pensar nos Alpes, e deixou-lhe a liberdade de dispor da sua marinha de guerra para a lançar contra a Alemanha onde mais lhe conviesse fazê-lo.

Resultou de tôdas as circunstâncias que vimos de expor, encontrar-se a Alemanha expulsa do mar, metida num bloqueio invencível, e, em terra, colocada em frente de exércitos que valem mais do que as suas disseminadas fôrças, de tal modo que hoje se encontra a recuar perante os russos e a fugir diante dos franceses e seus aliados, na pressa de atingir a base de operações... que ainda não deslocou da terra alemã.

Se tivesse de bater-se só contra a França, ¿a Alemanha teria dificuldades em vencê-la?

Antes de responder, considere o leitor que a Alemanha tem, como já dissemos, 68 milhões de habitantes, e a França apenas quarenta milhões, esticando um pouco os números. Dada esta diferença de população, a França não poderá nunca ter um exército grande como o da Alemanha, pelo menos enquanto os exércitos se formarem só com homens. E' certo que um exército não vale só pelo número; mas não se conclua daqui pela indiferença do número, exigindo que o milhar seja equivalente ao milhão. Por motivos que nada têm que ver com a fôrça e o vigor da raça, porque são todos de ordem social, a França não aumenta a sua popula-

ção, não a tem aumentado desde 70 para cá, e crêmos bem que não irá aumentá-la agora, por motivo da guerra, na previsão de uma guerra futura. Sob êste ponto de vista, e considerando o facto no que êle importa à organização dos exércitos, ela será sempre inferior à Alemanha, mesmo que nesta se acentue a já esboçada tendência para uma natalidade de cada vez menor. Mas sucede ainda que a França, orgulhosa da sua epopeia napoleónica, farta de glórias militares, tomou-se de horror pela guerra, e só pela imperiosa necessidade de prover à sua defesa curou das suas fortificações na fronteira leste, mandou construir alguns navios de guerra e preparou o seu exército para se opor a uma invasão.

Quere dizer, a França preparou-se para a guerra defensiva, levada na corrente pacifista que vem alastrando pelo mundo, e que sendo hoje, ao que se vê, uma generosa utopia, será àmanhã o credo em que comunguem tôdas as consciências bem formadas, repletas de amor e ansiosas de justiça.

Em parte alguma o pacifismo tem criado adeptos como na França; em parte alguma, como em França, tem ganho terreno a causa anti-militarista. Quem vive a desejar a paz, não pode preparar-se convenientemente para a guerra; *mas se todos se prepararem para a guerra, e a quiserem como um factor insubstituível de civilização, o mundo será eternamente um campo de batalhas sanguinosas, repetindo-se a curtos, intervalos e o homem será eternamente uma fera, ostentando aparências de civilizado — nos intervalos em que afia as garras e deixa crescer os dentes.*

Pois foi um ar que lhe deu, o tal papão germânico...

VII

22 de Setembro de 1914.

Aos fáceis censores da França, que são todos os que desejavam ver triunfante a Alemanha, seria conveniente recordar os sucessos políticos da Europa nestes últimos anos, e considerar, atentamente, a significação e o alcance dos factos que diàriamente se vão produzindo nos campos de batalha, e se têm produzido desde há quási dois meses.

Um ponto há sôbre que todos estão de acôrdo, amigos e inimigos da Alemanha, e vem a ser êste — que ela estava melhor preparada para a guerra do que outra qualquer das nações com quem se acha em luta. Nem admira, sabendo-se que nesse país de índole guerreira, filho dilecto de Marte, que é o Deus mais bruto que a mitologia criou, o pensamento de uma nova luta com a França, na primeira oportunidade que se oferecesse, norteava a sua actividade e era a sua preocupação absorvente e dominadora.

E ¿pelo que diz respeito à França?

Se em 1870 a Alemanha lhe não tivesse roubado duas províncias, as feridas que abrira a guerra talvez tivessem cicatrizado «por primeira intenção», como se

diz em linguagem médica. Custou muito à França, que é um país forreta, pagar uma indemnização de guerra *no valor de cinco mil milhões*, e no seu território ficaram patadas indeléveis de teutão, sob a forma de ruinas, assinalando a sua passagem devastadora. Mas com relativa facilidade a França se teria refeito dêsses graves prejuízos; com um pouco de inteligente estoicismo ela teria esquecido as ofensas que recebera, e para isso muito contribuiria a consideração de que o vencido, em 1870, fôra mais pròpriamente o Império do que a Nação; e do Império se vira ela livre, embora pagando êsse benefício por exagerado preço.

A despeito de tudo, o alemão detestava mais o inglês do que o francês; e sabem muito bem os que acompanham a política exterior das nações, que repetidas tentativas se fizeram na Alemanha para aproximar Berlim de Paris. Tôdas elas se quebraram de encontro a essa barreira formidável, constituída pelas duas províncias roubadas, parecendo que de Estrasburgo e de Metz se erguiam vozes trágicas que faziam reboar por sôbre a França um *remember* apocalíptico.

Gambetta fôra o homem da *revanche;* mas êle via bem que nenhuma desforra seria possível enquanto a França se não refizesse, por completo, das perdas que sofrera por motivo da guerra, eliminando de si as últimas toxinas que lhe deixara o imperialismo de Napoleão pequenino. De modo que o admirável patriota não se cansava de aconselhar aos franceses que pensassem o mais possível na *revanche*, e que falassem dela o menos possível.

Se a Alemanha tivesse acarinhado as duas províncias roubadas, e se em vez de pretender germanizá-las à fôrça, lhes tivesse dado um regime de liberdade política e autonomia administrativa, que, não sendo a independência, quási fizesse esquecer o alheio domínio, a guerra de hoje não se teria produzido, e, se viesse a produ-

zir-se, Deus sabe qual seria o teatro da guerra, e que tradicionais inimizades, que irredutíveis antagonismos comerciais nela se debateriam.

Certo é que a França, sem ambições de conquista, sem pretensões de hegemonia, tratava de acomodar-se no chamado concêrto europeu por maneira que a deixassem viver nos cómodos duma paz fecunda, sem ferirem a sua dignidade e sem prejudicarem os seus interêsses constituídos e duma legitimidade fora de tôda a impugnação.

Assim foi que tratou de poupar nos seus orçamentos de guerra, indo até ao exagêro de colocar a sua Armada quási a-par da italiana, como se lhe fôsse indiferente o mar na concorrência económica com as outras nações. O ministro Pelletan deixou-se tomar de raiva contra os armadores, que do Estado reclamavam encomendas, e contra os almirantes, que só queriam comandos. Grande mal fêz à França a teimosia dêste homem inteligente, que foi obrigado a reconhecer o seu êrro logo que reparou no que faziam os vizinhos, em cujos arsenais e estaleiros se trabalhava sem descanso.

Querendo realizar a fórmula de nação armada, a França tratou de manter o tempo de serviço militar, que todavia não desceu abaixo de dois anos. Sabe-se como a reconquista dos três anos foi o resultado duma prolongada luta política, e como ela foi coroada de bom êxito quando aos olhos de todos se fêz manifesto o perigo alemão. De 1890 a 1895, a França reduziu as suas despesas com o exército, em proporções até ali nunca atingidas, conforme demonstrou o sr. Clementel, num relatório que foi uma espécie de grito *alerta*, os olhos fitos na Alemanha. A França da *petite épargne*, a França do pé-de-meia, queria viver em paz com todo o mundo, e isso explica porque ali, mais do que em qualquer outra parte, teve bom acolhimento a propaganda pacifista. A *entente* cordial obedeceu a um desejo de paz,

e tanto isto é verdade que desde há tempos a esta parte se trabalhava para uma *entente* com a Alemanha.

¿Tudo isto quere dizer que a França descuidou por completo a sua defesa, correndo o risco de nem sequer se achar em condições, rebentando a guerra, de morrer com honra?

Por forma alguma.

A França, sabendo que se pode ganhar tempo à custa de velocidade, atirou-se às construções navais, e ràpidamente se pôs em condições de ser, não diremos um inimigo temível, em relação à Inglaterra ou à Alemanha, mas um aliado desejável para qualquer destas nações. A sua esquadra, junta à esquadra inglesa, aí está exercendo o domínio dos mares, e só graças a esta junção é possível o bloqueio efectivo da Alemanha, e a paralisação total do seu comércio marítimo.

Não poderia a França, por maiores esforços que fizesse, ter um exército superior ou sequer ao menos igual ao exército da Alemanha, visto êle depender, numèricamente, do valor populacional do País; mas vê-se agora, pelo que sucede na guerra, que o seu exército foi devidamente organizado e convenientemente instruído, nada deixando a desejar no que diz respeito a serviços administrativos e de saúde. Fortificou a França a sua fronteira leste por maneira a demorar ali, o tempo bastante para mobilizar e concentrar, a onda invasora dos vândalos germânicos; e a prova do valor dessa linha de fortificações está no facto de ter a Alemanha preferido cometer o crime de invadir a Bélgica, de cuja neutralidade era garante, a afrontá-la com as suas massas compactas e canhões de máximo calibre, assim uma espécie de mastodontes em instrumentos de guerra.

Mas a principal, a melhor preparação que a França fêz para a guerra foi o sistema de alianças que estabeleceu, e isso foi o trabalho inteligente e aturado dum homem que encheu o seu coração com estes dois sen-

timentos — o amor à França e o ódio à Alemanha. Já o leitor sabe que nos referimos ao sr. Delcassé. Os sete anos que viveu no *Quai d'Orsay* consumiu-os a estreitar as relações da França com a Inglaterra e com a Rússia, e teria arrancado a Itália à tríplice aliança se não fôra a campanha movida contra êle por Jaurés e Clemenceau. Sem essa inteligente política que fêz o sr. Delcassé, e que lhe valeu as horas mais amargas da sua vida, e lhe vale agora os triunfos mais assinalados que possam coroar a carreira dum diplomata, talvez a estas horas a França estivesse de novo esmagada, embora sem o vilipêndio de 1870.

Não; os germanófilos enganam-se quando dizem que a França estava mal preparada para a guerra, porque se esquecem das suas alianças — ou pretendiam fazer acreditar que as fizeram êles.

Os tratados

O problema da nossa intervenção na guerra ficou pôsto desde que a Inglaterra se declarou beligerante.

Se nos respectivos *Tratados de Aliança* se tivesse inscrito uma cláusula da qual resultasse, para nós, a obrigação de não ficarmos em paz quando a Inglaterra pegasse em armas — para se defender ou para atacar — o problema estava resolvido : iriamos para a guerra, a menos que a nossa aliada prescindisse da nossa cooperação.

Impunha-se o exame, e não a simples leitura dos *Tratados*, a sua mais rigorosa interpretação jurídica feita com ânimo de pautarmos o nosso procedimento pelas suas insofismáveis estipulações.

Convém notar que a Aliança anglo-lusa assenta nuns poucos de *Tratados*, o primeiro dos quais data de 1373.

¿ Quantos dos nossos homens públicos, dos que a partir de 1910 têm ocupado os mais altos cargos do Estado, quantos se dariam ao trabalho, no largo período em que fomos neutrais, e depois, quando nos forçaram à beligerância, de ler, cuidadosamente, êsses diplomas, que constituem a base da nossa política internacional ?

Alguns fariam essa leitura. Dos que furiosamente advogavam a nossa entrada na guerra, forçando as portas, nem um só, que nós saibamos, se deu ao trabalho de explicar ao País as razões jurídicas que nos levavam para os campos de batalha, fiéis à letra dos *Tratados*. Gritava-se que tínhamos de ir para a guerra, porque a isso nos obrigava a Aliança ; mas estivemos quási dois anos a chocar a nossa beligerância, e foi preciso que a Alemanha se declarasse em guerra connosco para deixarmos de ser neutrais.

Se a Aliança nos obrigava a considerar como nossos inimigos os inimigos da nossa Aliada, ¿ porque não formámos a seu lado nos campos de batalha, logo que ela entrou na refrega ?

Levámos dois anos atidos a uma neutralidade que nunca declarámos e nunca soubemos manter, e por seguro temos que nessa situação nos manteríamos até ao fim se a Alemanha, perdendo a paciência, não se tivesse declarado em estado de guerra connosco.

Vejamos que direitos nos garantem e que obrigações nos impõem os *Tratados* da nossa Aliança com a Inglaterra.

*

O primeiro *Tratado*, como já dissemos, é datado de 1373.

Só resistimos à tentação de transcrever, na íntegra, êsse documento, porque fizemos o propósito, que ainda não quebrámos, de não metermos na colecção dos nossos pequenos livros um *in-folio* grosso e pesado como um saco de batatas. Se transcrevêssemos, na íntegra, êste primeiro *Tratado*, igual transcrição teríamos que fazer de todos os outros, e isso levar-nos-ia à confecção dum volume de muitas centenas de páginas.

Publicou-se em Portugal, aí por 1847, um *Livro Azul*, versão do inglês, contendo, largamente extractados, os

diplomas de que nos estamos ocupando. A versão é horrível ; a sua leitura resulta desagradável. Aquela linguagem passou de moda e já não era de bom gôsto no alvorecer do século XV. A sua estrutura jurídica não desmerece da usada em diplomas equivalentes, anteriores a 1648, época que marca o início dum novo ciclo nos domínios do Direito internacional.

Para bem se avaliar dos merecimentos, sob o ponto de vista político dêste primeiro *Tratado* de Aliança entre Portugal e a Inglaterra, é indispensável conhecer os sucessos da nossa vida pública nos últimos anos do reinado de D. Pedro e nos primeiros do reinado de D. Fernando, marido de D. Leonor Teles, digna predecessora de D. Carlota Joaquina, *virtuosa* espôsa de D. João VI.

Mas não é das circunstâncias históricas em que foi concluído o *Tratado* de 1373 que nos compete tratar aqui, mas tam-sòmente da substância dêsse diploma, superabundante de palavras, sem a clareza e a concisão que devem ter as regras do Direito, para não se prestarem fàcilmente a perigosos sofismas e fantasiosas interpretações.

O *Tratado* é de paz e amizade — *paz constante e amizade perpétua, a tal se obrigando, por si, por seus Reinos, Estados, terras, províncias, domínios, vassalos e súbditos que fielmente lhes obedeçam, quaisquer que sejam. Como bons e fiéis amigos, daqui para diante hão-de ser recìprocamente amigos dos amigos e inimigos dos inimigos e mùtuamente se assistirão, manterão e sustentarão por mar e por terra contra todos os homens ou Estados que os lesem ou pretendam lesá-los.*

O compromisso de auxílio mútuo tem a maior extensão possível : abrange *os insultos, injúrias e actos infames* de que esteja ameaçado um dos contratantes e de que o outro venha a ter conhecimento, e deve procurar tê-lo por meio de correspondências ou de mensageiros, ou por qualquer outra via que melhor êles possam in-

ventar. Era a espionagem em todos os campos e por tôdas as formas — *e cada uma das partes, sem reserva, informará amplamente e com tôda a antecipação avisará e ùtilmente aconselhará a outra parte contra a qual tais coisas se meditem em relação ao que justamente se acaba de mencionar.*

O art. 3.º dêste *Tratado* estatue para o caso do Reino, Terras, Domínios ou lugares da outra parte virem a ser *infestados, oprimidos ou invadidos* por mar ou por terra por inimigos, perseguidores ou rivais, bastando a simples ameaça de infestão, opressão ou invasão por banda dos inimigos de qualquer dos Reinos contratantes para que o outro, *sendo para isso requerido*, quer por escrito, quer por via de mensageiros fidedignos, prontamente acuda em seu socorro, levando-lhe tôda a casta de defesa.

Fàcilmente se acreditaria que *o socorro com tôda a casta de defesa* é o socorro com tudo quanto um País, um Reino, pode pôr à disposição doutro para que leve de vencida o inimigo com quem se acha em luta armada.

Mas não ; *tôda a casta de defesa* é o socorro que um dos contratantes pode dar ao outro *sem injúria do seu País*, socorro que esteja habilitado a dispensar, restrito aos meios de defesa que existam ou sejam usados no Reino. Só para se defender a si próprio um País emprega tôda *a casta de defesa* — tôdas as suas fôrças militares, todos os seus meios económicos, todos os seus recursos financeiros — *salus populi suprema lex.* O socorro a dar a um aliado tem natural limitação nos meios de defesa que existam e sejam usados no Reino, como no *Tratado* está escrito, e que êste esteja habilitado a dispensar, *sem maior injúria no seu País.*

¿ E um tal socorro deve ser gratuito ?

Nos termos do *Tratado* que estamos analisando, êle deve ser dado *à custa, a expensa e sôldo do recorrente.*

Chamamos ainda a atenção do leitor para esta disposição do *Tratado*: — *O socorro deve ser prestado em atenção à urgência da parte recorrente, bem como à possibilidade de estar habilitada a completar os seus preparativos, aquela a que se recorre.* Quem *pede* é que é juiz da urgência que tem em ver satisfeito o seu pedido; quem dá não *pode* protelar, sem justificado motivo, o cumprimento do seu dever contratual, tão pronto quanto as circunstâncias o reclamassem, e lhe fôsse possível dá-lo.

Na rigorosa observância dêste *Tratado*, o simples facto de uma das partes contratantes entrar em guerra com qualquer inimigo não obrigava, por si só, a outra parte a ir para os campos de batalha. Iria se lhe fôsse pedido socorro e êsse socorro não excedesse as suas possibilidades de o dar, e pelo facto de o dar não pusesse em risco a sua própria segurança, quer por mar, quer por terra.

Quem se der ao trabalho de ler o texto dêste velho *Tratado*, considerando tôdas e cada uma das suas estipulações, acha-lo-á excessivamente prolixo e em certas passagens anfibiológico; mas é preciso reparar na data em que êle foi feito e ajustado e não esquecer que um dos contratantes era D. Fernando, homem sem carácter, pronto sempre a faltar aos seus compromissos mais solenes, prometendo e faltando com o despejo dum cigano a trapacear numa feira! O que êle fêz com Aragão e Castela, urdindo e desfazendo casamentos, aliado do aragonês pela manhã contra o castelhano, e à tarde aliado com o castelhano contra o aragonês!

Os plenipotenciários que em nome do rei Eduardo negociaram êste *Tratado*, conheciam o *Formoso*, e por isso deram ao respectivo diploma uma redacção exuberante, prevenindo tôdas as hipóteses de manha e argúcia por onde êle pudesse escamugir-se ao cumprimento rigoroso dos seus deveres contratuais.

Vejamos agora o segundo *Tratado* luso-inglês, segundo na ordem cronológica, datado de 1386.

É, como o anterior, um pacto de amizade e união entre os dois Estados; os amigos e os inimigos dum, são amigos e inimigos do outro; a obrigação de se auxiliarem é recíproca; o socorro impetrado e concedido deve ser pago — *tem de ser carregado à conta e a expensas da parte recorrente*. Inseriu-se neste *Tratado* uma cláusula de superior importância, nos termos da qual *nem trégua nem armistício pode qualquer dos contratantes ajustar com alguma outra Potência, sem que o outro contratante do facto tenha prévio conhecimento para resolver no caso, como tiver por conveniente.*

Tanto num como noutro dêstes dois *Tratados* — 1373 e 1386 — é expressa a condição de ser pedido o socorro que um dos contratantes deseje obter do outro — ser pedido e ser pago, tudo nos termos da Aliança.

E' manifesto que ninguém recorre a um auxílio de que não carece, e não há o direito de o impor quando êle tem de ser pago.

*

Pouco nos interessa o terceiro *Tratado* — 1642 — firmado por Carlos, rei da Gran-Bretanha, e D. João IV, rei de Portugal. O artigo XX dêste diploma declara em pleno vigor e fôrça as Alianças e Confederações em outros tempos feitas e contratadas entre a Inglaterra e as outras Potências. Muita amizade, muita paz, e a promessa de fazerem sempre bons *ofícios de amigos*.

*

Tem a data de 1654 o quarto *Tratado*, cuja assinatura se fêz em Westminster, já a Inglaterra se constituíra em República, e em Portugal reinava o Serenissimo Rei D. João IV.

A Gran-Bretanha fez-se República muito antes da França; e também, muito antes da França, mostrou como deve ser tratado um Rei que se incompatibiliza, por abusos e crimes, com a Nação.

A Europa monárquica chorou copiosamente a morte de Luiz Capeto e, de mãos estendidas para o cadafalso onde lhe cortaram a cabeça, jurou que a sua morte seria vingada, e logo tratou de se *coligar*, uivando fúrias contra a República e a Liberdade — contra a República porque derrubara o trono, contra a Liberdade porque fizera o regicídio. No século anterior a monárquica Inglaterra abolira a realeza e deslocara de cima dos respectivos ombros a cabeça de Carlos I.

Pois em 1654 foi assinado em Westminster um *Tratado* de paz e amizade entre a Inglaterra e Portugal, *Tratado* que tem a assinatura do Protector britânico, que assim se chamava Cromwell, uma espécie de Pavia, no proceder que teve para com o Parlamento, não lhe chegando a audácia para inaugurar uma dinastia.

Neste *Tratado*, também de paz e amizade, como os outros, não há estipulação que particularmente nos interesse; por isso nos dispensamos de o extractar, remetendo o leitor que tenha curiosidade de o conhecer para o citado *Livro Azul*.

O *Tratado* de 1660, o 5.º na série do *Livro Azul*, regula a maneira como Portugal poderá adquirir na Inglaterra fôrças militares, nunca mais de 2.500 cavalos nem mais de 12.000 homens, e define a situação dos oficiais que vierem combater por Portugal contra Castela, a todos ficando livre o exercício da sua religião. Pode o rei de Portugal afretar na Inglaterra vinte e quatro navios, cada vez que o julgue conveniente e por aquele preço que possa contratar com os donos, *e pode igualmente comprar aquela quantidade de armas e munições que se exigirem para o supramencionado de tropa e navios. A condução para Portugal dos solda-*

dos, armas e munições será à custa do rei português e efectuada por preços razoáveis ajustados entre êle e os contratadores.

Tratava-se de habilitar o rei de Portugal a bater-se vantajosamente contra o rei de Castela, e a Gran-Bretanha achava mais cómodo, por lhe ficar mais barato, permitir-lhe que no seu território recrutasse homens, soldados, oficiais e sargentos, fretasse navios e comprasse armas e munições, do que fornecer-lhe o socorro que lhe fôsse pedido e com base nas estipulações da já velha aliança. O que admira é não se ter introduzido no *Tratado* uma cláusula que garantisse uma pensão aos militares ingleses que se inutilizassem ao serviço de Portugal, tendo a ela direito a família dos que nesse serviço morressem.

*

O 6.º *Tratado* entre Portugal e a Gran-Bretanha, o 6.º na série do referido *Livro Azul,* foi assinado em Whitehall e tem a data de 23 de Junho de 1661. Êste *Tratado* não é, por disposição expressa, como nos outros, um pacto de união e amizade, acentuando-se que os amigos e inimigos duma das duas partes contratantes serão amigos e inimigos da outra parte.

A contextura dêste diploma é a dum instrumento jurídico destinado a garantir a protecção que um Estado promete dar a outro Estado, e que a Inglaterra, no caso de que nos ocupamos, promete a Portugal.

Portugal ficou sendo, desde a entrada em vigor dêste *Tratado,* um Estado protegido, não sob tutela, mas sob a protecção da Gran-Bretanha.

Por conveniências de ordem política, que interessavam muito a Portugal, e interessavam grandemente à França e à Inglaterra, ajustou-se o casamento da Infanta Isabel, nossa excelsa princesa, com o Monarca inglês, Carlos II, que era uma espécie de Lovelace de coroa e scetro. A

princesa era feia, mas paramentaram-na com muita riqueza, e o régio pândego, a quem não faltavam mulheres bonitas na côrte inglesa, vendo que o casamento com ela era um esplêndido negócio, deixou-se casar.

Na *corbeille* da noiva Portugal pôs Tânger e Bombaim, pôs um milhão de cruzados, e a promessa de pagar outro milhão no decorrer do segundo ano do casamento. O erário estava cheio de teias-de-aranha, a capacidade tributária do contribuinte estava esgotada ou quási esgotada, e do céu não chovia maná doirado ou prateado, que provesse às necessidades da administração pública. A rainha-mãi, para dotar a filha, precisou de empenhar tôdas as suas jóias e pedrarias, e ainda necessitou de pedir emprestada a prata dos conventos, que de boamente ou de má vontade lha emprestaram. Bombaim e Tânger eram bocados da terra portuguesa, fruto duma conquista em que empenháramos muitas vidas preciosas e valiosos recursos da nossa vida económica.

Em troca, ¿ o que recebíamos da Inglaterra ?

Pois recebíamos o 6.º *Tratado* da série, constante do *Livro Azul*, datado de 23 de Junho de 1661, como atrás ficou dito.

Transcrevamos :

Art. XV — *Em consideração de tôdas estas concessões e privilégios que de tão grande benefício são para El-Rei da Gran-Bretanha e para seus súbditos em geral, e em consideração à dádiva para sempre feita a sua dita Majestade e seus herdeiros, que désses importantes lugares que até tão longe fazem com que a grandeza do seu império se espalhe ; e outro-sim tendo em consideração o dote em si, que muito além excede o dote que jamais tenha sido dado a Infanta alguma de Portugal — El-Rei da Gran-Bretanha, por consenso e aviso do seu Conselho, há por bem significar e declarar que*

êle tomará a peito os interêsses de Portugal e todos os seus domínios, defendendo-os com o mais excessivo empenho por mar e por terra da mesma forma que à própria Inglaterra, e que êle para ali fará transportar à sua própria conta e custa dois regimentos de cavalaria constando cada um de 500 cavalos, e dois regimentos de infantaria de 1.000 homens cada um, que todos serão armados à custa de El-Rei da Gran-Bretanha, mas depois de terem desembarcado em Portugal serão pagos por El-Rei de Portugal, e no caso que os ditos regimentos venham a ter diminuïção, em resultado de combate ou por outra causa, El-Rei da Gran-Bretanha se obrigará a preencher à sua própria custa o número, e outro sim fará com que os ditos regimentos sejam transportados logo que chegue a Inglaterra a Senhora Infanta, se assim fôr do desejo de El-Rei de Portugal.

O art. XVI regula o auxílio que El-Rei de Inglaterra deve dar a El-Rei de Portugal tôdas as vezes que o seu reino fôr invadido, auxílio que pode ir até ao emprêgo de tôdas as fôrças navais, inglesas, que demorem, ao tempo, no Mediterrâneo e em Tânger. E pelo auxílio que nos termos dêste *Tratado* é expresso no art. 15.º, declara-se expressamente — *Sua Majestade El-Rei da Gran-Bretanha, seus herdeiros e sucessores não exigirão em tempo algum retribuïção qualquer.*

O art. XVII figura a hipótese de qualquer pôrto do reino de Portugal ser sitiado ou bloqueado, e estatue que, nesse caso, El-Rei de Portugal terá auxílio de homens e navios, segundo as circunstâncias o exigirem.

No art. XVIII El-Rei de Inglaterra compromete-se a nunca fazer com Castela uma paz que o impeça de dar, directa ou indirectamente, o auxílio de que êle carecer para sua defesa, ainda que por motivo dêsse auxílio tenha que empreender guerra com El-Rei de Castela.

A soberania dum Estado protegido fica sempre di-

minuída, pelo facto da protecção — como a dum Estado cuja neutralidade é garantida, *ad perpetuum*, por outro ou outros Estados. Nas suas relações exteriores, o Estado protegido tem de conduzir-se com a maior cautela, não vá criar para o Estado que o protege uma situação de conflito que possa ir até à declaração de guerra a um outro Estado. Na gestão dos seus negócios internos idênticas cautelas se impõem ao Estado protegido, no mesmo justo receio de envolver o Estado protector numa situação conflituosa. Por assim dizer, o Estado protegido é uma espécie de condenado a quem aproveita a suspensão da pena...

A verdade é que ficámos sob a protecção da Inglaterra desde que com ela firmámos o *Tratado* de 1661, cujo art. 1.º revalidava todos os *Tratados* luso-ingleses que entre os dois Reinos se tinham ajustado desde 1641. Assim, embora protegidos, dispondo para nossa defesa de tôda a fôrça da Inglaterra, era-nos respeitado o direito, consignado em Tratados, de no Reino aliado recrutarmos pessoal e adquirirmos material para nossa defesa e segurança.

Confiados em que, sendo a Inglaterra por nós, ninguém se atreveria a ser contra o nosso País, fizemos da Aliança um travesseiro de penas, e aí pousámos a cabecinha tonta, cheia dos fumos da Índia, sem a preocupação de acautelarmos, no futuro, as grandezas que nos vinham do passado. Entregue a guarda do nosso vasto domínio colonial à maior potência marítima do mundo, ¿ que necessidade tínhamos de navios de guerra? Desinteressámo-nos da defesa militar das nossas colónias, e, sem pendor para a Indústria e sem tineta para o Comércio, não organizámos uma frota mercante, para a protecção da qual precisaríamos ter uma Armada.

Como não nos propomos fazer um capítulo de história, bem ou mal enxertado neste livro, dispensamo-nos de prosseguir nas considerações de vária ordem que no

nosso espírito sugerem a leitura dêste *Tratado*, do qual fizemos, todavia, um largo extracto, que o leitor, sem dúvida, terá no devido aprêço.

Mas não queremos passar adiante sem transcrever o *artigo secreto* dêste *Tratado*, e que serve ainda a confirmar o alto aprêço em que a Inglaterra tomou o presente de núpcias que a Infanta Isabel fêz ao Rei Carlos II.

Artigo secreto. — *Por êste Artigo secreto foi acordado e concluído que Sua Majestade El-Rei da Gran-Bretanha, em atenção às grandes vantagens e aumento de domínio* que obtivera pelo acima mencionado *Tratado* de casamento, promete e se obriga como pelo presente artigo o faz, a defender e proteger tôdas as Conquistas ou Colónias *pertencentes à Coroa de Portugal contra todos os seus inimigos tanto futuros como presentes; além disso, Sua Majestade El-Rei da Gran-Bretanha se obriga a ser mediador de uma boa paz entre El-Rei de Portugal e os Estados das Províncias Unidas e as Companhias ou Sociedades de negociantes seus súbditos, debaixo de condições convenientes e adaptadas aos interêsses mútuos de Inglaterra e Portugal; e no caso que esta Paz não possa ter lugar, então Sua Majestade El-Rei da Gran-Bretanha será obrigado a defender com homens e navios os ditos domínios e conquista de El-Rei de Portugal.*

No caso igualmente que quaisquer cidades, fortes, castelos ou quaisquer outras praças hajam de ser tomadas pelos Holandeses depois do dia 1.º de Maio do presente ano de 1661, então Sua Majestade El-Rei da Gran-Bretanha promete e toma sôbre si obrigar os Holandeses a uma completa e perfeita restituïção. Sua Majestade El-Rei da Gran-Bretanha obriga-se outro-sim a mandar na próxima monção que tiver lugar depois da ratificação do Tratado de casamento e do dêste Artigo, um socorro conveniente para as Índias Orientais,

segundo Portugal carecer, e conforme a fôrça dos seus inimigos. Fica pelo presente declarado que nem Sua Majestade El-Rei da Gran-Bretanha, nem os seus sucessores exigirão em época alguma pagamento ou retribuïção pelo referido.

*

O último *Tratado* anglo-luso foi assinado em Lisboa aos 16 de Maio de 1703. É um Tratado de sincera amizade e perfeita concórdia, como no seu artigo 1.º é consignado. Auxílio mútuo, como se o interêsse dum fôsse o interêsse de todos.

¿Os Reis de Espanha e França, conjuntamente, ou cada um de per si, fazem guerra ou ameaçam fazê-la a Portugal? A Gran-Bretanha e a Holanda empenham os seus bons ofícios para evitar a luta, e, se o não conseguirem, empenharão tôdas as suas fôrças para que não seja vencido Portugal. A defesa será feita em terra e no mar, e o Tratado regula as condições em que o auxílio deve ser prestado, quer no Continente, quer no Ultramar, e se alguma praça ou cidade cair na posse do inimigo, o auxílio das Potências (Gran-Bretanha e Holanda) continuará até que a praça ou cidade seja retomada. O art. VII regula a questão, muito importante, do Almirantado, e fá-lo por forma a não chocar a disciplina e não ferir susceptibilidades.

O rei de Portugal é obrigado a empenhar os seus bons ofícios para evitar uma guerra entre a França ou a Espanha, e a Inglaterra ou a Holanda, e, se a não poder evitar, intervirá com tôdas as suas fôrças a socorrer os aliados.

Art. XIV — *Não haverá paz nem trégua sem o consentimento comum dos três aliados, e esta liga será perpétua e eterna.*

*

O oitavo *Tratado*, o último da série, foi assinado no Rio de Janeiro, em 22 de Fevereiro de 1810, e foi aca-

bado em 22 de Janeiro de 1815, sem prejuízo dos Tratados de Aliança, amizade ou garantias que se têm estabelecido entre as duas Coroas e que por êste *Tratado* se consideram renovados e reconhecidos como existentes e em plena fôrça e efeitos.

Já o leitor conhece a série dos Tratados luso-ingleses que constituem a série do *Livro Azul*, onde só vem extractada, de cada um, a parte politica pròpriamente dita. É pena que estes diplomas não tenham sido publicados, até agora, na íntegra e em separata, tornando-se fácil a sua consulta. Os do *Livro Azul* são fielmente extractados, mas são horrìvelmente vertidos, parecendo que o trabalho da sua versão do inglês para português foi entregue a um mau estudante do Liceu.

Redigidos todos, ou quási todos, numa linguagem que se tornava mais arcaica, nunca ocorreu dar-lhes actualidade, ao menos a êste respeito, tornando a sua leitura agradável e as suas estipulações mais conformes aos usos e costumes.

De cada vez que connosco fazia um *Tratado*, a Inglaterra não se esquecia de revalidar os *Tratados* anteriores, que assim ficavam em plena fôrça e efeitos, como se escreveu no último de todos, o de 1815.

Não deveria ser extremamente difícil, e com certeza não teria sido impossível à diplomacia de Portugal, fundir todos os *Tratados* luso-ingleses num só *Tratado*, no qual se mantivessem as disposições, regras e preceitos reputados essenciais à índole dum pacto de Aliança, eliminando termos obsoletos, que só podem servir para tornar vária a interpretação de alguns princípios e regras estatuídos.

Tanto no que respeita à nossa defesa por terra como à nossa defesa por mar, o que se acha estipulado nos diferentes *pactos de paz e aliança* já não poderia ser exigido nos precisos termos em que se acha consigna-

do, e não é sempre fácil, sendo muitas vezes arriscado, procurar e estabelecer equivalências.

Em 1815 iniciou-se na Europa um princípio de vida nova, e foi em Viena que se forjou o eixo sôbre que devia girar, daí para diante, a política no *velho continente*. Nós fizemos parte do respectivo Congresso, considerados grande Potência — uma das oito grandes Potências que assinaram a acta geral do Congresso.

¿Não teria sido oportuna essa ocasião para, de pleno acôrdo com a Grã-Bretanha, actualizarmos a nossa Aliança?

Outras oportunidades não faltaram, de então para cá, entre elas a guerra anglo-boer, em que a Inglaterra teve de aproveitar os nossos favores para não sofrer uma derrota, pelo menos para não comprar a vitória por um preço ruinoso.

Se actualizassemos os variados instrumentos da nossa multisecular Aliança com a Inglaterra, teria desaparecido, por inútil, aquele Tratado de franca e declarada protecção exarada no diploma que tem a data de 1661. O *Tratado* de 1703 não é pròpriamente um *Tratado* de protecção, muito embora a Gran-Bretanha e a Holanda se comprometam a guardar permanentemente as costas e portos da Metrópole, acudindo aos domínios ultramarinos, em caso de necessidade, incumbindo a Portugal acudir, com tôdas as suas fôrças, em defesa de qualquer dos dois Reinos invadido ou ameaçado.

Perfunctório, embora, já o leitor tem dos Tratados um conhecimento suficiente para nos dizer, em consciência, se Portugal é obrigado a pegar em armas só pelo facto da Inglaterra estar em guerra com outra ou outras Nações. O socorro que pelas estipulações dos *Tratados* ela tem o direito de nos pedir, e nós temos obrigação de lhe dar, é necessário que no-lo peça, e não tem o direito a que êle, em natureza e valor, exceda as nossas possibilidades normais e ponha ou possa pôr

em risco a nossa própria segurança, isto é, a segurança da terra portuguesa, na Metrópole e nas Colónias.

Convém fixar êste ponto, porque êle explica a azáfama em que andaram os nossos *internacionalistas* mais graduados para conseguirem que a Inglaterra nos pedisse auxílio, acabando ela por condescender com o govêrno português, que teve artes de conseguir que o govêrno inglês retirasse uma nota em que agradecia o socorro oferecido, substituindo-a por uma outra em que nos pedia socorro.

Vejamos agora em que pé de relações estávamos nós com a Inglaterra quando a Alemanha, num acesso de voracidade colonial, se pôs a negociar com a nossa Aliada a partilha das Colónias portuguesas.

*

Estamos no ano de 1898.

O nosso império colonial estaria intacto àquela data, se a Inglaterra, anos atrás, não tivesse apetecido um naco, que já tinha entalado nos queixos quando se lembrou de o pedir, enviando-nos um ultimato, que era ao mesmo tempo uma injúria e uma ameaça.

Ninguém tinha o direito de proceder assim para connosco, e muito menos a Inglaterra, ligada a nós por uns poucos de Tratados, nalguns dos quais se compromete a considerar seus inimigos os nossos inimigos, e em todos se reconhece na obrigação de não consentir que seja lesada a integridade do nosso domínio, tanto no continente como no ultramar.

A Alemanha, que já se fizera potência colonial, sem o protesto de ninguém, ambicionava maior domínio ultramarino, e pensou que a maneira mais fácil de o obter seria à custa de Portugal. ¿Esbulhar-nos pela violência?

Era muito arriscado, em primeiro lugar porque a Inglaterra, pela fôrça dos Tratados, está obrigada a manter a nossa integridade, tanto no que diz respeito à Metrópole como no respeitante às colonias, e em segundo lugar porque as outras potências coloniais, e as que aspiravam a sêl-o, oporiam o seu veto, pelo menos levantariam protestos e reclamações contra o engrandecimento de uma Nação já grande, à custa de uma Nação pequena.

¿Não seria melhor entender-se com a Inglaterra, e, como bons parceiros, procurarem fazer a coisa a meias?

O domínio colonial dos portugueses, mesmo restrito à Africa, dava bem para dois quinhões, ainda que se tratasse só de Angola e Moçambique.

A penúria do tesouro português, naquele tempo, era aflitiva, agravada pela necessidade de termos de pagar um milhão de libras, a isso condenados por uma sentença de árbitros.

Teve faro a Alemanha de que Portugal pensava em colocar um empréstimo na Inglaterra, e logo propôs ao govêrno da Gran-Bretanha fazerem uma *vaca*, isto é, fazerem o empréstimo a meias. E o govêrno português teve que desistir do empréstimo, sem que se tivesse chegado a assentar qual dos dois parceiros, o alemão e o inglês, entraria com a maior parte.

Entretanto rebentava a guerra anglo-boer, em parte promovida pelos alemães, a quem maravilhosamente convinha que a Inglaterra se não instalasse de vez na Africa do Sul.

A Alemanha intrigou quanto pôde para auxiliar os boers, não hesitando o Kaiser em mandar um telegrama a Kruger, que à Europa vinha a pleitear a causa do seu País junto das Potências, disfarçadamente, a dizer-lhe que contasse com êle...

¿Qual foi, na conjuntura, a atitude de Portugal, aliado da Inglaterra e vizinho, paredes-meias, do Transvaal?

A Inglaterra exigiu que mantivéssemos uma *neutralidade não declarada*... contanto que praticássemos todos os actos de beligerância em que a Inglaterra tivesse vantagens ou de que tivesse necessidade. Para coonestar o caso, fez-se apêlo a verdadeiras ou falsas reversas de um pacto de 1875, e assim se justificou que pelo nosso território, fronteira norte, passassem armas e munições para os ingleses atacarem os transvalianos.

O pôrto de Lourenço Marques esteve, sob proposta da Alemanha, para ser bloqueado, e só o não foi porque a Inglaterra recuou perante a monstruosidade de bloquear um pôrto pertencente a um País que não estava em estado de guerra.

Fatiga, mas é interessante ler todos os documentos que a Inglaterra publicou, e que vão desde 1896 a 1914. Nós já deveríamos ter feito igual publicação, mas *de minimis non curat praetor.*

Em dado momento manifestam-se pretensões sobre os Açores, que parecia estarem fora do jôgo. Então, lord Salisbury informa que a Inglaterra, obrigada pelos Tratados a defender Portugal e a manter a sua integridade e independência, *não consentirá que os Açores fiquem debaixo do contrôle de qualquer Terceira Potência* (29-11-1898).

A Inglaterra, nossa amiga e nossa aliada, não só exige que sôbre os Açores se não exerça o *contrôle* de qualquer Potência, mas exige também que os rendimentos das Alfândegas do arquipélago não sirvam de garantia a qualquer empréstimo que Portugal faça ou venha a fazer.

A França também está mortinha por emprestar dinheiro a Portugal, cujas condições financeiras foram melhorando, até ao ponto do Marquês de Soveral, em Londres, dizer ao govêrno inglês que o seu País já não precisava que lhe emprestassem ; mas um tal empréstimo convinha à Alemanha e à França, esperançadas

em que não podendo o govêrno português satisfazer regularmente o encargo da dívida, viesse a aceitar o *contrôle* alfandegário, ao que Salisbury respondeu — 7-6-1899 — que a Inglaterra nunca em tal consentiria, dando-se Soveral por satisfeito, e garantindo ao govêrno inglês que as Alfândegas açoreanas, como era seu desejo, nunca garantiriam qualquer empréstimo.

E ¿se as Potências credoras — pondera Soveral — tomando como pretexto a falta de pagamento dos juros, enviarem ao meu govêrno um ultimato?

Responde Salisbury: *Nesse caso a objecção da Inglaterra será muito séria, mesmo que o contrôle fôsse consentido por Portugal...*

Em data de 18 de Agôsto de 1898, Balfour diz a Soveral que nas suas negociações com a Alemanha os direitos soberanos de Portugal serão respeitados. No decurso das conversas entre Berlim e Londres, a Alemanha não hesita em afirmar que deseja manter a integridade do império colonial português! Talvez; mas ameaça entender-se com a Rússia, se a Inglaterra, na fúria de *marchander*, não se mostrar razoável para com as suas pretensões.

Todos queriam acudir à nossa penúria; todos queriam que fôsse respeitada a nossa integridade, no continente e no ultramar; mas o empréstimo não se fazia, e a Alemanha oferece compensações à Inglaterra, em Zanzibar, em troca de Timor — como se Timor fôsse possessão inglesa. O empenho da Alemanha, então, era possuir Timor e reclamava-a com uma insistência tão impertinente que a Inglaterra se viu obrigada a dizer-lhe—num tom que não admite réplicas — Timor está fora de discussão.

Tratava-se de nós, do Portugal constituído em Nação independente desde o século XII; mas, pelo tom em que conversavam, a nosso respeito, a Inglaterra e a Alemanha, dir-se-ia tratar-se dum menor, nem sequer tendo

a fiscalizar os seus interêsses um conselho-de-família...

Prevenindo a hipótese doutras Potências quererem ter intervenção em Angola e Moçambique, os governos de Londres e Berlim firmam uma declaração em que se comprometem a não consentir uma tal intervenção. Fica expresso, nesse documento, o seguinte: *Nada nesta declaração será interpretado como derrogando as estipulações dos Tratados existentes entre a Inglaterra e Portugal.*

Sim, a Inglaterra nunca se esquece dos *Tratados* que a prendem a Portugal.

A França, vendo que é abundante o festim, quere meter a sua colherada, alegando que é vizinha, paredes-meias, de Portugal, no Oriente africano; e a Alemanha, picada de ciúmes pelo namôro que a Inglaterra faz às colónias portuguesas, declara solenemente que não consentirá que elas passem ao domínio da Inglaterra, pronta a ajudar o Transvaal nos seus esforços para se apossar de Lourenço Marques.

Quando foi oportuno, apareceu uma *declaração secreta*, assinada por Salisbury e Soveral (14-10-99), nos termos da qual Portugal se responsabilizava por não consentir a passagem de armas e munições para o Transvaal, dada a declaração de guerra entre a Inglaterra e aquele país, e durante a guerra, comprometendo-se igualmente a não declarar a neutralidade. A Inglaterra revalida as estipulações dos Tratados de 1654 e 1661?

Em 13 de Setembro de 98 Soveral propõe a Salisbury um acôrdo que permita à Inglaterra atacar o Transvaal por Lourenço Marques e utilizar o respectivo pôrto como base de operações.

Não se declarando Portugal neutro perante a guerra anglo-boer, a Inglaterra podia utilizar-se do pôrto de Lourenço Marques à sua vontade, não podendo fazer o

mesmo a Alemanha, que ao tempo ainda não era uma Potência marítima.

Em 7 de Junho de 1898 Soveral comunica a Salisbury que o empréstimo já não é necessário, mas receia êle que o façam a Alemanha e a França, e que estes credores, quando os rendimentos das Alfândegas coloniais não chegarem para o serviço da dívida, possam reclamar *contrôle* sôbre as Alfândegas do Continente. Tranquilizou-o Salisbury, dizendo-lhe que nunca em tal consentiria a Inglaterra.

Em data de 21-6-98 lord Salisbury diz que o embaixador alemão o procurou para lhe preguntar se o govêrno inglês se entenderia com o govêrno alemão sôbre operações financeiras respeitantes a Portugal, tendo-lhe respondido que tais questões só interessam às duas Potências — Portugal e Inglaterra — lembrando, ao mesmo tempo, que entre elas há tratados a respeitar.

Resposta inteiramente correcta e vasada nos moldes da mais perfeita cortesia internacional; mas o demónio é que, pouco depois, o ministro inglês declara que a Inglaterra se entenderá com a Alemanha, não sôbre o empréstimo, mas quando se tratar da alienação de territórios.

A Inglaterra, na sua linguagem diplomática, é muitas vezes tão imprecisa, que parece sibilina, ficando-se na dúvida sôbre qual é o seu verdadeiro pensar, e sôbre qual será, tendo de agir, o seu real procedimento.

Assim, por exemplo, em 1873, o govêrno espanhol pretende saber qual será a atitude da Inglaterra, no caso da Espanha, impelida por uma grande onda de opinião pública, invadir Portugal.

A resposta do Foreign Office, com a data de 19 de Fevereiro de 1873, foi esta:

A Espanha não pode contar com a indiferença da Inglaterra no caso de agressão contra Portugal. O go-

vêrno inglês resolverá no momento, e segundo as circunstâncias, se algum socorro fôr pedido por Portugal (Granville).

¿Não seria mais fácil e mais peremptório dizer a Inglaterra que, no caso de ser invadida a Nação aliada, procederia nos termos da respectiva aliança?

Em data de 31 de Agôsto de 1898 Balfour comunica a Soveral: — *Fui sempre de opinião que êste negócio se faria para interêsse de Portugal, e que nunca êle envolveria perda ou diminuïção de direitos soberanos e ainda menos qualquer alienação de territórios.*

Neste comunicado, Balfour diz que prometera dar conhecimento a Soveral das negociações em que andava com a Alemanha, o momento oportuno sendo aquele em que as duas partes — Inglaterra e Alemanha — chegassem a acôrdo.

Quere dizer, a nossa fortuna, a nossa propriedade, a nossa soberania, estavam a ser disputadas no sentido duma partilha amigável entre dois parceiros, um dos quais nosso aliado, e a disputa prosseguiria até que se pusessem de acôrdo, dizendo-nos então... como tinham disposto do que era nosso...

Ajustados os termos da negociata em 1 de Setembro (1898), o embaixador alemão faz ver os inconvenientes de se conservar Portugal na ignorância do que se passava, o maior dos quais seria Portugal recorrer à França. Propõe, então, um concêrto para se evitar essa intervenção — *recorrendo à fôrça, sendo necessário.*

A Alemanha diz que não dispensa Timor, como garantia da quantia emprestada, ao que Inglaterra se opõe irredutivelmente, vindo a ficar Timor fora da questão.

A França queria emprestar-nos dinheiro, e fazia nisso o maior empenho. Para tornar as suas pretensões aceitáveis, limitava-se a exigir-nos modestas garantias: *o rendimento das Alfândegas; consignação das receitas dos caminhos de ferro, contrôladas por ela; um comité*

para fiscalizar a saida de notas do Banco de Portugal, e entrega das receitas das Alfândegas e caminhos de ferro aos representantes dos credores.

Era a interdição, por motivos de incapacidade administrativa, ficando-nos livre a regência da nossa pessoa, a ver o caminho que os nossos bens levavam.

Em 29-6-98 Salisbury diz que o ministro português insiste por um empréstimo de 8 milhões de libras, feito de maneira que não ofenda a Alemanha e a França.

Figuraram-se várias modalidades do empréstimo — a meias, em partes desiguais, e sempre com garantias territoriais. Por exemplo: o pôrto de Lourenço Marques e a porção da Província até ao Zambeze, para a Inglaterra; e daí para cima para a Alemanha.

Reflexões de Bertie (*Mem.* de 30-6-98): «A Inglaterra, obrigada pelos Tratados a defender a independência e a integridade de Portugal, tem interêsse em que êle se administre bem; a Alemanha, que lhe cobiça as colónias, tem interêsse contrário. — A Alemanha afirma que não deseja diminuir ou amputar Portugal, antes anseia por mantê-lo».

Balfour (21-12-98) diz ao embaixador alemão que é inconveniente tornar público o acôrdo sôbre Portugal, mas que se alguma das Potências desejasse em qualquer ocasião fazê-lo, deveria pôr-se de acôrdo com a outra Potência; o alemão concorda.

Inspecção e não administração das Alfândegas, segundo o acôrdo anglo-alemão:

«A declaração secreta anglo-portuguesa, impròpriamente chamada «Tratado de Windsor» (Documentos, pág. 99) só foi comunicada à Alemanha, em 1913, por ocasião da nova tentativa para se repartirem as colónias portuguesas por zonas de influência económica.» (O Príncipe Lichnowsky).

Mesmo os países ricos lutam algumas vezes com falta de dinheiro, e podia bem ser que a Inglaterra, no

momento, se não julgasse habilitada a emprestar oito milhões de libras. Mas ¿porque foi que em 13 de Julho (98), Salisbury disse que a Inglaterra faria a maior resistência a que Portugal arranjasse dinheiro noutra parte ?

Salisbury, em 14-7-98, promete avisar a Alemanha de qualquer procedimento que o govêrno inglês resolva adoptar e que possa dizer respeito a direitos ou legítimos interêsses da Alemanha nas colónias portuguesas.

Ao passo que afirma não ter a Alemanha que intervir num negócio financeiro entre Portugal e a Inglaterra, vai conversando com ela a êsse respeito, e aceita, para as considerar, preguntas sôbre o assunto, prometendo avisá-la quando se tratar da alienação de território.

Pretende-se, e disso se fala claramente, que Portugal abandone as duas grandes Províncias de Africa à Alemanha e à Inglaterra, matéria sôbre a qual esta Potência não devia admitir conversas. E' verdade que em 21 de Junho (98) ela diz : *Nosso motivo de acção era manter o statu quo, com respeito às possessões portuguesas e prolongar a vida de Portugal como Nação independente.*

Em data de 31 de Agôsto de 1898, Balfour diz a Soveral que o arranjo a fazer-se com a Alemanha, para o empréstimo, seria sem perda dos direitos soberanos de Portugal, e menos ainda com cessão territorial.

O Soveral só foi informado das negociações entre a Alemanha e a Inglaterra muito tarde ; e foi para que informasse o seu govêrno, não se desse o caso dêste procurar dinheiro em França ou em qualquer outra parte.

Em data de 6 de Outubro de 1898, Salisbury propõe uma nota, que devia ser assinada por Portugal e Inglaterra, estabelecendo que Portugal, no caso de guerra entre Inglaterra e Transvaal, não se declarará neutral : *Portugal, declarada a guerra entre a Inglaterra e o Transvaal, não permitirá a passagem de armas e munições de guerra, nem se declarará neutral.*»

A declaração, impròpriamente chamada *The Windsor Treaty*, só foi comunicada ao govêrno alemão em 1913, quando se tratava doutra partilha das colónias portuguesas.

Canning interpretava o Tratado de 1661 como não contendo garantias relativamente às colónias.

A Alemanha incita o Transvaal a tomar posse do caminho de ferro de Lourenço Marques, e propõe-se comprá-lo. Reclama que seja êle, govêrno alemão, o primeiro a conhecer a sentença de Berna.

Grande namôro entre a Alemanha e o Transvaal, em 1896; banquete em Pretoria, no dia de anos do Imperador; Kruger entende ser chegada a época dos dois países estreitarem relações.

Soveral diz que Portugal pode obter, aqui ou além, só com garantias territoriais, o empréstimo, ficando livres o pôrto e caminho de ferro de Lourenço Marques. Chamberlain obtempera que isso seria tomado pelo govêrno inglês como acto de má amizade.

Soveral aceita um empréstimo garantido pelo rendimento das nossas possessões em Africa, ficando livres o pôrto e caminho de ferro, que nunca se hipotecarão a qualquer operação financeira.

A Inglaterra declara terminantemente que nenhuma parcela de território português serviria de garantia ao empréstimo a Portugal.

«O govêrno de S. Majestade Fiel e o govêrno de S. Majestade a Rainha da Gran-Bretanha e Irlanda, Imperatriz das Índias, afirmam a validade dos Tratados entre as Duas Coroas, reconhecem o dever que têm de manter e defender reciprocamente a integridade e a soberania dos territórios respectivos, e no caso de guerra entre a Gran-Bretanha e o Transvaal, estão entendidos para tomarem as medidas necessárias para êste fim». Esta nota foi enviada por Soveral ao govêrno inglês, em Outubro de 1899, sendo dirigida a Salisbury.

Em data de 6-6-98 H. Macdonnal comunica a lord Salisbury que o embaixador alemão continua a instar com o govêrno português para que não chegue a um acôrdo com a Gran-Bretanha, sem o consentimento do govêrno alemão. Advoga calorosamente a idea dum arranjo, com a participação da França.

Em 8 de Agôsto de 1898, declaração, assinada pela Alemanha e pela Inglaterra, comprometendo-se a não consentirem que outra ou outras Potências adiantem dinheiro a Portugal, garantido o empréstimo com o rendimento das alfândegas coloniais. *No caso de renúncia de Portugal aos seus direitos soberanos sôbre Moçambique e Angola, ou se vier a perder estes territórios por qualquer outra maneira, a Alemanha e a Inglaterra comprometem-se a não formular pretensões sôbre os territórios das alfândegas hipotecadas.*

Alvitra-se a formação duma Companhia que forneça dinheiro para pagar a indemnização e que serviria para fazer melhoramentos no pôrto e caminho de ferro de Lourenço Marques, sob condição de não facilitar a entrada, por mar, para o Transvaal e não fazer concessões em Lourenço Marques sem licença da Inglaterra.

Também se alvitra o empréstimo, garantido por tôdas as receitas da Colónia, destinado à consolidação da dívida flutuante e indemnização de Berna.

Em Julho de 1898 Bertie diz «*qué parece ter chegado a hora de uma decisão a tomar sôbre a política de Portugal nas suas possessões africanas. Portugal está numa situação desesperada em questões de dinheiro, de que precisa para as suas despesas ordinárias e para pagar a indemnização a que foi condenado, de um milhão de libras, por decisão de árbitros*». Chamberlain sugeriu um acôrdo em que a Inglaterra se obrigaria a manter as possessões africanas, e Portugal se comprometeria a não dar acesso ao Transvaal, por mar, sem o assentimento da Inglaterra, ficando o

pôrto e caminho de ferro de Lourenço Marques no condomínio anglo-português. Ainda Chamberlain lembrou um empréstimo garantido por tôdas as receitas coloniais.

¡E pensar que tantas negociações, tantas manigâncias se faziam na sombra duma diplomacia secreta, a ocultas do representante de Portugal, e que só de longe em longe se dizia uma palavra, quási sem significado preciso, para entreter a sua possível curiosidade!...[1]

---

[1] Surpreendido pela doença que o matou, não pôde o Dr. Brito Camacho concluir êste valioso estudo sôbre Tratados. Mesmo incompleto, resolvemos incluí-lo neste livro, porque representa, tal como está, copiosa e oportuna informação, sempre útil aos leitores menos versados em política internacional.

A atitude de Portugal

I

15 de Outubro de 1914.

A Inglaterra, com fundamento nos tratados em que se definem as relações entre os dois povos, solicita a nossa intervenção directa na guerra. Convém dizer, para que todos o saibam, que a Inglaterra mostrou sempre o maior desejo de nos conservar alheios ao conflito, poupando-nos a todos os sacrifícios que, para nós, resultassem inúteis, e para ela não fôssem necessários.

A declaração feita no Parlamento, em 7 de Agôsto, mereceu todo o aplauso da Inglaterra, pois que não sendo uma declaração de neutralidade, nos deixava aptos para lhe fazermos grande número de favores, de inapreciável importância, nas condições actuais; e não sendo de beligerância, permitia à Alemanha fingir que ignorava a nossa atitude, sem *froissement* dos seus brios nacionais.

Um dia virá ao conhecimento do público a longa conversa havida entre Londres e Lisboa, a-propósito da guerra; e, em presença das notas respectivas, que não podem ficar eternamente sepultadas nos arquivos ministeriais, ver-se-á que, na verdade, como acima dissemos, a Inglaterra, longe de procurar arrastar-nos

para o conflito, mostrou sempre o maior desejo de que a êle nos conservássemos alheios, numa situação que era honrosa, porque nada tinha de dúplice, e a que não haveria o direito de atribuir covardia, porque desde a primeira hora nos tínhamos declarado prontos a cumprir todos os deveres emergentes da aliança, e ainda os que, não podendo ser invocados perante as claras e bem definidas estipulações dos tratados, houvesse o direito de esperar duma velha e leal amizade.

A Inglaterra entrou em luta com a Alemanha para honrar os seus compromissos com a Bélgica, de cuja neutralidade se havia tornado garante. Bem sabemos que a Alemanha, renovando agora a proeza de 70, nada mais quis do que aplanar o caminho para uma outra jornada bélica, nada mais pretendeu do que tirar à Inglaterra o seu mais sólido apoio, restituindo-a, contra sua vontade, àquele *espléndido isolamento* que foi, até há poucos anos, o orgulho máximo da Gran-Bretanha.

Aniquilada a França, conquistada a Bélgica, vencido o colosso moscovita, bem depressa chegaria a hora de se medirem as duas potências rivais, e então já a Inglaterra não seria a dominadora dos mares, o que tanto importa dizer que o seu grande valor serviria apenas para dignificar o seu desastre enorme. Não há dúvida: a Inglaterra, tomando as armas contra a Alemanha, é em seu favor que luta, numa clara visão do futuro; mas porque assim é, o procedimento havido para connosco, seus aliados, é duma correcção extrema, e diríamos que é duma generosidade rara, se a palavra não fôsse susceptível de beliscar, não diremos o sentimento patriótico da nossa gente, mas o orgulho nacional do povo português.

Sim, a Inglaterra defende-se, lutando contra a Alemanha; mas nós, lutando contra a Alemanha ao lado da Inglaterra, também curamos da nossa defesa. É vária a sorte das batalhas, e neste momento é, pelo menos,

lícito ter dúvidas sôbre se vencerá o *Despotismo* ou se vencerá a *Liberdade*. Pois bem; a comodidade, puramente de ocasião, de não entrarmos na guerra, poderia ter como conseqüência, ao debaterem-se as condições da paz, sermos a *res nullius*, a coisa pública de que lançassem mão os árbitros, para maior facilidade no ajuste de contas. Assim, não; poderá haver quem pretenda espoliar-nos, mas há-de haver também, nesse campo de luta, quem tome o nosso partido, quem faça sua a nossa causa.

A Inglaterra, pedindo a nossa intervenção directa no conflito, só o faz porque dêle precisa, e ainda neste lance grave ela procura poupar-nos o mais possível, respeitando, todavia, da forma mais escrupulosa, o que poderíamos chamar a hiperestesia da nossa sensibilidade de portugueses, isto é, de filhos duma terra em que o pundonor, o cavalheirismo, são normas de acção colectiva, talvez por serem a regra nas determinações individuais. A Inglaterra pede-nos aquilo de que precisa, mas deixa margem para que à nossa cooperação tracemos limites tão largos que adentro dêles caiba, ainda que hipertrofiado, o orgulho nacional.

O que é preciso, absolutamente necessário, é que se ponha acima de tudo o cumprimento do dever — o mais honesto, o mais escrupuloso, o mais amplo cumprimento do dever — pois só assim as nações pequenas se valorizam, tornando apreciáveis as suas relações, quer elas se fixem em documentos escritos, quer sejam apenas factos tradicionais. Certos estamos de que assim sucederá, e esta certeza resulta do conhecimento que temos da nossa História, ao longo da qual há fraquezas e há heroísmos, mas não há vergonhas nem infâmias.

Estamos em condições de prestar à Inglaterra um grande auxílio, um poderoso auxílio, e é êsse que ela nos pede, formulando o seu pedido em termos que plenamente satisfazem os nossos brios e são honrosos, na

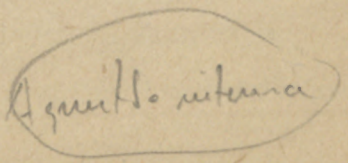
mais alta medida, para o nosso exército. Se há povo na Europa que bem conheça as superiores qualidades do nosso Estado, êsse povo é a Inglaterra, nossa irmã de armas nas lutas contra Napoleão, essa formidável epopeia de que nós escrevemos uma das melhores estrofes. Também os franceses conhecem o valor do nosso soldado, e ao grande *corso* se atribue o dito, referindo-se aos nossos caçadores, de que iria até ao fim do mundo, sempre vitorioso, com um exército formado de gente tão resoluta e brava.

Mas a Inglaterra sabe que adoptámos, proclamada a República, a organização miliciana, isto é, a organização que permite a um país sem riqueza, e de escassa população, elevar ao máximo a sua potência militar. Fazer com que seja cada homem um soldado, sem que o quartel prejudique os campos e as oficinas, é coisa impossível sem o exército de milícias, única maneira de realizar a fórmula da *nação armada*. Todos soldados, isto é, todos aptos para a defesa da Pátria, quando o estrangeiro a ameaçar ou a invadir, tal deve ser o lema ou divisa numa democracia republicana, alheia a propósitos conquistadores e avêssa a glórias militaristas.

Quere dizer, a Inglaterra sabe que não temos um forte exército profissional, e não ignora que só há três anos começámos a instruir os nossos milicianos, que, infelizmente, nos chegam às fileiras sem nenhuma ductilidade, corpos rígidos, que uma conveniente gimnástica escolar não adestrou para receberem em pouco tempo o mínimo de instrução militar, visando a guerra.

Já se andava a batalhar, na Bélgica, quando o govêrno português resolveu que se não fizessem êste ano as escolas de repetição, preferindo, e muito bem, gastar o dinheiro que elas custariam, algumas centenas de contos, na aquisição de material indispensável, mesmo figurando longínqua a guerra. Se, conseguintemente,

Portugal àmanhã der à Inglaterra o auxílio que ela pede, e se aos campos de batalha enviar o mínimo contingente, o *quantum satis* para assegurar a nossa cooperação num pleito que tem de ser derimido pelas armas, se assim fizer, teremos cumprido honradamente um dever, e a geração que vier depois fará inteira justiça aos nossos intuitos e procedimento, inspirados nos melhores sentimentos patrióticos.



II

20 de Outubro de 1914.

O Parlamento, na sessão de 7 de Agôsto, autorizou o govêrno a adoptar as providências que fôssem indispensáveis para manter a ordem, e ainda aquelas de carácter económico ou financeiro que o estado de guerra, na Europa, tornasse necessárias. Não o autorizou a declarar o País em beligerância, afirmando, todavia, que Portugal, aliado da Inglaterra, em tôdas as circunstâncias, e à custa de todos os sacrifícios, cumpriria os deveres emergentes dessa aliança. Da situação criada em 7 de Agôsto não poderemos sair, se houver necessidade de sair, senão por um voto do Congresso.

¿Como é, então, que se diz que não há o direito de se discutir a nossa participação na guerra, como se a tal respeito já houvesse um compromisso formal e concreto, tomado pela única entidade que pode tomá-lo, o Congresso? *Somos dos que entendem que Portugal deve cumprir os seus deveres de aliado da Inglaterra,* sem mesmo procurar na letra ou no espírito dos respectivos tratados a obrigação de dar o auxílio que lhe fôr pedido por virtude da guerra. Mais ainda: *somos dos que entendem que Portugal, ainda que não fôsse*

aliado da Inglaterra, devia dar-lhe imediatamente qualquer auxílio que ela pedisse, que mais não fôsse para negociar uma aliança.

Mas por que assim pensamos, inspirados no melhor patriotismo, ¿ havemos de emmudecer à intimação que alguém nos faça para nos calarmos, tratando-se dum assunto que interessa à honra, aos brios e aos superiores interêsses materiais da Nação? A guerra há-de acabar um dia, e êsse será o momento próprio para a todos se fazer justiça — a uns cobrindo-os de louros e de bênçãos, a outros cobrindo-os de vitupérios e de maldições. Por isso mesmo convém que todos definam a sua atitude, na mais completa liberdade de opinião, para que se avalie, com justeza, das suas responsabilidades, tornando-as efectivas quando bater a hora da sua liquidação. É magnífico ter coragem física, e essa, de natureza zoológica, não é privilégio do homem; mas é indispensável ter coragem moral, traduzindo-se na firmeza e no desassombro com que se emitem e sustentem opiniões, e essa só o homem a possue.

É convicção nossa, profundamente arraigada, que no dia em que se ordenar a partida de tropas para os campos de batalha não haverá uma hesitação, não haverá um acto de covardia disfarçando-se de qualquer maneira. Mas ¿ há porventura o direito de chamar covardes a todos os que discutem as vantagens da nossa participação na guerra pela forma por que poderemos fazê-lo, com um modesto contingente de tropas e um considerável envio de material, tão considerável que chegaria, só por si, para nos tornar credores de muito reconhecimento?

Que se fuzilem pelas costas todos os que praticarem um acto de covardia, que deslustre ou comprometa o País, que de alguma forma desprestigie a República; mas que não se procure estabelecer o despotismo duma opinião como se fôsse um dogma, contra outras opiniões, como se fôssem crimes.

O exército português nunca foi covarde; e ainda outro dia se viu a despreocupação, a serenidade, o ar nobremente resoluto com que marcharam para a África três mil e tantos homens, dos quais voltarão Deus sabe quantos. Nem se diga que essa serenidade, essa resolução provinham de se tratar de uma expedição à África, para combater pretos, e não à França, para combater alemães. Não; êsses homens, ao partirem para a África, figuraram-se na frente de alemães, porque essa hipótese foi a principal determinante da expedição, e nem por isso hesitaram ou tremeram, na visão trágica da morte. O mesmo sucederá aos que àmanhã tiverem de ir batalhar na França, não apenas, e isso já seria bastante, para honrarem compromissos da Nação, mas também para assegurarem os interêsses nacionais de tôda a ordem, ameaçados por uma possível vitória alemã.

Em 1870, quando ao Parlamento foi pedida autorização para se declarar guerra à Alemanha, o velho Thiers pretendeu afastar essa calamidade, talvez porque sabia que o exército francês estava mal preparado para a guerra, talvez por calcular que uma vitória não indemnizaria a França dos sacrifícios que teria de fazer. Não o atenderam, mas também não o insultaram; e o grande pequenino homem, logo que foi declarada a guerra, a favor dela pôs tôda a autoridade do seu nome, e o prestígio do seu talento.

Em Portugal não há quem aconselhe que se recuse à Inglaterra, sob qualquer pretexto, o auxílio que ela pedir; mas há quem entenda, e nós somos dêsse número, que fazendo-se por ela, e por nós, todos os sacrifícios necessários, há a obrigação de evitar todos os sacrifícios inúteis. Quando se trata duma causa nacional, é preciso não ter em conta o interêsse dos indivíduos, qualquer que seja o seu número. A Alemanha atira para os campos de batalha três ou quatro milhões

dos seus filhos, e o mesmo faz a França, o mesmo faz a Rússia, o mesmo faz a Inglaterra, sem escrupulizar agora no rigor das cifras. Sôbre cada um dêsses homens paira uma ameaça de morte; mas apenas alguns morrerão, uma insignificante minoria em relação ao exército respectivo, e êsse exército ainda é nada em relação à grande massa da Nação, à cifra populacional de que êle saiu. Por cima dos homens que vão morrer há que olhar a magnitude da causa que os leva ao campo de batalha. Êste é, êste deve ser o ponto de vista do homem de Estado, um ponto de vista meramente utilitário, tomando aqui a palavra no seu significado mais nobre.

Pois bem; os que neste momento, que é transitório, discutirem com sinceridade e com elevação as vantagens que para o nosso País possam resultar da participação directa que tenhamos na guerra, não cometem um crime de lesa-pátria, seja qual fôr o sentido em que se pronunciem. Consumado o facto, isto é, declarada a guerra, então há uma só coisa a fazer — ir para ela com dignidade, na resolução de morrer com honra ou de triunfar com brio.

Na modestíssima tribuna, que à fôrça de trabalho temos procurado dignificar, não podendo fazê-lo com deslumbramento de inteligência ou de sabedoria, nunca se apostolou conscientemente o êrro, nunca se evangelizou propositadamente a mentira. A verdade, e só a verdade, temos procurado difundir; mas na defesa da verdade nunca sofremos qualquer espécie de coacção — não a sofremos no tempo da Monarquia, não a sofreremos no tempo da República. Mas não se trata de nós; não se trata pròpriamente de ninguém, porque se trata duma *tese*, dum *princípio*.

Tôdas as pessoas de boa-fé sabem perfeitamente o que pensamos da guerra, o que entendemos que deve ser a nossa atitude perante o conflito europeu, como

aliados da Inglaterra. Pode ser que nos enganemos; mas é nossa convicção íntima de que a maioria do povo português pensa, a êste respeito, como nós, e que o nosso modo de pensar, sendo o mais conveniente, é, ao mesmo tempo, o mais digno.

Se mais do que nunca é necessária, neste momento, a união da família portuguesa, não decretemos que é crime ter uma opinião diversa da nossa, se ela é elaborada com inteligência e formulada com sinceridade. Deixemos que uma honrada controvérsia fixe a verdade e ponha em destaque o êrro; mas não acalentemos a perigosa ilusão de que a injúria vale um argumento, e não tomemos como prova de adesão o silêncio dos que se calam porcovardia.

III

30 de Outubro de 1914.

Hoje faz-se a guerra por uma destas três razões — por necessidade, por interêsse ou por dever. Tempos houve em que a guerra se fazia também por mero capricho dos homens ou por hábil intriga das mulheres, e essa guerra, se não mente a história, não era a menos calamitosa e de menos terríveis conseqüências.

A Sérvia teve *necessidade* de se lançar na guerra, porque a Austria se dispôs a conquistá-la, e contra ela atirou os seus exércitos, num arreganho tal que parecia levarem Marte na barriga. Ao certo não sabemos quantos milhares de soldados o decrépito Francisco José, por ordem do Imperador Guilherme, lançou contra a minúscula Sérvia; mas sabemos que êsse aguerrido povo colocou diante dêles, barrando-lhe a passagem, a muralha inexpugnável dos seus peitos, fortes como se fôssem de bronze. Será a glória eterna da Sérvia e a imperecível vergonha da Austria essa luta que dura há três meses, e durante a qual duas ou três centenas de milhares de guerreiros patriotas têm derrotado em combates vários as tropas canhestras da Monarquia geminada, dirigidas agora por oficiais alemães — como se fôssem recrutas de Oldenbourg.

Também a Bélgica entrou na guerra por *necessidade*, invadida pelas hordas do Kaiser, sem respeito pela sua neutralidade, que era garantida pelas grandes potências europeias. Se deixasse passar, sem resistência, através dos seus territórios, a soldadesca alemã a caminho da França, a Bélgica ver-se-ia dentro em pouco teatro duma guerra em que todos os beligerantes a tratariam como terra conquistada, e nos ajustes da paz ela seria uma presa a dividir, porque ninguém mostraria interêsse em conservá-la.

Também por *necessidade* a França entrou na guerra, visto ter-lhe declarado a Alemanha, sem a mínima provocação da sua parte. Tendo falhado o golpe de há quarenta e quatro anos, a Alemanha dispôs-se a repetir a audaciosa tentativa de reduzir a nação francesa às minúsculas proporções duma república de Andorra, e por amor das proporções tirar-lhe-ia as colónias, não fôsse dar-se o caso de ficar uma cabecita de pigmeu num corpanzil de gigante.

A Rússia, da mesma forma que a França, a Bélgica e a Sérvia, teve que entrar na guerra, empenhando-se antes, com manifesta boa vontade, por evitá-la. Eloqüentemente, os documentos provam que a Austria visou a Rússia através da Sérvia, e fê-lo por obediência à Alemanha, que não queria perder o que se lhe afigurou ser a melhor ocasião para uma luta de morte contra os seus inimigos e rivais. Estava preparada, devidamente preparada; e esperar mais poderia ser vantajoso para os outros, dando-lhes tempo para se prepararem melhor.

E a Inglaterra?

A Inglaterra não tinha o direito de se escusar a entrar na luta, desde que a Alemanha violara a neutralidade da Bélgica. Era o seu dever de honra; e se é certo que a moral das Nações, sendo idêntica, não é todavia igual à dos indivíduos, princípios e regras há de ética que um povo não pode desrespeitar sem infâmia.

As convenções para a Alemanha nada mais são do que *bocados de papel;* mas o mundo seria uma caverna de ladrões ou um covil de feras, no dia em que esta noção das responsabilidades jurídicas, em vez de ser alemã, fôsse universal. E' preciso reconhecer que a Inglaterra, tomando as armas para defender a Bélgica, procedeu com nobreza, muito embora com o seu dever coincidisse o seu interêsse.

Já por mais duma vez o dissemos, e o leitor bem o sabia, ainda que o não tivéssemos dito — a França, esmagada, reduzida à exigüidade territorial dum grande ou pequeno ducado alemão, sem importância política, o equilíbrio europeu romper-se-ia, em favor da Alemanha, que seria, desde logo, a mais poderosa Nação da Europa. Pouco tardaria que não voltasse a pegar em armas, e então seria para vencer a Inglaterra, diminuindo o seu poderio nos mares, e cerceando a sua vastidão colonial. Grande povo, na Europa, haveria um: o alemão; todos os outros seriam pequenos asteróides girando à volta dêle, como centro.

O Japão entrou na guerra por *dever,* aliado como é da Inglaterra, e obrigado, pelos termos dessa aliança, a considerar-se dentro dos conflitos armados em que ela se envolver. Sem dúvida, o Japão tem a ganhar na guerra, e já não seria pequeno o seu ganho se ficasse com o que a Alemanha tem na China, e que sendo um valioso baluarte, é, ao mesmo tempo, uma larga porta para a invasão comercial.

Quando a Itália publicar o seu *livro branco,* que provàvelmente será côr de rosa, há-de ver-se até que ponto ela usou do seu direito e serviu os seus interêsses, declarando-se neutral. O monarca italiano, se quisesse entrar na guerra ao lado dos seus camaradas da tríplice, não conseguiria os seus propósitos, e arriscava-se a perder a coroa. Fêz a Itália um prodigioso esfôrço para conquistar a Tripolitana e a Cirenaica, e todos se lem-

bram do entusiasmo que provocou ali, em todos os meios, a declaração de guerra à Turquia. Das guerras se pode dizer como das demandas — o que ganha fica sem camisa, o que perde fica sem a pele. A Itália saiu vitoriosa dessa guerra, mas ainda se não refez do abalo que sofreu, perturbador da sua vida financeira e económica. Ainda assim entraria na guerra actual, se o seu concurso não servisse tão sòmente para engrandecer a Austria, sua inimiga irredutível, porque eternamente sangrarão as feridas pelo arrancamento que ela lhe fêz com a maior das brutalidades. Se não puder manter-se neutral, e oxalá que assim seja, a Itália tomará as armas contra a Austria, redimindo aquela porção de massa italiana que por mil bôcas grita o *irredentismo* sempre vivo. Já o poeta advertia — *Deixas criar à porta o inimigo, por ires buscar outro de tão longe.*

Também a Espanha adoptou a atitude que mais lhe convinha, liberta de compromissos para entrar na guerra. O seu poderio militar ainda não foi capaz de vencer os marroquinos, impondo-lhes o respeito pelas geiras de terra e pedregulhos informes que possue ao norte de Africa, e que lhe estão pesados a oiro.

Entrar na guerra para quê?

Se fôsse contra a Alemanha, os aliados nada lhe dariam, se vencessem, que fôsse compensador do seu enorme sacrifício, pois que nem à França nem à Inglaterra convém que a Espanha seja uma grande potência mediterrânea, com decisiva influência num mar que os aliados querem que lhes pertença, por motivos de ordem comercial. A Inglaterra não iria restituir-lhe Gibraltar, nem declararia guerra aos Estados-Unidos, se não lhe restituisse Cuba e as Filipinas. Tão pouco a França lhe daria quaisquer vantagens em Marrocos, que mais não fôsse ajudando-a a consolidar a sua precária dominação no pouco que ali possue.

Se fôsse pela Alemanha, e esta vencesse, então sim,

a Espanha ganharia, porque o Kaiser—insinuou-lho em devido tempo — permitir-lhe-ia que anexasse Portugal e recuperasse Gibraltar, formando-se aqui uma forte potência obediente à sua suzerania. Mas a Espanha viu, desde a primeira hora, que a Alemanha não pode vencer, embora venda cara a pele, e por isso resolveu ficar neutral, nada arriscando na guerra, nada esperando da paz, fazendo a sua vida de trabalho fecundo emquanto os outros se dilaceram e se arruinam.

Quanto a nós, ficamos onde estávamos, aliados da Inglaterra, procedendo de conformidade com ela por maneira que, prestando-lhe os maiores auxílios, nos imponhamos o mínimo de sacrifícios.

Política de inutilidades?

Mas é preciso ser-se redondamente tolo para fazer uma política... inútil.

IV

5 de Novembro de 1914.

Nesta imensa assemblea geral de pancadaria, que é a guerra, mais um orador pede a palavra — a *Sublime Porta*. O caso não deve causar estranheza a quem tenha seguido as atitudes da Turquia desde o começo da guerra, e sobretudo a quem tenha acompanhado os trabalhos de penetração alemã na vida íntima do Império otomano, desde há uns vinte anos a esta parte.

¿ Porque não se desmascarou mais cedo a Turquia, e só agora sai duma neutralidade que foi sempre uma impostura, uma neutralidade de malha larga, através da qual se viam os manejos da Alemanha, preparando as coisas para lançar contra a Rússia, quando fôsse preciso, os exércitos do Sultão ?

A recente guerra dos Balkans começou ainda não tinha acabado a guerra entre a Turquia e a Itália, dando-se pressa o govêrno otomano em assinar o tratado de Ouchy, para ficar mais livre de movimentos, e impedir que os aliados, marchando sem encontrar estôrvo, fôssem acampar em Constantinopla. Está escrito nos tratados e convenções que as Potências garantem a soberania do Sultão e a integridade do seu território; mas

a Itália não se importou com isso, e foi deitando a unha à Tripolitana, sem que as Potências julgassem do seu dever intervir, como se a soberania do Sultão só fôsse de respeitar na Europa. Apanhando o tradicional inimigo, e incómodo protector, assoberbado com a agressão da Itália, rápida e brutal, os Estados balkanicos resolveram aproveitar a maré para molharem a sua vela, isto é, para arrancarem ao Turco concessões que noutras circunstâncias lhe não poderiam arrancar. *O homem doente*, como em linguagem de chancelarias se chamava, noutro tempo, ao Sultão, achou-se, em dado momento, bem doloroso e grave, metido entre dois fogos; e vendo que mal poderia bater-se ao mesmo tempo com os inimigos de longe e os de ao-pé da porta, resolveu firmar a paz com uns, e entrar em luta com outros. E assim foi que a paz de Ouchy foi assinada quando já os sérvios, os búlgaros, os montenegrinos e os gregos, sem nenhum respeito pelo profeta, faziam *mouche* do *crescente* e para êle dirigiam os seus tiros mais certeiros.

A guerra com a Itália obrigou a Turquia a grandes sacrifícios, o menor das quais foi com certeza a perda do território. Obrigada a pagar uma forte indemnização de guerra, as suas finanças, que eram más, ficaram em lastimoso estado, tão lastimoso que não seria fácil dar-lhe remédio em largos anos de sábia e previdente administração, coisa avessa ao feitio e hábitos de turco, dado a todos os desperdícios e propenso a tôdas as pilhagens fiscais. Considere agora o leitor que a Turquia, assinada a paz com a Itália, em vez de recolher a quartéis para tratar das suas feridas, teve de sustentar, com pequenissimo intervalo, duas guerras com os países balkanicos, e não ficará admirado se lhe dissermos, dispensando-nos de citar números, que a situação financeira do império otomano é, presentemente, a ruína, podendo dizer-se que a situação económica é a miséria.

A um país nestas condições, estalando uma confla-

gração na Europa, o que convinha, acima de tudo, era a neutralidade, uma neutralidade que todos respeitassem, e que lhe permitisse ir-se refazendo de fôrças, isto é, de recursos para atacar resolutamente, na hora própria, o difícil problema da sua regeneração financeira e económica. Na verdade a Turquia declarou-se neutral, usando do seu pleno direito de soberania, sem compromissos de qualquer ordem que a forçassem a entrar na guerra. Sucedeu, porém, que, daí a nada, com alguma cautela e prudência, a Turquia entrou a pender sensìvelmente para o lado da Alemanha, sem praticar um acto de manifesta hostilidade para com a *Entente,* mas fazendo o bastante para ela se aperceber dos seus vagos propósitos de beligerância. Antes da comédia do *Goenben e Breslau,* que o govêrno otomano pretendeu justificar, articulando desculpas de mau pagador, já tinha havido a renovação das *Capitulações,* é já a imprensa tinha denunciado o contrabando de guerra, armas e munições, que da Alemanha e da Austria se fazia para Constantinopla.

A *Entente* fingiu aceitar as desculpas relativamente aos barcos, e deixou, para discutir mais tarde, a questão das *Capitulações,* instituïção quási tão velha como o próprio império otomano, e que representava uma justa garantia dos cristãos, vivendo numa sociedade em que a jurisprudência e a moral assentavam em bases tais que não poderiam tirar-se delas as regras jurídicas da sua actividade comercial, nem os preceitos da sua conduta como cidadãos livres. Não convinha à *Entente* que a Turquia entrasse francamente na guerra, e isso explica a sua demasiada complacência a respeito de actos que eram absolutamente incompatíveis com a neutralidade declarada, complacência que animou o turco a procedimentos que seria vergonhoso deixar que passassem como fáceis pecadilhos, que se podem tolerar a neutros. De atrevimento em atrevimento, de audácia em

audácia, a Turquia foi, levada pela Alemanha, até limites incomportáveis, e aí a temos na guerra, dócil manequim a executar uma dança macabra por meio de cordelinhos que o govêrno de Berlim tem na mão, e que irá puxando, agora um, logo outro, conforme as suas conveniências.

¿Em que fase nova entrará a guerra, com mais uma pedra a mover-se no vasto tabuleiro em que se realiza êsse brutal xadrez, que é a luta das grandes potências europeias?

Digamos, antes de mais nada, que o facto da Turquia se colocar ao lado da Alemanha só pode causar estranheza a quem não saiba que desde há largos anos, sob o disfarce de uma penetração económica, o Kaiser vem dirigindo a política da Sublime Porta, criando junto do Sultão uma influência preponderante. O actual governador de Bruxelas, sr. Goltz, foi contratado, há anos, para reorganizar o exército turco, aperfeiçoando-o à maneira alemã. Do modo como se houve no desempenho dessa missão, pode o leitor ajuïzar, considerando que os turcos levaram uma sova mestra dos aliados balkanicos, nas guerras de há pouco mais de um ano, tendo igualmente sido derrotados pelos italianos em 1912. A missão do general Sanders, senhor de Constantinopla por voluntária abdicação do Imperador turco, nada mais fêz do que continuar a política da Alemanha na Turquia, política de mal disfarçada tutela, exercendo-se por maneira a não *froisser* demasiadamente o amor próprio dos jovens turcos, que são ainda hoje, no escalavrado Império, quem *todo lo manda*.

Logrou a Alemanha alcançar da Turquia a concessão de vários caminhos de ferro na Ásia Menor, económicos uns, estratégicos outros, sendo o mais importante o de Bagdad, considerado a grande via comercial ligando a Europa com o oriente. E' certo que também ali, na Turquia asiática, a França e a Inglaterra exercem

grande influência, mas a Alemanha tomou-lhes o passo; e sem a guerra actual, dentro de poucos anos, a preponderância económica, naquela região, pertencer-lhe-ia incontestàvelmente. E aí estaria o perigo máximo para a Turquia, incapaz de se desembaraçar do hóspede que se lhe metera em casa, disfarçando na pele do cordeiro os seus instintos de lôbo.

Por certo devemos ter que a Alemanha forneceu agora à Turquia o dinheiro que ela não tinha, e lhe era necessário para entrar na guerra, e que pagará quando Deus fôr servido. Também a Alemanha deve ter prometido à Turquia desembaraçá-la da França na Síria e da Inglaterra em Koweit; e, porque não custa muito prometer, acaso lhe terá prometido também a emancipação do Egipto, arredando dali os ingleses.

Fôsse como fôsse, a Turquia entrou na guerra, tomando o partido da Alemanha, e êste seu procedimento obrigará a uma definição de atitudes as potências balkanicas.

V

7 de Novembro de 1914.

A questão foi posta no Parlamento com tôda a clareza e precisão : *Portugal, aliado da Inglaterra, cumprirá, em tôdas as circunstâncias, os seus deveres de aliado.* Cá fora, interpretando mal o que no Parlamento se dissera, imaginaram uns que estávamos neutrais, imaginaram outros que estávamos beligerantes, a neutralidade e a beligerância entendendo-se na sua rigorosa significação jurídica. Poucos foram os que perceberam que no Parlamento nada mais se fizera do que constatar uma situação de facto, e reivindicar as responsabilidades e as vantagens de tal situação.

Foram decorrendo os dias, e em tôrno das palavras entrou de fazer-se grande bulha, não tardando que a discussão revestisse um carácter de briga entre pessoas que pensam diferentemente e não permitem a quem quere que seja que não pense como elas. Em Portugal é sempre assim — uma polémica degenera, breve, em desavença, e os contendores, quando se não esmurram as ventas, cobrem-se mùtuamente de impropérios.

Compreendia-se que, em vista dos tratados, e por muito clara que seja a sua redacção, um debate se levan-

tasse sôbre o dever que tem Portugal de entrar na guerra, ùnicamente por nela estar envolvido o país de que é aliado. Mas desde que no Parlamento, duma forma explícita, se afirmou que Portugal tinha de entrar na guerra logo que a sua intervenção militar lhe fôsse solicitada pela Grã-Bretanha, desde êsse momento já não era lícito interpretar os tratados no sentido de nos esquivarmos a êsse sacrifício, se êle fôsse necessário. Desde a sessão parlamentar de 7 de Agôsto, Portugal teve de considerar-se virtualmente em beligerância, dependendo o seu primeiro acto de beligerância duma solicitação da Inglaterra — salvo o caso de uma agressão por banda da Alemanha ou da Austria.

O ponto a discutir, depois de 7 de Agôsto, seria êste: — *¿ em que termos deveria o nosso País conciliar os seus interêsses com os seus deveres, por forma que honrando uns, servisse os outros?* Foi, sem dúvida, assim que o nosso govêrno encarou a situação, por um lado afirmando à Inglaterra que lhe daria o auxílio que ela pedisse, e coubesse nos seus recursos, por outro lado mantendo o País à parte do conflito europeu, numa atitude de espectativa armada, nem subserviente, nem provocadora.

Iriamos para a guerra?

Sem dúvida, desde que a Inglaterra, com fundamento nos tratados e alianças que desde séculos regulam as relações entre os dois povos, ou invocando apenas tradicionais compromissos e práticas, além duma velha amizade, solicitasse a nossa intervenção militar. Iriamos para a guerra imediatamente, sem a menor hesitação, na fôrça máxima em que pudéssemos fazê-lo, sem atendermos aos sacrifícios que o cumprimento dessa obrigação nos impusesse. Mas não iriamos para a guerra sem a expressa solicitação da nossa aliada, *porque nem seria patriótico impormo-nos tão grande sacrifício por mero diletantismo militar, nem seria correcto que*

pretendessemos impor à Inglaterra serviços que ela tivesse por dispensáveis.

¿A que veio, pois, *a campanha da covardia*[1], negando-se a tôda a gente o direito de analisar uma questão, que não é um dogma, e que precisa ser vista por cima de todos os interêsses individuais, porque é uma questão eminentemente nacional, duma importância máxima para o futuro do País?

Por certo há militares que desejariam não ir para a guerra, nem deixar o serviço, porque os assusta o perigo que na guerra se corre, o de morrer duma bala, o que não é bom, ou o de ficar estropiado para sempre, o que é pior ainda. Vivemos em paz com todo o mundo, há cem anos, e se não fôssem as lutas liberais, podia dizer-se, com verdade, que há um século deixámos de ter relações com Marte, a não ser com o Marte negro, em guerras de Africa, onde fizemos sempre boa figura.

Sim, há indivíduos que têm mêdo da guerra, *sendo profissionais guerreiros;* mas êsses constituem uma insignificante minoria, e até dêsses nenhum faltará no seu pôsto, quando tocar a reünir. O português tem o vício de falar, e, quando não tem coisas razoáveis para dizer, não se cala, diz asneiras. Ainda não há muito tempo se deu êste facto curioso, altamente significativo: Os oficiais de certo regimento, na sua grande maioria, quando falavam da guerra, diziam alto, e entoando, que não iriam, se para ela os mandassem, correndo todos os riscos da sua desobediência. No dia em que chegou ao regimento a notícia oficial da sua mobilização, todos os oficiais declararam que iriam com os seus

---

[1] Referência a uma injusta campanha engendrada nos bastidores da política contra o dr. Brito Camacho e outras individualidades que discutiam e condicionavam a intervenção de Portugal na guerra.

soldados, devendo essa declaração ser transmitida ao Ministério da Guerra, para que não aceitasse voluntários que os substituissem.

Mas ¿será crime ter a opinião de que Portugal, *se pudesse honradamente esquivar-se a tomar parte directa na guerra*, deveria conservar-se alheio a ela, dando, todavia, aos seus aliados quantos auxílios êles lhe pedissem, e fôssem de que natureza fôssem?

Não pedimos licença a ninguém para termos a opinião de que o máximo proveito que Portugal podia tirar da guerra seria não entrar directamente nela, desde que também isso fôsse conveniente à Grã-Bretanha. De Londres, depois da sessão parlamentar de 7 de Agôsto, recebemos uma carta em que se nos dizia que, pela primeira vez, *a Inglaterra tivera mêdo de Portugal.*

Mêdo de quê?

Dum impulso quixotesco que o levasse a declarar-se beligerante, porque isso seria amarrar às pernas dum gigante, em luta com outro gigante, um cêpo que lhe dificultasse os movimentos, quando êle precisava tê-los bem livres e desembaraçados. Pensava-se assim no *Foreign Office*, antes de 7 de Agôsto, e por isso a sessão dêsse dia teve um eco simpático na Inglaterra, que todavia a achou quente demais.

Glórias militares?!

Elas já não seduzem os homens do nosso tempo, formados na corrente, cada vez maior, dum pacifismo humanitarista, que é a fórmula imperfeita, mas no fundo simpática, da confraternização universal. De resto, essas glórias militares, na guerra de hoje, só pode colhê-las quem manda para os campos de batalha algumas centenas de milhares de homens, uma forte unidade tática, do valor numérico que lhe dá o brutal efectivo, contado por milhões, dos exércitos em presença.

Representação na Conferência da Paz?

Sim, mas aí tudo se decidirá conforme o interêsse das

grandes potências[1]; e talvez que os povos que guerrearam por motivos de aliança, só aí tenham voz por meio de procuração...

¿É preciso que vamos para a guerra?

A visão do perigo não fará desertar ninguém; mas não é justo que se apodem de covardes a tantos que achariam melhor não ir, *se isso se pudesse fazer com honra, sem faltar ao estrito cumprimento do dever.*

[1] Nesta matéria de política internacional confirmaram-se, plenamente, tôdas as previsões do dr. Brito Camacho.

VI

11 de Novembro de 1914.

Se logo a seguir à sessão parlamentar de 7 de Agôsto tivêssemos começado a fazer, ostensivamente, à clara luz do sol, os necessários preparativos para intervirmos directamente na guerra, o facto não poderia causar estranheza a quem quere que fôsse, e sôbre êle, estamos disso seguros, ninguém nos pediria explicações. Desde que nos comprometíamos a dar à Inglaterra qualquer auxílio que ela solicitasse, tínhamos necessidade absoluta de nos prevenirmos para o caso de uma tal solicitação.

Dar-se-ia talvez o caso da Inglaterra não saber, ao certo, que auxílio poderíamos dar-lhe; mas nós é que sabíamos, muito bem, o que poderia ser êsse auxílio, porque conhecemos os recursos de que dispomos. Se figurassemos a hipótese de intervir na guerra com um contingente militar, corria-nos a obrigação de o prepararmos devidamente, e nem um só instante haveria a perder, *visto que em matéria de serviços militares, como no Parlamento, semanas antes, dissera o sr. ministro da guerra, nada tínhamos preparado.*

Se a Alemanha, reparando no que faziamos, pedisse qualquer explicação, fácil seria dizer-lhe que, nos ter-

mos das declarações feitas no Parlamento, nos preparávamos para o que fôsse preciso, e não poderíamos excluir a hipótese da Inglaterra nos pedir um reforço militar. Dar-lho-íamos, no dia em que ela o pedisse, e para nos habilitarmos a dar-lho, carecíamos de fazer trabalhos preparatórios.

¿A Alemanha dava-se por satisfeita com a explicação?

Continuaríamos as relações que tínhamos, e que pelo facto da guerra não sofreram alteração de maior — *as relações oficiais, está bem de ver.* Na Europa, para não falar do resto do mundo, não há um só País onde os sentimentos adversos à Alemanha se tenham patenteado tão claramente, tão vivamente, poderíamos mesmo dizer tão impetuosamente, como em Portugal. Se as relações oficiais entre Portugal e a Alemanha, depois da guerra, não sofreram alteração sensível, nem por isso deixa de ser verdade que o sentimento público, desde há três meses, tem vindo a afirmar-se tão simpàticamente para com os aliados, com tão entranhado afecto, tão arraigado desejo de triunfo, como se fôssemos beligerantes da primeira hora.

¿A Alemanha não se dava por satisfeita?

Como não tínhamos outra explicação a dar-lhe, o seu ministro deixaria Lisboa, o nosso ministro deixaria Berlim, e muito naturalmente nos encontraríamos dentro do conflito, correndo a sorte da nossa aliada, não por qualquer acto irreflectido, não por qualquer leviandade repreensível, mas pela simples fôrça da lógica, isto é, por motivos da nossa aliança, obrigados a sustentar os nossos compromissos sob pena de nos deshonrarmos.

Os vizinhos espanhóis não se alarmariam com os nossos preparativos militares, porque ainda antes de os começarmos lhes teríamos dado as maiores, as mais completas seguranças de que nenhum pensamento hostil nos animava contra a nação vizinha, e que, prepa-

rando fôrças para mandarmos para longe, desguarnecendo o nosso País, bem eloqüentemente mostrávamos a confiança que nos merecia a Espanha.

¿ Foi bom, foi mau o procedimento que adoptámos?

Quere-nos parecer que foi bom; e quando vier a saber-se, um dia, o que pelo ministério da guerra se fêz, nos três meses que vão decorridos sôbre a sessão de 7 de Agôsto, há-de ver-se que êle não foi apenas bom, *mas que foi o melhor que poderíamos ter adoptado.* Não tinhamos nada, dissera o sr. ministro da guerra no Parlamento, e dizendo-o, s. ex.ª não fêz uma exageração propositada, para conseguir a votação de alguns créditos. A-pesar-de a êsse tempo não termos nada, já mandámos para a África duas importantes colunas expedicionárias, uma para Angola e outra para Moçambique, e seguiu, há poucos dias, a reforçar a coluna de Angola, uma fôrça de, aproximadamente, 500 marinheiros. E' que alguma coisa se fêz, como preparativos militares, desde que estalou a guerra, alguma coisa que era necessário fazer-se, diga-se a verdade, mesmo que a guerra não houvesse estalado.

Os que reclamam uma participação directa na guerra esquecem-se de que só por motivo da guerra mandámos para a África, em números redondos, 3500 homens, combatendo ali pelos nossos interêsses e pelos interêsses da Inglaterra, mas combatendo por virtude dum conflito que nem directa nem indirectamente provocámos. Pode bem ser que àmanhã, para melhor defendermos Angola e Moçambique ou para auxiliarmos os ingleses na defesa dos territórios da União, da Rhodésia ou qualquer outro território inglês; para os auxiliarmos na invasão das colónias alemãs, visto que é necessário, absolutamente indispensável que delas sejam desapossados, se para qualquer destas tarefas fôr preciso que mandemos homens, êles seguirão imediatamente; e mal de nós se não pudessem seguir, porque

os não tivéssemos preparado, ou porque os tivéssemos expedido para outro teatro da guerra. E' preciso não iludir o País quanto às nossas possibilidades militares, porque essa ilusão poderia ser funesta, e viria a pagar-se cara.

Quem se der ao trabalho de folhear o *Diário das Câmaras*, aí encontrará a afirmação do sr. ministro das colónias, *de que se fechara o ciclo das nossas expedições militares, abrindo-se o ciclo dos trabalhos pacíficos e fecundos, a construção de caminhos de ferro, a abertura de vias ordinárias, o estabelecimento duma agricultura científica, e a exploração mineira feita segundo a arte.*

Pois bem, antes de se fazer isto, antes de se iniciar esta obra de fomento colonial, a guerra estala, provocada pela Alemanha, e nós, aliados da Inglaterra, somos obrigados a mandar para a África, na defesa de interêsses comuns, uma expedição militar.

¿ Porventura o gentio revoltara-se em Angola ou Moçambique?

Não; e ao tempo em que a expedição partiu, ainda se não dera êsse incidente de fronteira, no sul de Angola, um incidente que não foi um *casus belli, visto como as nossas relações oficiais com a Alemanha são hoje o que eram há três meses, antes da guerra rebentar.* E' convicção nossa de que para a África teremos de mandar mais tropa, muito mais tropa, e que a nossa cooperação ali, com a Inglaterra, será de uma altíssima vantagem para os resultados finais da guerra, no que respeita aos aliados. Mas se a Inglaterra entender que é aqui, na Europa, que o nosso auxílio lhe é particularmente útil, não tem mais do que solicitá-lo, e to-lo-á.

Nem só aos diplomatas e homens de govêrno se impõem reservas, quando escrevem ou falam, e nós sabemos guardar as reservas convenientes ao bem da Nação; mas podemos afoitamente dizer que a Inglaterra,

por tudo quanto se tem passado de há três meses a esta parte, mais uma vez, e agora melhor do que nunca, reconheceu o valor da aliança que mantém connosco, desde há séculos, e cujos compromissos honrámos sempre, em todos os campos, demasiadamente indiferentes a cálculos e interêsses.

¿Para o País há uma indispensável necessidade de entrarmos na guerra, mandando para os campos de batalha, na França, na Bélgica ou na Alemanha, o modesto contingente de que poderemos dispor? E' possível que assim seja, mas é necessário que esta tese se demonstre com razões, e não apenas com palavras. Há duas coisas que é preciso não confundir: o auxílio que nós podemos dar à Inglaterra, isto é, o benefício que ela pode tirar da nossa intervenção, e os sacrifícios de tôda a ordem que temos de impor-nos para que êsse auxílio possa ser dado. Com estes dois termos — *auxílio e sacrifício*, não se forma uma igualdade; e a Inglaterra, se tivesse de compensar-nos, seria pelo que recebeu e não pelo que houvéssemos gasto.

A guerra há-de acabar um dia, cedo ou tarde, e nós precisamos chegar a êsse dia perfeitamente irmanados com a Inglaterra. Na Conferência da Paz não se tratará das relações que os diferentes países queiram manter entre si, por conveniências de qualquer ordem; e o que nos interessa é não só mantermos com a Inglaterra as boas relações de sempre, mas procedermos de maneira que ela, tendo verificado na hora mais grave da sua História o valor da nossa aliança, consinta em revê-la e actualizá-la, conforme as novas condições de equilíbrio político na Europa, terminada a guerra.

E porque assim o pensamos, assim o dizemos, tão indiferentes ao elogio como ao vitupério.

VII

14 de Novembro de 1914.

Duas ou três semanas antes de estalar a guerra, a França recusou-nos dinheiro... para não *froisser* a Alemanha. Tratava-se do empréstimo de quarenta mil contos para o *fomento* de Angola, e nós precisávamos realizar imediatamente a quinta parte dessa quantia, nos termos duma proposta ministerial aprovada no Congresso.

É a França, na actualidade, o país mais rico da Europa, uma espécie de Banco e Montepio onde os ricos e os pobres de todo o mundo vão buscar dinheiro. Muitos milhares de famílias, na França, vivem dos juros que recebem por empréstimos ao estrangeiro, e sabe tôda a gente que a Alemanha desenvolveu as suas indústrias até ao alto grau que atingiram, utilizando o dinheiro francês — pouco audacioso e de poucas ambições. Há quarenta anos a Alemanha era um país de modesta agricultura e mal incipiente indústria, isto é, um país pobre, de recursos económicos e financeiros excessivamente limitados. Reagindo contra a sua pobreza, ela aperfeiçoou os métodos e processos de produção agrícola por maneira a suplantar a França, e atirou-se à Indústria com tal gana e tão perfeita inteligên-

cia que logrou suplantar a Inglaterra. Continuava, entretanto, a reputação da sua pobreza, e gente havia, *hautement placée* no mundo diplomático, que não acreditava que a Alemanha pudesse com o encargo dos seus armamentos, todos os anos a aumentar os orçamentos de guerra em proporções espantosas. Para êsses bisonhos diplomatas era coisa segura que a Alemanha, na febre de se armar para a guerra, iria consumindo os seus melhores recursos na paz, e ruiria pela bancarrota antes de poder lançar-se nos campos de batalha.

A França e a Inglaterra, como já dissemos, desinteressaram-se da penetração económica da Alemanha na Turquia, convencidas de que ela, só por si, não teria recursos para fazer os caminhos de ferro de que obtivera a concessão. Mas teve, e grande foi o espanto dessas nações quando a viram meter ombros à tarefa de abrir, por sua conta, uma linha de comunicação que levaria os seus produtos, em viagem rápida, da Europa para o Oriente, passando pelo Golfo Pérsico. O acôrdo económico que se fêz entre a França e a Alemanha, em 1911, com respeito aos caminhos de ferro na Ásia Menor, foi um êrro palmar da França, e êsse êrro, os mais conceituados jornais de Paris atribuíram-no à insuficiência da diplomacia francesa, incapaz de ver e descuidada em informar.

Mas, como vínhamos dizendo, duas ou três semanas antes de estalar a guerra, a França não queria *froisser* a Alemanha, emprestando-nos dinheiro para o fomento de Angola. Muito nos convinha, por motivos que não vale a pena expender agora, prover ao desenvolvimento desta nossa província, sem recorrermos ao dinheiro da Alemanha. E também isso convinha aos interêsses, menos directos que os nossos, é certo, mas reais, da França e da Inglaterra, porquanto a instalação pacífica da Alemanha em Angola consolidaria a situação dêste país na África central, em termos de impedir definitivamente o

grande sonho britânico do *trans-africano* norte-sul, e seria para a França um vizinho não só incómodo, mas perigoso. Certo é que não conseguimos colocar na França o empréstimo de oito mil contos, e um dia se virá a saber que influências se moveram, em Lisboa, por banda de portugueses, para que a Alemanha fôsse participante nesse empréstimo, que infelizmente se não realizou.

Também a Inglaterra evitou sempre, com o maior cuidado, ser desagradável à Alemanha; e, nesse empenho, ela aconselhou a França a dar-lhe uma longa fatia das suas terras em África, por ocasião do *golpe* de Agadir, terras que voltaram agora à posse da França, mercê das contingências da guerra. Já em 1899 a Alemanha conspirava contra a Inglaterra na África do Sul; e o que se atribuiu a uma impulsividade mórbida do Imperador, o telegrama a Kruger, foi tão sòmente uma púolica incitação à resistência boer, sob promessa tácita dum auxílio eficaz, na hora própria. A Inglaterra não se deu por achada, e mostrou sempre grande empenho em viver a bem com a Alemanha, não por motivos de ordem sentimental, mas para fugir a um conflito que, mesmo sendo-lhe favorável nos resultados finais, representaria uma grave perturbação na sua vida operosa.

Os que desejariam que a sessão de 7 de Agôsto fôsse um rompimento de relações entre Portugal e Alemanha, com tôdas as suas conseqüências, fariam bem se recordassem factos da natureza daquêles que sucintamente deixamos expostos, e que mostram bem evidentemente quanto as grandes potências se empenhavam em evitar a guerra, muitas vezes fazendo a *sourde oreille* às mais claras provocações da Alemanha. Aceitaram-na quando ela a tornou inevitável, de ânimo resoluto, fiados na fôrça dos seus exércitos e na justiça da sua causa.

E nós?

Por certo temos, já agora, que não iremos voluntàriamente para a guerra, pois que a isso não somos levados pelos nossos interêsses; e nenhum povo hoje se mete em aventuras guerreiras por motivos de ordem sentimental. Se a Inglaterra, nossa aliada, nos solicitasse a intervenção, não teria que a solicitar duas vezes, porque à primeira acudiríamos à chamada. Mas só dêste modo ou provocados pela Alemanha, iríamos para a guerra. Procedendo assim, não faltamos ao mínimo dos nossos deveres, e prestamos relevantes serviços à nossa aliada. Se para lhos prestarmos fôsse necessário que nos declarássemos francamente beligerantes, nenhuma hesitação teríamos em fazê-lo, honrando as tradições de brio e lealdade, que são a característica da nossa raça na sua vida de relações.

Já os jornais anunciaram a partida, em breves dias, duma nova coluna para a África, e porventura outras seguirão, se fôr necessário que sigam, para assegurarem ali a nossa plena soberania, ou para cooperarem, se isso fôr necessário, com os nossos aliados. Mal de nós se precisássemos àmanhã de prover à defesa do nosso território, no continente ou no ultramar, e não pudéssemos fazê-lo, porque os nossos soldados andavam combatendo noutra parte!

Promete a Inglaterra estar habilitada, daqui por alguns meses, a lançar para os campos da batalha *um milhão e duzentos mil homens*. Lá para êsse tempo devemos nós estar habilitados a fazer seguir o mesmo destino qualquer coisa como uma divisão, ou sejam dezóito mil homens.

¿Sabe o leitor que extensão tem, neste momento, a frente de combate na Bélgica e França? Qualquer coisa como 580 quilómetros, contados nas ondulações duma linha entre Nieuport e Belfort. Pois bem; nesta frente de combate uma divisão ocuparia, no seu máximo de-

senvolvimento, uns dois quilómetros, coisa demasiadamente modesta para quem sonha com glórias.

¿Mas a Inglaterra carece de que vamos ocupar êsse palmo de terreno, pondo os nossos soldados, que não valem menos do que os seus, a combater pela mesma causa? *Não terá senão que o dizer, e prontamente nos poremos a caminho, sem uma única defecção, porque o soldado português nunca recuou no cumprimento do dever, por muito perigoso que êle seja.*

O Parlamento, nos termos da Constituïção, deve reabrir no próximo dia 2, e bom será que êle não tenha que alterar, nem no fundo, nem na forma, as declarações de 7 de Agôsto. Por esta razão simples e soberana — porque a situação que temos mantido, sendo a mais digna, é, ao mesmo tempo, a mais conveniente.

VIII

21 de Novembro de 1914.

Disse lord Kitchener, ao tomar conta da pasta da guerra, que ia preparar um milhão de soldados. Foi isto há bons três meses, e há umas duas ou três semanas os jornais de Londres informaram que lord Kitchener cumprira a sua promessa. A verdade era ter lord Kitchener conseguido alistar um milhão de homens; mas se é incontestável que um milhão de soldados é sempre um milhão de homens, não é igualmente verdade que um milhão de homens seja sempre um milhão de soldados. Faz sua diferença, e tão grande ela é que lord Kitchener, um velho e glorioso soldado, declarou muito peremptòriamente que não mandaria os seus voluntários para a guerra sem que estivessem devidamente instruidos e adestrados para o que há a fazer nos campos de batalha.

Quem conhecer o feitio inglês, e não fôr inteiramente ignorante da sua História, não terá ficado surpreendido ao ouvir dizer a lord Kitchener que prepararia um milhão de homens para a guerra, e nem por momentos pôs em dúvida que o respectivo alistamento se faria com a maior facilidade. Cada inglês é um bocado da Inglaterra, e por isso mesmo quando ameaça ou pe-

rigo impendem sôbre a Grã-Bretanha, todo o inglês se reconhece em risco e sente ameaçado.

Pôde a Inglaterra mandar para o *talho* do Transvaal quantos homens foram precisos para vencerem os guerrilheiros de Kruger, e para lá marcharam não apenas os *sem modo de vida,* que acorrem sempre ao convite para aquele *sport* pago, mas também homens bem colocados, com invejável situação de fortuna, gente das melhores famílias inglesas, que, terminada a guerra, mostrava no seu luto o preço por que os boers tinham feito pagar a sua independência selvagem.

Os voluntários de lord Kitchener irão para a guerra bem preparados para combater, não apenas com a elementar instrução de parada—«direita, esquerda, volver» — mas com o suficiente saber técnico, que indispensàvelmente devem ter os militares que alguém atire para a frente do exército alemão.

Quando foi da batalha de Mons, se não falham as nossas informações, que temos por absolutamente verdadeiras, a Inglaterra tinha nos campos de batalha 75 mil homens; na batalha da Marne já tomaram parte uns 150 mil ingleses; e hoje, incluindo os contingentes coloniais, êles devem ser qualquer coisa que varia entre trezentos a quatrocentos mil, não devendo êste número pecar por grande diferença. Espera lord Kitchener ter em campanha, no mês de Março, um milhão de soldados, até esse número não curando senão de instruir e adestrar os seus voluntários, os mais bem preparados dos quais vão preencher as vagas que se produzem, umas por morte, outras por ferimentos, algumas também por doença ou aprisionamento. Convém que isto se diga, para que tôda a gente o saiba, visto que parecem ignorá-lo os que, para deprimirem o exército republicano da França, atribuem os sucessos da guerra, favoráveis aos aliados, à decisiva acção do contingente inglês. Ainda há poucos dias um jornal de Londres,

quere-nos parecer que o *Daily Chronicle*, dizia que a França, desde o começo da campanha, tem estado representada nos campos de batalha por nove décimos dos efectivos que lutam contra os alemães. A lição do Transvaal não foi bastante para a Inglaterra renunciar ao seu velho processo de alistamento de voluntários e readmissões, adoptando, como as nações continentais, o serviço obrigatório. Lord Roberts, há poucos dias morto, falhou na tentativa de recenseamento obrigatório, a despeito do seu enorme prestígio e da propaganda da *Liga da defesa nacional* secundando os seus esforços patrióticos. Mr. Haldane, que deu ao exército inglês a organização que êle tem, debalde procurou levar o Parlamento a votar a obrigatoriedade do serviço militar. O Parlamento não o fêz... porque o não queria a Nação. Ou nos enganamos muito, ou a Grã-Bretanha, terminada a guerra, continuará a sua tradição militar, e agora com sobeja razão, por não ficar a Alemanha em condições de renovar a sua tentativa criminosa.

Mas, como vinhamos dizendo...

A Inglaterra já alistou um milhão de homens, que vai converter num milhão de soldados, e ainda outro dia, na magna reünião da *City Temple*, Lloyd George, pronunciando um dos seus mais famosos discursos, disse que êsse número, dentro de alguns meses, será elevado ao dôbro. Isto quere dizer que a Inglaterra prevê, da parte da Alemanha, uma prolongada resistência, e prepara-se, com segurança, e por isso mesmo sem nenhuma pressa, para lhe opor uma resistência ainda maior, porque tem de converter-se em ofensiva. Também lord Kitchener é de opinião que a Inglaterra precisa de mais homens — *men and yet the more men* — não só para se assegurar o definitivo triunfo, mas para restabelecer o mais depressa possível o império da paz na Europa.

Talvez que a Inglaterra, e da mesma forma a Fran-

ça, tenham mais facilidade em arranjar soldados do que em fabricar armas e munições, e por isso não seria de estranhar a nossa aliada pedir-nos aquilo de que principalmente necessita, dispensando-se de nos impor grande sacrifício, do qual resultaria para ela benefício modesto. Seria grandemente honroso para o nosso exército combater ao lado do exército inglês, colaborar directamente com êle, as armas na mão, correndo todos os perigos das batalhas, para que vingue, contra a brutalidade medieval, o espírito da civilização moderna; mas se a nossa aliada não carecesse dêsse auxílio, seria um êrro tremendo impor-lho, porque daí viriam para a Nação sacrifícios tais e tão grandes, que não teriam compensação nos ajustes da paz.

E' esta a nossa opinião; mas a Inglaterra é que sabe aquilo de que precisa, e ao seu pedido de reforço militar não há objecções a fazer.

Já tivemos ocasião de dizer que a Inglaterra, se por factos anteriores não soubesse já que valor têm a nossa amizade e a nossa aliança, não precisaria que mandássemos uma divisão em reforço do seu exército, para o ficar sabendo. Não somos neutros desde o dia 7 de Agôsto, mas com tanto juízo temos procedido, que merecendo o aplauso da Inglaterra, ainda conservamos com a Alemanha as relações oficiais que tínhamos antes de se desencadear na Europa a tempestade guerreira.

E' isto um mal?

Os factos o dirão, e a responsabilidade de todos se apurará nas inevitáveis e justiceiras liquidações da História, juiz incorruptível.

IX

22 de Novembro de 1914.

Convocado extraordinàriamente, nos termos do artigo 47.º da Constituïção, o Congresso reúne àmanhã, e tudo faz prever que a sessão, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado, decorrerá serena e breve. O govêrno apresentará uma proposta, que será o coroamento — não há só coroas de louro — da sua política internacional, e o Congresso dar-lhe-á o seu voto, talvez com o indispensável môlho de rètórica, tão grato ao paladar de portugueses.

Desde que a Inglaterra entrou no conflito, pondo-se ao lado da Bélgica invadida e da França ameaçada, nós exprimimos a opinião, que era, de resto, a opinião de tôda a gente, *com excepção dalguns talassas germanófilos*, de que Portugal devia pôr-se francamente ao lado da Grã-Bretanha, empenhando-se a sua diplomacia, na medida em que pudesse fazê-lo, por levar a nossa aliada ao prático reconhecimento da aliança, tomando-a como fundamento para nos fazer qualquer solicitação de valor.

A atitude definida na sessão parlamentar de 7 de Agôsto, como já tivemos ocasião de dizer, mereceu o aplauso da Inglaterra; mais do que o seu aplauso os

seus agradecimentos, e por essa ocasião, com uma grande lealdade, disse-nos ela o que por nós faria, se algum perigo nos ameaçasse, e afirmou que nos pediria, com fundamento na aliança anglo-portuguesa, qualquer auxílio de que viesse a necessitar. Se a Inglaterra, depois de tudo isto, nada viesse a pedir-nos, porque de nada houvesse necessidade, a nossa situação perante ela resultava excelente, e pouco mais nos preocupa, em matéria de política internacional, do que as relações com a Grã-Bretanha. Mas não sucedeu assim, e o leitor sabe, por muito alheiado que ande destas coisas, que a nossa ligação com a Inglaterra não tem sido, de há três meses a esta parte, um platonismo estéril.

¿Para valorizar a aliança seria indispensável, seria pelo menos superiormente vantajoso, que fôssemos para o campo da batalha, hoje na Bélgica ou na França, àmanhã na Alemanha, quando os exércitos aliados tiverem passado o Rheno?

Não duvidamos da boa fé de quem assim o pretender, e sem custo reconhecemos que se pode sustentar esta tese com razões que não sejam grosseiros sofismas ou enfáticas declamações, embora fàcilmente respondíveis, a despeito do seu verniz de lógica. Tivemos sempre opinião contrária, e muito grato nos é reconhecer que nenhum homem honesto e nenhum jornal decente pôs em dúvida, por êsse motivo, o nosso patriotismo e a nossa velha fé republicana.

Ficamos muito longe do teatro da guerra na Europa, e da polícia dos mares se encarregou a Inglaterra, dando caça a todos os navios, quer de comércio, quer de guerra, que arvorassem o pavilhão germânico. Dada a neutralidade da Holanda, nada tínhamos a recear com respeito a Timor, e porque não convizinham connosco na Índia, em Macau, nos arquipélagos de Cabo Verde, Açores, Madeira, nas ilhas de S. Tomé e Príncipe, nada aí podíamos recear dos alemãis. Se pelo facto da nossa

aliança com a Inglaterra, e tomando como pretexto, ou como razão, qualquer auxílio que lhe déssemos, a Alemanha resolvesse atacar-nos, seria na África, em qualquer das costas, que o faria, e poderia tê-lo feito antes de nos apercebermos para a mais estrita defesa.

Isto o que significa?

Ou nos enganamos muito, ou isto significa que Portugal, declarada a guerra, devia pensar na defesa de Angola e Moçambique, expedindo para ali fôrças que obrigassem os alemãis a respeitar-nos, e que, sendo preciso, cooperassem com as fôrças britânicas na conquista dos territórios alemãis. Para que isso se fizesse inteligentemente, e não ao acaso, bastaria que nos informássemos, com segurança, das fôrças alemãs nos territórios fronteiriços aos nossos, e preparássemos a nossa defesa sem contar com o auxílio estranho.

A Inglaterra não pressentiu a revolta do coronel Maritz, e tanto assim que contava que na *União* se organizassem duas fortes colunas, uma que fizesse a conquista do sudoeste alemão, e outra que, passando pelos nossos territórios, em direcção à Rhodésia, fôsse conquistar as terras alemãs da Africa Central. Essas colunas não se organizaram, e ainda a revolta dura na África do Sul, não sendo contudo duvidoso para ninguém que o general Botha acabará por derrotar as milícias de Dewet.

As circunstâncias hão-de obrigar-nos a mandar para África o melhor de dez ou doze mil homens, que não deveriam ir por conta-gotas, uns agora, outros logo, tornando-se assim maior a despesa e mais demorado, senão mais falível, o resultado de tais expedições. Isto seria para nós o procedimento mais conveniente, e seria também para a Inglaterra, caso viesse a necessitar do nosso auxílio guerreiro, a coisa mais vantajosa.

Sabe tôda a gente que o nosso soldado tem condições, como nenhum outro, para se bater em África,

tendo-as iguais às de qualquer outro devidamente preparado, para se bater em qualquer parte. Resiste muito melhor ao clima que os homens louros do norte, e porque não tem, como êles, o vício das bebidas fortes, também os perigos do alcoolismo, em relação a êle, são menos para ter em conta. A guerra não pode terminar ficando a Alemanha senhora das vastas regiões que possue em Africa [1], fronteiriças das nossas, e sempre nos quis parecer que aí é que a nossa cooperação seria útil à Inglaterra, se algum auxílio militar viesse a precisar de nós.

Se no mês de Dezembro gastarmos tanto, pelo menos, como temos gasto em cada um dos três meses que já tem de duração a guerra, fecharemos o ano com um *deficit* de aproximadamente *vinte cinco mil contos!* Dirão os patriotas que não se olha a dinheiro quando se trata de cumprir o dever, e que não tem preço a glória de combater o exército alemão, na Europa, ao lado da Inglaterra. Na verdade, ao dinheiro não se deve olhar.... *senão quando é preciso gastá-lo, e para o gastar é preciso tê-lo, ou pedi-lo a quem o tiver.* Neste momento êle não abunda, e tem um preço alto, o preço das coisas raras. Se por motivo da guerra criarmos uma dívida de cinqüenta mil contos, os respectivos encargos ficarão pesando sôbre nós, durante largos anos.

Mas haverá as indemnizações, terminada a guerra..,

Sim, haverá indemnizações; mas nós, mercê de Deus, não precisamos das colónias alemãs, porque nos sobejam terras, e não estamos apetrechados para beneficiar, na medida duma justa compensação, dos tratados de comércio em que a Alemanha seja tratada com o máxi-

---

[1] Continua a demonstrar-se como, logo no início da guerra, o Dr. Brito Camacho previa o desfecho, até no que dizia respeito ao destino das colónias alemãs.

mo desfavor. Em dinheiro de contado não poderá a Alemanha pagar o que exigiria da França, se vencesse, e quanto der será pouco para refazer essa pobre Bélgica, de que não restam muito mais do que os campos assolados e mutilações de cidades.

Iremos à Conferência da Paz...

Sim, iremos à Conferência da Paz, e isso será para a Inglaterra a garantia de mais um voto. Não será aí, na Conferência, que nós regularemos os termos da nossa aliança com a Grã-Bretanha, adequando-a às novas condições da política internacional na Europa, e quere-nos parecer que fácil seria, trabalhando com inteligência, mesmo que não fôssemos batalhar na França ou na Bélgica, conseguir uma precisão maior, com mais bem definidas obrigações e garantias, do pacto internacional que à Inglaterra nos prende, desde séculos.

E pois que àmanhã reúne o Congresso, convocado extraordinàriamente, nos termos da Constituïção, o que hoje dizemos não poderíamos talvez dizê-lo no dia seguinte, ficando porventura no espírito dos nossos habituais leitores alguma sombra de dúvida sôbre o que pensavamos a êste respeito.

X

20 de Dezembro de 1914.

Inscreveu o govêrno no seu programa, que é uma síntese luminosa, estes três pontos: assegurar a participação na guerra, prover à defesa da República, dando à defesa um carácter *eminentemente preventivo*, e presidir às eleições.

O partido de que foi tirado o govêrno, pela bôca dos seus oradores e pela pena dos seus jornalistas, vem gritando, desde há muito, que não ir para a guerra seria a deshonra; e no Parlamento o afirmou o seu chefe, nem sequer admitindo que alguém pense em estorvar essa participação.

Pois bem, o govêrno não cumprirá a primeira parte do seu programa — o govêrno não mandará uma expedição militar à França; e daqui o desafiamos a que a mande, sem que primeiro publique um *livro branco*, em que o País leia todos os documentos, absolutamente todos os que à guerra dizem respeito, e dos quais se conclue que, se não formos para a guerra, Portugal será um País deshonrado. Se êsse livro não se publicar, o govêrno não fará partir a expedição; e, se fôr publicado, sucederá a mesma coisa, embora por motivos diferentes.

¿Um partido assumiu o Poder, em nome da honra nacional, para efectivar compromissos que, uma vez tomados, não podem ser abandonados sem desdouro?

Ontem dissemos que a União Republicana, se estivesse no Poder, de pleno acôrdo com a Inglaterra, não enviaria tropas para França; e hoje dizemos, bem alto e bem claro, para que todos o possam ouvir e quantos o oiçam o possam entender, *que o govêrno não mandará uma expedição militar para o teatro da guerra na Europa; e se de a não mandar resulta deshonra para Portugal, desde já asseveramos que o govêrno deshonrou a Nação.*

Têm o Poder, têm a Fôrça, têm o Mando, podem mandar-nos assassinar, ou podem-nos mandar prender. Renunciamos a tôdas as imunidades que tínhamos como deputado, e não demos ainda a nossa demissão de oficial do exército, em primeiro lugar porque nos honramos com essa qualidade, e em segundo lugar porque queremos ter na República, combatendo os governos, menos garantias, menos privilégios do que tínhamos na Monarquia. Conhecemos o regulamento disciplinar a que estamos sujeitos; e se, voluntàriamente, ignoramos as suas disposições quando escrevemos, o mesmo não deve fazer o sr. ministro da guerra quando ler...

O govêrno poderá usar para connosco de quantas violências o Poder dispõe, sobretudo quando é exercido por um govêrno que se propõe basear a defesa do Regime no sistema da prevenção; mas o que êle não pode é fazer com que emmudeça a nossa voz, é fazer com que não escreva a nossa pena. E a nossa voz bradará, pelo País inteiro, que se praticou um crime, se fôr mandada uma expedição à França, ou que se praticou uma deshonra, se a expedição não partir.

Está o govêrno preso na teia que urdiu, e dela não logrará desembaraçar-se, por mais voltas que dê.

Fomos apontados ao País como mau republicano,

como mau patriota, ùnicamente porque, em palavras demasiadamente veladas para o grande número, vínhamos denunciando um êrro, vínhamos apontando um perigo, e tudo isso o fazíamos com extremos de cautelas, na preocupação honesta de bem servir o País, e ainda na preocupação generosa de não colocar mal os outros.

É certo, a União Republicana quis ir ao Poder, quis ao menos partilhar do Poder, e não a movia a ambição de mandar, a *vã cobiça* de que falou o poeta. Queria o Poder, porque tendo-o, e não dando um passo, em assuntos de guerra, sem prévio acôrdo com a nação aliada, não deixaria que se realizasse a aventura de uma expedição que mal comportam os nossos recursos militares e financeiros; e compartilhando-o, evitaria que outros o fizessem, não precisando para isso de agitar a opinião.

Ambiciosos do mando!

Sim, para dignificar a República, para alevantar a Nação, para estabelecer na família portuguesa os laços de solidariedade, que são a própria condição de vida colectiva.

O programa do govêrno! A participação na guerra!

Sem dúvida, o sr. Presidente da República, ao entregar o Poder, que lhe retirara há um ano, ao partido democrático, meditou no programa que êle se propõe realizar, tão pequeno que se reduz a três pontos — os três vértices do triângulo — guilhotina que há-de executá-lo na hora própria. E pois que s. ex.ª, nos termos da Constituïção, art. 47.º, n.º 5, *representa a Nação perante o estrangeiro e dirige a política externa da República*, sem dúvida informou o presidente do ministério e o seu ministro dos estrangeiros do que havia, de tudo quanto havia, com respeito à nossa participação na guerra. Não é lícito admitir que s. ex.ª o ignorasse, e muito menos que o não dissesse a quem tinha necessidade de sabê-lo.

Mas se assim foi, ¿como é que o sr. presidente do ministério redigiu a sua declaração nos termos que o leitor conhece, dando como a máxima razão de ser dêste govêrno a necessidade de assegurar a nossa participação na guerra?

O mesquinho programa!

Mandar uma expedição à França — que não mandará!

Presidir às eleições — a que não presidirá!

Garantir a segurança da República — que comprometerá.

Só no último ponto está certo [1].

---

[1] Estas palavras escreveu-as o Dr. Brito Camacho num ambiente de ardoroso combate, que se tinha desencadeado contra si e o seu Partido. Os seus adversários políticos não concordavam em que alguém condicionasse a intervenção de Portugal na guerra, com opiniões diferentes das suas. Contra o Dr. Brito Camacho e os seus amigos produziam-se as mais injustas afirmações e campanhas, por vezes insultuosas. O Dr. Brito Camacho replicava com brava e violenta energia, conforme o seu costume.

O govêrno a que se refere neste capítulo, era então presidido pelo sr. Vítor Hugo de Azevedo Coutinho, que, realmente, não realizou o seu anunciado programa — como o Dr. Brito Camacho lhe profetizara — visto que teve curta duração, sendo substituído pelo ditador Pimenta de Castro. Iniciava-se, então, um período de lutas internas, de funestas conseqüências...

XI

23 de Dezembro de 1914.

Serenamente, que a serenidade é uma afirmação de fôrça; e se também é, algumas vezes, um aspecto de cinismo, na generalidade dos casos ela é a expressão duma justiça imperturbável.

Estamos aqui, no modesto gabinete em que trabalhamos, como num Templo ou como num Tribunal, só com a diferença de não precisarmos invocar Deus para que as nossas palavras mereçam fé, nem precisarmos jurar sôbre os Evangelhos para nos impormos o dever moral de não faltar à verdade.

Temos, no dobar de quási trinta anos de labor político, estado sempre em contacto com o público, umas vezes falando-lhe da tribuna, outras vezes falando-lhe do jornal, e sempre fazendo-o com o fervor dum apóstolo, escrupulizando em dizer-lhe a verdade, sempre, e a-propósito de tudo, ùnicamente a verdade. Adquirimos assim o direito a que nos acreditem, quando alguma coisa afirmamos, e nem por isso alguma vez nos dispensamos de provar as nossas afirmações, quando elas comportam prova. É possível que nos enganemos, mas quere-nos parecer que o País, àmanhã, nos acreditaria, se alguém, fôsse quem fôsse, aparecesse a desmentir-nos,

não trazendo as mãos cheias de provas. — Vejam os bandoleiros que ainda vale a pena ser honesto...

Tem-se pretendido criar-nos reputação de mau republicano e de mau patriota, como se a nossa vida inteira não fôsse de trabalho pela República, ontem para que ela se fizesse, hoje para que ela se mantenha; e a nossa fé republicana não fôsse a expressão política de devotamento patriótico. Maus republicanos, porque vimos, há quatro meses, apregoando a necessidade de Portugal, em face do conflito europeu, nada fazer senão de pleno acôrdo com a Inglaterra, e maus patriotas porque, há quatro meses, vimos apregoando a necessidade de Portugal não se impor sacrifícios inúteis, comprometendo o futuro de muitas gerações, no deslumbramento duma longínqua miragem, e, como tôdas, miragem irreal.

Os que admitem que não delinqüimos podem convencer-se de que erramos; e se um êrro não é coisa que macule o carácter, pode envergonhar a inteligência, e nós já nos habituamos à reputação de *Intelectual*, que as bêstas nos fizeram...

Quási logo depois de rebentar a guerra, manifestou-se em Portugal uma borbulhagem guerreira, sob a forma de ampolas discretas, com água chilra dentro. Veio a sessão de 7 de Agôsto, em que nobremente Portugal definiu a sua atitude de aliado da Inglaterra, e então a borbulhagem guerreira teve uma *poussée* aguda, tornando-se pruriginosa como a sarna, mas sem tendências a alastrar.

Começou a ser interpretada a sessão de 7 de Agôsto como um solene compromisso de irmos para a guerra; e porque a situação, de facto, em que nos encontramos, não cabia dentro das velhas categorias jurídicas, logo correu que lá fora, no estrangeiro, Portugal estava sendo muito desfavoràvelmente julgado: nem amigo, nem inimigo, chegando ao ponto de representantes da Repú-

blica se verem embaraçados para explicarem... uma situação inexplicável.

Esta mentira fêz carreira, e alentou os partidários da guerra.

Pois bem; se no Ministério dos Estrangeiros não existisse uma nota, qualquer documento que prove ter o *Foreing Office*, no devido tempo, explicado às potências aliadas a *correcta* atitude de Portugal, se êsse documento não existisse — *é porque o tinham feito desaparecer*...

¿Como foi então que se disse e propalou que os representantes da República em países estrangeiros não sabiam explicar a nossa atitude, resultando-lhes daí vexame e confusão?

A Inglaterra conhece muito bem as obrigações que tem para connosco, e as obrigações que nós temos para com ela. Nação altiva, pundonorosa, os tratados que firma com o seu nome honra-os em tôdas as circunstâncias; e bem o mostrou agora, tomando a defesa da Bélgica, há mais de oitenta anos em regime de neutralidade perpétua e garantida, sendo a Inglaterra uma das nações garantes.

Pois bem; se no Ministério dos Estrangeiros não existisse nota ou documento em que a Inglaterra nos diz que fica a seu cargo a defesa das nossas costas, no continente e no Ultramar, mas que a defesa do nosso território tem de ser feita por nós, porque ela não poderia fazê-lo, se êsse documento não existisse — *é porque o tinham feito desaparecer*...

Se a Holanda entrasse no conflito a favor da Alemanha, nós precisaríamos defender o nosso território em Timor; se fizesse a mesma coisa a China, nós precisaríamos defender o nosso território em Macau e na Índia; e visto que em África, numa e outra costa, somos vizinhos dos alemãis, precisaríamos estar ali prevenidos para qualquer agressão. A defesa do território conti-

nental não é coisa que nos preocupe, tão seguros estamos das nossas boas relações com a Espanha; mas sempre dois Países viveram em boas relações... até ao momento em que se desavieram.

¿Acredita o leitor que a Inglaterra, depois de nos ter dito que tratássemos da nossa defesa territorial, porque disso não poderia ela ocupar-se, nos faria um pedido de reforço militar, quinze ou vinte mil homens para ir engrossar os dois ou três milhões de soldados ingleses, belgas e franceses?

A verdade é que a Inglaterra, em nota ou documento que deve estar no Ministério dos Negócios Estrangeiros, disse que era chegado o momento de Portugal abandonar a sua atitude, e mandar tropas, nas condições que fôssem ajustadas entre o govêrno de Londres e o govêrno de Lisboa, para o teatro da guerra na Europa; *mas se no Ministério dos Negócios Estrangeiros não existisse uma nota ou documento anterior em que a Inglaterra nitidamente distingue entre o que pede, porque é aquilo de que necessita, e o que aceita, porque lho oferecem, se essa nota ou documento não existisse — é porque o tinham feito desaparecer...*

Dissemos um dia que a Inglaterra alguma coisa nos pedira, mês e meio, aproximadamente, depois da guerra começar, *mas que êsse alguma coisa não era um reforço de tropas.* Lutámos para que o pedido da Inglaterra fôsse deferido imediatamente, sem nenhuma hesitação, sem a mais pequena demora, afirmando que nem tínhamos o direito de lhe negarmos o que ela pedia, nem era razoável querer obrigá-la a pedir-nos mais do que ela julgava ser-lhe necessário. Novamente, e a êsse propósito, nos chamaram maus republicanos, maus patriotas, e de bôcas heróicas no insulto saiu a palavra *covarde.* Fez-se, todavia, como nós disséramos; mas em vez de se engrandecer o favor pela prontidão, alguma coisa se diminuiu pela demora. A êste respeito

não deve haver nota ou documento no Ministério dos Estrangeiros ; mas deve haver a recordação duma *démarche* do ministro de S. M. Britânica, exprimindo o desejo do seu govêrno, de que Portugal não praticasse em favor da Inglaterra qualquer acto que o lançasse na guerra — tanto começava a *agacer* o *Foreing Office* a nossa abundância em prometer...

Foi a Londres uma missão militar, a qual partiu de Lisboa em 18 de Outubro, com o encargo de regular, com o *War Office*, a nossa participação na guerra. Essa missão houve-se com superior inteligência, com o mais acendrado zêlo patriótico; poderiamos dizer com o maior tino diplomático, e não cairiamos em exagêro. Pois que a Inglaterra nos pedia um refôrço militar, ela é que deveria mandar aqui uma comissão — para ver o que nós poderiamos dar-lhe, em satisfação do seu pedido. Fez-se justamente o contrário, e o facto só poderia causar estranheza a quem não soubesse que o *oferecimento* precedera o *pedido*.

O leitor compreende agora porque, outro dia, afirmámos que a União Republicana, se fôsse Poder, de pleno acôrdo com a Inglaterra, não mandaria tropas para o teatro da guerra na Europa, e sucederia a mesma coisa se compartilhasse o Poder, porquanto não entraria numa combinação ministerial sem que lhe fôsse dada a presidência do ministério ou a pasta dos estrangeiros E não teria necessidade de inventar ou de exagerar.sucessos guerreiros em África, porquanto a Inglaterra é um nobre País, duma rude e leal franqueza.

Há pessoas que em sendo grosseiras imaginam que são enérgicas; e quando vomitam insultos, imaginam que produziram argumentos.

Bem podia o Parlamento, em sessão secreta, tomar conhecimento de todos os documentos que dizem respeito à nossa participação na guerra, e que existem no ministério dos negócios estrangeiros. Mas já que o Par-

lamento jura sôbre a fé dos autos, então que se publique um Livro Branco, que se demonstre ao País, duma forma irrecusável, que a Inglaterra, *sponte sua*, pediu a Portugal um auxílio de tropas, e que Portugal fica deshonrado se lho não der — mesmo que a Inglaterra declare que dêle prescinde...

Vão aparecer coisas graves em Angola; a incursão dos alemãis pela fronteira sul, em número dalguns milhares, e a necessidade de para lá mandarmos mais tropa, muita tropa, tornando-se impossível a ida do contingente para França. *Connue, cette chanson là*. Mas o perigo está justamente na possibilidade dêsses factos se darem, e ninguém acreditar nêles. Isto, mais do que tudo, impõe a necessidade de se demitir o ministério, porque êle, incapaz de merecer a confiança do País, não pode estar à frente dos seus destinos.

¿Como não viu isto o sr. Presidente da República? E se é que o viu, ¿como foi que s. ex.ª não procedeu, como há proximamente um ano, impondo a solução que menos escandalizava, sob pena de renúncia?

No isolamento em que vive, pouco freqüentado o Paço de Belém, nem s. ex.ª calcula o que vale neste País, sobretudo depois que se proclamou a República — *um homem!*

A raridade é que faz o valor, segundo velhas teorias.

XII

29 de Dezembro de 1914.

Até que nos vendem os olhos para a execução capital, iremos escrevendo o testamento, que será a nossa justificação, quando já os vermes roerem o cadáver. Um homem só pode deshonrar-se pelos actos que pratica e não pelas faltas que lhe atribuam; e nós temos a consciência tranqüila, porque nunca praticámos uma acção, como político ou como particular, que sôbre a nossa pessoa, ou sôbre a nossa memória, lance o mínimo labéu.

Trata-se da guerra.

Desde que se ateou o conflito europeu, tomámos posição contra a Alemanha, e em tôdas as secções da *Luta*, desde o artigo-de-fundo até à crónica dos sucessos militares, temos servido a causa dos aliados com o ardor duma paixão funda, dominadora de todo o nosso ser pensante e afectivo, porque tudo dentro de nós é hostil aos selvagens da Germânia civilizada.

Emquanto outros hesitavam, logo no começo da guerra, talvez desejando o triunfo dos aliados, mas figurando a possibilidade do triunfo da Alemanha, não tínhamos nós a menor hesitação; e importando-nos pouco que vencesse êste ou vencesse aquêle, entrámos

de brandir as nossas armas, uma frágil, mas honesta pena, em favor da Civilização, isto é, em favor dos que se batiam pelo Direito, pela Justiça, pela Liberdade.

Na sessão parlamentar de 7 de Agôsto aprovámos, sem restrições, a proposta do govêrno; e no breve discurso que fizemos, tão breve que o fizemos em três minutos, não pronunciámos a palavra «guerra». Aplaudimos a definição de atitude que se tomou para com a Inglaterra, convencidos de que ela era a mais nobre, a mais conveniente, a mais patriótica. Grande foi a nossa satisfação quando soubemos que a nossa aliada se mostrava contente com o procedimento de Portugal, e umas tantas apreensões, que ainda escurentavam a visão do futuro, desapareceram por completo no dia em que a Inglaterra disse que invocaria a aliança entre os dois povos, quando precisasse que algum socorro lhe déssemos. Bom seria que tivéssemos ocasião de lho dar; mas se nunca ela o pedisse, por dêle não carecer, nem por isso ficaríamos em má situação para, no fim da guerra, e por necessidade ou vantagem que os dois povos reconhecessem, se fazer uma revisão dos tratados, dando-lhes actualidade.

A hipótese de termos de combater os alemães na Europa, por solicitações da Inglaterra, não a figuramos a sério, e já o leitor sabe porquê. Mas figuramos a hipótese de termos de combatê-los em África, e não apenas para repelirmos uma agressão que nos fizessem, mas para invadirmos os seus territórios, para conquistarmos os seus domínios numa acção combinada com a Inglaterra, as fôrças dos dois países batalhando juntas no continente negro.

No vasto domínio colonial da Alemanha, o que avulta é o que ela possue na África, sobretudo depois que o *golpe* de Agadir obrigou a França a entregar-lhe uns poucos de milhares de quilómetros quadrados que am-

putou ao seu Congo. Perder as suas colónias de África seria para a Alemanha perder os seus títulos de nação colonial, embora conservasse tudo o mais que tinha por aí além: estações carvoeiras e precárias bases de operações, se exceptuarmos Tsing-Tao, hoje na posse do Japão.

Não se admira agora o leitor se lhe dissermos que aplaudimos o envio de tropas para a África, lamentando apenas que elas fôssem para ali mandadas, por conta-gotas, umas agora, outras logo, tornando-se assim maior a despesa e mais demorado, senão mais falível, o resultado de tais expedições.

Não precisamos abonar-nos com o testemunho de quem quere que seja; mas deve lembrar-se o sr. presidente do Ministério transacto que, repetidas vezes, lhe dissemos não dever Portugal sair da situação que definira em 7 de Agôsto por uma declaração, à moda clássica, mas por um acto decisivo — de acôrdo com a Inglaterra. Êsse acto decisivo seria um qualquer serviço à nação aliada, que a Alemanha tomasse como afirmação de beligerância, ou a recusa a qualquer solicitação da Alemanha, que representasse hostilidade.

Era simples o nosso propósito — concentrar no sul de Angola fôrça suficente que tirasse aos alemães veleidades de nos atacarem, e que, sendo preciso, por assim o julgar conveniente a Inglaterra, invadisse os territórios alemães, tomando dêles posse até à conclusão da paz.

Para isto se fazer seria necessário não ter a preocupação da guerra na Europa, pois que não temos gente nem temos material para devidamente nos apresentarmos ao mesmo tempo em dois teatros da guerra, um na Europa, outro na África.

A revolta do coronel Maritz, a que se ligou o general Dewet, impediu a União Sul-Africana de organizar, como era seu propósito, e já aqui foi dito, duas colu-

nas expedicionárias, uma para atacar o sudoeste alemão, outra para se dirigir, através de territórios nossos, até à Rhodésia e dali proceder à invasão da África alemã, do centro e do oriente. Não o fêz, Deus sabe quando poderá fazê-lo, e entretanto nós, preocupados com o envio de tropas para França, lentamente vamos despejando em Angola pequenos contingentes, cujos esforços mal poderão integrar-se.

A Alemanha tem hoje, em África, as mesmas fôrças que tinha antes de rebentar a guerra; se é certo que em Portugal, há quatro meses, não havia sequer o conhecimento aproximado do que essas fôrças eram, não acredita ninguém que ignorasse o govêrno alemão qual era a nossa fôrça militar em Angola. Fàcilmente ela teria invadido aquela província antes de lá chegar a expedição Roçadas, tão insignificante resistência lhes poderiam oferecer os nossos modestos postos destacados, a consideravel distância uns dos outros.

Ao comandante Roçadas, bem como ao comandante Amorim, não cabe a mínima responsabilidade na organização das respectivas colunas; e bem certos estamos de que as teriam organizado diferentemente se, definindo-lhes o objectivo a que eram destinadas, os tivessem encarregado de as organizar. Esta história há-de fazer-se, e ainda aí se verá a nefasta preocupação do envio de tropas para a França — como se tivéssemos fôrças militares em abundância tal que pudéssemos espalhá-las por todos os continentes.

A covardia de ir batalhar em França!

Mas se as nossas tropas têm de batalhar em África, ali encontrarão pela frente os alemãis, tão soldados como os seus camaradas que andam a bater-se na Europa, e dispondo das mesmas armas de que êles se servem. Há, efectivamente, uma diferença grande entre combater na Europa e combater na África, mas essa diferença é de natureza a fazer desejar os combates

na Europa. Nas batalhas da África há todos os perigos das batalhas na Europa, acrescidas do perigo dum clima mortífero para os europeus, e ainda acrescido de todo o desconfôrto para os feridos, de enorme dificuldade do abastecimento de víveres, da impossibilidade duma hospitalização conveniente, em termos que não morram por falta de apropositado tratamento os que caem no campo de batalha — feridos pelas balas ou pelas febres.

O mêdo de morrer na Europa!

Como se fôsse um idílio a guerra da África...

XIII

7 de Janeiro de 1915.

Teve o sr. Bernardino Machado, depois de constituído o actual govêrno, a gentileza de nos procurar, expressamente para nos agradecer o apoio que lhe tínhamos dado. Na verdade, a *União Republicana* apoiou sempre o govêrno transacto; e a maneira prática, a mais eficaz maneira de o apoiar, seria esta — não lhe criar dificuldades. Mas fêz mais do que isso, dentro e fora do Parlamento, porque em mais dum lance o defendeu contra ataques que lhe dirigiam, umas vezes os evolucionistas, outras vezes os democráticos.

Apoiámos o govêrno do sr. Bernardino Machado, mas nunca pretendemos converter em tutela o apoio que lhe dávamos. É certo que êle o não consentiria, por decôro próprio; mas poderíamos nós, embora na melhor das intenções, tentar fazê-lo, não prosseguindo logo que víssemos que seriam baldados os nossos esforços.

Não o tentámos.

Sabíamos como fôra difícil a resolução da última crise ministerial, e por isso apoiávamos o govêrno, no propósito de que êle durasse até às eleições. Ouvíamos o que êle nos queria dizer; se nos pedia a nossa opinião, dá-

vamos-lha com tôda a franqueza e lealdade, mas não faziamos mais do que isso; e procedendo assim, deixávamos aos governantes a inteira responsabilidade dos seus actos.

Convém que isto se diga, não vá alguém lembrar-se de nos responsabilizar pelo que fêz um govêrno que não atacámos durante os dez meses que teve de vida, e que algumas vezes defendemos contra outros... que também o apoiavam. Se não tivéssemos deixado ao govêrno transacto a inteira liberdade de governar como lhe parecia melhor, não teríamos hoje o direito de o responsabilizar por quanto fêz, porque também seria nossa uma parte das suas responsabilidades.

¿ Quere o leitor um exemplo ?

O sr. ministro das colónias, levando ao Parlamento uma proposta de lei autorizando o govêrno a contraír um empréstimo de oito mil contos para acudir de pronto a Angola, declarou-nos que tinha garantido o empréstimo com o dinheiro belga. A êste empréstimo de oito mil contos, seja dito de passagem, deveria seguir-se outro de trinta e dois mil contos, também para fomento da mesma província de África. Pois bem ; a poucos dias do encerramento do Congresso, nós sabíamos que influências grandes se tinham movimentado para que o capital alemão fôsse participante no empréstimo.

¿ Que influências foram essas ?

Poderão dizê-lo o sr. ministro das colónias e o sr. ministro dos negócios estrangeiros no govêrno transacto, e por certo temos que a êsse respeito ss. ex.as declinarão o nosso nome. A verdade é que o empréstimo se não fêz, e escusado será encarecer os benefícios que dêle haveriam resultado para Angola, se do seu produto se fizesse uma aplicação inteligente. Deixamos ao govêrno a responsabilidade, inteira e completa, do malôgro dessa operação financeira, como lhe teríamos deixado a responsabilidade de colocar sob a dependência

financeira da Alemanha a nossa província de África, que ela tanto ambicionava.

E assim em tudo o mais.

No que diz respeito à guerra, sustentámos sempre que deveríamos pôr-nos ao lado da Inglaterra, nossa aliada, dando-lhe todo o auxílio que ela nos pedisse, *mas só o que ela pedisse,* desde que pudéssemos dar-lho.

As nações, como os indivíduos, também têm os seus compromissos de honra, a que não podem faltar ; mas o ponto de vista do homem de Estado é sobretudo utilitarista, e mesmo quando êle parece determinar-se por motivos de ordem sentimental, é ainda o interêsse colectivo a principal determinante dos seus actos.

Pois bem ; se para o nosso País constituía um dever de honra fornecer à Inglaterra qualquer auxílio *que ela nos pedisse,* com o nosso dever coincidia o nosso interêsse, o nosso maior interêsse, tão grande que a êle se prende a existência autónoma da nacionalidade.

Se pensávamos assim, é evidente que, estando no Poder, sem um minuto de hesitação, satisfaríamos qualquer pedido que a Inglaterra nos fizesse, sem todavia lhe oferecermos qualquer coisa... que não pudéssemos dar-lhe.

Podem insultar-nos à vontade ; podem cobrir-nos de injúrias ; podem apontar-nos como traidores, à navalha ou ao revólver de sicários. O que não podem é rasgar o que escrevemos, e aí está a nossa plena justificação, o testemunho inconfundível da pureza dos nossos actos.

Foi êrro grave oferecer à Inglaterra um reforço militar, sem consideração pelas dificuldades de tôda a ordem, mas sobretudo técnicas e financeiras, que haveria para efectivarmos tal promessa. Êsse êrro praticou-o o govêrno transacto ; mas a sua responsabilidade, neste particular, tem de ser dividida por quantos reclamavam a intervenção militar do nosso País no conflito europeu,

e êsses constituíam o que poderemos chamar o partido da guerra, em que há lugar para categorias várias, como mostraremos.

Já no fim da sessão legislativa, nos últimos dias de Junho, o sr. ministro da guerra, para conseguir do Parlamento a votação dum crédito de mil e tal contos para despesas militares, teve que dizer bem alto, para que todos o ouvissem, que o exército não tinha nada do que precisava ter, para dêle se fiar a defesa nacional. E explicou, para que todos entendessem bem: — *Não digo que tem pouco; digo que não tem nada.*

Todos aplaudiram a rude franqueza do soldado, e ninguém se lembrou de dizer que êle traía a Pátria, denunciando ao estrangeiro que ela não tinha defesa militar.

Pois bem; volvidas poucas semanas, estala a guerra, e os mesmos que haviam reconhecido antes que o nosso exército carecia de tudo, reclamaram a nossa participação directa no conflito, como se nada nos faltasse! ? Esperariam que se repetisse o milagre bíblico, de pedras, atiradas para trás das costas, se converterem em soldados?...

Oferecer um reforço militar sem dispor de armas, sem dispor de munições, sem dispor de equipamentos, sem dispor de dinheiro, é uma leviandade que mal se compreende, uma loucura que se não sustenta.

Há quási cinco meses que o *partido da guerra* nos atira para a linha de fogo, e ainda ontem foram pedidos ao Congresso... da Figueira[1] três mil contos para a nossa preparação para a guerra!

O cómico vai resvalando ao trágico, e o País não se salva... se não cuidar da sua salvação.

---

[1] Alusão ao Congresso do Partido Republicano Português (Partido Democrático) que tinha reünido na Figueira da Foz.

XIV

9 de Janeiro de 1915.

Sustentámos sempre, junto do govêrno transacto, que à Inglaterra devíamos dar tudo que ela pedisse, mas sòmente o que ela pedisse; e em repetidas conversas com o sr. ministro da guerra, que sempre teve para nós penhorantes deferências, sustentámos que a participação de Portugal no conflito europeu não podia ser considerada apenas sob o ponto de vista militar.

— *Os senhores são políticos* — dizia-nos s. ex.ª — *eu sou soldado.*

Os ministros são entidades essencialmente políticas, e nenhum se pode ater exclusivamente ao que de técnico e administrativo exista nos serviços a seu cargo, como se não houvesse uma necessária interdependência que, uns aos outros, liga os vários ministérios, isto é, os vários serviços públicos; e não houvesse uma política geral, de que tem principal encargo o presidente do ministério, mas a que nenhum ministro se pode conservar alheio.

Desde que fôsse resolvida a participação directa de Portugal no conflito, mas só desde então, é que o sr. ministro da guerra tinha de considerar o problema sob o ponto de vista técnico, para o resolver da maneira

mais satisfatória. Tanto melhor se o ministro fôsse capaz de cooperar eficazmente na sua resolução, mercê do seu saber profissional; mas se assim não sucedesse, as entidades a quem por lei incumbe a preparação para a guerra, disso se encarregariam, não recebendo do ministro mais do que indicações gerais, algumas delas obedecendo a conveniências políticas, de que lhes não cumpriria inquirir. A guerra, escreveu o sr. von der Goltz, e com isso não deu uma novidade às pessoas instruídas, é a continuação da política com as armas na mão.

Para o sr. ministro da guerra nós eramos o *político*, com quem não se podia entender o *soldado*, que era s. ex.ª. A verdade é que se fêz, até agora, e em relação a determinado assunto, como queria o *político*, e mau foi que se não fizesse tudo mais como êle desejava.

Os que nos insultaram porque sustentávamos que à Inglaterra se devia dar o que ela pedia, sabem perfeitamente que isso se fêz, que o fêz o govêrno anterior, que o fêz já o govêrno actual; e ainda não vieram até ao limiar da nossa escada recolher os insultos que nos dirigiram, e que o moço da limpeza, por descuido, ainda não tirou de lá.

O desdém pelos políticos!

A derrota da França, em 1870, foi mais devida aos *políticos*, que não souberam preparar a guerra, do que aos generais, que não souberam conduzir as tropas nos campos de batalha. O que é preciso é evitar os maus políticos, não apenas na direcção dos negócios da guerra, mas em todos os ramos de administração pública.

Um dia, no Parlamento, sendo ministro da guerra o sr. Sebastião Teles, a cuja inteligência e vasta ilustração rendemos sempre a devida homenagem, entrámos na discussão de qualquer proposta relativa a coisas mi-

litares. O sr. Sebastião Teles, respirando uma atmosfera de política viciosa, e nesse momento, sem dar por isso, falando mais como *político* do que como *soldado*, disse-nos que era conveniente considerar à parte as coisas da política e as coisas da guerra — como se fôssemos nós um regedor de aldeia, e fôsse s. ex.ª um cabo de esquadra.

Não; há íntimas conexões entre a política e a guerra, e se elas já eram muitas e grandes no tempo em que escreveu Clausewitz, hoje são mais e são maiores.

Ficam sabendo as pessoas de boa fé, e que até êste momento o ignorassem, que junto do govêrno transacto sustentámos que à Inglaterra se deveria dar o que ela pedisse, *e ao tempo o seu pedido não era de participação directa no conflito europeu.*

Junto do sr. presidente do Ministério, no govêrno transacto, sustentámos sempre que a participação de Portugal na guerra, desde que não resultasse dum pedido formal e espontâneo da Inglaterra, seria um êrro grave, se não fôsse uma grave imprudência. Êsse pedido fez-se, é certo, mas sem espontaneidade por parte da nação aliada; e foi por isso que na sessão de 23 de Novembro nós fizemos aquela declaração que os nossos habituais leitores conhecem, e que visava a tornar possível negociações diplomáticas que remediassem a falta cometida, sem deshonra para a Nação e sem desprestígio para o Exército.

Para aí se escreveu, ao que nos consta, que só agora, depois de entregue o Poder ao partido democrático, nós tomámos atitude contra a participação de Portugal na guerra, insinuando assim que baixos motivos de ordem política, e não razões de bom e esclarecido patriotismo, determinaram o nosso procedimento.

Estamos a relatar factos, que podem fàcilmente ser desmentidos, desde que não sejam rigorosamente verdadeiros.

Que o faça quem se julgar com autoridade para o fazer; e se conseguir levar à consciência do público a suspeita sequer de que mentimos, pode a matilha recolher ao canil, porque já as suas mordeduras envenenadas serão dispensáveis para que se faça o nosso descrédito.

XV

10 de Janeiro de 1915.

No ministério transacto havía um único politico — o sr. Bernardino Machado. Por isso, e porque s. ex.ª era o chefe do govêrno, justo é atribuir-lhe a máxima parte da responsabilidade na situação politica actual, quer no ponto de vista interno, quer no ponto de vista das relações exteriores.

Competia a s. ex.ª, mais do que a ninguém, definir a atitude que a Portugal conviria em face da guerra desencadeada na Europa, e todo o seu esfôrço de governante, a partir dêsse momento, se deveria ter exercido no sentido de que fôsse adoptada essa atitude.

Pois que eramos aliados da Inglaterra, datando essa aliança de aproximadamente 600 anos, estava indicado que ao lado dela nos conservássemos, prontos a honrar todos os deveres dêsse facto emergentes.

Só isso?

Alguma coisa mais do que isso, porquanto seria do nosso próprio interêsse dar à Inglaterra qualquer auxilio que ela nos pedisse, embora sem fundamento na letra expressa dos tratados. Isto mesmo dissemos a s. ex.ª, por mais de uma vez, e isto mesmo pensava s. ex.ª, conforme por mais de uma vez nos declarou. Nos trata-

dos entre os dois Países fixam-se direitos e obrigações, e às obrigações aí fixadas não poderá eximir-se qualquer dos dois Países, quando o outro reclame o seu cumprimento. Mas o facto da aliança dá a qualquer dos Países o direito de pedir ao outro, em ocasião de guerra, um auxílio que não esteja compreendido nas obrigações estipuladas, sem todavia o poder exigir, caso lhe seja recusado.

Nós sustentámos sempre que à Inglaterra se deveria dar tudo aquilo que ela nos pedisse, nem sequer nos dando ao trabalho de ir ler, na ocasião, os tratados, para verificarmos se cumpríamos um dever, se fazíamos um favor.

Quem assim procedeu ¿não mostrou bem compreender o valor da aliança e da amizade com a Inglaterra, e não procurou, na medida em que podia fazê-lo, não estando no govêrno, consolidar essa aliança e dar valor a essa amizade?

Fomos para a sessão de 7 de Agôsto, de pleno acôrdo com o sr. presidente do ministério; e se de lá saímos pouco bem impressionados, não foi pelo que, em nome do govêrno, se disse, mas pelo tom guerreiro que se pretendeu dar à sessão, declamando discursos de pólvora sêca...

Convenceu-se o chefe do govêrno de que muito convinha a Portugal ter participação directa no conflito europeu; e mal a Inglaterra pediu qualquer coisa de que carecia, como elemento de guerra, entrou s. ex.ª a trabalhar no sentido de efectivar o seu pensamento.

Compreende-se que tal fôsse o pensamento do chefe do govêrno; mas ¿como se compreende que o sr. ministro da guerra, que no Parlamento, poucas semanas antes, *havia dito que o Exército nada tinha que o habilitasse a defender o território nacional,* não explicasse a s. ex.ª que não se faz a guerra sem a devida preparação, e que tirar do nada alguma coisa é um acto cria-

dor, que uma só vez se realizou no dobar infinito dos séculos?

Igualmente não se compreende que o sr. ministro das colónias, ao comunicar-lhe o chefe do govêrno, talvez em conselho de ministros, o seu alto pensamento de política internacional, lhe não dissesse que a defesa de Angola e Moçambique, sem falar doutras províncias ultramarinas, absorveria tôda a fôrça armada de que a metrópole pudesse dispor, quer fôsse para repelir uma agressão, quer para invadir a casa do vizinho — *se tal conviesse à nossa aliada.*

E ¿como foi que o sr. ministro das finanças, que certamente preguntou ao seu colega da guerra quanto custaria, incluida a preparação, o envio de uma divisão militar a França, e ao seu colega das colónias quanto custaria o envio das expedições militares que houvessem de ser feitas para Africa — como foi que o sr. ministro das finanças não explicou ao seu presidente do ministério que tanta despesa não cabia nos recursos financeiros da Nação, e que pedir essas largas somas ao crédito, seria tornar dificil, por largos anos ainda, o ressurgimento económico da Nação?

A verdade é que, logo depois da sessão de 7 de Agôsto, começou a fazer-se a propaganda da nossa participação na guerra; e o jornal que o sr. presidente do ministério inspirava era o principal órgão dessa propaganda. Patriotas de vária ordem entraram a berrar que era necessário que Portugal se declarasse beligerante, rompesse com a Alemanha e a Austria, mandasse uma divisão ou um corpo de exército para os campos de batalha, na Europa, pois doutra forma nos cobriamos de vergonha. Entretanto, a Inglaterra aplaudia a atitude que fôra definida em 7 de Agôsto, aconselhava a que nos mantivéssemos nela, e prudentemente lembrava que devíamos pensar na defesa dos nossos próprios territórios, muito vastos e, para mais, espalhados por êsse mundo além.

Como se obedecesse a influências do partido da guerra, no qual distinguiremos três categorias de indivíduos, o govêrno mandava para a imprensa notas de carácter oficioso, nas quais fixava a data em que o Congresso, reünido extraordinàriamente, havia de pronunciar-se pela beligerância. Algum dia se poderá explicar porque tantas vezes se fixou essa data, porque tantas vezes foi adiada, vindo finalmente a fazer-se a reünião extraordinária do Congresso oito dias antes dêle reünir por direito próprio, em 2 de Dezembro.

¿Quere o leitor saber uma coisa?

Em 16 de Outubro, isto é, *dois dias antes de partir para Londres a missão militar*, o ministro de Portugal em Madrid, devidamente *toilettisado*, foi comunicar ao govêrno de Espanha que Portugal saía da atitude em que se mantivera, para se declarar beligerante!

Não o soubemos por qualquer inconfidência repreensível; soubemo-lo pelo *Daily Sketch*, que, num telegrama de Madrid, o levou ao conhecimento do seu milhão de leitores. Sucedeu isto em 16 de Outubro; e só mais de um mês depois, em 23 de Novembro, é que o Congresso, em reünião extraordinária, autorizou o poder executivo a ajustar com a Inglaterra a nossa intervenção directa no conflito europeu.

Era o *partido da guerra* a empurrar o govêrno, receoso de que êste caísse, para o facto consumado.

XVI

11 de Janeiro de 1915.

Podemos distribuir por três categorias os partidários da guerra.

Na primeira entram todos os que, honestamente, acreditam ser necessário que Portugal intervenha directamente no conflito europeu, para dar mais solidez e maior valor à aliança anglo-lusitana.

Na segunda entram todos os que, nesta hora alta de civilização, incapazes de descobrir através dos factos o movimento das ideas, ainda sonham glórias militares, e desejariam, ínfimos Quixotes, ver chispar o sol das batalhas no metal dos seus botões amarelos.

Na terceira entram os homens de negócio, os *brasseurs d'affaires*, para quem o problema da vida cabe, inteirinho, dentro da fórmula shakspiareana, adaptada à mercearia — *ganhar ou perder, eis a questão.*

Entregue o govêrno a um homem da primeira categoria, é manifesto que êle havia de empenhar os seus melhores esforços para fazer com que o País tomasse parte directa na guerra. Se lhe não pedissem um auxílio militar, procuraria impô-lo, e por feliz se daria no momento em que lho aceitassem. Simplesmente êsse governante, se fôsse um verdadeiro homem de Estado,

não correria atrás duma vantagem hipotética, impondo-se um doloroso sacrifício real. Sobretudo, êsse homem de Estado não faria oferecimento do que não pudesse dar, fazendo correr ao seu País o gravíssimo risco de não manter os seus compromissos, de não honrar as suas promessas.

A aliança entre Portugal e a Inglaterra ficaria mais sólida, e de maior valor, depois da guerra, se durante ela, curta ou longa que fôsse, a nossa velha aliada tivesse recebido de nós todos os auxílios que pedisse, fôssem de que natureza fôssem; e não é preciso dizer que valiosos auxílios de guerra não constam apenas do envio de tropas para os campos de batalha. Quando foi da revolta do Transvaal, há quinze anos, a Inglaterra a ninguém pediu auxílio, e como lho oferecessem as suas *colónias* e *domínios*, ela estabeleceu o princípio dos contingentes mínimos — como *afirmação da unidade imperial*.

Não somos uma colónia inglêsa; não somos um dos *domínios* da Inglaterra; e só teríamos o direito de lhe *impor* auxílio militar quando êle fôsse de natureza a ter influência nos resultados da guerra.

¿Seria êsse o caso, no momento actual?

Já aqui lamentámos que se não tivessem consultado, no devido tempo, as entidades que na organização militar, decretada pelo Govêrno Provisório, têm o cargo de preparar a guerra, porque o conselho dessas entidades teria evitado o mau passo que se deu, e que nos trouxe a má situação em que nos encontramos agora.

Sim, Portugal não devia olhar a sacrifícios para dar à Inglaterra qualquer auxílio que esta lhe pedisse; mas desde que ela nada lhe pedisse que importasse sacrifício, nada lhe deveria oferecer que o sacrificasse — perdendo vidas e perdendo capitais.

¿Em troca de que se ofereceu à Inglaterra um auxílio militar?

Em troca de coisa alguma, nem sequer ao menos em troca da promessa feita da revisão de tratados, fixando-se os termos precisos duma aliança a que servisse de base uma convenção militar.

Iniciou-se, em França, uma campanha em favor da intervenção directa dos japoneses no conflito europeu. Convém saber que a França não é aliada do Japão, o qual só tem, na Europa, um aliado — a Inglaterra. Que era necessário que o nipónico viesse à Europa batalhar pela causa da Civilização, pela causa do Direito, pela causa da Liberdade. Na Inglaterra não se fêz tal campanha, e quando ao país do sol nascente chegou o rumor de vozes, pedindo a sua interferência guerreira, o japonês considerou o problema... e deixou-se ficar em casa.

Entretanto, restabelecia-se em França o império do bom senso, e logo se viu que os oferecimentos espontâneos devem evitar-se, porque a nada obrigam, mas os serviços solicitados devem discutir-se, porque têm de ser pagos. E terminou a campanha.

Já para aí se disse que é indispensável mandar uma divisão para França, porquanto a êsse respeito firmámos, com a Inglaterra, uma convenção militar. Pois bem; que se publique essa convenção militar, e ver-se-á que ela não é mais do que uma espécie de regulamento para o transporte de tropas até aos campos de batalha. Não cabe à ilustre missão que foi a Londres a menor responsabilidade nessa pretendida convenção; mas não se diga, iludindo o País, que já negociámos com a Inglaterra uma convenção militar que sirva de base à aliança política entre os dois povos.

Da segunda categoria de indivíduos nem vale a pena falar. A guerra ainda é uma necessidade no nosso tempo, e isso prova que se progride muito mais ràpidamente nas ideas que nos factos; mas a glória militar já hoje não é incentivo para desviar um povo do labor

pacífico e atirá-lo para os campos de batalha. Se aí aparecesse, ressuscitado, um dos doze pares de França, ainda que fôsse o maior de todos, o sobrinho de Carlos Magno, êsse Ferrabraz que é o kaiser não lhe aceitaria o desafio para uma justa de armas, e manda-lo-ia fuzilar pelas costas.

Les enfants de Gascogne !

Sim, a guerra é ainda uma necessidade; mas já se não marcha à conquista do Sepulcro, e quando se fala do sol de Austerlitz, faz-se detestável retórica.

XVII

12 de Janeiro de 1915.

Em tôda a parte e em todos os tempos, a guerra foi a ocasião de enriquecerem uns e empobrecerem outros. sendo todavia maior o número dos que ficam pobres, Isto quere dizer que sempre, e em tôda a parte, houve quem desejasse a guerra como oportunidade para fazer fortuna ; e, naturalmente, quem deseja que alguma coisa se realize, trabalha para a sua realização.

Há indivíduos cuja única preocupação é ganhar dinheiro, muito dinheiro, e disso fizeram o seu ofício, o móbil de tôda a sua actividade, que em outro campo seria porventura estéril. Se a guerra lhes oferece uma boa oportunidade para lucros altos, êles exploram a guerra como se fôsse rica mina, com o filão à superfície da terra.

Nem sequer há razões de patriotismo que se imponham aos ambiciosos de fortuna, e assim foi que os ingleses, por exemplo, na ocasião da guerra do Transvaal, forneceram armamento aos boers, passado em contrabando.

Mesmo num País bem preparado para a guerra, desde que êle se declara beligerante, é obrigado a fazer avultadas despesas extraordinárias, que vão encher as

algibeiras dos intermediários e dos fornecedores. Num País que se torna beligerante, sem a necessária preparação, tais despesas ainda mais avultam; e por que tem de ganhar-se o tempo que se perdera, tudo se compra mais caro, tudo custa mais dinheiro do que se fôra adquirido *à la longue*, aproveitando a normalidade dos mercados.

Tal foi o nosso caso.

O sr. ministro da guerra declarou no Parlamento que o Exército não tinha nada, *absolutamente nada*; de modo que, ao lançar-se a palavra guerra, todos os traficantes arrebitaram as orelhas, todos se prepararam para fornecimentos, fazendo desde logo entrar no seu *haver* lucros de encher a ambição mais descompassada.

Mas não haveria só que fornecer géneros de qualquer natureza; haveria também que fornecer dinheiro, muito dinheiro, e sempre as grandes operações de crédito, sobretudo feitas em condições apertadas, deram a ocasião de consideráveis ganhos.

Guerrearíamos em Africa?

Aí paga-se em notas do Banco de Portugal, em notas do Banco Ultramarino, e a judiaria financeira não tinha a margem de lucros que ambicionava. O mesmo não sucederia guerreando-se na França, porque aí teria de se pagar em ouro, e pois que o Estado o não tinha, carecia de o pedir emprestado...

Não é segrêdo para ninguém, porque isso se disse por aí, à bôca cheia, que a perspectiva de uma tal operação aproximara já poderosas companhias desavindas, e que uma delas exigiria a prorrogação do seu monopólio por um período largo, qualquer coisa como noventa anos.

Ora veja isto o leitor: em 12 de Outubro abre-se um concurso, pelo ministério da guerra, para os *camions*, devendo as respectivas propostas ser apresentadas até 31 do mesmo mês. Êste prazo, conforme anúncio publicado

nalguns jornais, do dia 25, foi prorrogado até 10 de Novembro.

Pois bem: em 18 de Outubro partia de Lisboa a missão militar que foi a Londres, e dai a pouco ela informava *que a Inglaterra, cedendo às suas instâncias, faria todos os transportes mecânicos exigidos pelos serviços da nossa divisão.* Vendo mal parado o negócio, pretendeu-se em Lisboa que a nossa divisão, sendo uma unidade independente, deveria ter um privativo serviço de transportes; e valeu ao País ser o sr. general Pereira de Eça um perfeito homem de bem, para dêsse fornecimento não resultarem lucros de mão beijada a intermediários gananciosos, no valor de 152 contos. No ministério da guerra deve haver documento que comprove o que afirmamos; e a referência ao caso dos automóveis queremos aproveitá-la para, mais uma vez, dizermos que a missão militar que foi a Londres se houve com superior inteligência, com inexcedível zêlo, inspirada no melhor e mais alto patriotismo.

Das três categorias de indivíduos pelas quais dissemos que se podem distribuir os partidários da guerra, esta, *a dos homens de ganhar,* é a menos simpática de tôdas, porque tudo seria capaz de sacrificar à sua avidez de lucros.

¿O País é, econòmicamente, pobre?

Eles bem sabem que as despesas da guerra são improdutivas; mas sem que elas se fizessem não poderiam aumentar grandemente os seus capitais dentro de pouco tempo e sem correrem riscos. É a própria condição dos homens de negócio, bem sabemos; mas nem todo o negócio é lícito, e o Código Penal define certos negócios *chamando-lhes crimes* ..

O govêrno transacto prestou ouvidos demasiadamente complacentes aos partidários da guerra, tanto aos da primeira categoria, que na honesta obtusidade da sua inteligência não viam o abismo para que arrastavam o

País, como aos da última categoria, que, na sua insaciável fome de dinheiro, não queriam saber dos perigos financeiros de semelhante aventura.

Já para aí se calculou em trinta mil contos as despesas da guerra, no caso de se mandar uma divisão para França. Não se enviará a divisão, e ou nos enganamos muito, ou esta verba há-de ser excedida, a menos que se não mande mais ninguém para Angola.

Escriturar despesas à parte não é eliminá-las, não é evitar os correspondentes encargos; e a seu tempo se verá, com os documentos à vista, que, estando em boa paz com todo o mundo, já a guerra nos levou a têrça parte do orçamento, referindo-nos, é claro, às receitas que se cobram e não às receitas que se orçamentam.

Mais uma vez o repetimos — porque nunca será demais repetí-lo — Portugal deveria impor-se, de boa vontade, todos os sacrifícios que na actual conjuntura derivassem das suas obrigações internacionais, *mas não devia inventar obrigações para se impor sacrifícios.*

XVIII

13 de Janeiro de 1915.

O sentimento nacional...

Sim, o sentimento nacional, muitas vezes os empresários da guerra o têm invocado para justificarem a sua propaganda, e o sr. presidente do ministério algumas vezes também o invocou para justificar a atitude do govêrno.

O sentimento, de qualquer ordem que seja, é, na sua essência, um fenómeno psíquico, e não há o direito de o negar, só porque parece absurdo, havendo, quando muito, o direito de o pôr em dúvida quando parece inverosímil.

O sentimento nacional...

Com excepção das guerras coloniais, e não levando em conta as lutas internas para a implantação do regime constitucional, o País vive no remanso da paz há um século, durante o qual se obliterou a nossa tradição guerreira. Gozamos duma situação privilegiada no extremo ocidental da Europa, e desde que perdemos o mêdo à união ibérica, feito por intrigas monárquicas, nunca mais olhámos com desconfiança a Espanha. Assim foi que a Monarquia, levando mais longe do que seria para desejar a confiança no império da paz geral

na Europa, não tratou de robustecer o nosso exército, e a República, inspirada em sentimentos da mais pura democracia, renunciou, por completo, ao exército clássico, para adoptar o regime miliciano.

Foi nestas condições que nos veio surpreender a guerra, tão extensa desde o começo que logo se receou, e com bem fundados motivos, vir a ser uma conflagração geral. Mas nós vivemos recuados no extremo ocidental da Europa, tão longe que não se ouvem aqui os tiros dos mais poderosos canhões, nem podem os beligerantes desrespeitar a nossa fronteira, por conveniência ou por necessidade.

Certo é que o País recebeu com íntimo júbilo as afirmações feitas na sessão parlamentar de 7 de Agôsto, e elas implicavam a possibilidade, ao menos, de entrarmos na guerra. É certo; mas êsse júbilo resultava da solidariedade que afirmávamos manter com a Inglaterra, e o seguro instinto popular via aí um penhor de perdurável aliança e ininterrupta amizade.

Mas ¿êsse sentimento traduzia, denunciava sequer o desejo duma participação directa na guerra, a menos que essa participação nos fôsse pedida pela Inglaterra?

Não; êsse sentimento era de simpatia pela nação amiga, e era, ao mesmo tempo, de afirmação pela justa causa que ela pleiteava. Carecesse ela do nosso auxílio, e prontamente seria deferida a sua solicitação, não havendo em Portugal quem achasse exagerados os sacrifícios que houvessemos de impor-nos. E' necessário que isto se diga, porque é absolutamente verdadeiro: a guerra foi a ocasião de se afirmarem entre nós, com um carácter eminentemente nacional, as simpatias do povo português pela sua velha aliada.

Mas não havia, como não há ainda, na alma popular, o desejo de ir para a guerra.

O partido democrático pretendeu fazer no País uma larga propaganda em favor da nossa participação dire-

cta no conflito europeu. Em Lisboa o *leader* parlamentar dêsse partido realizou uma conferência pública, que deveria ser a primeira da série. Pois bem; a série ficou por aí, e a razão foi esta — não havia no País atmosfera propícia a uma semelhante propaganda, e êsse partido não quis arriscar vãmente a sua vã popularidade.

O sentimento nacional!

Mas foi só um partido, foi só a imprensa dêsse partido, foram apenas alguns homens dêsse partido que apostolaram a guerra... perante correligionários.

Pois se o País queria a guerra, ¿como é que estando o partido da guerra no Poder há um mês, ainda não houve um sinal de inquietação, de desagrado pelo facto de nem sequer estar declarada a beligerância, para mais andando já portugueses e alemãis aos tiros uns contra os outros no sul de Angola?

O ministério transacto, numa circular aos governadores civis, embora o fizesse em termos pouco expressos, recomendou que fomentassem a propaganda em favor da nossa intervenção na guerra, o que êle chamava intensificar o sentimento patriótico. Essas circulares deram em resultado fazerem-se duas conferências patrióticas, da iniciativa do administrador do concelho, em Vila Franca de Xira!...

Em Lisboa, bem o sabemos, houve manifestações populares de simpatia à França e à Inglaterra, mas apenas de simpatia por essas duas nações — a uma das quais nos prendem laços jurídicos de tratados seculares, além duma velha e profunda amizade, e à outra, da nossa raça, sob o ponto de vista político nossa irmã mais velha, e sob o ponto de vista científico e artístico nosso director espiritual, laços da mais íntima simpatia, que as contingências da História algumas vezes afrouxaram, sem todavia os quebrarem.

Não; o País, muito cioso da sua independência e dos

seus interêsses, mas não menos cioso da sua honra, encarou serenamente a possibilidade de ir para a guerra, se isso fôsse necessário, mas não olhou com saüdades para a espada de Nun'Alvares, desejoso de a brandir nos campos de batalha.

O sentimento nacional!

Êle está bem expresso nessa legião de voluntários portugueses que daqui abalou, não sabemos quando, sob o comando não sabemos de quem, para ir batalhar na Flandres, juntando o seu esfôrço heróico ao heróico ímpeto dos aliados, na guerra santa da liberdade democrática contra o despotismo caserneiro.

O sentimento nacional invocado pelos empresários da guerra em justificação da sua propaganda...

E' como se alguém, sob a partícula consagrada, jurasse, como verdade, uma refalsada mentira.

XIX

15 de Janeiro de 1915.

A primeira vez que fomos ao Ministério da Guerra, depois da sessão parlamentar de 6 de Agôsto, foi para dizermos a s. ex.ª o ministro que dispusesse de nós, utilizando os nossos serviços onde lhe parecesse que seriam melhor aproveitados. Como o oferecimento era a sério, não veio no reclamo dos jornais.

Os nossos interêsses, os nossos egoísmos, a nossa covardia, não impediram que modestamente, sem gritar nas ruas para fazer multidão, fôssemos ao Ministério da Guerra dizer a s. ex.ª que ficávamos às suas ordens *para qualquer serviço que nos destinasse, dentro ou fora do País.*

Pouco depois, alguns dias apenas, o nosso velho amigo e colega dr. Acácio Borges Pereira da Silva, coronel-médico, num encontro de acaso, de que resultou uma conversa de minutos, disse-nos que estávamos no mapa da fôrça que deveria formar a coluna da expedição à França, competindo-nos dirigir serviços dum hospital.

Quando novamente falámos com o sr. ministro da guerra, a-propósito de qualquer negócio público, dissemos a s. ex.ª que desejaríamos ir adiante da coluna, partindo logo que ela estivesse organizada, e ainda a

tempo de mandarmos algumas informações que pudessem ser úteis.

¿Sabiam isto os ambiciosos de glória militar, os que nos têm acusado de promovermos um movimento de covardia nas fileiras do nosso exército, que tem tradições gloriosíssimas?

Tivesse a Inglaterra formulado, espontâneamente, um pedido de reforço militar, e quisesse o sr. general Pereira de Eça aproveitar o nosso oferecimento, e nós iriamos para os campos de batalha, prestar os serviços da nossa profissão. E, contudo, somos novamente do exército, desde que se proclamou a República, tão sòmente para termos o direito de vestir a farda, com que muito nos honramos, *sem que do Estado recebamos sôldo ou gratificação, sem que alcancemos promoções, sem que nos seja contado o tempo para uma reforma possível.* Da nossa qualidade de militar não tirámos ainda, sob a vigência da República, o mínimo proveito material, *pois nem sequer temos bilhete de identidade para o* bónus *de caminho de ferro, qualquer coisa como cinqüenta por cento.* Mas batia uma hora de perigo, o interêsse, a honra da Nação exigiam sacrifícios e dedicações, e logo fomos pôr-nos às ordens do sr. ministro da guerra, para que aproveitasse os nossos serviços, onde e como o julgasse mais conveniente. E porque o oferecimento era a sério, não veio no reclamo dos jornais, babujado de elogios.

Tantos de cuja bôca, como um perdigoto de lama, tem saído a palavra *covardia,* apontada aos nossos calcanhares, são homens mais novos do que nós, capazes de pegar em armas, pelo menos capazes de prestarem em campanha qualquer serviço útil. Não consta que se tivessem alistado num batalhão de voluntários, que se tivessem pôsto à disposição do Ministério da Guerra, para que os utilizasse em qualquer parte onde se corressem perigos.

É tão fácil gritar: *vamos para a guerra,* trocando o tempo dos verbos, como quem troca notas falsas por verdadeiras! *Vamos para a guerra,* na intenção dêsses heróis, quere dizer que vão os outros. Êles é que têm direito à vida; êles é que têm mãi, uma espôsa, uma irmã, uma namorada, uma filha; e seria crueldade sem nome apontar o ferro duma lança a êsses ternos, amoráveis corações femininos.

Desde 7 de Agôsto que se grita: *vamos para a guerra;* desde há cinco meses que os empresários da guerra andam a esfalfar-se, deitando os bofes pela bôca, no intuito de fazerem acreditar lá fora que estamos de espingarda ao ombro, na posição de sentido, à espera que a voz de *marche!* se faça ouvir, para nos pormos a caminho de França.

Os sucessos de Angola, a respeito dos quais não há informações seguras, êsses sucessos, mal aqui chegou, num eco vago, a sua notícia, foram logo aproveitados pelos empresários da guerra para no Parlamento reclamarem uma formal declaração de beligerância, vergonhoso como seria estarem os alemãis, em África, a invadirem os nossos territórios e a matarem os nossos homens, e estarem os respectivos governos, na Europa, vivendo nas boas relações de sempre.

Está no Poder o partido da guerra, vai para um mês, e em Berlim continua o ministro de Portugal; em Lisboa continua o ministro da Alemanha, produzindo-se assim um estado de coisas absolutamente inédito na história de todos os países, e que para o nosso importa uma vergonha sem nome, ainda assim parecendo menos vergonhoso do que ridículo...

Quando se puder dizer, sem nenhumas reticências, a razão porque assim sucede, as pessoas de boa fé que nos hajam atirado injúrias hão-de sentir remorsos no íntimo da sua consciência, e, sem fôrça para descerrarem os lábios, pronunciando esta palavra, umas vezes doce,

outras vezes escaldante — *perdão!* — hão-de sentir a íntima necessidade de apresentar desculpas.

Os outros, os maus, os torpes, os malandrins, êsses nem ao menos corarão, porque o estanho, metal vil, mais fàcilmente funde do que avermelha.

Não leve a mal o leitor benévolo que consumíssemos um longo capítulo a falarmos de nós, como se não devesse desaparecer a nossa pessoa ante a magnitude do assunto.

Era preciso.

Se alguma fôrça temos, ela resulta da correcção do nosso procedimento, mais que da honestidade dos nossos intuitos. Necessário é, pois, que todos saibam como procedemos, para que nos façam a devida justiça.

Quem sabe?

Se os patifes bem conhecessem a vantagem de ser-se honesto, talvez deixassem de ser patifes...

XX

9 de Junho de 1915.

A Inglaterra, aí por volta da meia-noite de 3 de Agôsto de 1914, declarou guerra à Alemanha, e logo no dia 7 reüniu o nosso Parlamento, convocado pelo poder executivo, para definir a atitude de Portugal perante o conflito europeu.

Era então presidente do ministério o sr. Bernardino Machado.

O Parlamento resolveu que *Portugal, aliado da Inglaterra, cumpriria em tôdas as circunstâncias o seu dever de aliado.*

Não se disse no Parlamento que Portugal, só por ser aliado da Inglaterra, tinha de entrar no conflito; constatou-se o facto dessa aliança, *e afirmou-se que nós cumpriríamos todos os deveres que derivam dela.*

¿Haveria necessidade de reünir o Parlamento só para fazer, solenemente, uma tal afirmação?

O govêrno de Portugal poderia ter garantido ao govêrno de Inglaterra que o País cumpriria, em tôdas as circunstâncias, os seus deveres de aliado, e só depois, perfeitamente entendidos os dois governos sôbre a natureza dêsses deveres, ir ao Parlamento solicitar uma autorização precisa, isto é, sôbre matéria bem determi-

nada. Não se fêz isso, e ainda bem, porque a sessão parlamentar de 7 de Agôsto muito levantou o nosso País na estima da Inglaterra e no conceito da Europa.

Foram passando as semanas, foram decorrendo os meses, e em 23 de Novembro reüniu outra vez o Parlamento, em sessão extraordinária, para autorizar o govêrno a concertar com a Inglaterra os termos da nossa intervenção militar. Era ainda presidente do ministério o sr. Bernardino Machado.

¿A autorização parlamentar de 23 de Novembro permitia ao govêrno quebrar as relações diplomáticas entre Portugal e a Alemanha?

O certo é que o govêrno a que presidia o sr. Bernardino Machado não o fêz; o sr. Sidónio Pais continuou em Berlim, e o sr. Rosen continuou em Lisboa.

Em 5 de Dezembro incompatibilizou-se o sr. Bernardino Machado com a Câmara, e ofereceu ao sr. Presidente da República a demissão do govêrno. O novo ministério, presidido pelo sr. Azevedo Coutinho, apresentou-se ao Parlamento, se não estamos em êrro, no dia 14. Na declaração ministerial afirmou-se que iriamos para a guerra, na realização de compromissos internacionais, para a guerra na Europa ou para a guerra em África, conforme as circunstâncias.

Na madrugada de 18 dava-se o desastre de Naulila; isto é, os alemães entravam em território nosso, chacinavam a nossa gente, e recolhiam aos seus quartéis, para lá da fronteira, tendo deixado entre o gentio, que já reconhecera o nosso domínio, uma semente de revolta.

Ainda estava reünido o Parlamento quando se teve notícia oficial do desastre, e como se o caso fôra apenas um incidente de fronteira, a liquidar em conversas amigáveis, o sr. Sidónio Pais continuou em Berlim, e o sr. Rosen continuou em Lisboa. O govêrno, a que presidia o sr. Azevedo Coutinho, democrático puro,

manteve-se até 25 de Janeiro e, numa das últimas sessões parlamentares, tendo já renunciado os unionistas, afirmou-se o compromisso de honra de irmos para a guerra, *acusando-nos de traição e de covardia*, mas sem que declarassem rôtas as relações de Portugal com a Alemanha, como se não tivesse havido Naulila — uma invasão de território português, a chacina e o aprisionamento de grande número dos nossos soldados e oficiais.

¿E' porventura nossa a culpa de que assim tenham procedido os governos e o Parlamento, se nós, como todos sabem, no govêrno não tínhamos participação, no Parlamento não tínhamos maioria, e nem sequer tínhamos representação, pode dizer-se, quando êle realizou as suas últimas sessões?

Volta agora a dizer-se que iremos para a guerra, não apenas porque nos comprometemos a ir, mas também porque temos necessidade de nos assegurarmos um lugar na conferência da Paz.

Quatro meses esteve o sr. Bernardino Machado no Poder, depois de estalar o conflito europeu, e, a despeito das sessões parlamentares de 7 de Agôsto e 23 de Novembro, não quebrou as relações com a Alemanha; de 14 de Dezembro a 25 de Janeiro esteve o sr. Azevedo Coutinho no Poder, e, a despeito das referidas sessões parlamentares, e ainda a despeito de Naulila, conservou o sr. Sidónio Pais em Berlim, e deixou ficar o sr. Rosen em Lisboa.

¿Tudo isto tem acontecido por culpa nossa?

Podem dizê-lo, se assim lhes apraz, e convém talvez repeti-lo muitas vezes, para que o oiçam os miseráveis em cuja alma fermenta o ódio, com impulsões homicidas.

Como quer que seja, e pois que se preconiza a intervenção próxima de Portugal no conflito europeu, justo é pensar que o Congresso a eleger no dia 13 será

convidado a pronunciar-se sôbre o assunto, em termos mais precisos do que em 23 de Novembro.

Intervenção na guerra?

Aí está uma excelente plataforma eleitoral, e pois que tôda a Nação é intervencionista, como por aí se afirma, poucos votos recairão em candidatos unionistas, que todavia não hesitariam, preferindo uma guerra sem misericórdia a uma paz sem honra.

XXI

12 de Julho de 1915.

Como tínhamos previsto, a colónia alemã do sudoeste africano foi conquistada pelo general Botha, antes das nossas tropas terem submetido o gentio insurrecto do sul de Angola. Fácil era a previsão, mas houve muito quem a não fizesse, e tanto assim que por aí se gritou aos quatro ventos que o general Eça, por ordem do govêrno, preparava tudo para vingarmos o desastre de Naulila, tendo prèviamente reduzido à obediência a pretalhada que os alemãis haviam erguido contra nós.

Sem a insurreição do Transvaal, tanto o sudoeste como o oriente alemão, em África, de há muito estariam na posse doutro dono — o sudoeste incorporado na *União Sul-Africana,* o oriente anexado à Rhodésia, como novo domínio da Inglaterra. Duas colunas se deveriam ter formado para realizar êste duplo objectivo, e só não se formaram por terem os alemãis conseguido, Deus sabe por que meios, fomentar uma grave insurreição no Transvaal, que o general Botha teve de abafar por completo antes de atacar a Damaralandia.

Logo no comêço da guerra, os alemãis trataram de afundar uns lanchões em Dar-es-Salaam, no propósito de impedirem que ali chegassem navios ingleses. Êles

não poderiam servir-se do mar, e convinha-lhes que os ingleses ali não desembarcassem tropas — as tropas de que dispusesse a *União* para auxiliar, em África, a Metrópole. Isto explica por que o govêrno inglês pediu ao nosso govêrno licença para atravessarem o território, a caminho de Blantyre, as fôrças que o general Botha mandasse para a Rhodésia, fôrças que iriam atacar os alemãis do *German East Africa*.

Sempre correcta, a Inglaterra não quis fazer passar tropas suas por territórios nossos sem nos pedir licença; e contudo a isso lhe davam direito aquelas famosas notas reversais, invocadas em 1899, por ocasião da guerra do Transvaal. Azado era o momento para nos batermos contra a Alemanha, ao lado da Inglaterra; mas a nossa aliada declinou o nosso oferecimento, querendo apenas que lhe déssemos as facilidades que solicitava duma velha amizade. Sabendo-se isto, fàcilmente se previa que no sudoeste alemão os ingleses não aceitariam a nossa cooperação militar, a não se dar o caso, que só por extravagante hipótese admitimos, de ser batida a coluna do general Botha.

E' necessário que isto se diga, porque é absolutamente verdadeiro: a Inglaterra tem querido, desde o comêço da guerra, conservar-nos alheios ao conflito, não apenas na Europa, mas também na África, sem prejuízo dos favores que pudéssemos fazer-lhe, embora êles fossem de natureza a que a Alemanha nos declarasse a guerra.

O triunfo do general Botha garante nos ao sul de Angola uma vizinhança amiga, seja qual fôr o destino da vastíssima colónia que acaba de ser conquistada à Alemanha. Vamos fazer, *à l'amiable*, a rectificação da fronteira, ou conservando a zona neutra que provisòriamente foi adoptada, ou estabelecendo uma linha definitiva, sendo respeitados os nossos direitos, tanto os efectivos como os simplesmente históricos.

Por seguro temos que os pretalhões há pouco revoltados contra nós, por instigações de gente alemã, e dispostos a não reconhecerem a nossa autoridade, porque nos viram fugir diante doutros mais fortes, por seguro temos que êles se darão pressa em vir ter connosco; humildes e penitentes virão jurar-nos obediência, e prestar-nos vassalagem. Não será preciso reeditar Coolela ou Chaimite para definitivamente assegurarmos o nosso domínio e avigorarmos a nossa autoridade entre tôda a região que vai do Cunene ao Lubango, no extremo meridional da província de Angola. — Os pretos também são diplomatas, alternativamente bons e maus diplomatas, como se fôssem brancos... O que é preciso, agora, é falar com êles, mostrar-lhes que podemos reduzi-los pela fôrça, se não quiserem submeter-se sem luta, evitando inúteis combates. Marte não é muito para estas diplomacias e o govêrno da Província encontra-se nas mãos dum militar, sem outras aptidões, quer-nos parecer, que não sejam as militares.

A questão de Angola pode reputar-se uma questão liquidada, e bom será que a respeito dela se publiquem todos os documentos que devem existir nos vários ministérios, sobretudo no ministério das colónias, para o País ver quanto lhe custou uma semelhante aventura, e para liquidar as responsabilidades de todos quantos por ela são responsáveis. Há uma grande e justificada ansiedade em conhecer o relatório do comandante Roçadas, porquanto êle dirá a todos como foi organizada a coluna do seu comando, que ordens lhe foram dadas em Lisboa, que disposições haviam sido tomadas em África para o receber, e que elementos tinha ao seu dispor quando os alemãis nos atacaram. Sim, tudo isto precisa ser conhecido do público; tudo isto precisa ser dito e competentemente documentado, não se dê o caso de pagarem os inocentes pelos pecadores, o que não deixa de ser iníquo, embora seja dos Evangelhos.

Figurou-se a hipótese dos alemãis, recuando diante do general Botha, entrarem na província de Angola, não para se acolherem à nossa protecção, mas para elegerem domicílio em nossa casa. Segundo uns, os alemãis viriam ao Umbe, subiriam até ao Planalto, e ali se instalariam, na disposição de tomarem Mossamedes, servida por caminho de ferro. Segundo outros, êles seguiriam o curso do Lubango, iriam até ao Planalto de Benguela, e ali se instalariam como pudessem fazê-lo, possivelmente como dominadores, mais provàvelmente como hóspedes. Sempre fomos de opinião que os alemãis, quando se vissem na impossibilidade de resistir às fôrças do general Botha, entregariam as armas sem condições, preferindo ser prisioneiros dêle do que nossos, — *et pour cause*. E assim mesmo sucedeu, se não mente o telégrafo.

E agora?

O momento é duma alta gravidade, mas também é singularmente próprio, azado como nenhum outro, para arripiarmos caminho, fazendo uma política que seja inteligente e uma administração que não seja pirotecnia de arraial.

Ergamos os corações, mas não conservemos fechados os olhos....

XXII

15 de Setembro de 1915.

Já o dissemos, mas não será ocioso repeti-lo: poucos dias depois da sessão parlamentar de 7 de Agôsto, tendo obtido uma conferência do sr. ministro da guerra, expuzemos a s. ex.ª as vantagens que haveria em mandarmos uma missão de estudo para os campos de batalha, o que fàcilmente conseguiriamos, dada a nossa qualidade de aliados da Inglaterra. O sr. Pereira de Eça achou bom o alvitre, objectando apenas que seria um pouco difícil de organizar essa comissão, porquanto haveria que *escolher*, e uma escolha nunca se faz a contento de todos. Tomámos a liberdade de lembrar a s. ex.ª que para uma tal missão a escolha deveria fazer-se a nada mais atendendo senão ao mérito das pessoas, e que os descontentes, procedendo-se assim, fàcilmente se acomodariam, não tendo base séria para qualquer reclamação ou protesto.

Alguns dias passados, tendo recebido convite de s. ex.ª para irmos ao seu gabinete, com muito agrado lhe ouvimos dizer que a missão iria para França, devendo partir com a possível brevidade. E como s. ex.ª nos preguntasse, por mera delicadeza, se a nomeação do sr. Pereira Bastos, para chefe dessa missão, nos susci-

tava qualquer dúvida ou reparo, nós dissemos-lhe que a achávamos excelente, em primeiro lugar por ser o sr. Pereira Bastos um oficial muito distinto, inteligente e ilustrado, e em segundo lugar por ser s. ex.ª o autor, pode dizer-se, da organização militar que temos decretada pelo Govêrno Provisório.

¿Porque não foi enviada para França essa missão de estudo, cuja utilidade o sr. Pereira de Eça imediatamente reconheceu, logo que lha alvitrámos?

Não o sabemos, talvez nem sequer o saiba o sr. Pereira Bastos, que todavia recebeu convite para a chefiar. A verdade é que fomos nós quem lembrou ao govêrno do sr. Bernardino Machado a vantagem de enviar para França uma tal missão; a verdade é que êsse govêrno achou óptima a lembrança; a verdade é que foi convidado o oficial que deveria presidi-la; a verdade é que tendo-se passado tudo isto em Agôsto de 1914, estamos a meio de Setembro de 1915, e de tal missão não há novas nem mandados.

Dizem agora os jornais que o sr. ministro da guerra resolveu *autorizar* os oficiais que desejam ir a França, para seguirem as operações da guerra, a fazê-lo, depreendendo-se desta nota oficiosa que êles iriam sem o carácter e a qualidade duma missão de estudo, por sua conta e risco, como *touristes* de batalhas. Estivesse a União Republicana no Poder, quando estalou a guerra, e essa missão que alvitrámos ao sr. Pereira de Eça teria seguido imediatamente, assistindo aos primeiros combates, o que tanto faz dizer à organização das fôrcas e dos serviços das tropas aliadas, que só começou a fazer-se já quando o exército alemão invadira o Luxemburgo.

Não dispúnhamos de bastante influência junto do govêrno do sr. Bernardino Machado para o constrangermos a adoptar um procedimento que êle próprio considerava vantajoso, e porque nos repugna todo o traba-

lho inútil, logo que vimos ter êle pôsto de banda o alvitre que lhe sugeríramos, não mais lhe falámos de tal. O chefe do gabinete do sr. Pereira de Eça, segundo s. ex.ª nos disse, era inteiramente pelo envio da missão de estudo, mas nem assim ela foi enviada.

Porquê?

Certamente essa missão custaria muito dinheiro, mas crêmos bem que não foi por motivo de economia que ela deixou de ser enviada. De resto, o govêrno tinha a sua fisgada de mandar para França uma divisão, ou seja vinte mil homens, e o custo da *missão*, referido ao custo da *divisão*, seria coisa irrisória. Insistentemente dissemos ao sr. Pereira de Eça que a missão, caso fôsse bem organizada, daria informações excelentes sôbre o que deveríamos fazer, no caso de ser necessário mandar tropas para França.

Não batalhámos, desde as invasões francesas, senão uns com os outros, em lutas civis, que não constituem excelentes escolas de guerra. Em África temos feitos de grande valor, mas a táctica, nas guerras coloniais, é cheia de excepções, como a gramática inglêsa, e a estratégia não comporta os lances que são de necessidade nas guerras europeias. O marechal Bugeaud, que parecia entender alguma coisa de assuntos militares, considerava totalmente diversa da guerra continental a guerra nas colónias, a tal ponto que um grande táctico na Europa poderia fazer má figura a combater guerrilhas. Sabe tôda a gente que os alemãis tiveram de mandar contra os *herreros*, na África do Sul, fôrças do comando dum general, e só conseguiram vencê-los... corrompendo alguns dos seus mais prestigiosos chefes.

A missão que enviássemos iria assistir à preparação do exército inglês, para combater na Europa, para combater a extraordinária máquina de guerra, que é o exército alemão. Tudo o que ela visse em trabalhos preparatórios, e no seguimento das operações de guerra, seria

magnífica lição para nós, quer para adestrarmos e apetrecharmos a divisão que houvéssemos de mandar para França, quer para mais tarde revermos a nossa organização do Exército, de harmonia com o que a guerra nos houvesse ensinado. Falta unidade às tropas inglesas, aquela unidade que é garantia da solidez e coesão; mas numa coisa são os nossos aliados mestres, e essa nós a aprenderíamos com êles, no campo das realizações práticas — na organização dos serviços administrativos; e não precisamos dizer o que isso importa, em que larga medida isso contribue para o êxito, bom ou mau, duma campanha.

Não há nada de comum entre a milícia inglêsa, que está na velha tradição da Inglaterra, e a milícia que nós criámos, afastando-nos das nossas tradições. Mas seria um curioso objecto de estudo, para a nossa missão, o trabalho de ligar as *espécies militares* que constituem o exército inglês, as suas tropas regulares, as suas milícias e os seus voluntários, por maneira a lançar para os campos de batalha, em conjunção com o exército francês, um valioso instrumento de guerra.

Em contacto com o exército francês, a nossa missão poderia ver que milagres faz o talento quando o inspira um ideal superior, ao mesmo tempo que o espicaça uma iniludível necessidade. Mas talvez que aí pudesse ver também o que há de perigoso em não se preparar um povo para a guerra nos vagares da paz, sobretudo quando o seu inimigo certo é um gerreiro de profissão.

O ministério do sr. Bernardino Machado era inteiramente pela nossa participação na guerra; os partidos democrático e evolucionista consideravam um compromisso de honra mandarmos uma divisão para França; *mas nós é que instámos pelo envio duma missão militar, por um lado vendo o altíssimo proveito que poderíamos tirar das informações que ela nos fornecesse, no caso de virmos a entrar no conflito actual, e por*

outro lado considerando que essa missão, instruída por uma eloqüente lição de coisas, *seria o competente reformador da nossa organização militar.*

Pensa-se agora em fazer o que nós quisemos que se fizesse há mais dum ano, e que se teria feito, sem resvalarmos a um quichotismo ridículo e perigoso, se a União Republicana estivesse no Poder ao estalar a guerra.

As lições da guerra

I

6 de Janeiro de 1916.

Tão grandes são as responsabilidades da guerra, que ninguém quere que lhas atribuam, mormente aqueles a quem elas manifestamente cabem. Se fôsse possível a vitória do causador de tamanha calamidade, fácil absolvição teria êle no tribunal da opinião pública, que sempre absolve os crimes desta natureza, quando logram o efeito desejado. Mas é certo, já agora, que a Alemanha será vencida, e não haverá razões que a justifiquem do seu crime abominável.

Uma pregunta ocorre, fàcilmente, a quem conheça o enorme desenvolvimento que a Alemanha deu ao seu comércio, à sua indústria, à sua agricultura, competindo vantajosamente com a Inglaterra em todos os mercados e batendo a França dentro do seu próprio território. A Alemanha, na ânsia de ser grande, tratou de se fazer populosa, e em menos dum século elevou a trinta milhões a sua população. Precisando criar uma independência económica em relação às outras grandes Nações, tratou de desenvolver a sua agricultura, e fez-se um país agrícola em condições tais que tira hoje do seu solo quási todos os géneros que servem para a sua alimen-

tação. Pretendeu ser um país rico, e como a agricultura seja uma indústria pobre, fez-se industrial, na correntia significação da palavra, e ràpidamente a sua produção industrial, em qualidade e em quantidade, a colocou a par das Nações industriais por excelência.

O rápido e extraordinário aumento da sua população fez-lhe ver a necessidade de expandir-se para além dos mares, e em menos de meio século tornou-se uma grande potência colonial, irrompendo em África tão audaciosamente que a Inglaterra a deixou tomar posição no caminho que ela havia traçado entre o Cabo e o Egipto. Organizou uma poderosa marinha de guerra, criou uma admirável marinha mercante, a tal ponto que o pavilhão germânico se via flutuando em todos os portos do mundo, içado nos mastros dos navios que percorriam todos os mares.

Por tôda a parte se encontravam os caixeiros da Alemanha, correctos e bem-falantes, oferecendo tôda a casta de mercadoria, bem instruídos quanto ao gôsto e às necessidades dos vários mercados. Os seus banqueiros chegavam um pouco antes ou um pouco depois dos seus *commis*, e ofereciam as maiores facilidades para a aquisição de capitais... que serviam ao pagamento da mercadoria alemã. Fizera-se a lenda da pobreza da Alemanha, e para isso contribuiu muito o oferecimento que ela fazia, no estrangeiro, de juro alto para obter os capitais de que necessitava. De França, passando pela Suiça, grandes somas emigraram para a Alemanha, e, graças a essa abundância de numerário, esta pôde, ràpidamente e com facilidade, organizar as suas indústrias em ponto grande, habilitando-as a competirem com as similares do estrangeiro.

Sabe tôda a gente que a química, como ciência, nasceu em França ; mas a química, como factor industrial, foi na Alemanha que encontrou terreno favorável para o seu máximo desenvolvimento. O fabrico de ma-

térias còrantes chegou a ser quási um monopólio da Alemanha, e a esta hora as conseqüências dêsse monopólio fazem-se sentir um pouco em tôda a parte, nos povos neutros e nos beligerantes.

Diz-se tudo, com respeito ao desenvolvimento industrial da Alemanha, afirmando-se que ela estava batendo a indústria francesa em Paris, oferecendo em melhores condições de preço, e em aproximada perfeição de fabrico, o chamado *article* de Paris, que vinha de Nuremberg.

Mas se tal era a situação da Alemanha, ¿como se explica que ela quisesse a guerra, que ela provocasse o tremendo conflito que ensangüenta a Europa há dezassete meses, sem que se adivinhem no horizonte sinais da sua terminação próxima?

Os seus triunfos, no labor pacifico, exacerbaram-lhe a megalomania, a tal ponto que sonhou a dominação imediata da Europa, para se abalançar depois à dominação de todo o globo terráqueo. Aperceberam-se as outras Nações, as suas rivais, do perigo que corriam, e entraram a fazer, apressadamente, a sua preparação para a guerra. A Alemanha poderia vencê-las, colhendo-as de surprêsa; mas seria loucura tentar fazê-lo quando elas se tivessem preparado devidamente.

A Rússia poderia, com tempo, recrutar nos seus cento e cinqüenta milhões de habitantes um exército de quinze ou vinte milhões de homens, e isso seria verdadeiramente o cilindro de que se falou no comêço da guerra actual, nivelando tudo na sua irresistível passagem. A França, que em 70, e já com o exército alemão a cercar Paris, conseguira formar um exército de 800 mil homens, poderia constituir-se numa fôrça militar capaz de sustar o ímpeto germânico, senão capaz de levar as tropas do Kaiser, às arrecuas, até para além do Rheno. A Inglaterra, que tem uma população de cinqüenta milhões de habitantes, na iminência do perigo, fàcilmente

poria em armas alguns milhões de soldados. E a conjugação de todos estes elementos de fôrças seria bastante para tirar à Alemanha veleidades de conquista, podendo mesmo considerar-se um perigo para a sua independência e integridade.

Desencadeou então a guerra, aproveitando o primeiro ensejo que se lhe ofereceu; e, não respeitando nenhumas fórmulas de direito, não se julgando presa a compromissos que embaraçassem os seus desígnios, invadiu a Bélgica, que lhe opôs uma resistência heróica, mas foi esmagada, e avançou pela França dentro, com ares de furacão indómito, encontrando na Marne um intransponível Rubicão. Tivesse ela podido vencer a França, e a estas horas a paz estaria feita... ditada pela Alemanha.

Bem se pode dizer que o heroísmo francês, honrando velhas e gloriosas tradições, salvou a Europa do perigo alemão, o que tanto importa dizer que impediu o regresso do mundo a velhos tempos de barbaria, a idades em que a fôrça era todo o direito, não havendo direito que valesse só pelo facto de o ser, por mais clara, por mais insofismável que fôsse a sua legitimidade. A Alemanha sofrerá o justo castigo do seu crime, e tudo quanto já agora pode fazer é protelar a hora da justiça implacável.

II

8 de Janeiro de 1916.

É muito para considerar a votação do congresso operário inglês, contrária ao recenseamento obrigatório. A Inglaterra, adoptando o projecto governamental, quebra uma tradição de muitos séculos, e compreende-se fàcilmente o que isso tem de repugnante e doloroso para um povo mais do que nenhum outro tradicionalista, sem deixar de ser progressivo.

A guerra veio surpreender a Grã-Bretanha quási sem exército, muito forte no mar, duma fraqueza, que bem poderia chamar-se impotência, em terra. Sabia-o a Alemanha ; e por que vira, com superior inteligência, que poderia servir-se dos submarinos para tornar dalgum modo precária a fôrça marítima da sua rival nos mares, tratou de pôr em marcha os seus exércitos, esperando chegar a Paris antes que os primeiros contingentes inglêses tivessem tempo de atravessar o Estreito.

Vendo os perigos que a ameaçavam, a Inglaterra tratou de se robustecer, isto é, de formar o seu Exército, a que os alemãis, desdenhosamente, chamavam *desprezivel tropa,* considerando-a sem valor militar. Lord Kitchner comprometeu-se a formar um exército de um milhão de soldados; e pareceu, no momento, que

isso seria bastante para ir em reforço da França, ajudando-a a expulsar o inimigo para além da Bélgica. Calculara-se mal a resistência do alemão, e êsse errado cálculo só não teve, até hoje, as mais desastrosas conseqüências mercê do heroísmo francês, superior a quanto se poderia imaginar. Uma viva propaganda, feita no sentido de exalçar o patriotismo inglês, permitiu a Lord Kitchner formar o exército que prometera ; e como os voluntários acudissem, ainda assim, em menor número do que seria para desejar, entra a discutir-se o recenseamento obrigatório, repugnante à índole do povo inglês, como tôdas as obrigações que restringem a liberdade individual. Lord Derby, fazendo-se o Pedro Ermita da nova cruzada em favor do alistamento voluntário, organizou uma inteligente propaganda nesse sentido, e um momento houve em que se acreditou que ela seria coroada do melhor êxito. Tal não sucedeu, porém, e como seja indispensável vencer os alemãis, e não possa confiar-se essa difícil tarefa apenas aos cuidados e aos sacrifícios dos franceses, russos e italianos, o govêrno inglês teve de levar ao Parlamento a proposta de recenseamento obrigatório.

O Transvaal era uma pequenina república, e a Inglaterra, para o vencer, não careceu de recorrer à obrigatoriedade do serviço militar. Os voluntários acorreram em grande número, e ao cabo de porfiada luta, honrosa para todos os combatentes, o velho Kruger teve de reconhecer-se vencido, abalando para a Europa a gozar os seus rendimentos, que eram consideráveis.

Mas o Transvaal dispunha de poucos soldados, e os Impérios centrais dispõem de formidáveis exércitos. Cremos bem que nem um só inglês votou, no Parlamento, sem amargura e sem dor, a proposta ministerial, estabelecendo o recenseamento obrigatório ; mas todos viram que é a própria independência da Ingla-

terra que está em jôgo, e seria um crime sem nome fugir a quaisquer sacrifícios para a salvar.

A votação do congresso operário tem de considerar-se como uma afirmação de princípios, e não impedirá que a resolução do Parlamento tenha a mais completa efectivação. Os ministros trabalhistas, por solidariedade com os seus correligionários do congresso, abandonarão o govêrno, mas nenhum dêles irá fazer propaganda contra o recenseamento obrigatório.

¡ Podia lá deixar de ser !

Há cêrca de ano e meio que a França mantém o grosso do exército alemão em quási absoluta imobilidade, encafuado nas trincheiras, incapaz de arriscar um passo fora delas, não obstante os princípios tácticos, que eram dogmas, antes da guerra, do seu Estado-Maior. Já chamou, para instrução, a sua classe de 1917, e tem em armas, pode dizer-se, todos os seus homens capazes de serem soldados. ¿ Como poderia a Inglaterra, nestas condições, dispensar-se de organizar um Exército correspondente à sua população, que é bastante maior que a da França, pois anda por cinqüenta milhões de habitantes ?

A vitória alemã seria um grande mal para todos os beligerantes da *Entente*, mas para a Inglaterra êsse mal seria sem remédio, porque seria de morte. A França, na hipótese, que reputamos absurda, da vitória da Alemanha, seria novamente mutilada ; mas a Inglaterra ficaria reduzida à subalternidade duma ilha bipartida, com vagas possessões por êsse mundo além.

É certo que a Inglaterra fêz desaparecer dos mares as frotas mercante e de guerra dos Impérios centrais, e sem isso talvez estivesse garantida a vitória alemã ; é certo que a Inglaterra tem sido o grande recurso financeiro dos aliados, e lá disse o outro que para fazer a guerra era necessário, em primeiro lugar, dinheiro, depois ainda mais dinheiro e, por fim, muitíssimo dinheiro.

Tudo isto é verdade ; mas visto a guerra ser um duelo de morte, é necessário que todos empenhem nêle os seus recursos máximos. Isso vai fazer a Inglaterra, efectuando o recenseamento obrigatório. E vai fazê-lo com muita inteligência, pela forma que menos escandalizará o inglês, começando por chamar às fileiras os que menos falta fazem — os viúvos e os solteiros.

A adopção do recenseamento obrigatório representa, na Inglaterra, uma verdadeira revolução, imposta pelas circunstâncias. Durará emquanto durar a guerra actual, sendo provável que desapareça com ela. A Grã-Bretanha suportará o sacrifício com heróica abnegação, e mercê dêle a guerra terminará mais cedo, poupando-se milhares de vítimas, e evitando-se múltiplos e consideráveis desastres.

A Alemanha, a despeito dos seus triunfos diplomáticos nos Balkans, não poderá reünir as fôrças necessárias para vencer a *Entente* num golpe audacioso, fazendo um ataque brusco em qualquer das importantes frontes de batalha. Um ano passa de-pressa, e durante o que vai correndo a Rússia terá arregimentado os dez milhões de soldados, a Inglaterra terá formado um exército como o da França, e isso bastará para iniciar uma ofensiva que seja para os Impérios centrais o golpe de misericórdia.

III

9 de Janeiro de 1916.

Os povos que estão em guerra mal podem desviar as suas atenções das coisas pròpriamente militares, visto ser pelas armas que o pleito há-de resolver-se. Êles bem sabem que ao cessarem os combates uma outra luta começa, não sangrenta como a que acaba, mas quási tão formidável, sob outros aspectos, do que ela. As vantagens, nessa luta, caberão necessàriamente àqueles que para ela se houverem preparado melhor durante as operações guerreiras, ou que melhor preparados estivessem antes da guerra começar.

A estas horas a França e a Inglaterra devem ter reconhecido que precisam modificar a sua técnica industrial e comercial, para concorrerem vantajosamente com a Alemanha, a qual faz prodígios de trabalho inteligente para as bater nos seus próprios mercados. E' certo que a paz será ditada pelo vencedor, e para nós é certo que o vencedor será a *Entente;* mas os tratados e convenções não podem ser uma coisa arbitrária, não podem ter um coeficiente ilimitado de elasticidade. Mercê do tratado de Francfort, imposto pela Alemanha, conseguiu esta nação criar em França um mercado quási privativo para alguns dos seus produtos, prote-

gidos além de todos os limites pela pauta alfandegária.

Foi assim que na Alemanha se pôde desenvolver largamente a fabricação das matérias còrantes, e foi assim que os vidros, de utilização vária, tiveram nesse país o mais importante centro de produção. Convém acentuar que a química é rigorosamente uma ciência francesa, como todos sabem; mas em França a ciência teve sempre prosápias fidalgas, desdenhosa de ganhar dinheiro, e na Alemanha formou-se muito cedo esta simbiose — o sábio e o industrial. Bem pode considerar-se Lavoisier, decapitado pelo cutelo revolucionário, o fundador da química moderna, e não será, talvez, grande favor considerar Berthelot o seu maior filósofo, sem ofensa a Dumas e a Pasteur. Sempre o francês se mostrou desdenhoso dos factos, e por isso ficou atrás do inglês e do germano nas ciências de aplicação, melhor dizendo, nas aplicações científicas.

¿A lição da guerra será suficiente para chamar a França à plena realidade, pondo a sua capacidade científica ao serviço das suas necessidades industriais?

Crêmos que sim, e da competência dos franceses para a indústria, aí temos uma prova brilhante, que para muitos deve constituir surprêsa, no facto dela ter realizado, mais ràpidamente do que a Inglaterra, povo industrial por excelência, a transformação das suas fábricas e oficinas, adaptando-as para produção de material guerreiro.

Viu-se a Alemanha obrigada a fazer uma guerra de posições, sem fôrça para esmagar o adversário nas duas mais importantes frontes de batalha. Resultou daqui tornar-se a guerra mais demorada, não se prevendo ainda, com bastante segurança, quando terminará. Mas uma guerra de movimento perturba mais fundamente a economia dos países beligerentes, quer em relação às suas indústrias, quer em relação à sua agricultura. Os

campos, na França como na Alemanha, cultivam-se, e o labor das fábricas, nos dois países, faz-se aproximadamente como nos tempos de paz, só com a diferença da produção, em tôdas elas, ser despòticamente subordinada às exigências militares. Porque dispõem dos mares, as Nações da *Entente* procuram desde já adquirir a clientela que tinha a Alemanha, e axiomático nos parece que a adquirirão definitivamente se procederem como ela procedia, isto é, se oferecerem os produtos que ela oferecia, e nas mesmas condições de pagamento. Não se diga que a Alemanha só produzia, em todos os ramos da sua indústria, a *camelote*, porque isso não é verdade. Ela adaptava-se às exigências do mercado que pretendia adquirir ou desejava conservar, e oferecia aos seus clientes vantagens que os outros lhes não davam.

Tudo isto veio para dizermos que, terminadas as operações guerreiras, e seja qual fôr o resultado da guerra, uma luta formidável começará entre as Nações, luta de natureza económica, pretendendo estas readquirir a situação que tinham antes da guerra, pretendendo outras melhorá-la. Os beligerantes, cujos esforços, na sua máxima parte, se consomem no labor militar, só imperfeitamente se podem ocupar do seu futuro económico; mas os que se conservaram neutrais, os que não tiveram directa participação no conflito militar, êsses podem e devem preparar-se para que nessa luta, se não forem vencedores, ao menos não fiquem esmagados[1].

Tal é o nosso caso.

Bem poderíamos ter evitado despesas numa preparação... para a paz, alimentando com essas avultadas somas assim gastas a nossa agricultura, a nossa indústria, o nosso comércio. O País há-de saber, um dia,

---

[1] Continuam as perfeitas previsões do Dr. Brito Camacho acêrca do futuro dos povos, depois da guerra.

quanto lhe custou a *bavardage* guerreira, e verá, perante a monstruosidade dos números, que poderíamos, fàcilmente, ter suprido insuficiências graves da nossa vida colectiva, alentado as fôrças produtoras da Nação, tanto no continente como nas colónias, por maneira a facilitar o rápido desenvolvimento da riqueza pública. Tudo se há-de saber, porque tudo há-de ser dito na eloqüência dominadora dos números, e então se verá quem foi mais previdente e mais patriota, quem soube pôr acima de tudo os superiores interêsses do País, incluindo nêles a sua honra intangível.

E' talvez tarde; mas vale a pena, quere-nos parecer, tentar o derradeiro esfôrço, a não ser que, corrompida e aviltada, a consciência pública ache melhor apodrecer na quietação do que reviver na luta.

IV

12 de Janeiro de 1916.

Já a Alemanha falou da paz, não para a pedir ou para a oferecer, mas para lembrar aos seus inimigos a conveniência de lha proporem ou de lha solicitarem.

Sem dúvida, à Alemanha convinha muito tratar da paz imediatamente, visto não ter ainda sofrido uma derrota, e não ter um palmo do seu território ocupado. Uma paz feita nestas condições havia necessàriamente de lhe ser vantajosa, e de futuro ela arranjaria as coisas de modo a ser mais previdente do que agora. E' sempre mau contar com a fraqueza do inimigo, e a Alemanha contou excessivamente com a inferioridade militar das Nações a que pretendia atacar. Cometeu um êrro de soma, eliminando uma das parcelas. Reconhecia-se mais poderosa do que a França; muito mais poderosa, em terra, do que a Grã-Bretanha, e, sem comparação possível, mais poderosa do que a Rússia, ainda mal refeita do desastre no Oriente. Esperava que a Itália ficasse neutral, não sabemos com que razões, pois tudo fazia prever que a Itália, de há muito contrafeita na *Triplice*, aproveitaria o ensejo para se libertar e para readquirir as suas terras irridentas. Bem se pode dizer que a entrada da Itália na guerra foi imposta pela Nação, não

tendo remédio o govêrno do rei Vítor Manuel senão proceder conforme as claras e impositivas exigências da consciência nacional.

Podia lá ser, a Itália entrar na guerra ao lado da Austria, ou então conservar-se neutral, isto é, deixando que o seu inimigo se tornasse ainda mais poderoso, em termos de nunca lhe ser possível realizar o seu grande sonho duma Itália compreendendo todos os territórios italianos, uma Itália que fôsse *una* na geografia como na política, e para o ser tendo de reconquistar o que lhe usurpara a Austria! Pois a Alemanha contou com a neutralidade da Itália, e está-se a ver quanto êsse êrro de cálculo vai contribuir para o seu estrondoso desastre. Sabe-se que a diplomacia alemã trabalhou a valer para conservar a Itália numa neutralidade que, embora fôsse simpática aos aliados, não fôsse hostil para ela. O príncipe de Bullow trabalhou o melhor que pôde junto do govêrno italiano para conseguir essa neutralidade, e tudo quanto conseguiu foi comprometer o sr. Gioliti, presidente do ministério, que passou a ser, na linguagem dos jornais, e na retórica dos comícios, nada mais e nada menos do que um traidor. A Alemanha desejaria oferecer à Itália a posse das suas terras *irridentas;* mas a isso não poderia subscrever a Austria, que lhes chama suas há muitos anos. Uma restituïção parcial não poderia convir à Itália, e por não ter visto isso é que o sr. Giolitti, ao que se diz, chegou a aceitar da Alemanha propostas inaceitáveis.

Sabe-se que a Itália consumiu dez longos meses na sua preparação para a guerra, e durante êsse largo período não havia em Roma qualquer tumulto nas ruas que não acabasse por uma manifestação hostil à legação da Austria. O rei Vítor Manuel capricha em ser fiel intérprete dos sentimentos nacionais, e no caso da guerra êle viu bem que ou havia de pôr-se ao lado do seu govêrno contra o País, ou colocar-se ao ladó do País

sacrificando o govêrno. Não hesitou — fêz o sacrifício do govêrno. Um procedimento contrário teria feito estalar um movimento revolucionário de que sairia a República.

Mas, como vínhamos dizendo...

A Alemanha já falou de paz, e negociá-la-ia de bom grado se os aliados quisessem entrar com ela em semelhantes negociações.

¿Que base ofereceria a Alemanha, no momento actual, para se conversar sôbre a paz?

Ela ainda o não disse, mas tôda a gente o sabe — essa base seria o *statu quo ante*. Ora o *statu quo ante* não poderia convir à França, que já agora não dispensa a restituïção das suas províncias perdidas em 70, e não conviria à Itália, que já agora não dispensa a posse das suas terras irridentas, soberana dominadora no Adriático, definitivamente convertido num lago italiano. Pelo que diz respeito à Polónia, não haveria dificuldades de maior, porquanto os dois imperadores, o da Rússia e o da Alemanha, um quando avançava na direcção de Berlim, o outro quando avançava na direcção de Petrogrado, prometeram aos polacos reconstituir o seu reino. Haveria algumas dificuldades quanto à escolha do Imperante, mas elas seriam fàcilmente vencidas, a todos convindo não lhes dar vulto nem forma.

A uma paz semelhante à que deixámos apontada chamaram já os franceses uma paz *boiteuse*, e todos vêem bem que ela não seria pròpriamente uma paz, mas um armistício, assim como quem diz uma suspensão de armas para, a breve trecho, recomeçar a luta, agora mais violenta, mais bárbara, mais cruel. Uma tal paz só poderia convir aos aliados se êles não possuissem a plena e inabalável certeza de que hão-de vencer, de que o último golpe será seu, quaisquer que sejam os episódios da guerra, hoje favoráveis a uns, àmanhã favoráveis a outros. Quere dizer, a paz será imposta à Alema-

nha pela *Entente*, e far-se-á em condições tais que dure por largos anos [1].

Êste facto tem uma grande importância, não apenas para as Nações beligerantes, mas também para as que se conservarem neutrais. Não havendo o perigo de que as negociações da paz originem uma nova guerra, como sucedeu nos Balkans, há dois para três anos, elas podem muito bem dispensar-se de gastar loucamente numa preparação guerreira feita à pressa, má e cara, na previsão dum conflito em que hajam de tomar parte.

Tal é o nosso caso.

Estamos em muito boas condições para tratarmos da nossa vida, não malbaratando os magros recursos de que dispomos, para eficazmente acudirmos às necessidades que nos ilaqueiam de todos os lados.

---

[1] Nesta afirmação, acertou o Dr. Brito Camacho, quanto à primeira parte, apenas. A paz foi, realmente, imposta pela *Entente*, mas as suas condições é que não a garantem por largos anos, como se tem visto.

V

13 de Janeiro de 1916.

O chamado pacto de Londres, primitivamente firmado pela Inglaterra, a França, a Rússia e o Japão, teve a superior vantagem de prender uns aos outros, indissolùvelmente, os destinos destas Nações. Já a Itália, que só há poucos meses entrou na guerra, subscreveu êsse pacto, não o tendo ainda subscrito a Sérvia nem a Bélgica, precisamente as duas Nações que primeiro foram atacadas pelos austro-alemãis. Uma vez assente que nenhum dos beligerantes da *Entente* poderia concertar a paz em separado, todos se dispuseram para uma guerra de longa duração, e os que a sorte das armas vai reduzindo à condição de vencidos, esperançosamente vêem os outros continuar a peleja, certos de que o seu triunfo será também a sua vitória.

Há-de cumprir-se, êsse famoso pacto de *quatro de Setembro*, e mal iria a quem pretendesse iludi-lo, negociando para si uma paz vantajosa ou cómoda. Os aliados hão-de vencer, e o que tivesse procedido à maneira alemã, considerando o pacto de Londres um bocado de papel, seria tratado como inimigo derrotado, a quem nenhuma concessão, pequena ou grande, seria feita. Tal o sucederá, em primeiro lugar porque vai nisso a

honra dos pactuantes, em segundo lugar porque vai nisso o seu maior interêsse. ¡ O que não daria a Alemanha para àmanhã fazer com a Inglaterra, por exemplo, uma paz em separado ! Não daria menos para a concertar com a França ou com a Rússia, e mostrar-se-ia generosa para com a Itália, se com ela pudesse entender-se para uma traição aos aliados. E' certo que a Alemanha e a Itália não se acham em guerra, tendo apenas interrompidas as suas relações diplomáticas. Esta situação, verdadeiramente anómala, é bem mais estranha do que a nossa, que só a intriga fêz parecer obscura e quási tornou perigosa.

A Itália está em guerra com a Austria, mas não o está com a Alemanha, não obstante os dois Impérios formarem, por assim dizer, uma unidade militar na presente guerra. Simplesmente o govêrno de Berlim não tem representante ou delegado seu em Roma ; o govêrno de Roma não tem representante ou delegado seu em Berlim, ao passo que o sr. Rosen está em Lisboa, e visita o sr. Presidente da República, e o sr. Sidónio Pais está em Berlim e freqüenta, por ordem do govêrno português, a Wilhelmstrasse.

Considerações puramente de ordem económica mantêm, por banda da Itália, a situação extravagante em que se encontra perante a Alemanha, e da qual provàvelmente não sairá, já agora, enquanto nos Balkans os soldados italianos e os alemãis se não encontrarem... marchando em direcções opostas.

O bloco formado em Londres, logo depois de começar a guerra, o pacto de Setembro, manter-se-á até final, pelas razões que já expusemos, e a sua manutenção é que torna inevitável a derrota dos impérios centrais. Mas a guerra há-de acabar um dia, cedo ou tarde, e ainda não estará sêca a tinta com que os plenipotenciários hão-de assinar o respectivo tratado de paz, e já a guerra económica terá rebentado, formando-se

grupos de *beligerantes* que serão diversos dos que se haviam formado para as mortíferas batalhas. Essa luta será tremenda, luta sem mortos, luta sem efusão de sangue, luta sem canhões e sem baionetas, mas luta impiedosa, luta de interêsses que colidem, não havendo maneira fácil de os conjugar [1].

As Nações que não entram na guerra, como nós, poderiam fàcilmente apetrechar-se para essa luta, para o que bastaria um pouco de inteligência, um pouco de trabalho e um pouco de boa vontade. Gastar milhares e milhares de contos na aquisição de coisas dispensáveis, porque não correspondem a necessidades urgentes, e adquirí-las na hora em que elas valem três ou quatro vezes mais do que valiam ontem e do que hão-de valer àmanhã, afigura-se-nos rematada loucura, visto não termos uma situação financeira que nos permita o luxo de avultadas despesas inúteis ou adiáveis.

¿Adquirir o quê, nestas alturas da guerra, quando se não sabe ainda o que dela ficará apurado, não apenas quanto às regras da táctica e da estratégia, mas quanto aos variadíssimos instrumentos com que a guerra se faz?

Uma nação rica, imensamente rica, como a Inglaterra, pode construir grandes unidades navais, um número avultado de *super-dreadnoughts*, não obstante os que já tinha se encontrarem inactivos, arrumados nos portos, sem que se possa vislumbrar a utilização que possam ter no conflito actual. Os nossos magros recursos, esburgado como se acha o tesouro, e atribulado como se encontra o contribuinte, não permitem que sequer pensemos em adquirir essas bizarmas enormes, que custam

---

[1] Foi completa esta formidável visão do Dr. Brito Camacho — que adivinhou a inquietação económica dos nossos dias.

milhares de contos, e demandam efectivos de guarnição que valem um regimento. Contentamo-nos, por isso, com três ou quatro submarinos, dos mais pequenos, mal sabendo o que, a êsse respeito, no fim da guerra, será a última palavra.

Não temos nada, pode bem dizer-se, nem Exército, nem Armada, e pois que não entrámos na guerra, e nenhum perigo nos ameaça, bem poderíamos reduzir ao mínimo as nossas despesas militares, acudindo eficazmente às urgências mais aflitivas da nossa vida económica.

O orçamento apresentado ontem ao Parlamento acusa um *deficit* ordinário de três mil e tantos contos, e um *deficit* extraordinário, resultante da guerra, de trinta mil contos. Uma análise detalhada do Orçamento fará com que sejam rectificados estes números, tornando-os maiores.

¡O que não se poderia fazer, em benefício da economia nacional, tanto no continente como nas colónias, dedicando-lhe, senão a totalidade, pelo menos a maior parte das quantias dispendidas com um simples arremedo de preparação para a guerra!

Por não estarmos habilitados a produzir, não tiramos da guerra os proveitos económicos que poderíamos ter tirado, e que estão fazendo a fortuna da vizinha Espanha; mas podíamos, ao menos, aproveitando o tempo em que os outros batalham, fazermos a devida preparação para que, na luta de competência comercial e industrial que há-de seguir-se à guerra, não sermos esmagados, embora não fôssemos vencedores.

Sensacional artigo do «Times»

I

Em 8 de Janeiro de 1916, o *Times* publicou o seguinte artigo, que traduzimos integralmente:

«De tôdas as nações que até agora se têm abstido duma intervenção activa na guerra, nenhuma se manifestou tão ardorosamente ou tão espontâneamente em favor dos aliados como os nossos irmãos de armas, os portugueses. Mal tinham começado as hostilidades, o govêrno português afirmou a leal adesão do seu País aos termos da aliança inglesa e a sua boa vontade de lhe dar efectivação *logo que assim lhe fôsse solicitado. A mesma afirmação* («assurance»), confirmada pelo voto unânime do Parlamento, *foi ao depois renovada a cada mudança de govêrno* pelos políticos de todos os partidos e pelos jornais de todos os sectores de opinião. Tão geral era a expressão do ardor patriótico nos primeiros dias da guerra, que o *Senhor Bernardino Machado, então presidente do ministério, propôs o envio duma Fôrça Expedicionária à Flandres, oferecimento que foi acolhido favorâvelmente pelo govêrno britânico.* Tal projecto foi pôsto de banda, não por falta de zêlo do govêrno ou do povo português, mas por motivo de certas dificuldades materiais em que não se tinha feito

reparo no entusiasmo dos primeiros momentos. *Reconheceu-se que o exército não estava preparado e que o Tesouro não tinha fundos sobressalentes à sua disposição.* Além disso, um pouco de reflexão calma sugeriu dúvidas sôbre a conveniência (wisdom) de enviar tropas portuguesas pora o estrangeiro (abroad), numa ocasião em que outros problemas poderiam exigir sério exame. Havia que atender às exigências da defesa nacional; em Africa, as grandes colónias de Moçambique e Angola, na vizinhança de territórios alemãis, poderiam carecer, no caso de serem atacadas, do auxílio da mãi pátria. Tais considerações não poderiam ser esquecidas, *e assentou-se, provisòriamente, em que Portugal serviria mais ùtilmente a causa comum evitando um rompimento com a Alemanha*, e guardando os seus recursos para futuras necessidades.

Esta decisão, sem dúvida razoável, em vista das circuntâncias, nem por isso deixou de colocar Portugal em situação um tanto equívoca. Ainda que prestando valiosos serviços aos aliados, manteve-se em paz com a Alemanha; conseqüentemente teve de conceder prolongada hospitalidade à grande e heterogénea frota de navios alemãis que se acolheram aos seus portos nas primeiras semanas da guerra, e a tolerar a pouco desejável presença do ministro alemão, sr. Rosen, que, da mesma forma que os seus colegas noutras capitais neutras, converteu a sua legação num activo centro de intrigas e propaganda em favor da Alemanha. Ao mesmo tempo, como aliado da Grã-Bretanha, ficou exposto às provocações da imprensa alemã e a actos vexatórios tais como os *raids* do sudoeste alemão às fronteiras de Angola. Na verdade, êle nem goza das vantagens duma perfeita neutralidade, nem da situação moral e do alto prestígio que teria ganho cooperando com os aliados nos campos de batalha. A ingrata posição que assim assumiu, no interêsse comum, deve ter produzido

uma rude violência na magnânima nação cujas tradições não são menos famosas do que as nossas; mas tem-na mantido com uma bondade e uma paciência que estão acima de todo o encarecimento. Nenhuma dúvida temos de que continuará assim, aguardando a oportunidade para desempenhar um papel mais activo, a que lhe dá direito a sua longa e gloriosa história. Não sabemos quando chegará essa oportunidade.

Definindo a sua política no Parlamento, o sr. Afonso Costa, que mais uma vez está no poder, à frente dum gabinete partidário e democrático, renovou a sua profissão de devotamento para com a aliança inglêsa, e tomou o compromisso, em nome do seu govêrno, de favorecer por todos os meios a causa dos aliados.

Mas, se bem que a preparação do Exército para a guerra avulte no seu programa, outros assuntos aí figuram. Êle tenciona, por exemplo, reformar as finanças públicas, a organização judiciária, a polícia e o sistema colonial; ocupar-se da administração local e da educação nacional; reorganizar a indústria, o comércio e a agricultura; desenvolver as pescarias e a marinha mercante; estabelecer um sistema de seguros do Estado. A tarefa que o senhor Costa assim, confiadamente, se propõe, é das que requerem o génio dum Pombal, tendo um povo unido atrás de si. Infelizmente, hoje, o povo português só num ponto está unido, e como os republicanos moderados — os evolucionistas, chefiados pelo senhor Almeida, e os unionistas, pelo senhor Camacho —tenham sido, mais uma vez, excluídos da participação no Poder, seria arriscado profetizar ao novo govêrno uma vida fácil ou longa. O senhor Afonso Costa é um ministro resoluto (strong), e chega numa ocasião oportuna. Desejamos-lhe todo o sucesso; mas quer êle vença, quer falhe, ingleses e portugueses podem igualmente regozijar-se sabendo que a aliança entre os dois povos nunca foi, em todo o decurso da sua longa história,

mais poderosa e mais cordial do que é hoje. A experiência dos últimos dezóito meses provou sobejamente, se prova fôsse necessária, que em qualquer momento em que solicitemos o auxílio dos nos nossos aliados, o não faremos em vão.»

II

19 de Janeiro de 1916.

Nunca reputei equivoca a situação de Portugal perante o conflito europeu, tal como ela foi definida na sessão parlamentar de 7 de Agôsto. Talvez não fôsse coisa inteiramente fácil metê-la em qualquer das categorias jurídicas que estabelecem os tratados de direito internacional; mas havia que considerá-la sob o ponto de vista político, e assim considerada ela parecia-me irrepreensível.

A Grã-Bretanha, nossa aliada, declara guerra à Alemanha, e nós teríamos de cumprir para com ela as obrigações derivadas dessa aliança.

O Parlamento reüniu a 7 de Agôsto, e o sr. presidente do ministério, dr. Bernardino Machado, leu uma declaração em que havia estes períodos:

«*Logo após a proclamação da República tôdas as nações se apressaram a declarar-nos a sua amizade,* e uma delas, a Inglaterra, a sua aliança. *Por nossa parte temos feito, incessantemente, tudo para corresponder a essa amizade, que de·veras prezamos, sem nenhum esquecimento, porém, dos deveres de aliança que livremente contraímos e a que em circunstância alguma fal-*

tariamos. Tal é a política internacional de concórdia e dignidade que êste govêrno tinha a continuar, certo de que assim solidariza, indissolùvelmente, os votos do chefe do Estado com o sentimento colectivo do Congresso e do povo português.»

Estou certo que esta declaração, lida no Parlamento, não surpreendeu os srs. ministros da Inglaterra e da Alemanha, que eram as duas Nações a que ela particularmente interessava.

O sr. ministro da Alemanha devia ficar satisfeito com os termos em que ela era feita, visto que, recordando os protestos de amizade que Portugal recebera das outras Nações, logo após a proclamação da República, prometia continuar retribuindo-lhes, como até ali, com sentimentos iguais. E devia ficar satisfeito, igualmente, o sr. ministro da Inglaterra, visto dizer-se na declaração ministerial que em circunstância alguma faltariamos aos nossos deveres de aliados. É certo que na sessão de 7 de Agôsto se falou quási em tom de guerra à Alemanha ; mas votou-se por unanimidade a declaração ministerial e a proposta de lei que o govêrno apresentara.

Recordo-me perfeitamente de ter dito ao sr. presidente do ministério que uma definição mais clara da nossa situação perante o conflito europeu, a deveriamos fazer, não por palavras, mas por factos, quando a ocasião se oferecesse. Não tinha a Alemanha o direito de nos preguntar como entendíamos as obrigações da nossa aliança com a Inglaterra, a não ser quando praticássemos um acto em que ela se visse hostilizada. Então, sim, poderia legìtimamente preguntar-nos como entendíamos essas obrigações; e a nossa resposta, como tive ocasião de dizer, em Paris, a um redator do *Petit Parisien*, que me entrevistou, seria fácil e devia ser clara. Todos os serviços que a Inglaterra de nós soli-

citasse, e pudéssemos prestar-lhe, todos lhe prestaríamos, negando-nos a qualquer favor à Alemanha. Entendíamos assim as nossas obrigações e havíamos de cumpri-las como as entendíamos, correndo todos os perigos que pudessem derivar do nosso procedimento.

Até à prática do primeiro acto que fôsse de manifesta hostilidade para com a Alemanha, o seu govêrno nada tinha que preguntar-nos acêrca do modo como procederíamos para com a Inglaterra, devendo antes, nos termos da declaração ministerial lida na sessão de 7 de Agôsto, considerar-se connosco nas melhores relações — mais do que em boas relações, num pé de boa amizade. Os governos anteriores tinham feito tudo para corresponder à amizade que nos haviam declarado as outras Nações, logo a seguir à proclamação da República, e essa política internacional, de *concórdia* em relação a todos, e de *dignidade*, em relação à Inglaterra, com quem temos uma aliança que obriga, seria a sua política.

Convém notar que, nos termos da declaração ministerial lida na sessão de 7 de Agôsto, *Portugal se comprometia a não faltar aos seus deveres de aliado da Inglaterra, mas a nada mais se comprometia.* Se, pois, a Inglaterra, em qualquer altura, nos fizesse um pedido que se não contivesse rigorosamente nas estipulações da nossa aliança, tinhamos o pleno direito de lho não deferir, sem deixar margem a reclamações ou protestos. Mas a verdade é que o sentimento do govêrno, o sentimento do Congresso, o sentimento da Nação inteira não comportava a restrição implícita nos termos da declaração ministerial, isto é, nós todos — Govêrno, Congresso e Nação — desejávamos pôr ao serviço da Inglaterra todos os nossos meios e recursos que lhe fôssem de alguma utilidade no pleito em que se empenhara.

A êste respeito nunca teve dúvida o govêrno inglês, e pouco nos importaria que as tivessem os governos

de outras nações, que as não tiveram também. Se alguém, lá fora, representante de Portugal, se viu alguma vez embaraçado para explicar a atitude do seu País, não lhe sucedeu isso no mundo oficial, mas nalguma estúrdia de politicantes e literatelhos.

O *Times,* num artigo, já agora famoso, disse que resultara para nós, do facto de não termos uma neutralidade declarada nem uma beligerância manifesta, uma posição ingrata, que muito deve ter molestado os nossos brios. Bem podiam os governos portugueses ter evitado estas palavras do *Times,* com as quais não estou de acôrdo; e para isso bastaria que tivessem conseguido que o govêrno inglês, respondendo no Parlamento a uma pregunta combinada, tivesse dito que Portugal mantinha perante o conflito europeu a posição que mais convinha aos seus próprios interêsses e aos da nação aliada. Era fácil conseguir que esta pregunta se fizesse, e era certo, absolutamente certo, que ela não teria, por banda do govêrno inglês, senão a resposta que deixei enunciada. Desde que assim sucedesse, não apenas os governos das Nações beligerantes, mas o povo dessas mesmas Nações, ficariam sabendo que Portugal ocupava a situação que mais convinha à causa dos aliados, e que êle considerara, desde a primeira hora, a sua própria causa.

¿Porquê se não fêz isso, que teria evitado aquelas palavras do artigo do *Times,* o grande jornal de Londres, que, embora pretendendo render preito à nobreza dos nossos propósitos, não deixa de magoar-nos, pela maneira como julga os nossos processos?

III

22 de Janeiro de 1916.

O artigo do *Times* veio confirmar aquilo que sempre dissemos, isto é, que à Inglaterra oferecera o govêrno português um reforço militar, aproveitando o ensejo que lhe ofereceu o pedido, feito pelo govêrno inglês, de material de guerra. O oferecimento feito pelo govêrno português, diz o importante jornal de Londres, foi acolhido favoràvelmente pelo govêrno britânico. Bom será recordar as palavras do *Times*, visto ser o português dotado de fraca memória:

«Tão geral era a expressão do ardor patriótico nos primeiros dias da guerra, que o *Senhor Bernardino Machado, então presidente do ministério, propôs o envio duma Fôrça expedicionária à Flandres, oferecimento que foi acolhido favoràvelmente pelo govêrno britânico.*»

Poderá dizer-se que o *Times* não é órgão oficial do govêrno inglês, negando-se valor ao que êle escreveu, definindo a atitude de Portugal perante a guerra; mas o que não é possível é conjugar as afirmações do importante jornal de Londres com estas afirmações, que

também os nossos leitores já conhecem, do sr. Bernardino Machado, feitas verbalmente no Ateneu Comercial de Lisboa, e depois reproduzidas em folheto sob o título — *O Exército e a Nação:*

«Houve quem, não sei como, imaginou, com doentia visão diplomática, que a Inglaterra só exigiria de nós material de guerra, e o meu govêrno é que pela instância dos seus oferecimentos, a levara a aceitar tôda a nossa intervenção militar... Nem a nossa aliada desejaria de nós material de guerra além do que fôsse dispensável à acção efectiva do nosso corpo de exército, em cuja integridade nos apoiamos como nação livre, *nem ela,* certa da nossa boa vontade, *aguardaria solicitações, que eramos incapazes de fazer...*»

Não há maneira de conjugar a afirmação do *Times* com a afirmação do sr. Bernardino Machado, porquanto o importante jornal de Londres diz que o sr. Bernardino Machado, sendo presidente do ministério, ofereceu um refôrço militar, e o sr. Bernardino Machado diz que seria incapaz de fazer semelhante coisa.

Quando fôr publicado o nosso Livro Branco, ver-se-á que o govêrno inglês, a poucas semanas depois de se desencadear a tempestade, fêz ao govêrno português um pedido de material de guerra, e que o nosso govêrno lhe respondeu aquiescendo, mas propondo, ao mesmo tempo, como diz o *Times,* o envio duma Fôrça Expedicionária à Flandres. Até que os documentos oponham um solene desmentido ao *Times,* fica de pé a afirmação que nós fizemos, e por mais duma vez repetimos: — a Inglaterra não pediu, *sponte sua, o nosso auxílio em tropas;* fomos nós que lho oferecemos, instando por que ela o aceitasse. Foi isto o que sempre dissemos, foi isto o que sempre sustentámos sob uma saraivada de insultos grosseiros e ameaças facinorosas.

Quando vimos a nota em que o govêrno inglês agradecia a aquiescência ao seu pedido de material de guerra, e dizia aceitar o oferecimento duma cooperação nos campos de batalha, declarámos ao sr. presidente do ministério que era nossa opinião aceitar o País os sacrifícios que derivassem dum pedido espontâneo da Inglaterra, mas que talvez não fôsse possível levá-lo a aceitar o sacrifício resultante dum oferecimento do govêrno de Portugal.

O ministro da guerra no govêrno do sr. Bernardino Machado era o sr. general Pereira de Eça, que considerou o pedido do govêrno inglês no ponto de vista restritamente militar. S. ex.ª achava afrontosa dos brios e dignidade da família militar fornecer à Inglaterra peças, carabinas e cartuchos, receando mesmo que a satisfação dum tal pedido originasse algumas manifestações desagradáveis. Tivemos ocasião de falar com s. ex.ª a êste respeito, e tão apegado s. ex.ª se mostrava ao seu ponto de vista, que ao sr. presidente do ministério dissemos um dia, supondo invencível a sua resistência, *que mais valia fazer uma crise ministerial do que deixarmos de satisfazer o pedido da Inglaterra nos precisos termos em que ela o formulara.*

Já na imprensa e nas reüniões políticas o caso era discutido com ardor, e sôbre nós começava a cair uma granizada de insinuações malévolas, que haviam depois concretizar-se na lama dos mais desbragados insultos. Nós queriamos que Portugal satisfizesse os pedidos da Inglaterra, mesmo que êles excedessem as nossas obrigações estipuladas nos tratados; mas visto ela não pedir um refôrço em tropas, deveriamos abster-nos de lho impor, tanto mais que não poderíamos dar-lho! Chegou-se a dizer-nos — não foi o sr. general Pereira de Eça que no-lo disse — que a mobilização se poderia fazer em três semanas, como se mobilizar uma divisão para a guerra fôsse a mesma coisa que preparar um

pic-nic fora de portas. Certo é que o envio duma fôrça expedicionária à Flandres, conforme o govêrno do sr. Bernardino Machado oferecera, não se realizou, não por falta de zêlo do govêrno ou do povo português, diz o *Times*, mas por motivos de certas dificuldades materiais em que não se tinha feito reparo no entusiasmo dos primeiros momentos.

¿Que dificuldades seriam essas ?

«Reconheceu-se que o exército não estava preparado e que o tesouro não tinha fundos sobressalentes à sua disposição.»

Queira o leitor reparar bem nas palavras do *Times*, porque elas importam muito à boa compreensão dos factos que dizem respeito à nossa participação na guerra, e que é necessário analisar serenamente, não só para que a todos se faça justiça, mas para que não se acumulem erros sôbre erros, faltas sôbre faltas, piorando de hora a hora a nossa situação.

Diz o importante jornal de Londres que, no entusiasmo dos primeiros momentos, se não reparou em certas dificuldades que tornaram impossível o envio duma fôrça expedicionária à Flandres. *Os primeiros momentos*, visto a guerra ter começado, para a Inglaterra, em quatro de Agôsto, não podem referir-se à sessão de 23 de Novembro, em que se leu a nota concertada entre o govêrno português e o govêrno de Londres, e que reza assim :

«Logo no princípio da guerra Portugal afirmou espontaneamente que estava pronto, como aliado da Grã-Bretanha, a dar-lhe todo o concurso. O govêrno inglês, apreciando altamente êste claro testemunho de cordial solidariedade, convidou, com entranhável reconhecimento, o govêrno português a contribuir, consoante

entre ambos se estipulasse, com a sua cooperação militar.»

Em 23 de Novembro já tinha passado o entusiasmo dos primeiros momentos, e já o govêrno português deveria saber o que tinha, em homens e em dinheiro, que lhe permitisse fazer o envio duma fôrça expedicionária à Flandres.

IV

25 de Janeiro de 1916.

A Inglaterra, conforme disse o *Times*, acolheu favoràvelmente o oferecimento, feito pelo govêrno português, duma fôrça expedicionária à Flandres; mas a verdade é que vão passados dezóito meses de guerra, e essa fôrça ainda não partiu, nem ao menos se organizou.

Porquê?

O *Times* disse-o no famoso artigo que traduzimos: porque, no entusiasmo dos primeiros momentos, não se reparara nesta coisa mínima: faltar-nos o exército e faltar-nos dinheiro. Estas bagatelas fàcilmente se imporiam à consideração de qualquer mortal que fôsse capaz de conservar o sangue frio ouvindo rugir os canhões. Mas o govêrno português, no entusiasmo dos primeiros momentos, desviou os olhos do País para os lançar em direcção à Flandres, e como se tivesse à sua disposição um exército bem preparado e um tesouro bem provido, desejando cumular de favores um velho amigo e aliado, gritou-lhe, por cima dos mares: vamos mandar-lhe uma fôrça expedicionária.

A Inglaterra, que hoje tem alistados alguns milhões de homens, não tinha nos campos de batalha, quando os alemães avançavam sôbre París, mais do que três es-

cassas divisões, ou sejam 75 mil homens. Se nessa ocasião, e para reforçar com a maior rapidez os seus efectivos, ela nos tivesse pedido o envio duma fôrça expedicionária, nós teriamos de lhe dizer que esperasse algum tempo, porque a não tinhamos preparada.

Pois faltando-nos o Exército e tendo sem dinheiro o Tesouro, o govêrno português ofereceu o envio duma fôrça expedicionária, que até agora nem sequer foi organizada. Não tem desculpa uma tamanha leviandade, que o *Times* aponta, envolvendo-a na gaze duma ironia fina, que nem por o ser deixa de nos magoar.

Seria desagradável que a Inglaterra nos pedisse um auxílio, *nos termos da nossa aliança*, e não lho dêssemos prontamente; mas isso não importaria quebra das boas relações que mantêm os dois países, não faria sequer com que a nossa velha aliada nos fizesse qualquer advertência que implicasse censura. Ela bem sabe que nos respectivos tratados de aliança está prevenida a hipótese de ser solicitado por um dos contratantes ao outro qualquer ajuda ou socorro de tropas, *qualquer casta de defesa*, para nos servirmos do português arcaico dêsses diplomas, que não possa ser de pronto satisfeita. Há que ter em atenção a urgência da parte recorrente — diz-se no tratado de 1373, que todos os tratados subseqüentes declararam em vigor, — mas também há que ter em atenção, escreveu-se logo a seguir, a possibilidade de estar habilitada a completar os seus preparativos aquela outra a quem se recorreu.

Isto quer dizer que um pedido de tropas que nos fizesse a Inglaterra, logo no começo do conflito, não seria para nós embaraçoso, embora viesse surpreender-nos sem Exército e sem dinheiro, bastando que aos nossos aliados expusessemos a nossa situação com inteira franqueza, e desde logo nos dispusessemos a servi-los, seguindo um *caminho de rectidão e equidade, conservando-se tôda a boa fé.*

A verdade é que a Inglaterra não pediu a Portugal o envio duma fôrça expedicionária, mas acolheu favoràvelmente, diz o *Times*, o oferecimento que nesse sentido lhe fizera o govêrno de Portugal. Reconheceu-se, porém, esvaído o entusiasmo dos primeiros momentos, como diz o *Times*, que o Exército não estava preparado e que o Tesouro não tinha fundos sobressalentes à sua disposição.

Apenas isto?

Não; reconheceu-se também que a defesa nacional tem exigências a que é necessário atender, e que na vizinhança de Moçambique e Angola havia alemãis que poderiam atacar-nos.

Veja o leitor as coisas que podem acontecer ao govêrno dum País, quando se deixa entusiasmar — se êsse País não tem Exército, se êsse País não tem dinheiro, se êsse País carece de prover à sua defesa, a qual se faz precisamente com dinheiro e com soldados. De nada disto se apercebeu o govêrno a que presidia o sr. Bernardino Machado, aliás não teria oferecido à Inglaterra o envio duma fôrça expedicionária à Flandres como se duma romaria se tratasse.

Em 11 de Dezembro, tendo já satisfeito o pedido de material de guerra que nos havia feito o govêrno inglês, mandámos para África dois contingentes, um para Moçambique, sob o comando do major Amorim, outro para Angola, sob o comando do tenente-coronel Roçadas. Mais tarde foi reforçado com infantaria de marinha o contingente de Angola, a pedido do seu ilustre comandante, na previsão dum encontro com os alemãis da Damaralandia, que efectivamente teve lugar.

Tendo em consideração a penúria do Tesouro, o sr. ministro da guerra dispensara as escolas de repetição, preferindo gastar o dinheiro que lhes era destinado na compra de material. E aqui vem a-propósito dizer que louvamos êsse procedimento do sr. general Pereira

de Eça, convencidos como estávamos de que êsses exercícios não valiam o que custavam.

Ora muito bem.

A guerra surpreendera-nos sem Exército e sem dinheiro, e o govêrno, depois de começada a guerra, não fêz cá dentro nem lá fora um empréstimo que o habilitasse a dispender quanto seria necessário para entrar nela. Por outro lado, conforme já ficou dito, mandáramos para a África alguns milhares de homens, constituindo dois contingentes expedicionários, indo com êles o que pudemos dar-lhes em armas e munições, uma boa parte do que nos ficara, satisfeito o pedido dos nossos aliados.

Nada disto ignorava a Inglaterra, que se não deixou obcecar pelo entusiasmo ou pela gravidade dos primeiros momentos; e todavia em Novembro, como se já tivéssemos preparado o nosso Exército, como se já tivéssemos bem provido o nosso Tesouro, como se já tivéssemos sobejamente assegurada a defesa nacional, em Novembro o govêrno português lê no Parlamento uma *nota concertada* com o govêrno de Londres, em que se pede a nossa cooperação nos campos de batalha!

O demónio é o *Times*!...

Portugal na guerra

I

17 de Fevereiro de 1916.

Revelações graves, da mais alta gravidade, fêz ontem, no Parlamento, o nosso prezado amigo e ilustre correligionário dr. Azevedo Antas, republicano dos saüdosos tempos da propaganda, daqueles saüdosos tempos em que ser-se republicano não era, positivamente, um rendoso modo de vida, antes importava incómodos e sacrifícios de tôda a ordem.

O dr. Azevedo Antas esteve em Mossâmedes aí pelos começos de Dezembro de 1915, e contou ontem, na Câmara dos Deputados, o que viu na praia e nas ruas daquela cidade. Sacas de farinha ou milho, caixas de bolacha e de conservas, montes de capim, para alimento do gado, águas minerais, engarrafadas, tudo semeado em dia de vento pela praia e pelas ruas, o milho a germinar, o capim e a farinha a apodrecerem, as conservas em fermentação, e as águas minerais a fazerem-se beberagem para uso dos vários bichos desenvolvidos naquela montureira.

Ao passo que tais desperdícios, avaliados em muitos contos, se constatam em Mossâmedes, explicou o dr. Azevedo Antas, lá para o interior do distrito milhares

de pretos morrem à fome, e Deus sabe o que terá sucedido a muitos expedicionários brancos. A homens que de Luanda tinham ido para Mossâmedes, contratados para fazerem serviço, como carregadores, nos contingentes expedicionários, querendo regressar à sua terra, foi-lhes negado o embarque, para não morrerem a bordo, reduzidos quási à pele e ôsso.

O sr. ministro das colónias ouviu a trágica narrativa feita pelo dr. Azevedo Antas, que honestamente expôs o que vira, sem carregar as sombras do quadro, e, tendo de responder, com uma admirável candura, como se fôsse o seu colega do interior, disse que nada sabia, mas que registava, e procederia a averiguações.

O País ainda não sabe quanto lhe custou a última aventura em Africa, nem sequer sabe para que se organizaram as expedições que para lá mandámos, uma para cada costa, a de Moçambique sob o comando do sr. Maçano Amorim, a de Angola sob o comando do sr. Alves Roçadas. Mais uma vez proclamamos a necessidade de se publicar um livro de qualquer côr, preto ou branco, pouco importa, em que se justifiquem as expedições a que vimos de referir-nos e se mostrem os excelentes resultados que delas colhemos, quer sob o ponto de vista dos nossos interêsses morais, como seja o prestígio do nome português no continente africano, quer sob o ponto de vista dos nossos interêsses materiais, que são muito para ter em consideração. É indesculpável que ainda não estejam publicados os relatórios dos srs. Maçano Amorim, Alves Roçadas e Pereira de Eça, que certamente já foram entregues, e poderão ser publicados sem que perigue a independência nacional.

Para aí reclamou uma gazeta, afecta ao govêrno, que sejam julgados os oficiais e praças que em Naulila se houveram menos conformemente aos brios militares, pondo uma nódoa de covardia na heróica página em que se inscrevem os feitos do nosso Exército, desde

velhos tempos. Que êsses homens sejam julgados, e que sôbre êles caiam todos os rigores da justiça, se na verdade delinqüiram; mas que tudo se diga, para que tudo se saiba, com respeito ao modo como foi organizado o corpo expedicionário a Angola, com respeito à missão de que teve encargo, e com respeito aos elementos que lhe forneceram para bem se haver.

Os partidários da guerra à *outrance*, da guerra seja por que motivos fôr, não se têm cansado de falar em Mazina, no Kuangar, em Naulila, crimes alemãis ainda por vingar, e que seria deshonroso deixar impunes.

Perfeitamente; mas estando no Poder, quando foi de Mazina e Kuangar, o sr. Bernardino Machado, fervoroso partidário da guerra, ¿ porque a não declarou o seu govêrno à Alemanha, visto como Mazina se deu em Agôsto, Kuangar em Outubro, e êsse govêrno só caiu em princípios de Dezembro?

Naulila deu-se em 18 de Dezembro, e estava então no Poder o partido democrático, fervoroso apóstolo da guerra, e no Poder se conservou até 25 de Janeiro. ¿ Porque não declarou êsse govêrno, a que presidia o sr. Azevedo Coutinho, guerra à Alemanha, quente como ainda estava o sangue dos oficiais e soldados que em Naulila tinham sido mortos pelos alemãis, numa batalha em que tôdas as superioridades estavam do seu lado, excepto a da valentia pessoal, a despeito do que se tem dito?

Não só o partido democrático, alcandorado no poder à data em que se deu o combate de Naulila, e em que foram mortos uns poucos dos nossos oficiais e algumas dúzias dos nossos soldados, conservou as boas relações que havia entre Portugal e a Alemanha, mas nem sequer rompeu as relações diplomáticas, mandando o sr. Rosen para Berlim, e chamando o sr. Sidónio Pais para Lisboa.

É absolutamente indispensável que se publiquem to-

dos os documentos que dizem respeito às nossas últimas expedições a Angola e Moçambique, que mais não seja para se verificar, na mais clara evidência, que se houve quem, entre nós, fizesse cátedra de covardia, não faltou quem ao lado pusesse cátedra de mentira.

¿Clamam vingança os massacres de Mazina, os trucidados em Kuangar, os vencidos em Naulila?

Mas os de Mazina clamam vingança desde Agôsto de 1914; os de Kuangar clamam vingança desde Outubro do mesmo ano; e os de Naulila clamam vingança desde o mês de Dezembro seguinte à eclosão do conflito europeu. E no poder, representado pelo sr. Bernardino Machado, estava o partido democrático quando foi de Mazina e Kuangar; no poder estava êste mesmo partido, representado pelo sr. Azevedo Coutinho, quando foi de Naulila. A-pesar disso, o sr. Rosen continuou em Lisboa, o sr. Sidónio Pais continuou em Berlim, e nunca os patriotas amigos da Sérvia deixaram de vir berrar, debaixo das nossas janelas, que era necessário tirar-nos a pele, utilizando-a para um tambor, e ao som dêle marcharem para a guerra, a engrandecer e honrar o País.

II

24 de Fevereiro de 1916.

Ontem o govêrno mandou tomar posse de todos os navios alemãis surtos no Tejo. Não sabemos se também mandou tomar posse de vários navios da mesma nacionalidade ancorados em outras águas da República, mas é de presumir que o tenha feito.

Quando se discutiu, no Parlamento, a *base nova*, que ficou sendo a última base do projecto de subsistências, nós bem vimos, como tôda a gente, que se tratava dos barcos alemãis; e no único propósito de salvaguardar responsabilidades o sr. Jorge Nunes, em nome da minoria unionista, fêz estas preguntas ao govêrno:

«1.ª — ¿Que razões determinaram a apresentação da nova base?

2.ª — ¿Que extensão pode ter a autorização que nela se pede, adentro dos limites de respeito que se deve à propriedade de nacionais e estrangeiros, conforme as leis da República e os princípios geralmente aceites de direito internacional?

3.ª — Se a nova base fôr votada, ¿tenciona o govêrno usar da respectiva autorização para agir de modo a que se altere o *statu quo* das nossas relações externas sem

expressa resolução do Congresso, habilitado a pronunciar-se com o conhecimento de todos os diplomas ou documentos que digam respeito à nossa política internacional desde o comêço da guerra?»

O sr. presidente do ministério, respondendo a estas preguntas, disse, em substância, que a necessidade de transportar, a razoável preço, os géneros alimentares e as matérias primas de que carecemos para a nossa indústria, haviam determinado o govêrno a apresentar aquela base, e que era propósito seu não praticar qualquer acto contra a propriedade de ninguém, como era seu propósito não alterar as nossas relações externas.

Por banda da minoria unionista não se fêz o menor comentário à resposta do sr. presidente do ministério, tomando-se dela boa nota, como s. ex.ª costuma dizer.

A base nova, de que talvez o leitor se não lembre já, era assim redigida:

«O govêrno poderá requisitar em qualquer ocasião as matérias primas e os meios de transporte que forem indispensáveis à defesa ou economia nacional, que se encontrem nos domínios da República.»

Os barcos alemães que estavam surtos no Tejo eram todos barcos de comércio, e por isso o govêrno, no preâmbulo do decreto que ontem publicou, e que imediatamente pôs em execução, só invocou, para o justificar, os interêsses da economia nacional, o problema das subsistências, as necessidades do País, no ponto de vista da sua alimentação.

Lendo o decreto, verá o leitor que, na verdade, a apropriação decretada abrange todos os navios que se encontrem nos domínios da República, isto é, nas águas territoriais do continente ou nos portos coloniais.

Como são mais de sessenta os navios alemães que se encontram nos domínios da República, a requisição de todos êles, feita pelas razões expostas no preâmbulo do decreto ontem publicado, mostra que cresceu extraordinàriamente o volume do nosso comércio marítimo pelo facto da guerra.

Sem dúvida, o govêrno explicará hoje, no Parlamento, o acto que praticou, e que certamente nada importará à manutenção das nossas relações, aliás êle não o teria praticado sem prévia e bem expressa resolução do Parlamento.

Em 1908 firmámos com a Alemanha um tratado de comércio, que tem a data de 30 de Novembro de 1908, e que foi negociado pelo sr. Wenceslau de Lima. Discutimos êsse tratado no Parlamento, e por isso guardamos dêle boa memória. Já aí vimos citado o seu art. 2.º, a-propósito dos barcos alemães, pretendendo uns que êle é obstáculo à sua apropriação nos termos da *base nova*, pretendendo outros, muito pelo contrário, que êle a permite, pois foi redigido na sua previsão.

Nesse art. 2.º do tratado de 30 de Novembro de 1908 lê-se isto:

«..... As suas propriedades (das altas partes contratantes) não poderão ser sequestradas, nem os seus navios, carregamentos, mercadorias ou efeitos retidos para qualquer uso público, sem que lhes seja prèviamente concedida uma indemnização a combinar entre as partes interessadas sôbre bases justas e equitativas.»

Trata-se, como o leitor vê, duma *indemnização prévia* e não dum *acôrdo prévio*, o que faz sua diferença. Quere dizer, os armadores ou proprietários dos navios, invocando o art. 2.º do tratado de 30 de Novembro de 1908, não tinham o direito de se opor à sua requisição, e nem sequer, nos termos dêsse artigo, po-

deriam iludí-la com exigências despropositadas. Não seria justo nem seria equitativo que êles pedissem uma exorbitância pelos seus barcos, tornando impossível a sua apropriação. Sôbre bases justas e equitativas, conforme no tratado se escreveu, é que êles podem combinar a indemnização que lhes é devida, o que importa uma restrição ao seu arbítrio, sem ofensa dos seus interêsses.

O sr. ministro dos negócios estrangeiros, se é exacto o que ontem lhe atribuía um jornal da noite, não considera hostil para com a Alemanha o acto ontem praticado, achando estranho que a-propósito dêle se falasse de beligerância e de *revanche*.

Certo é que o navio-chefe da nossa divisão naval, ao ser arvorada nos barcos alemães a bandeira portuguesa, a salvou com sete tiros, segundo uns, com vinte e um tiros, segundo outros, como se não fôssem apenas barcos de comércio, simples transportes de carga e passageiros, incapazes de retribuirem a saüdação.

Ao govêrno de Berlim foi notificada, ontem mesmo, a apropriação feita dos navios surtos no Tejo, de nacionalidade alemã, e naturalmente já hoje se deverá saber no Terreiro do Paço que acolhimento êle lhe fêz. O govêrno não se dispensará de o ir dizer ao Parlamento, e só então poderemos medir ou calcular o valor e o alcance do acto ontem praticado.

III

4 de Março de 1916.

Em 1913 o sr. Afonso Costa era presidente do ministério e geria a pasta das finanças, que no Ministério anterior estivera a cargo do nosso ilustre correligionário sr. Vicente Ferreira. Vivia então o sr. Afonso Costa na preocupação do equilíbrio orçamental, querendo à viva fôrça ajustar as despesas sôbre as receitas, como duas circunferências do mesmo diâmetro.

Era formal a sua oposição a todos os gastos que lhe não parecessem necessários e inadiáveis, a tal ponto que a lei-travão, nas suas mãos, quási realizava o sonho do movimento contínuo.

Em 1913 já muita gente sentia os longínquos rumores da guerra; já muitos diplomatas a reputavam inevitável e próxima. O Parlamento francês votou, de afogadilho, em poucas sessões, a lei dos três anos, bem como os largos créditos que lhe eram pedidos para despesas militares.

Lêmos algures que o sr. Afonso Costa fôra dos que tinham previsto a guerra, talvez por lógica dedução dos factos, mais provàvelmente pela intuïção dos génios. E' bem possível que s. ex.ª previsse a guerra de muito longe; mas em 1913, sendo presidente do ministério e

gerindo a pasta das finanças, s. ex.ª procedia como se a guerra fôsse meramente uma possibilidade a realizar-se lá muito para o diante, alguns anos mais tarde.

Assim se explica que s. ex.ª, respondendo, no Parlamento, aos que mostravam pressa de que se organizasse a defesa nacional, dissesse estas palavras, que constam do Diário das Câmaras, sessão de 1 de Maio de 1913: «Nós, para organizarmos a nossa defesa, tanto em terra como no mar, carecemos de alguns anos...»

Quem assim pensava em Maio de 1913 não podia, em Agôsto de 1914, acreditar na possibilidade de organizarmos, em algumas semanas ou alguns meses, o nosso Exército e a nossa Armada em termos de assegurarmos a defesa da Nação, e, ainda por cima, irmos ali à Flandres dar um auxiliozinho aos nossos aliados.

Não se desinteressava o sr. Afonso Costa do problema da defesa nacional; mas considerava a magnitude dêsse problema, olhava para a nossa miséria financeira, e chamava os apressados à crueza da realidade: — «A defesa não deve pretender organizar-se tôda duma vez, seria um êrro; devemos começá-la agora, e daqui a quatro ou seis anos fazer, então, um novo esfôrço para a completar.»

Estas palavras do sr. Afonso Costa, proferidas na sessão parlamentar de 1 de Maio de 1913, não desmentem a afirmação que já para aí se fêz de que s. ex.ª previra a guerra; simplesmente demonstram que s. ex.ª a não previu à distância a que ela veio a dar-se. Havia quem pretendesse, em 1913, gastar muito dinheiro com os orçamentos militares, na ambição de apressar a nossa defesa por maneira eficaz. O sr. Afonso Costa olhava o futuro, e vendo que a paz estava assegurada por alguns anos, pretendia que o problema da defesa nacional se atacasse sem pressas, com a maior reflexão, resolvendo-o com os vagares que impunham a penúria do nosso tesouro. Deveria começar-se, então, a resol-

ver êsse magno problema; e passados uns quatro ou seis anos, já mais ricos ou menos endividados, empenhar um novo esfôrço para a sua resolução completa.

¿Quem assim pensava em 1913, um ano antes de começar a guerra, poderia acreditar, em Dezembro de 1914, que estávamos aptos para mandar uma divisão para a Flandres, ficando ainda em condições de provermos à nossa defesa no continente e no ultramar?

Por muito pouco que s. ex.ª saiba de coisas militares, e êsse muito pouco ainda é, com certeza, muito mais do que sabe tôda a outra gente, o sr. Afonso Costa sabe que não se improvisa um Exército, não se improvisa uma Armada. S. ex.ª o disse na sessão parlamentar de 15 de Maio de 1913: — «Um exército não se educa em poucos meses e uma esquadra não se dota com o pessoal suficiente e adestrado para dirigir e comandar em dois ou três anos.»

S. ex.ª era então, como já dissemos, ministro das finanças, e a sua preocupação máxima consistia no equilíbrio orçamental. Tôdas as receitas lhe pareciam pequenas, tôdas as despesas lhe pareciam grandes, e chegava quási à fúria o seu empenho em as sobrepor como duas superfícies iguais. Sem deixar de reconhecer que a defesa de um País se faz com elementos militares, s. ex.ª preconizava o bom estado das finanças como poderoso elemento de defesa, argumentando assim contra as gentes da tropa: — «A cifra dos orçamentos é que há-de dar fôrça moral para que Portugal se possa defender».

O sr. Afonso Costa argumentava assim contra um seu correligionário, oficial de marinha, que muito lutou para que se mantivesse o fundo de defesa naval. O sr. Rodrigues Gaspar, actualmente ministro das colónias, replicou ao sr. Afonso Costa, dizendo — «que não basta a moral na administração para que um país se possa defender», e citou o caso da França e da Alemanha, pai-

ses bem administrados, mas confiando dos seus exércitos e das suas esquadras a sua defesa.

O homem que em 1913, sendo presidente do Ministério, falava como o leitor acaba de ver, pelas transcrições que fazemos, isto é, o homem que em 1913 declarava que «para organizarmos a nossa defesa tanto na terra como no mar, carecemos de alguns anos», ¿ poderia acreditar, em 1914, que estávamos em condições de intervir no conflito europeu, assegurando do mesmo passo a defesa do nosso território continental e ultramarino?

IV

10 de Março de 1916.

Não conhecemos os termos da nota que ontem entregou no ministério dos negócios estrangeiros, em nome do seu govêrno, o ministro da Alemanha. [1] Pelas referências que lhe fizeram os jornais da noite, somos levados a concluir que não se trata apenas dum rompimento diplomático, mas dum autêntico estado de guerra.

A hora é solene e nós queremos aproveitá-la para um honesto exame de consciência, como fazem os bons católicos em vésperas de confissão. Relembramos quanto escrevemos sôbre a nossa participação directa no conflito europeu e não encontramos uma palavra que nos suscite arrependimento.

Alguma coisa conheciamos, ao estalar a guerra, da situação económica, financeira e militar do nosso País,

---

[1] Refere-se à nota de declaração de guerra que, em 9 de Março de 1916, pelas 18 horas, o barão de Rosen, ministro da Alemanha, foi entregar ao ministro dos Estrangeiros, que, então, era o sr. dr. Augusto Soares.

A entrega dêste documento revestiu-se de fria solenidade. Mas quando o barão de Rosen, ao ler a nota, considerou Portugal *como vassalo da Inglaterra*, o sr. dr. Augusto

e tendo em atenção que eramos aliados da Inglaterra, desde séculos, e que nenhuma outra aliança nos convinha, definimos uma orientação que nos pareceu, que ainda nos parece, ser a mais conforme aos nossos interêsses de tôda a ordem.

Na sessão parlamentar de 7 de Agôsto de 1914 apoiámos a declaração ministerial em breves e singelas palavras, abstendo-nos de fazer discurso, e fizemo-lo da melhor vontade, porque nessa declaração o govêrno afirmava o seu propósito de viver bem com todos, não se dispensando de cumprir em tôdas as circunstâncias os deveres emergentes da nossa aliança com a Inglaterra. No dia em que, pelo facto do cumprimento de qualquer dêsses deveres, tivéssemos de cortar relações com alguns dos inimigos da nossa aliada, nesse dia abriríamos uma excepção na política de boas relações que desejaríamos manter com todos, sujeitando-nos briosamente às conseqüências do nosso acto.

Empenhámos os máximos esforços para que à Inglaterra se desse o que ela nos pedia, mas tão sòmente o que ela nos pedia; e procedendo assim cumprimos honradamente o nosso dever de cidadão português, mostrando, do mesmo passo, que não ignoravamos o valor militar do nosso País, como o não devia ignorar nenhum homem de govêrno.

Sem a mínima responsabilidade na maneira por que se organizaram as expedições à Africa, não enjeitamos todavia as que nos possam caber pelo facto de as não

---

Soares ergueu-se e preguntou ao ministro alemão quantos passaportes desejava. No dia seguinte o barão de Rosen saía de Portugal, sendo acompanhado, até à fronteira, por um secretário do ministro dos Estrangeiros. Diz-se que a indelicada e afrontosa insinuação, que o barão de Rosen não teve tempo de completar, não foi da sua responsabilidade, mas do seu govêrno, porque o diplomata alemão sempre manifestara estima por Portugal.

termos combatido. Escrevemos, mais duma vez, que a termos de entrar na guerra o deveriamos fazer em África, onde convizinhávamos com os alemãis, no ocidente por Angola, e no oriente por Moçambique. O envio dessas expedições tornava pràticamente impossível o sonho ambicioso da Flandres, e a serem elas bem organizadas, com um objectivo bem determinado, poderiam ter sido da maior vantagem para o País. Bem poderíamos ter-nos antecipado ao general Botha na conquista da Damaralandia, e ela seria o nosso *apport* na conferência da paz; mas se acordassemos com a Inglaterra não guerrear com a Alemanha, poderiamos ter evitado Naulila.

Nunca fizemos oposição, clara ou disfarçada, a quaisquer trabalhos sérios de preparação militar, e ao sr. general Pereira de Eça, ministro da guerra quando estalou o conflito europeu, aconselhámos a que gastasse o que pudesse na aquisição de tudo quanto ao exército faltava, e fôsse possível adquirir dentro da nossa capacidade financeira. Achámos bem que s. ex.ª destinasse à compra de material o que devia gastar, em Setembro, nas chamadas escolas de repetição, e no Parlamento haviamos apoiado a sua proposta de um crédito extraordinário de mil contos, que outros recusavam votar, só o fazendo quando s. ex.ª disse *que não era verdade dizer-se que o Exército carecia de muita coisa, porque êle carecia de tudo.*

Sustentámos sempre a necessidade de marcharmos em política internacional de perfeito acôrdo com a Inglaterra, e na famosa sessão de 23 de Novembro, em que o govêrno pedia autorização para concertar com a Inglaterra, nos termos que se julgasse conveniente, e na ocasião que fôsse considerada oportuna, a nossa directa intervenção no conflito europeu, exprimimos o desejo de se conservar o *statu quo*, se isso ainda era possível, gastando-se com a preparação militar o que fôsse necessário dispender.

Não considerámos nunca equivoca a situação do nosso País em face da guerra, embora ela assim parecesse aos espíritos eminentemente adstritos à lógica abstracta, inclinados a tratarem a política como se fôsse uma geometria. Éramos aliados da Inglaterra, e se êste facto, umas poucas de vezes secular, não definia com rigor uma categoria jurídica, nem por isso deixava de estabelecer uma situação política que nada tinha de equívoca ou de paradoxal.

Numa entrevista que demos, em Paris, a um redactor do *Petit Parisien*, o sr. Barret, repetimos o que sempre aqui afirmámos, e com desvanecimento vimos que as nossas afirmações tinham o melhor acolhimento nas altas esferas políticas.— Sempre ao lado da Inglaterra, sempre com os nossos aliados, prestando-lhes quantos serviços êles de nós solicitassem, e estivessem dentro das nossas possibilidades militares, económicas e financeiras.

Fomos insultados e caluniados por causa da nossa participação na guerra, gritando-se pelas ruas e pelas praças, gritando-se por tôda a parte, que a *União Republicana* atraiçoara a Pátria, evitando que os nossos soldados fôssem combater na Flandres. Estamos no estado de guerra que preconizavam, desde há quási dois anos, os que gritavam a nossa traição, e vil seria o nosso procedimento, se para nós reclamasseimos a mínima parte do engrandecimento nacional pelos benefícios que daí hão-de provir, quer sob o ponto de vista dos nossos brios, quer sob o ponto de vista dos nossos interêsses.

Quisemos fazer, como já dissemos, na hora solene em que nos encontramos, cheia de dúvidas, cheia de incertezas, um exame de consciência, e dêle saimos, não alegres, mas satisfeitos, porque nada temos a exprobrar-nos, nada temos de que arrepender-nos.

¿Um perigo ameaça a Pátria?

Estaremos onde estiverem os seus filhos mais dedicados, só escutando as inspirações do melhor patriotismo.

V

14 de Março de 1916.

Em 13 de Agôsto de 1914, constatando que tôda a gente vivia na quási exclusiva preocupação da guerra, em que todavia, ao tempo, não estávamos metidos, escrevemos estas palavras, que é oportuno recordar:

«A bem dizer, uma guerra é uma doença — teve o seu período de incubação, teve as suas manifestações prodrómicas, teve os seus mais claros sintomas, e evoluiu depois para a cura, acidentada diversamente, como tôdas as mazelas que não matam.

Pois bem; é necessário que todos se convençam de que um dia a guerra há-de acabar, visto nada mais ser do que uma contingência, e cada qual há-de encontrar-se, depois dela, na situação que porventura ela lhe haja criado, e para que êle haja contribuído.»

Pretendiamos chamar todos, mas principalmente os políticos, à consciência das realidades palpáveis, entretidos como andavam a fazer estrategia uns, a fazerem diplomacia outros, e a fazerem asneiras quási todos, salvo o devido respeito.

Deviam as eleições gerais ter lugar em Novembro, e mau seria que a elas chegassem os partidos sem a de-

vida preparação. Mau seria também que elas se adiassem, subsistindo um deplorável estado de coisas, que já trazia gravemente apreensivos os homens que a sério meditam sôbre os problemas vários da administração pública, empenhando-se em que êles se resolvam pela melhor forma.

A guerra, como já dissemos, era uma tempestade rugindo a distância, mas nós considerámo-nos envolvidos nela, e desatámos a falar e a querer agir como se fôssemos beligerantes. Aventou-se um ministério nacional, como se fizera lá fora, onde a guerra andava acesa, uma guerra de verdade, e não meramente uma possibilidade guerreira, e adiaram-se as eleições *sine die*, para que não deixassem de exercer os seus direitos de votantes os militares... que estavam em sua casa.

Pretendiamos nós que, sem deixarmos de seguir atentamente as vicissitudes da guerra, e preparando-nos devidamente para o que desse e viesse, curassemos das nossas coisas íntimas, e entre elas a que devia merecer-nos mais cuidados e solicitudes era a da renovação parlamentar.

Não faltaram, sôbre os nossos pés, os insultos e os doestos, não se chegando, todavia, a declarar-nos, desde logo, como traidor à Pátria e vendido à Alemanha, porque a guerra estava muito no começo, e podia muito bem suceder que os alemãis vencessem.

Recrudesceu a fúria dos energúmenos contra nós, daí a pouco, quando entrámos a dizer qual deveria ser a nossa atitude perante o conflito europeu, dada a nossa qualidade de aliados da Inglaterra, à qual prostestávamos, na sessão de 7 de Agôsto, o mais leal apoio, deferindo todos os pedidos que nos fizesse. Trasbordaram as sargetas, e só não ficámos literalmente cobertos de lama, porque ela se colava às mãos que pretendiam atirá-la sôbre nós. Escrevemos, então, estas palavras, que também é oportuno recordar:

«Se mais do que nunca é necessária, neste momento, a união da família portuguesa, não decretemos que é crime ter uma opinião diversa da nossa, se ela é elaborada com inteligência e formulada com sinceridade. Deixemos que uma honrada controvérsia fixe a verdade e ponha em destaque o êrro; mas não acalentemos a perigosa ilusão de que a injúria vale um argumento, e não tomemos como prova de adesão o silêncio dos que se calam por covardia.»

Sabe o leitor que pusemos a questão política como nos pareceu mais conforme aos interêsses da República e do País; pusemo-la como ela se afigurou ao nosso espírito, e indicámos, com absoluta franqueza e com inexcedível lealdade, a solução que nos pareceu a melhor. Sabemos perfeitamente que estamos em guerra com a Alemanha; mas nem por isso deixamos de ter uma vida interna, que o conflito europeu afecta, mas que de forma alguma elimina.

Concordando com todos sôbre a necessidade dum ministério nacional, definimos as essenciais características dêsse ministério, de natureza política, é claro, não querendo que se adoptasse um rótulo de vinho para se meter vinagre no frasco.

Entendemos que o ministério se devia formar sob determinadas bases, e apontámo-las. Pareceu-nos conveniente que êle realizasse, logo de entrada, para se fortalecer e impor confiança, determinadas providências, e não hesitámos em dizer quais fôssem.

Estávamos em êrro?

Havia o direito de o dizer, só com a condição de o provar; mas não havia o direito de nos cobrir de insultos, de nos assacar acusações infamantes, de nos apontar à fúria das gentes simples ou mal intencionadas como um vil especulador.

Se ao encetarmos esta vida, de que não tiramos pro-

veitos materiais, não tivéssemos feito do orgulho uma couraça de desprêzo, de há muito nos teriamos recolhido à tranqüilidade do nosso canto, que é modesto, mas honrado, tão honrado e tão modesto hoje, na República, como era honrado e modesto ontem, na Monarquia, pois que é precisamente o mesmo.

Mas estamos couraçados para tudo, e imperturbàvelmente seguiremos o nosso caminho.

VI

15 de Março de 1916.

Os jornais de Lisboa deram a notícia, em telegrama, de que o partido socialista do norte aprovou uma moção em que declara não ter responsabilidades no estado de guerra a que Portugal chegou, entendendo por isso que não deve aceitar participação no ministério que se formar, caso ela venha a ser-lhe oferecida.

Quer-nos parecer que o momento não é propício a uma liquidação de responsabilidades, pelo que diz respeito ao estado de guerra em que nos encontramos. O facto certo, positivo, iniludível, é que nos encontramos beligerantes, e que o nosso adversário é a maior potência militar do mundo inteiro. Se, por enquanto, a guerra é para nós uma coisa virtual, por assim dizer teórica, quási tão sòmente uma possibilidade de luta, deriva isso, como já tivemos ocasião de dizer, da nossa situação geográfica, e ainda do facto de ter a Alemanha perdido já as suas colónias em África. Mas não esqueçamos que o mar não está inteiramente na posse dos aliados, e que os submarinos alemães são terríveis armas de ataque, manejadas com audácia e com habilidade. É preciso, absolutamente necessário que nos convençamos de que Portugal está em estado de guerra

com a Alemanha, antes que uma tremenda brutalidade venha chamar-nos à crueza das realidades.

Logo a seguir à reünião do Parlamento, em que nos declarámos em estado de guerra com a Alemanha, transcrevemos, em caracteres bem visíveis, na *Luta*, a nota em que a Inglaterra nos pedia que requisitássemos os barcos alemães surtos em águas portuguesas. A satisfação dêsse pedido foi a causa imediata da declaração de guerra que nos fêz a Alemanha, e a que nós, por necessidade e por brio, respondemos na sessão parlamentar do dia 10. Pretendemos nós, tornando bem visível, bem conhecido de todos, o pedido que nos fizera a Inglaterra, evitar uma inconveniente discussão sôbre os responsáveis pelo estado de guerra em que nos encontramos, inconveniente agora, no momento em que é necessário aproveitar todos os esforços para nos sairmos o melhor possível da grave situação criada.

Encontramo-nos em guerra com Alemanha. As dificuldades da nossa vida, que já eram grandes, vão tornar-se, pelo facto da beligerância, muito maiores do que eram. E essas dificuldades hão-de senti-las todos, hão-de pesar sôbre todos, porque são dificuldades de ordem geral.

O partido socialista do norte, se a informação dos jornais é exacta, traduziu na sua moção o velho e sábio prolóquio: *quem as arma que as desarme*. Simplesmente faz do prolóquio uma generalização que êle não comporta. É justo que sofra cada qual as conseqüências do seu procedimento; seria justo que todos os ventos redemoinhassem por sôbre a cabeça do imprudente que deslocasse o pedregulho onde Eolo guarda as suas potestades.

Mas tal não é o caso.

Quebraram-se as nossas relações com a Alemanha porque tivemos de prestar à nossa aliada um serviço que ela de nós solicitou, com fundamento na aliança

que desde séculos prende os dois povos; e agora encontramo-nos dentro da zona perigosa dum tufão que pode subverter a nacionalidade. O risco de morte é para nós todos, filhos de Portugal, e uma conjunção de esforços, cada qual onde possa ser mais útil, impõe-se em nome da salvação comum, por instinto de defesa própria.

Se aventámos a formação dum ministério com representação dos socialistas, não foi para que se dividissem por êles responsabilidades que não têm. Foi porque representando êles uma fôrça, pareceu-nos justo somá-la a outras fôrças para melhor garantir o êxito da obra colectiva que há a realizar.

Por certo os socialistas não têm responsabilidades no modo como tem sido feita a política e a administração na vigência da República, como as não tinham no modo como eram feitas, uma e outra, na vigência da Monarquia. Mas um grande perigo ameaça o País, isto é, um grande perigo nos ameaça a todos, seja qual fôr a nossa situação presente, seja qual fôr o nosso passado de virtudes ou de pecados.

Se a guerra terminasse com grandes proveitos para a Nação, ¿haveria aí, porventura, quem dêles não quisesse utilizar-se, alegando que em nada contribuíra para semelhante resultado?

Não pode ser.

Os socialistas, tanto os do norte como os do sul, podem ter as melhores razões para não quererem participação no Poder; mas que a não queiram para não aliviarem quem quer que seja das responsabilidades que possa ter no estado de guerra em que nos encontramos, é que nos parece ser uma razão absolutamente inaceitável.

Em França deixou de haver *pacifistas* desde que estalou a guerra, e o *internacionalismo*, que era uma expressão do pacifismo, também desapareceu mal as tro-

pas do Kaiser se puseram em movimento. O perigo da França todos os franceses o sentiram, e por isso mesmo todos se juntaram para mais fàcilmente o conjurarem. Deviam ter em consideração êste facto os que negam aos monárquicos o direito de terem representação num ministério nacional, acusando-os de germanófilos.

Fàcilmente se compreende que um português, *monárquico* ou *republicano*, fôsse germanófilo até ao dia em que a Alemanha se declarou em guerra connosco. Não fica mal à inteligência de ninguém ter admiração pela raça que deu, como a Alemanha, uma tão importante contribuïção para os progressos da ciência, da arte, da indústria e do comércio; e para certas modalidades de espírito e de carácter o seu modo de ser social é o que mais convém à causa do Progresso.

Mas ¿pode algum português, mesmo que ontem tivesse simpatias pela Alemanha, hoje que ela representa um perigo, um tremendo risco para a nossa Pátria, deixar de fazer votos, no mais íntimo da sua alma, para que ela seja esmagada?

Em 1870, Latino Coelho foi, em Portugal, o grande, o único advogado da causa alemã contra a França, nossa irmã mais velha, e essa causa defendeu-a corajosamente em público, firmando a defesa que dela fazia com o seu nome prestigioso e honrado.

Mas ¿duvida alguém de que Latino Coelho, se hoje vivesse, se àmanhã ressuscitasse e lhe dessem a notícia de estarmos em guerra com a Alemanha, duvida alguém de que êsse nobre espírito, êsse grande carácter, êsse glorioso filho da nossa terra, tremesse de indignação contra o País a que tanto quisera e tanto admirara?

VII

23 de Março de 1916.

Quaisquer que possam vir a ser, para nós, as conseqüências finais da guerra, a coisa absolutamente certa é que a hora presente é de sacrifícios, pesados e dolorosos sacrifícios de tôda a ordem. Já o Estado, por motivo da guerra, dispendeu algumas dezenas de milhar de contos, e apenas de há quinze dias a esta parte somos beligerantes, embora nunca tivéssemos sido, no rigoroso significado jurídico da palavra, neutrais.

As despesas que se fazem com a guerra são de sua natureza improdutivas, isto é, não têm valor económico; mas nenhum país em guerra hesita nos sacrifícios necessários para se defender, porquanto a derrota lhe ficaria bem mais cara que a defesa, e não vale a pena economizar... para os outros. A França lutou desesperadamente em 1870, e por que teve de sujeitar-se à lei do vencedor, a indemnização de guerra que pagou à Alemanha foi de cinco biliões, ou seja, em moeda portuguesa, tomando o franco ao par, de 900 mil contos. É certo que ela não foi vencida pelo facto de se ter furtado a despesas militares, desde que estalou a guerra; mas foi vencida por não ter curado a tempo da sua preparação militar.

Para nós a guerra começou há duas semanas, se bem que em África, no sul de Angola, já lutámos com os alemães, sem que dêsse facto resultasse sequer uma quebra de relações diplomáticas. Provàvelmente o govêrno de Berlim deu ao govêrno de Lisboa, a êsse respeito, explicações satisfatórias, que o País só conhecerá quando fôr publicado o *Livro Branco*. Não obstante nos encontrarmos no início da guerra, sem ainda termos praticado ou sofrido actos de hostilidade, as despesas feitas pelo Estado, por motivos de guerra, sobem já a uns poucos de milhares de contos, não sabemos quantos, pois que a justificação dessas despesas, escrituradas àparte, ainda se não fêz no Parlamento.

As despesas da guerra são crescentes em todos os países que lutam, e se ainda, em nenhum dêles, se manifestou a angústia financeira, em todos êles as dificuldades de dinheiro são já preocupação quási dolorosa. Os números fazem vertigens, e perante êles mal se acredita que tenha durado tanto tempo a guerra, e que possa continuar encarniçada como na primeira hora.

A Inglaterra dispende actualmente, com a guerra, o melhor de quatro milhões e meio de libras por dia, e o subsecretário do Ministério da Guerra ainda há poucos dias, no Parlamento, disse que essas despesas vão aumentar, arredondando os cinco milhões. Ao preço que a libra actualmente tem em Portugal, a Inglaterra dispende, em cada dia, *trinta e cinco mil contos*, o que tanto faz dizer que, aplicando todo o nosso orçamento das receitas às suas despesas militares, a Inglaterra consumia-o em menos de quarenta e oito horas.

O sr. Ribot, ministro das finanças em França, disse há poucos dias, no Parlamento, que o seu país dispendeu com a guerra, no ano de 1915, a bonita soma de 22 biliões, tendo gasto seis biliões e meio no ano anterior. Constatando que tais despesas crescem sucessivamente, o ilustre financeiro anunciou que dentro em

pouco a França gastará com a guerra, em cada dia, 93 milhões de francos, ou seja, em moeda portuguesa, e ao câmbio actual, arredondando os números, 22 mil contos.

A Itália tem feito, por assim dizer, uma guerra económica, isto é, minimamente dispendiosa; e continuaria provàvelmente a fazê-la, se a Alemanha não montasse nos Balkans um grande teatro de operações, pondo em risco as velhas aspirações italianas quanto ao domínio, numa e outra costa, do Adriático. Pois a Itália gasta, só com as pensões que paga aos reservistas chamados às fileiras, qualquer coisa de parecido com dez mil contos.

Neste momento seria uma loucura, a menos que fôsse um crime, pretender alguém, nos países que lutam contra a Alemanha, fazer economias nas despesas militares. Essa economia, fôsse qual fôsse o sentimento que a ditasse, resultaria em desperdício, não se apercebendo de tal, quem o fizesse de boa fé, senão quando, vencido e humilhado, fôsse obrigado a aceitar a paz que lhe ditassem.

A Bélgica, àparte uma pequenina faixa, está na posse da Alemanha, sucedendo a mesma coisa aos mais ricos departamentos do norte da França. A Sérvia e o Montenegro foram conquistados pelos Impérios centrais, com o auxílio dos búlgaros, e da Rússia ocupam êles, aproximadamente, uns duzentos mil quilómetros quadrados.

Perante nenhum sacrifício recuarão as potências da *Entente* para vencerem os impérios da *Aliança*, tanto mais que a sua convicção na vitória final é hoje inabalável. A França é rica, a Inglaterra é riquíssima, e pois que o duelo é de morte, ninguém pensará em economizar na luta para se garantir... as despesas do entêrro.

Nós encontramo-nos em estado de guerra com a Alemanha, mas a nossa posição geográfica impõe-nos especiais condições de luta, de algum modo favoráveis. Tudo nos leva a crer que os alemães do oriente africa-

no serão batidos pelo general Smuts dentro de pouco tempo, cessando por isso a ameaça ou o perigo que êles representavam, ou poderiam representar, para a nossa província de Moçambique. Na Europa, liquidada a aventura de Verdun, êles nada mais poderão fazer do que fortificar-se nas suas posições, esperançados em que o inimigo, debilitado por longos meses de constante luta, não poderá obrigá-los a erguer vôo.

A nossa política militar, visto sermos beligerantes, tem de ser inteiramente subordinada ao ministério dos negócios estrangeiros, por motivos óbvios, que não vale a pena expor. O País não se escusará aos sacrifícios que forem necessários; mas o Govêrno, pondo acima de tudo a honra nacional, garantindo a integridade e a independência da Pátria, sem regatear o preço de tão sagrada herança, não se esquecerá de atender às impreteríveis necessidades da nossa vida colectiva, encarada nos seus múltiplos aspectos.

O heroísmo português é atestado por uma longa série de feitos heróicos, e ainda há menos de dois anos, quando foi necessário enviar duas expedições à África, os voluntários acorreram de tôda a parte, oferecendo-se com a alegria desenvolta de quem vai para uma festa.

Todos saberão cumprir o seu dever na hora grave que atravessamos; mas que não se embriaguem com palavras os que têm encargo de reger os nossos destinos, e nos conduzam de modo que mostremos saber viver com honra, da mesma forma que sabemos morrer com glória.

VIII

5 de Abril de 1916.

Na sua entrevista publicada no *Petit Parisien*, o sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros afirmou a intenção do govêrno de *não oferecer aos aliados o seu concurso militar. Se lho pedirem, não hesitará em dá-lo; se lho não pedirem, dispensar-se-á de o oferecer.*

Esta afirmação do sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, que a fêz na plena consciência das suas responsabilidades, já suscitou reparos na imprensa portuguesa, reparos que eram censura, embora cuidadosamente disfarçada. Mas é preciso não a considerar como se fôra produzida isoladamente, uma afirmação que vale por si, tendo uma significação intrínseca, por assim dizer substancial, de carácter absoluto.

O sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, na sua já agora célebre entrevista, antes de ter dito ao conselheiro municipal de Paris, que o entrevistou, que Portugal não ofereceria aos aliados o seu concurso militar, mas que lho daria se êle lhe fôsse solicitado, já lhe tinha dito que Portugal se estava ocupando da *reorganização* do Exército e da sua Armada.

Na sessão parlamentar de 10 de Março foi lida ao Congresso a nota em que o govêrno alemão se decla-

rava em estado de guerra connosco, e nessa mesma sessão, como não podia deixar de ser, o Congresso autorizou o Govêrno a fazer a guerra à Alemanha. Até hoje a Alemanha ainda não praticou um acto de hostilidade militar contra nós, certamente porque ainda não teve ensejo de o fazer; e porque foi ela que nos declarou a guerra, a nossa atitude, muito naturalmente, tem sido a de espectativa, a atitude de quem, prevendo que será atacado, prepara a sua defesa.

Isso temos feito, isso continuamos a fazer, e outra coisa não disse o sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros ao conselheiro municipal de Paris, que o entrevistou, afirmando-lhe que tratamos da reorganização do nosso Exército e da nossa Armada, isto é, que procuramos organizar as nossas fôrças de terra e mar, na previsão de quaisquer sucessos que nos obriguem a fazer delas o uso mais conveniente.

Não temos, pelo que disse o sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, um objectivo guerreirro, mas temos um objectivo militar; e se nos é impossível fixar o primeiro, porque êle depende sobretudo das nossas relações externas, fàcilmente podemos definir o segundo, porque êle é condicionado pelos elementos vários das nossas possibilidades de tôda a ordem, sem deixar de o ser também, em certo modo, pelas nossas obrigações internacionais, contando os tratados e alianças.

Estamos a reorganizar o nosso Exército e a nossa Armada — disse o sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros; e porque o condicionalismo geográfico nos coloca fora do alcance dos canhões da Alemanha, que nos declarou a guerra, e porque faz a polícia dos mares a mais poderosa esquadra do mundo, êsse trabalho de reorganização podemos levá-lo a cabo sem precipitações ruinosas, constituindo o poder militar que devemos ser, para que a nossa amizade e a nossa aliança tenham uma sólida garantia de valor.

Não é êste o momento de fazermos, em público, a crítica das nossas instituïções militares; mas visto o sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros ter dito, com louvável coragem, para que o ouvisse todo o mundo, que estamos reorganizando o nosso Exército e a nossa Armada, bom será que todos, cá dentro, consideremos as suas palavras no seu preciso significado e no seu justo alcance, para que uns se abstenham de dizer asneiras, e para que se abstenham outros de fazer tolices.

Não é possível repetir, em favor dos nossos vários organismos militares, o milagre dos Evangelhos, segundo o qual alguns pães e alguns peixes chegaram para alimentar muitos milhares de pessoas; mas seria criminoso nada fazer, sendo ainda mais criminoso fingir que se faz alguma coisa, não fazendo coisa alguma. Por isso mesmo achamos que fêz bem o sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros em dizer a um conselheiro municipal de Paris, que por intermédio do *Petit Parisien* o levou ao conhecimento de todo o mundo, que estamos reorganizando o nosso Exército e a nossa Armada — isto é, que nos estamos preparando para fazermos a nossa defesa, se formos atacados, e para levarmos auxílio aos nossos amigos, se êles no-lo solicitarem.

A Itália anda, há um ano, aproximadamente, em guerra com a Áustria; e tendo tomado parte, como nós, outro dia, naquela histórica conferência de Paris, em que foi resolvido unificar a ação militar dos aliados, ela ainda não se declarou em guerra com a Alemanha.

«Esta guerra é a nossa guerra», disse, na sua proclamação ao Exército, que todos os jornais de Lisboa publicaram, o sr. Ministro da Guerra, significando assim, contràriamente à opinião do sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, que devemos ir ao encontro dos alemães, não vindo êles ter connosco, para ajudarmos à sua derrota. Sabemos o que a respeito da nossa participação directa na guerra pensa o sr. Ministro dos Negócios

Estrangeiros; sabemos também o que sôbre o mesmo assunto pensa o sr. Ministro da Guerra; mas não sabemos, na matéria, qual é o pensamento do Govêrno. Custa-nos acreditar que o sr. Ministro da Guerra não tornasse conhecida dos seus colegas no Ministério a sua proclamação ao Exército, antes de a publicar, visto ela não ser apenas uma fala retórica, atinente a criar o ódio à Alemanha, mas um documento político, em que se fixava a orientação do nosso esfôrço militar.

Igualmente nos custa a acreditar que o sr. Ministro dos Estrangeiros fizesse ao sr. Lagarrige as afirmações que fêz, respeitantes à nossa cooparticipação na guerra, se não tivesse a segurança de que, falando como falou, interpretava a opinião do Govêrno.

E por que o Ministro dos Estrangeiros é o chefe do pessoal diplomático, não podemos acreditar que as instruções dadas ao sr. João Chagas, como representante de Portugal na recente Conferência de Paris, outra cousa fôssem senão as que se continham na entrevista que publicou o *Petit Parisien*.

Compreende-se que no Parlamento, que é um lugar da máxima ressonância, hesitem os deputados e senadores em fazer certas preguntas ao Govêrno, respeitando os melindres da hora presente. Ás vezes, o não responder constitue eloqüente resposta, com a agravante de lhe dar cada um o significado mais em harmonia com as suas ideas, com as suas paixões ou com os seus interêsses. Mas o Govêrno tem uma grande imprensa, dispõe de diversos jornais, e podia muito bem satisfazer a legítima ansiedade de todos, por meio de uma *nota oficiosa*, que redigiria dentro do respeito das conveniências de tôda a ordem.

¿Não seria isso melhor do que deixar o campo aberto a tôdas as conjecturas e fantasias, a todos os comentários erróneos ou malévolos, que muito podem contribuir para desnortear a opinião?

IX

26 de Maio de 1916.

Não é só em Portugal, naturalmente, que se cultiva a indústria ou floresce o vicio dos boatos extravagantes, alguns de tal modo absurdos que mal se compreende que alguém lhes preste crédito.

Da velha historieta do homem das botas extrae-se esta moralidade: não há asneira, por maior que seja, que não possa lançar-se em circulação, com a prévia certeza de que encontra eco no sem-número de cabeças que andam constantemente a oferecer guarida a todos os disparates e desconchavos que se misturam às poeiras do ar.

Pois em Espanha, na semana passada, espalhou-se que a Inglaterra instava com o govêrno do sr. Romanones para consentir que duas divisões portuguesas atravessassem o país vizinho, com destino a França, efectivando-se assim a nossa participação na guerra. A Espanha pretende conservar-se neutral, e a passagem de tropas nossas, através do seu território, para irem combater os alemãis, seria o irremediável *casus belli*, a que a Alemanha, que mais não fôsse por decôro, não poderia fechar os olhos. Alguns jornais do país vizinho alarmaram-se com o boato, a-pesar-de estúpido, e logo

se puseram a gritar contra o sr. Romanones, como se as nossas tropas, de facto, já fôssem por aí fora, a caminho da França.

Que jornais?

Só vimos assustados os jornais que. desde o começo da guerra, se têm mostrado germanófilos, alguns dêles conservadores, quási todos êles católicos, *esquecidos das atenções que a soldadesca alemã tem mostrado pelo seu Deus e pelos seus Templos, pelos seus santos e pelos seus sacerdotes.*

O mar é livre, embora não constitua hoje uma estrada sem perigos, visto os submarinos poderem afastar-se imensamente da sua base de abastecimento, se é que precisam tê-la em terra. Dá-se mesmo o caso de raríssimos barcos, transportando tropas, terem sido torpedeados, facto que não pode atribuir-se senão aos mil cuidados inteligentes com que se faz a sua navegação.

Ainda não há muito que em Marselha desembarcaram numerosos contingentes de tropas russas, e não consta que os reforços inglêses, mandados para Salonica, fizessem a viagem pelos ares.

Costuma dizer-se que não há fumo sem fogo, mas desta vez o fumo espalhou-se na atmosfera do país vizinho, sem todavia a tornar incómoda, e de fogo não há sequer a suspeita, um pequenino vestígio, a mais ténue, a mais incoercível amostra. Certo é que o sr. Romanones foi obrigado a explicações, embora nada houvesse que explicar, e logo a tranqüilidade voltou aos espíritos, como se as palavras do ilustre presidente do conselho houvessem dissipado tremenda dúvida ou uma suspeita grave. O caminho das nossas expedições militares é o mar, seja qual fôr o destino que levem, estando-lhes fechada a fronteira espanhola por uma recíproca e valiosa amizade, pelo mútuo respeito entre os dois povos.

Não deixa de ser curioso, podendo ser apenas uma

coincidência, que o boato a que vimos de referir-nos, e que teve a breve duração das rosas e tolices fora de marca, foi lançado quando se dizia que o govêrno espanhol se mostrava disposto a fazer à França um grande empréstimo, qualquer coisa de parecido com 400 milhões de pesetas. É fora de dúvida que o Banco de Espanha, sem dificuldades e sem sacrifícios, podia muito bem encarregar-se desta operação, e à França não deixaria de convir fazê-la, muito embora os seus recursos dêem ainda para muito. Financeiramente, a Espanha é dos países que mais têm lucrado com a guerra, talvez o que mais tem lucrado, depois da América. É ver o preço que hoje tem a peseta, mais alto que o do franco, e com manifesta tendência a subir. As dificuldades de ordem económica, que se têm feito sentir no país vizinho, resultam precisamente da sua avidez em ganhos, não lhe sofrendo o ânimo deixar de vender as coisas que lhe são precisas, e que o estrangeiro lhe paga a punhados de ouro. Quatrocentos milhões de pesetas, ao câmbio actual, em moeda portuguesa, representam 112 mil contos, bonita quantia, na verdade, inferior ainda assim às despesas de guerra que já fizemos, e havemos de fazer, segundo o que o govêrno orçou para o Parlamento aprovar.

A França é um país rico, imensamente rico; todos os empréstimos que lhe fizeram têm na sua riqueza uma garantia certa, absolutamente fora de contingências. Ela há-de sair vencedora do pleito em que anda empenhada; mas ainda que fôsse vencida, continuaria a ser hábil para solver os seus compromissos, sem deixar de acudir às suas necessidades mais urgentes.

Forçoso é reconhecer, todavia, que os espanhóis têm razão em protestar contra qualquer empréstimo que os governos do seu país pensem em fazer a qualquer dos beligerantes, não só porque isso poderia fazer-lhes quebrar a neutralidade em que desejam man-

ter-se, mas porque êsse dinheiro pode ter em Espanha vantajosa aplicação.

Enganam-se os que entre nós imaginam a Espanha atrasada como nós somos; mas os que a conhecem um pouco sabem perfeitamente que ela tem possibilidades extraordinárias de riqueza, a que apenas faltam, para se realizarem, estas coisas muito simples — trabalho e dinheiro. A agricultura espanhola, considerada *in toto*, pouco mais vale do que a nossa, e as suas indústrias extractivas, embora tenham mais desenvolvimento do que entre nós, muito longe estão ainda de produzir o que é lícito esperar que produzam.

Há uma necessidade enorme, em Espanha, como entre nós, de gastar dinheiro, e quatrocentos milhões de pesetas dispendidos em obras de fomento, tomando a palavra no seu mais amplo significado, dão um juro muito superior ao que dariam invertidos em títulos da dívida externa. Tanto mais que o fonticulo de Marrocos continua aberto, e por ali se escoam, improdutivamente, em cada ano, o melhor de vinte e tantos mil contos, se os documentos oficiais dizem a verdade a êste respeito.

Mas ¿então para impedir o govêrno do sr. Romanones de emprestar dinheiro à França era necessário lançar o *canard* dum envio de tropas portuguesas contra os alemães, através da Espanha?

Certo é que os dois boatos apareceram ao mesmo tempo, e não custa muito acreditar que os gerasse o mesmo intuito político de criar ao govêrno do sr. Romanones uma atmosfera de vagas suspeições, que o colocasse mal perante o país.

X

3 de Agôsto de 1916.

A guerra não terá sido um mal absoluto, o que não admira, visto não existir o *absoluto* neste mundo de relatividades.

Será a Alemanha, naturalmente, de todos os países em guerra, o que mais perderá, o que é justo, porque foi ela quem desencadeou por sôbre a Terra esta furiosa tempestade. E mal se compreende que o fizesse, considerando que a sua posição no concêrto das Nações era privilegiada, que a sua riqueza era crescente, que a sua influência de tôda a ordem, mesmo nos domínios artísticos, constantemente aumentava.

Quási se tornara moda visitar a Alemanha, como noutros tempos era moda visitar Paris, e sendo certo que ainda há poucos anos a população de estudantes estrangeiros, em Berlim, por exemplo, era insignificante, últimamente os centros de actividade mental na Alemanha disputavam a concorrência de estrangeiros aos mais largamente freqüentados da França. No que diz respeito ao ensino técnico, sobretudo industrial, a Alemanha era já francamente preferida à França, o que não admira, porque ali, na Alemanha, êste ensino atingira, pode dizer-se, o máximo grau de desenvolvimento.

A música alemã constituíra um snobismo avassalador, a tal ponto que mesmo aqui, em Lisboa, onde a educação musical principiou a fazer-se há pouco tempo, achando-se ainda viva a luta entre o berimbau e o violino, Wagner era o maestro preferido de todos os tendeiros abastados, que pelo Verdi tinham o desdém que não ocultam pelos fregueses a quem *tarda a fala*, isto é, que são morosos nos seus pagamentos.

Do comércio alemão nem vale a pena falar, porque todos sabem como êle, em breves anos, alastrara pelo mundo, vencendo a concorrência do inglês, que era o mais bem organizado. Improvisara a Alemanha um vasto empório colonial, e assim prevenira os embaraços, na Europa, dum excesso de população, do mesmo passo que alargava o campo de aplicação da sua febril actividade.

Pois bem ; a Alemanha, como um jogador vicioso, pôs todo o seu dinheiro numa carta, isto é, atirou para as contingências da guerra com tudo quanto era o seu património, dentro e fora da Europa. Se ganhasse, como num pleno de roleta em que a parada mínima fôsse de muitos milhões, ficaria riquíssima ; mas perdendo, fica arruinada. Afigura-se-nos que ainda está longe o fim da guerra ; mas já não é arriscado aventar que a vitória será dos aliados, por grande que seja o esfôrço necessário para constranger a Alemanha a pedir ou a aceitar a paz.

A França não terá perdido com a guerra, como Nação, a despeito dos muitos milhares de vidas que o triunfo guerreiro há-de custar-lhe. Recuperará as duas províncias que perdeu em 70, a Alsácia e a Lorena, e êsse grande naco africano, que lhe custou o golpe de Agadir, voltará à sua posse. Bem pode ser que, duma forma ou doutra, com juros ou sem juros, reembolse os *cinco milhares* da indemnização que lhe impôs Bismark, iludido sôbre as suas possibilidades económicas e finan-

ceiras. A França pode ganhar tudo isto ; mas isto seria o ínfimo dos seus ganhos.

Esvaída a lenda napoleónica, e atenuado o sentimento de *revanche,* a França entregara-se aos cuidados do *ménage,* na preocupação de viver bem com todos, desejando muita ordem, muita paz, muita tranqüilidade como burguês satisfeito com o que tem, e sem a ambição de possuir mais. Sem dispender largamente com obras de fomento, porque a não acicatava a ânsia da riqueza, como ao inglês e ao americano, tratava de fazer economias sôbre os seus orçamentos de guerra, enamorada dum pacifismo que era a *renda* assegurada. Sem dar por isso, lenta, mas sucessivamente, foi decaindo da situação que tinha, entre as Nações, como potência naval, e o seu exército, embalado em sonhos pacifistas, foi sendo reduzido a mero instrumento de possível defesa, no caso improvável duma agressão armada. Fàcilmente o comércio alemão bateu o seu comércio, e a indústria alemã, instalando-se na própria França, foi como o hóspede que dá ordens ao dono da casa.

A guerra chamou a França à consciência de tôdas as realidades, e o mundo assistiu, com pasmo, à ressurreição dum povo que parecia ter esquecido, num período relativamente curto de paz, menos de cinqüenta anos, as grandes virtudes militares que ilustravam a sua história épica.

Vencida que fôsse, a grande Nação francesa já não sairia desta formidável luta sem a maior porção de glória. O feito de Marne e a resistência de Verdun, sem exageração possível, valem os melhores dias de Napoleão, aureolado pelo sol de Austerlitz, engrandecido pela altura das Pirâmides.

Mas o ganho principal que a França tirará da guerra, vencedora como não pode deixar de ser, não é de natureza militar, ainda que obrigue o kaiser, renovando

apoteoses antigas, a entrar em Paris amarrado ao carro do vencedor. O seu ganho máximo estará no exame de consciência que ela fizer, apenas deponha as armas, na constatação que realizar, olhando para dentro de si mesma, de tudo quanto constituía a superioridade dos seus adversários.

O seu mal, de variados aspectos, nada tem de orgânico, isto é, de irremediável; e para os acidentes de que enferma a sua vida colectiva, fácil remédio encontrará a sua inteligência brilhante, sem deixar de ser fecunda, advertida por uma lição, que poderia ter-lhe dado a morte. A França, mercê da guerra, fará a sua completa emancipação, e para isso basta-lhe aproveitar os recursos de que dispõe, e que até agora, sob a influência de variados anestésicos filosóficos e literários, tem menosprezado.

A Inglaterra, sob o ponto de vista mercantil, deve ganhar com a guerra, e bem merece todos os proveitos que dela tirar, porquanto a sua intervenção, mesmo nas condições em que se realizou, inteiramente desprevenida para semelhante luta, foi a condição máxima, a condição *sine qua non* da vitória dos aliados.

E nós?

Ainda é cedo para se prever o que com a guerra teremos ganho ou teremos perdido, não apenas no ponto de vista dos interêsses materiais, mas também no ponto de vista moral, pois que os povos, como os homens — lá se diz no Evangelho — não vivem só de pão.

XI

14 de Setembro de 1916.

De tudo o que ouvi e observei, lá por fora, na curta viagem que fiz, há pròximamente um ano, conclui pela duração da guerra até 1917, em que teria fim. Os aliados ainda se mantinham na defensiva, e os Impérios Centrais, acometendo valorosamente em tôdas as frentes, parecia estarem na posse de todos os elementos necessários para não consentirem ao inimigo vantagens de iniciativa.

Malogrou-se o ataque a Verdun, que à Alemanha custou já a perda de muitas dezenas de milhares de vidas, além de lhe custar uma grande quantidade de armas, e uma incalculável quantidade de munições. Dura há sete meses, pouco mais ou menos, êsse terrível duelo, e nem os alemães conseguem um avanço para ter em conta, nem os franceses lograram ainda uma vantagem decisiva. Mas iniciou-se, em Julho, a ofensiva da Somme, onde os aliados vão progredindo sempre, às polegadas, tendo os alemães avançado aos quilómetros, no comêço da guerra, em ataques bruscos.

¿Porque me convenci eu de que a guerra acabaria em 1917?

Sabia, como tôda a gente, que a Rússia é um depósito inesgotável de homens, e afirmavam-me, como efectivamente sucedeu, que a Inglaterra adoptaria o recrutamento obrigatório, podendo assim formar um novo

exército de três a quatro milhões de soldados. Sem exagerar os números, eu supunha que a Rússia, cuja população deve orçar por 140 milhões de habitantes, forneceria, em 1917, uns oito milhões de homens para o serviço da guerra, e a Grã-Bretanha, mercê do recrutamento obrigatório, daria um mínimo de dois milhões, para o mesmo fim. Convertidos estes homens em soldados, bastaria lançá-los para qualquer das frentes de batalha para obrigar os Centrais a *déménager* das trincheiras respectivas.

Mas um exército de dez milhões do combatentes exige uma tal quantidade de armas e munições, sobretudo nesta guerra, que a indústria dos países aliados não poderia talvez fornecer com a devida presteza.

A êste respeito as minhas informações eram terminantes: a indústria dos aliados, tanto na Inglaterra, como na França, como na Rússia, estava preparada para êsse imenso esfôrço, e realizá-lo-ia sem desfalecimentos. De resto, o Japão e a América do Norte, o Japão como beligerante, e a América, a-pesar-de neutra, trabalhavam para os aliados, em armas e munições, e mal se compreendia que tanto esfôrço somado não desse o desejado efeito.

Já entrou para o grupo dos aliados mais um contendor, a Roménia, que tem um exército de 400 a 500 mil homens, e provàvelmente a Grécia vai tomar posição contra os Centrais, embora a causa dos aliados lhe não mereça extraordinárias simpatias.

Pois bem; a despeito de quanto deixo exposto, e convencido hoje, como sempre, de que a vitória será dos aliados, já admito a hipótese de se não acabar a guerra no ano próximo, sem todavia achar plausível a hipótese inglêsa de que ela dure até 1920 [1]. É certo que

[1] Como em quási tôdas as suas previsões, também nestas o Dr. Brito Camacho acertou. A guerra acabou antes de 1920.

os aliados estão ainda longe de um máximo esfôrço militar; mas não é menos certo que os Centrais ainda não foram compelidos, em tôdas as frentes, à subalternidade defensiva. O inverno já deve ter deitado o nariz de fora lá pelo norte da França, e não tardará que êle assuma o supremo comando dos exércitos em campanha. Até lá, quer-nos parecer, os Aliados pouco alargarão a sua iniciativa na frente ocidental, muito limitada ainda, em relação ao comprimento que tem, na sua totalidade, esta linha de batalha. Já se tem como certa a reacção ofensiva dos alemãis contra os russos, sendo estes obrigados a recuar, muito embora não recuem na proporção em que o fizeram no começo.

Nos Balkans está pôsto um grave problema militar, que os técnicos interpretam diversamente, e que, podendo ter mais duma solução, intriga os que o analisam, como se tivessem de resolvê-lo. Bem podia estar ali, nos Balkans, o nó vital da guerra; mas não é provável que no velho centro de intrigalhadas politicas, resolvidas sempre à mão armada, se liquide o conflito actual, mais grave e mais intrincado do que nenhum outro.

Talvez a Roménia se não limite a uma guerra económica, à *sua guerra*, dando-se por satisfeita com a reconquista das suas terras perdidas, sem ambições e sem fôrças para mais. Ainda que assim seja, bom será não pôr grandes esperanças na acção dum exército que não tem uma forte tradição militar, sem contudo deixar de ser valente, como se provou na guerra contra os turcos, há perto de quarenta anos.

Mas ¿a quê propósito veio isto da guerra longa?...[1]

---

[1] Os períodos que se seguiam no fecho dêste capítulo estavam incompletos, pelo que resolvemos suprimí-los. Como é sabido, a doença e morte do Dr. Brito Camacho impediram-no de rever esta sua obra.

Aspectos da guerra

I

28 de Novembro de 1916.

Na Inglaterra, quando foi do recuo da Marne, logo se disse: *temos guerra para três anos*. Dura ela há 28 meses, e não há quem sinceramente acredite que termine lá para o fim do verão, no ano próximo. Vê-se, pois, que os Bandarras inglêses, dizendo em 1914 que teríamos guerra para três anos, não cometeram um êrro por excesso, parecendo já agora certo que o cometeram por insuficiência.

Bem sabiam os homens públicos da Inglaterra que o seu País não tinha exército, e contando muito sôbre o exército francês, não se iludiram sôbre a resistência alemã, que já se demonstrou ser formidável. Desde que falhou o êxito dum ataque *brusqué*, realizado com um vigor sem exemplo, claramente se viu que não podia a guerra ser de curta duração, à uma porque os Aliados não poderiam, por mais que se esforçassem, improvisar um exército superior ao alemão, e depois porque os alemãis, a combaterem em trincheiras, resistiriam como se possuissem, na realidade, maiores efectivos e dispusessem de mais considerável quantidade de material de guerra.

O que se chamou o *milagre da Marne* foi, na realidade, um prodígio de valentia inteligente, e dêle se orgulha o exército francês, a quem a respectiva glória cabe por completo. Nessa ocasião ainda a Inglaterra não tinha nos campos de batalha mais do que umas sete ou oito divisões, modesto reforço a um exército de aproximadamente dois milhões de homens, a quem incumbia a difícil tarefa de sustar a marcha dum exército mais considerável.

O Tempo, logo que a guerra se converteu de guerra de movimento, como a queriam os alemães, em guerra de posições, por fôrça maior das circunstâncias, apareceu como aliado poderoso da *Entente*, mais do que poderoso aliado, o aliado indispensável. Era necessário que a Inglaterra organizasse o seu Exército, a França carecia de ultimar os seus preparativos militares, e para isto era necessário tempo, muito tempo, a despeito de uma intensificação de esforços que raia pelo inverosímil.

Dura a guerra, como já dissemos, há 28 meses, e ainda a *Entente* precisa da cooperação do Tempo para descarregar nos Centrais o decisivo golpe. A França não pode levar mais longe o seu sacrifício em homens; mas a Inglaterra, como há pouco escreveu o coronel Repington, ainda tem, nas suas linhas, três milhões de cidadãos hábeis para o serviço das armas, sem contar, bem entendido, com os vários e importantíssimos contingentes que lhe podem ser enviados pelas suas colónias e domínios. Da Rússia não há que falar, pois que tendo uma população de aproximadamente 140 milhões de habitantes, pode organizar um exército de tropas frescas no efectivo de seis ou oito milhões, sem exceder os números clássicos. Simplesmente os soldados carecem de comando, e não se apronta um oficial com a mesma rapidez com que se apronta uma praça. Sucede ainda que esta guerra, como já disse um crítico fran-

cês, é, mais do que uma *mangeuse* de homens, uma *mangeuse* de munições, e estas não se fabricam sem matérias primas, nem o seu fabrico é coisa tão simples e tão expedita como a mudança de pedras nos jogos do gamão ou do xadrez.

Precisam os Aliados contar com o Tempo, muito mais do que os Centrais, e isto explica o facto de na Alemanha se falar muito de paz, e em França, por exemplo, soar mal esta palavra. O sr. Hanotaux, que tem uma alta situação na política francesa, e que é um político *doublé* de pensador, abordou, na *Revista dos dois Mundos,* o problema da Paz, considerando-o sob o ponto de vista dos Aliados, e enunciando as condições em que ela poderia, desde já, fazer-se. Pois o estudo do sr. Hanotaux, a despeito da sua enorme e bem justificada autoridade, desagradou aos seus compatriotas, não se dispensando o grave e conselheiroso *Temps* de lhe dizer que melhor fôra não o ter publicado, visto como, na fase actual da guerra, falar de paz é dizer alguma coisa de agradável aos alemãis.

Uma guerra assim longa, na época em que vivemos, de mais recursos, sem dúvida, do que as épocas anteriores, mas duma complexidade de vida de que não há exemplo, supõe uma vasta série de adaptações, em cuja possibilidade ninguém acreditaria, figurando-as a distância, na paz. Bem se pode talvez dizer sem exagerar o *simile,* que uma guerra é uma doença do corpo social, de algum modo comparável à doença nos indivíduos.

Ora sucede que os indivíduos por muito tempo doentes, quando a doença é dolorosa e a dor se exacerba por efeito de certos movimentos ou atitudes, por instinto realizam adaptações cómodas, e assim tornam comportável o seu mal, aguardando que volte a saúde.

Em todos os países que guerreiam há necessidade de fazer adaptações semelhantes, e a vantagem estará

sempre do lado de quem melhor as souber fazer, e as fizer na mais larga escala. A mobilização civil, que vai ser decretada na Alemanha, se é que ainda o não foi, representa o máximo grau de adaptação às circunstâncias extraordinárias que a guerra criou, e desde que esteja feita, aquêle País terá atingido a mais alta potencialidade militar de que é capaz, tôdas as suas forças, tôdas as suas energias, todos os seus recursos enfeixando-se nas mãos do Estado Maior, e a Nação vivendo e labutando como se o estado de guerra fôsse, para ela, não um acidente transitório, mas uma condição permanente, só variável como o clima.

O mesmo farão os outros países em guerra, os que são capazes dum grande esfôrço inteligente, e assim veremos recuado, imensamente recuado, o têrmo desta formidável tragédia, que tem por teatro o mundo.

Poetava o *ingenioso hidalgo*, num dos seus mais curiosos «errores cavaleirescos»:

Presto habré de morir, que es lo más cierto,
Que al mal de quien la causa no se sabe,
Milagro es acertar la medicina.

II

25 de Janeiro de 1917.

O Presidente Wilson volta a ocupar-se da Paz. Êle deseja-a ardentemente, e por que sabe que todos a desejam, beligerantes e neutrais, esforça-se por que ela se faça o mais ràpidamente possível.

Na mensagem que dirigiu ao Senado, há poucos dias, o sr. Wilson afirma a necessidade da Paz, e formula, da maneira mais genérica, as condições em que ela deve fazer-se, para ser, na medida do possível, a Paz que todos reconhecem necessária.

Fala o sr. Presidente Wilson em nome da Humanidade, visto a guerra ser uma tremenda selvajaria, e fala em nome do Direito, visto a guerra ser uma tremenda iniqüidade. Tem, sem dúvida, qualidade para falar em nome destas abstracções o supremo magistrado duma Nação que todos reconhecem humanitarista, a despeito de linchar índios, e todos reconhecem idealista, a-pesar do seu culto pelo dolar.

Mas ¿será verdade que todos os beligerantes desejam a Paz?

Para que fôsse crível o contrário, seria necessário que algum dos beligerantes ou um grupo de beligerantes estivesse a fruir da guerra vantagens compensado-

ras dos sacrifícios que lhes são impostos, ou que tivesse a bem fundada esperança de que a guerra, *à la fin et à la longue*, resultasse inteiramente em seu favor. Ora isso não acontece, porquanto todos os beligerantes sentem, com a maior dureza, o pêso de Marte, e em todos há, senão a certeza, pelo menos o vago pressentimento de que o jôgo está empatado.

Muitos neutros têm ganho com a guerra; e a América do Norte, mercê do espantoso desenvolvimento da sua indústria e do extraordinário volume do seu comércio, é talvez o que, de todos os neutros, mais tem ganho. Mas é bom distinguir entre o que ganha o Estado e o que, em cada Estado, ganham os particulares.

O Estado, em Espanha, tem ganho com a guerra; muitos dos seus industriais e comerciantes, mercê da guerra, fizeram consideráveis fortunas; mas o povo espanhol tem sentido as durezas da guerra, cara como se tornou a vida e precário como se tornou o trabalho. O Banco de Espanha já tem no seu encaixe a bonita soma, em ouro, de um bilião e trezentos milhões; as emprêsas espanholas de navegação resgataram, há muito, com os lucros da guerra, o seu capital social; mas ¿estão porventura ricos, estão porventura remediados, estarão sequer ao menos garantidos contra a negra miséria, os vinte milhões escassos de espanhóis que formam a população do País vizinho?

Não há dúvida, todos desejam a Paz, os beligerantes e os neutros; mas nem todos a desejam da mesma forma, ainda que todos a desejem com a mesma intensidade. Os Aliados não querem uma paz alemã; os Impérios não querem a paz da *Entente;* e aos neutros, segundo o Presidente Wilson, não podem ser indiferentes as condições de Paz, tendo em consideração os interêsses do futuro.

Reconhece o Presidente Wilson que a *Entente*, fazendo-o embora em termos genéricos, enunciou as con-

dições em que se presta a negociar a Paz, limitando-se os Impérios a dizerem que a querem, mas reservando-se para definirem as suas condições numa conferência *ad hoc*.

Afirma o Presidente Wilson que nenhum acôrdo de paz cooperativa será suficiente para preservar da guerra o futuro, se não incluir os povos do Novo Mundo. Tem razão o Presidente; mas não se compreende lá muito bem que sendo essa a sua opinião, não procurasse entender-se prèviamente com as demais Repúblicas americanas, por modo que ao falar em matéria de Paz, o fizesse em nome de todas.

A' primeira nota do Presidente Wilson, sugerindo a Paz, associaram-se os países escandinavos e a Suíça, mas não se associaram as repúblicas sul-americanas. A Espanha, que é, na Europa, o maior dos neutros, não repudiou a sugestão do Presidente Wilson, mas recusou-se a acompanhá-lo, alegando falta de oportunidade.

Convém dizer que, a-propósito da Paz, se tem resvalado ao domínio das fantasias; e a maior de tôdas, podendo bem classificar-se de tôdas a mais perigosa, é a duma Paz universal e eterna. Resvala nesse pendor o sr. Wilson quando se insurge contra uma paz que seja apenas um novo equilíbrio de fôrças, um novo sistema de arranjos ou alianças sôbre a base dos interêsses nacionais. Mas não há nas sociedades, como não há na Natureza, formas eternas de equilíbrio, porquanto a lei geral do Universo é o movimento, a eterna mudança, formas de equilíbrio que se rompem, dando lugar a formas novas [1].

A Paz, tal como o presidente Wilson a julga neces-

---

[1] Síntese perfeita sôbre a evolução social e política, e, simultaneamente, apurada visão prática acêrca de política internacional, que recentes factos confirmam absolutamente.

sária, é uma paz sem vitória. Esta Paz foi a que sonhou a Alemanha, ao desencadear a tempestade, e foi também a que visionaram os Aliados, quebrando o ímpeto dos alemãis na Marne, e assim garantida uma preparação que a quási inacreditável imprevidência de estadistas não deixara fazer com tempo.

A Paz com a vitória é a paz fácil, porque é a paz que um dita, e outro aceita. Mas essa Paz, supondo-a possível, é justamente a Paz que a América não quere, porque é a Paz que torna inevitável uma nova guerra. Uma tal Paz, diz o Presidente Wilson, seria aceita com humilhação, com dureza e com intolerável sacrifício para o vencido, e deixaria uma ferida, um ressentimento, uma acerba memória em que as condições de paz assentariam, não sòlidamente, mas como se estivessem os seus alicerces sôbre areia.

De tôdas as afirmações da nota em questão esta é a mais importante; e embora, no fundo, todos com ela estejam de acôrdo, os Impérios hão-de achá-la óptima, e os Aliados hão-de achá-la detestável. E' que para os Impérios a situação actual, em coisas de guerra, é óptima, e a situação dos Aliados está em vias de mudar, para melhor.

Uma outra afirmação do Presidente Wilson queremos destacar ainda, porque é de suma importância; e ou nos enganamos muito, ou ela é, para a Inglaterra, a mais importante de tôdas. Trata-se da liberdade dos mares, condição a que o sr. Wilson dá o valor duma condição *sine qua non*. E' a velha questão do mar livre e mar fechado, a respeito da qual nunca, no transcurso dos tempos, se entenderam a América e a Inglaterra.

III

15 de Fevereiro de 1917.

Quando a Alemanha anunciou, para Fevereiro de 1915, o bloqueio da Inglaterra pelos submarinos, muita gente sorriu, encolhendo os ombros, não vendo na brutal ameaça mais do que uma *bavardage* teutónica. Na verdade a Alemanha não conseguiu, em 1915, bloquear a Inglaterra, e o facto prova tam-sòmente que nem a Alemanha dispunha dos meios suficientes para tornar efectivo êsse bloqueio, nem um vasto arquipélago, como é a Grã-Bretanha, se bloqueia como uma simples cidade à beira-mar. Mas uma coisa logrou a Alemanha, desde logo, em 1915: foi encarecer de tal modo os fretes marítimos, que a vida, em todos os países, não só os beligerantes, mas também os neutros, encareceu duma forma espantosa. Sempre uma guerra entre duas nações teve, fora delas, repercussões económicas de maior ou menor valor; uma guerra como a actual, em que se empenham, formando dois grupos, as maiores potências do mundo, não podia deixar de ter essas repercussões elevadas ao expoente mais alto.

Renovou agora a Alemanha a sua ameaça de bloqueio, não apenas à Inglaterra, como em 1915, mas também à Itália e à França; e para o efectivar estabe-

lecou zonas defesas, zonas de torpedeamento, através das quais, à maneira de drenos por onde se escoe o pus duma grande ferida, pequeninos canais facultarão aos neutros um certo comércio marítimo.

¿Que eficácia terá êste bloqueio?

A Inglaterra, cuja Armada é muito superior à alemã, e cuja frota mercantil vale duas ou três vezes a sua, nunca deixou de fazer construções navais, a despeito da guerra. Possue hoje, segundo informações de carácter oficial mais unidades de combate do que em 1914; e se não possue mais transportes de carga, barcos utilizados só no tráfego marítimo, é porque muitos emprega em serviço militar, além de ter perdido bastantes. A verdade é que o seu comércio exterior tem sofrido uma enorme redução, e sabe-se que a Inglaterra importa qualquer coisa parecida com três quintos dos géneros alimentares que consome. Por outro lado a Inglaterra exporta o carvão, que em alguns países, o nosso, por exemplo, e na Espanha, são elemento vital da indústria.

Se o bloqueio agora estabelecido pela Alemanha pudesse ser efectivo, a guerra estaria acabada, senão imediatamente, dentro de algumas semanas, e a paz seria ditada pelo Kaiser. Mas tal não pode suceder, embora a Alemanha disponha dum grande número de submarinos, e eleve os perigos, usando de quaisquer processos, nas zonas de torpedeamento, ao mais alto grau.

À maior eficácia do ataque corresponderá uma eficácia maior na defesa, e a Inglaterra tem mostrado bem que sabe acudir ao novo mal com um novo remédio. O número de afundamentos, por êsses mares além, tem sido muito grande desde o princípio do mês corrente, mas algum comércio se tem feito, e as nações aliadas, felizmente, têm capacidade de resistência para uma nortada efémera. A vida, em cada uma delas, vai tornar-se mais difícil, para algumas angustiosa; mas

uma compressão económica levada até ao sacrifício, e tôdas a farão, dará tempo a que se organizem os processos novos de ataque, e não meramente de defesa, aos piratas, aos corsários de nova espécie.

Entretanto, ¿o que fazem os neutros?

Conhecida é já a resposta que deu, cada um dêles, à notificação alemã respeitante ao bloqueio, e curioso é notar que, excepção feita dos Estados-Unidos, cada qual falou de si, dos seus interêsses próprios, das suas necessidades especiais.

Ninguém diria, conhecendo as notas anteriores do Presidente Wilson, que seria êle o único, dentre os neutros, em face do novo bloqueio alemão, a tomar uma atitude de quási hostilidade declarada para com os Centrais. Por via de regra, a interrupção das relações diplomáticas é o preâmbulo duma declaração de guerra, e os Estados-Unidos da América do Norte, prontamente, sem a menor hesitação, cortaram as suas relações diplomáticas com a Alemanha, apenas ela lhe notificou a natureza e a extensão do novo bloqueio. Mal se compreende que nunca o Presidente Wilson, no que diz respeito à sua interferência na política da guerra actual, procurasse ou conseguisse pôr-se de acôrdo com as demais nações da América, em termos de falar em nome de tôdas, o que daria mais fôrça, se não desse mais autoridade às suas palavras. É da tradição da América do Norte, em matéria de política internacional, proceder isoladamente; mas as excepcionais condições em que se desenrola esta guerra justificava bem uma excepção. ¿Que valor não teria a atitude do Presidente Wilson se a mesma fôsse a do Brasil, a da Argentina, a do Chile? Diferente não poderia ser a dos outros países americanos, e perante a Alemanha erguer-se-ia, não apenas uma nação poderosa, mas a omnipotência do Novo Mundo.

Declarou a Argentina, em resposta à Alemanha, que

procederá de harmonia com os princípios universalmente aceites, como se em direito de guerra ainda fôsse lícito aludir sequer a princípios universalmente aceites depois de tudo quanto se tem passado de Agôsto de 1914 para cá. O Brasil afirma que deseja manter as suas boas relações com a Alemanha, o que tanto faz dizer que, embora vítima dalguma brutalidade, procurará satisfações para a sua dignidade e compensações para os seus prejuízos, ficando-se por aí.

A Suíça, como já tivemos ocasião de dizer, mantém-se neutra, e alega, justificando-se de não fazer sua a causa americana, o facto de serem outras as suas condições, outras as suas dependências, outros os seus interêsses. A Dinamarca respondeu aproximadamente nos mesmos termos e no mesmo tom da Suíça, sucedendo a mesma coisa com a Holanda. A Espanha, na sua nota a que já fizemos referência, afirmou os seus propósitos de se manter neutral, exigindo apenas que a não ofendam nem a prejudiquem em termos de não poder, dignamente, dispensar-se de uma acção violenta.

O protesto em nome dos princípios, o protesto em nome da Humanidade, o protesto em nome dos ideais, só o fêz ouvir a América, a terra do milhão, o país onde o livro do Rasão é uma Bíblia, onde o ganhar e perder são os essenciais dogmas duma religião em que o dólar é a divindade máxima.

IV

29 de Março de 1917.

Recuando voluntàriamente para mais vantajosas posições ou recuando à fôrça para onde se possam fixar, a verdade é que os alemãis recuam na frente ocidental, deixando atrás de si apenas a devastação e a ruína.

Compreende-se que êles, recuando para novos combates, não quisessem deixar no terreno que cedem qualquer coisa que para o inimigo tivesse utilização militar. Estariam, procedendo assim, dentro das boas normas da guerra, exerceriam um direito que, nem por ser violento, deixaria de ter legitimidade.

Mas tal não é o caso de agora.

Recuando, porque não podem manter as posições em que estavam, ou recuando, como diz a popular cançoneta, *pour mieux sauter,* vandalisam os campos que abandonam, arrasam as aldeias e as vilas, cortam as árvores e entulham as fontes, destroem os caminhos e dinamitam os viadutos, procedendo nesta obra criminosa com tamanha fúria de destruição que dir-se-ia terem regressado à selvajaria primitiva, sobrepondo-se às aquisições da civilização os instintos de fera.

¿ O que seria da Bélgica se êsses bárbaros, retirando por *étapes* até às fortificações do Rheno, pudessem fa-

zer ali o que têm feito no flagelado norte da França? Arrasariam as suas mais lindas cidades, reduziriam a monstros os seus mais belos monumentos, saqueariam, se é que o não fizeram já, os seus ricos museus, inutilizariam para a exploração imediata ou próxima, as suas minas, e rasgariam o seu ubérrimo solo de feridas que tornassem difícil ou impossível, por largo tempo, a sua exploração rendosa.

Mal se compreende que a Alemanha, país de invejável cultura, não veja que assim acarreta sôbre si os ódios de todo o mundo; que praticando crimes gratuitos, de que nenhum proveito tira, revolta as consciências menos susceptíveis, o que, sendo-lhe desde já desfavorável, lhe será grandemente prejudicial no futuro.

Certo é que os alemães, cedendo terreno em França, vão deixando atrás de si um traço de ruína que atesta os seus instintos de gente bárbara.

¡Se oo menos êsse recuo fôsse desde já a libertação do solo francês!

Mas não; êles ainda talam o Norte da França; ainda têm na rectaguarda a Bélgica inteiramente submetida, e as fortificações do Rheno nem sequer se adivinham olhando na sua direcção do ponto mais alto de Lille, ainda por libertar.

¿Não será ainda êste ano que a guerra acabará?

Da Rússia depende agora a seqüência das operações militares, o que tantò faz dizer que depende dela o resultado do tremendo conflito que dura desde Agôsto de 1914, e em que já se acham empenhadas, mais ou menos directamente, tôdas as nações da Europa.

Se a Alemanha conseguisse desembaraçar-se da Rússia, quer vencendo-a, quer negociando com ela uma paz em separado, a guerra terminaria prontamente, mas a paz que se fizesse seria, ainda mais do que ela, desastrosa.

Há muito que admirar na Alemanha — a sua capa-

cidade filosófica e científica, os seus métodos de estudo e de trabalho, o seu espírito de disciplina, os seus dons artísticos, no que diz respeito à poesia e à música, e, acima de tudo, porventura, a sua ambição de ser grande, de ser poderosa, intensificado o seu patriotismo até ao exagêro patológico. Mas a Alemanha não pretende apenas ser a maior das nações da Europa, a maior das nações de todo o Mundo, porque pretende ser a nação única, o povo eleito, o povo escolhido à semelhança do qual devem moldar-se ou devem amoldar-se todos os outros.

Não se comparam a Inglaterra e a Alemanha, ambas grandes nações, ambas possuidoras dum elevadíssimo orgulho de raça que as faz olhar de cima para baixo, com superioridade, para todos os outros povos. Mas ao passo que a Inglaterra deseja conservar-se àparte e acima das outras nações, assegurando-se um predomínio exclusivamente económico, porque é essencialmente mercantil, respeitando a personalidade alheia, a Alemanha pretende reduzir todos os povos ao tipo germânico, impor a todos os povos a sua civilização, isto é, a sua psicologia e a sua moral. Para a Inglaterra o mundo seria perfeito no dia em que todos os povos, cada qual falando a sua língua, professando a sua religião, praticando o seu direito, exercendo livremente a sua actividade multiforme, fôssem clientes das suas fábricas. Para a Alemanha o mundo seria perfeito se todos os povos falassem a sua língua, professassem a sua religião, adotassem a sua jurisprudência, se deliciassem com a sua música, se empanturrassem com os seus presuntos e se embebedassem com a sua cerveja.

O latino não é redutível ao tipo inglês, e muito menos é redutível ao tipo alemão. O predomínio da Alemanha na Europa seria, para nós, a pior das escravaturas, porque seria a deformação do génio latino em termos de revestir as essenciais características do génio *boche*.

Possuímos, na verdade, como raça, grande número de defeitos; mas a êles correspondem muitas qualidades, mercê das quais somos uma individualidade histórica. A homogeneidade não foi nunca, nem em biologia, nem em sociologia, um sinal de superioridade, antes a observação mostra, e os factos provam, que todo o progresso é uma diferenciação.

Não permitirá o Deus dos Exércitos que a Alemanha saia vencedora da tremenda guerra que desencadeou, não para assegurar a sua independência, mas para ditar aos outros a lei em que hão-de viver. Se não fôr constrangida a aceitar a lei do vencedor, negociando uma paz sem vitória, isso não ameaçará o futuro da Europa, porque a dura lição da guerra terá ensinado aos seus inimigos a maneira de se prevenirem, de futuro, contra perigos tão grandes como o de agora.

Ignorando, quási por completo, o que se passa na Rússia, mal podemos fazer razoáveis conjecturas sôbre o que será, em relação à guerra, o dia de amanhã. Não há que recordar o 89, porque nem a Rússia é a França de então, nem a Alemanha se encontra em frente dessa única potência, mas perante a coligação armada das maiores nações de todo o mundo.

Não tardará que a situação se esclareça pelo lado da Rússia, e não vale a pena embalar-se a gente em sonhos côr de rosa, ou torturar a alma com preocupações pessimistas aguardando a realidade inexorável.

V

19 de Abril de 1917.

Mal podemos avaliar do que se passa na Rússia pelas insuficientes notícias que nos chegam. É possível que nas chancelarias se conheça, com exactidão, o que ali se passa, em termos que os governos aliados tomem as precauções necessárias para não serem desagradàvelmente surpreendidos ; mas do que informam os jornais nada se pode concluir de seguro quanto à marcha dos acontecimentos na Rússia.

Sabe-se que funciona o Govêrno Provisório, e sabe-se que dêle fazem parte homens de grande valor e prestígio. Mas também se sabe, porque os jornais o dizem, que um *comité* de operários e soldados pretende intervir na acção política e administrativa do Govêrno Provisório, e intervir de maneira tal que a sua intervenção é bem uma tutela.

Se assim sucede, não pode a função governativa exercer-se com aquela unidade que em tôdas as circunstâncias é conveniente, e que nas excepcionais circunstâncias em que se encontra a Rússia é absolutamente indispensável. Se, ao menos, um bom entendimento puder manter-se entre operários e soldados, dispostos uns e outros a não consentirem que venha a malograr-se a

sua revolução, ou que venha sequer a restringir-se o seu alcance social e político ! Mas é de recear que assim não suceda ; e como do lado dos soldados e dos operários está a fôrça, o Govêrno Provisório, por grandes que sejam as qualidades dos homens que o constituem, ver-se-ia na dura necessidade de se retirar ou de ceder.

Se assusta o que se passa na Rússia, é tam-sòmente porque na Rússia está a última, está a única esperança da Alemanha. Mas basta que a Rússia mantenha as suas posições, basta que ela prenda na sua frente os exércitos alemãis que ali colocou Hindenburgo, ameaçando-os quando êles se debilitarem em favor de outras frentes, e a Alemanha estará perdida, inevitàvelmente perdida, embora houvesse de se prolongar a guerra por mais um ano. Tenhamos esperanças de que assim sucederá ; confiemos em que a Rússia do século 20.°, como a França do século 18.°, saberá libertar-se do inimigo interno, o despotismo entronisado ; e saberá manter em respeito o inimigo externo, a despeito do seu grande poderio militar.

Pois se os socialistas alemãis, na sua quási totalidade, têm sido, desde a primeira hora, devotados colaboradores do *kaiser* na política da guerra, ¿ que direito lhes assiste a esperarem que os socialistas russos, sob pretexto de que precisam organizar a sua revolução, garantam à Alemanha, à custa do seu próprio País, uma vitória que doutra forma ela não poderá alcançar ?

Os Aliados ainda podem tornar maior o seu esfôrço militar, e os benefícios da intervenção americana não podem fazer-se sentir ràpidamente, sendo aliás de efeitos seguros num futuro próximo. O que é preciso, absolutamente indispensável, é que a Rússia não fraqueje perante o inimigo, que ela guarde as posições que ocupa, disposta a repelir vantajosamente a agressão alemã, ou a agredir por sua vez, desde que se adelgace

a frente inimiga para levar socorros e reforços a outra parte.

A pressão contínua exercida sôbre os alemãis na frente ocidental, substituindo os golpes de massa, que nunca deram, nesta guerra, resultados que valessem os sacrifícios que impunham, tem-os aproximado da fronteira belga, o que tanto faz dizer que dentro em pouco estará liberto o solo francês.

¿Terá o kaiser pensado que a libertação, embora forçada, da terra francesa, determinará em França um movimento de opinião em favor da paz *quand même?* É possível; mas êsse grosseiro êrro de visão custar-lhe-ia um desengano terrível. Liberta a França e a Bélgica, talvez não fôsse impossível uma conversa sôbre a paz; mas nunca antes disso. Se a Inglaterra havia de falar de paz enquanto houvesse soldados alemãis em Antuérpia ou Zeebruge! Se fôssemos devotos acenderíamos uma vela ao santinho da nossa maior devoção, exortando-o a incutir ânimo aos russos para resistirem. O resto vae *per se,* é só uma questão de tempo — alguns dias, algumas semanas, alguns meses, quando muito.

A revolução russa e a intervenção da América na guerra, quer-nos parecer, asseguram iniludìvelmente, na paz, o triunfo das ideas liberais. Desaparece da Rússia o insolente czarismo, que era uma vergonha para a civilização da Europa, e o imperialismo alemão, que lhe fazia *pendant,* não poderá subsistir tal como era, se não desaparecer também. Já o kaiser reconhece a necessidade de reformas liberais, e não tardará que as decrete, antes que lhas imponham. Os povos, nesta guerra, adquiriram a consciência de si mesmos, e se nem todos, como a Rússia, tomam posse dos seus destinos, todos êles se declaram hábeis para dispensar uma deprimente tutela governativa.

A Europa, depois da guerra, será mais democrática

do que era antes da guerra, e não apenas democrática em espirito e tendências, mas também nas suas instituïções sociais e politicas.

Numa conferência que realizou, em Paris, há quási dois anos, e a que tivemos a fortuna de assistir, o professor Seignoles, disse, deduzindo a lição da guerra, no ponto de vista das instituïções politicas: — *A França precisa avigorar as suas instituïções republicanas, e ao mesmo tempo eliminar algumas sobrevivências do antigo regime.*

Quere dizer: depois da guerra as Repúblicas serão mais republicanas, as Monarquias serão menos monárquicas, o que tanto faz dizer que haverá no mundo, pelo menos na Europa, mais democracia.

V

27 de Setembro de 1917.

Mostram-se receosos alguns jornais das simpatias que os açoreanos estão manifestando pela América. Que revive ali o espirito americanista, a tendência à separação, uma tendência que é tão vélha como a mentira; e provado está, com documentos autênticos, que se mente desde o principio do mundo.

Aí por 1891 fomos para os Açôres, na qualidade de cirurgião ajudante, ou seja como tenente-médico, segundo a moderna nomenclatura. Pretendemos ir para a Africa, na expedição comandada pelo sr. Vasconcelos e Sá, hoje general reformado; mas quando tratâmos disso já s. ex.ª tinha organizado a coluna com que devia ir combater os «papeis» na Guiné. Fomos então para os Açôres, o formosissimo arquipélago que pouca gente conhece em Portugal, excepção feita dos burocratas de ida-e-volta, civis e militares, não obstante demorar a quatro dias de Lisboa, em barcos de pequena velocidade, e oferecer à curiosidade dos visitantes espectáculos de excepcional beleza.

Ouviramos falar, algumas vezes, da tendência separatista dos Açôres, do seu «flirt» com a América do Norte, um «flirt» na realidade nada prático, metendo-se

de permeio, entre os dois amorosos, o abismo de alguns milhares, uns cinco ou seis, de milhas oceânicas.

Por via de regra falava-se do separatismo dos Açôres quando a politicagem do arquipélago pretendia fazer alguma imposição à politicagem de Lisboa, ou fôsse para lhe não mandar desembargadores, ou fôsse para lhe subsidiar estradas. Havia sempre um ou outro jornal açoreano que se prestava a soprar na trombeta da separação, e logo êsse trombetear ecoava no Terreiro do Paço, que é o Campo Entrincheirado da nossa adorável politica.

Tive curiosidade de sondar a opinião açoreana sôbre as suas tendências americanistas, e como as circunstâncias me tornaram possivel uma visita às ilhas, às de baixo e às de cima, fui interrogando, fui inquirindo, pouco ou nenhum caso fazendo do que a tal respeito se escrevia nos jornais, porque isso era tam-sòmente politiquice. E, assim, vim a saber que não existia, que jamais existira semelhante tendência separatista; que ninguém, no arquipélago, desejava mudar de nacionalidade, embora muita gente reconhecesse que não havia, por banda dos governantes, em Portugal, as justas atenções que devia haver por aqueles lindos e magnificos bocados de terra portuguesa, situados entre a Europa e a América, em situação privilegiada para serem um laço entre os dois continentes.

Durante muitos anos habitou o Faial uma familia americana, cujo chefe, o sr. Dabney, exercia funções de cônsul. Essa familia tinha ali muita simpatia, e o cônsul contribuiu muito para estreitar relações comerciais entre o seu País e aquela ilha. Das Flores e do Côrvo, que são as duas ilhas mais ocidentais, muita gente vai à América, em parte levada pela curiosidade, em parte levada pelo desejo de tentar fortuna. Dos que vão uns ficam por lá, fàcilmente adaptados a um meio em que remotos antepassados se instalaram, criando o seu *ho-*

me, outros voltam, e estes são em maior número, trazendo na algibeira algumas centenas de dolars, que raramente chegam a constituir fortuna. *Calafonas* se chama, nas ilhas centrais e de baixo, aos homens que passaram alguns anos na América, nem todos na Califórnia, e voltam falando o mau português que para lá tinham levado, de mistura com um fantástico inglês que ali aprenderam.

A gente dos Açôres é bem portuguesa, e mostra conhecê-la mal quem lhe atribuir propósitos ou desejos de adquirir outra nacionalidade, ser a pertença dum grande povo, em vez de ser parte integrante duma pequena nacionalidade, com todos os títulos de soberania.

A polícia que actualmente os americanos exercem nos mares dos Açôres é uma das obrigações que êles contraíram entrando na guerra; e se ela serve para nos pôr a salvo de qualquer perigosa ou vexatória agressão, serve também, e principalmente, para proteger uma linha de navegação que aos americanos e aos inglêses interessa grandemente.

¿ Os Açôres não têm merecido dos governos portugueses a atenção, os cuidados que lhes são devidos?

Sem dúvida; mas, sob êste ponto de vista, estão nas condições dos Açôres as várias províncias do continente da República: o Alentejo, a Beira, Trás-os-Montes, não falando já das colónias, que nos têm empobrecido, sem lograrem desenvolver-se.

Não sabemos que justas compensações nos estão asseguradas pelo sacrifício que fazemos entrando na guerra, a maior de todos os tempos, e, sem dúvida, a mais ruinosa de quantas tem havido. O actual presidente do ministério, erguendo uma ponta do véu, disse que à França será restituída a Alsácia-Lorena, e a Portugal Kionga.

Já isto seria muito; mas estamos certos de que mais haverá; e pelo que diz respeito aos Açôres, é para nós

coisa assente que está combinado entre todos os beligerantes do nosso grupo que os Açôres fiquem onde estão — no meio do Oceano.

E por que já a êsse tempo, na fúria de regresso em que vamos, deve estar novamente ligada a religião ao Estado, todos os bons Justos poderão ir às Igrejas entoar um *laus Deo,* ajoujados ao pêso duma felicidade sem nome...

Responsabilidades

I

24 de Janeiro de 1918.

Ainda não foi possível ao Govêrno, a-pesar da sua boa vontade, informar o País acêrca das despesas feitas com a guerra, tanto com a guerra na África, como também com a guerra na Europa.

Em África andamos a guerrear há mais de três anos, desde 1914, e os primeiros contingentes que daqui partiram para França há um ano que lá estão.

O Govêrno anterior meteu muitos milhares de contos num saco esburacado, dizendo que dali sairiam as despesas de guerra, e logo começou a pagar com êsse dinheiro, todo êle papel, as contas mais diversas e da mais vária proveniência.

Dali saía tudo, para pagar fôsse o que fôsse, excepto o ouro com que lá fora, no estrangeiro, carecíamos de fazer vários pagamentos. Pelo que tem vindo a público, fornecido pelo Govêrno actual [1], sabe-se que as contas de guerra, para os administradores que a revo-

---

[1] Govêrno de Sidónio Pais.

lução pôs fora do Poder, eram contas alheias a todo o processo de contabilidade. E assim é que nesta altura o País ainda ignora quanto a guerra já lhe custou, e nem sequer sabe se o dinheiro destinado às despesas de guerra, de facto tem tido esta estrita aplicação.

Sabe a França quanto a guerra lhe tem custado, e o mesmo sucede na Inglaterra e na Itália. Nestes países os ministros das finanças evitaram, sempre, cuidadosamente, dar a impressão de que a guerra não era cara, e antes procuraram, desde a primeira hora, mostrar que ela exigiria os maiores sacrifícios, sempre crescentes, ontem maiores do que hoje, e hoje menores do que àmanhã.

O que se gasta tem de ser pago; mas aqueles por conta de quem se gasta têm o direito de saber até que ponto os seus recursos podem honrar os respectivos compromissos.

Tem-se dito que, para as despesas de guerra feitas com o nosso C. E. P., a Inglaterra nos fêz um crédito de vinte milhões de libras, e também se tem dito que êsse crédito é ilimitado. No primeiro caso, o País carece de saber quanto tem ainda disponível dêsse crédito; e no segundo caso precisa saber, calculando a duração provável da guerra, até que ponto a sua capacidade económica e financeira, até que ponto a sua capacidade tributária, darão para o serviço da enorme dívida assim contraída, visto não ser lícito pensar em indemnizações de guerra.

¿Pôr estas questões é fazer campanha *défaitiste*, é pelo menos fazer diminuir no povo o sentimento do dever, no que à guerra diz respeito?

Não; é querer que se marche pelo recto caminho, à clara luz do sol, sabendo o País os sacrifícios que hão-de impor-se, agora e no futuro, e preparando-se para êles com grandeza de ânimo.

Sabe-se que a guerra a todos custa muito dinheiro,

quantias fabulosas, não podendo ser barata para nós. Mas não é honesto e pode ser perigoso conservar o País na ignorância dos encargos que a guerra lhe traz, dos que já lhes trouxe e há-de trazer, se durar ainda por algum tempo.

Ao começar a guerra tínhamos uma dívida efectiva que era de trezentos a quatrocentos mil contos, e os encargos desta dívida eram, pouco mais ou menos, de 21 mil contos anuais. Como temos um orçamento de receitas gerais do Estado que não vai além de 71 mil contos, pagos estes juros, ficam-nos 50 mil contos para as despesas totais, cujo orçamento sempre excedeu o das receitas.

Se a guerra nos trouxer uma nova dívida, igual à que já tínhamos, entraremos na paz com uma dívida efectiva de 700 a 800 mil contos, e admitindo que conseguimos pagar, em juros e amortização, seis por cento, teremos um encargo anual, despesa improdutiva, de 42 a 48 mil contos.

¿Onde iremos buscar os recursos para o custeio desta dívida enorme?

O Estado só tem o dinheiro que recebe dos impostos e adquire por empréstimos, notando-se que os empréstimos nada mais são do que impostos.

A nossa capacidade financeira, que felizmente não se encontra esgotada, ¿dará para os novos e pesadíssimos encargos?

O País carece de saber para onde o levam, o futuro que o espera, os perigos que o ameaçam.

Ao govêrno actual não cabe a mínima responsabilidade na situação financeira em que se encontra o Estado, e ainda não lhe foi possível destrinçar, na confusão em que se encontra, tudo o que à guerra diz respeito: o que são despesas legítimas, ordenadas segundo a lei, e feitas adentro dos bem estabelecidos preceitos da contabilidade, e o que são irregularidades.

Tudo isto se esclarecerá, e tudo isto precisa ser esclarecido, para que se faça uma justa liquidação de responsabilidades, e para que o País, que por coisa alguma faltaria ao cumprimento de deveres internacionais, não tenha ilusões — que seriam perigosas — sôbre o que isso lhe custará.

II

3 de Agôsto de 1918.

A responsabilidade do partido democrático, no que diz respeito à nossa participação na guerra europeia, não terminou em cinco de Dezembro. Neste dia outros se substituíram aos democráticos na direcção dos negócios públicos; mas a situação criada ainda não tinha produzido tôdas as suas conseqüências perniciosas, algumas delas inevitáveis, e por estas não podem ser responsáveis os homens que têm governado de cinco de Dezembro a esta parte.

Se quisermos fazer uma justa atribuïção de responsabilidades, no que diz respeito à nossa participação na guerra, devemos primeiramente definir a situação militar à data em que o partido democrático foi violentamente arredado do Poder, e considerar depois os factos subseqüentes, ainda de ordem militar, decorridos desde então até agora.

Em nome da Nação tomou-se com a Inglaterra o compromisso de manter em França um efectivo de 55.000 homens, fazendo-se um envio mensal, para suprir as baixas que nesse efectivo se dessem, de 4.000 homens, que deveriam ser 4.000 soldados, e não 4.000 lapuzes transferidos do campo para bordo de navios.

Ainda em nome da Nação tomou-se o compromisso de manter em França um corpo de artelharia com o efectivo de 1.000 homens, fazendo-se o envio mensal de 100 homens para suprir as baixas que nêle se fôssem dando.

Ocupávamos na frente ocidental um sector que media 12 quilómetros, isto é, constituíamos uma frente linear, sem profundidade, o que dava ao nosso contingente o valor duma espécie de defesa auxiliar.

Uma frente de doze mil metros — 12 quilómetros — a cinco homens por metro corrente, exige um efectivo de 60.000 homens, e nós só tínhamos 55.000 em França, o que não quere dizer que os tivéssemos, como seria necessário, todos dispostos na frente, uns na linha de fogo, e os outros constituindo os respectivos apoios e reservas.

Em Outubro, se não estamos em êrro, o alto comando inglês propôs-nos a redução da nossa frente, metade do que era; mas o sr. Norton de Matos enfureceu-se com semelhante proposta, aliás fundamentada nas melhores razões militares, e tendendo a tornar o nosso auxilio mais eficaz, sem correspondente aumento de sacrifícios. Foi quando constou que uma nova divisão, a terceira na série, partiria para França, conservando-se o nosso sector independente, melhor garantida agora a sua defesa por acréscimo de fôrças — mais uns vinte mil homens. Tal divisão, como é sabido, não partiu, e os envios mensais, a que nos obrigáramos por uma convenção, quatro mil homens por mês, não chegaram a fazer-se.

Em 5 de Dezembro a nossa frente ainda era de 12 quilómetros, mas o nosso efectivo, contando só a gente válida para o combate, já não era de 55.000 homens, nem coisa parecida. Como ainda há pouco disse o sr. general Gomes da Costa, as unidades que se achavam na frente não tinham os comandos que deviam ter, e

em tôdas ou quási tôdas elas faltavam os homens numa percentagem que atingia, em relação a algumas, cinqüenta por cento. Para mais tôda essa gente, inibida de repousar, por não haver quem a substituisse, encontrava-se num estado lamentável de fadiga, sendo quási inconcebível que a fortaleza de ânimo suprisse nela o esgotamento físico.

Ao govêrno do sr. Sidónio Pais, como ao govêrno do sr. Afonso Costa, os inglêses propuseram a redução da nossa frente. Não haveria senão que aceitar essa proposta, aceitá-la imediatamente, porque ela nos permitia remediar, embora mais tarde do que seria para desejar, um grave êrro de início. Assim o dissemos ao sr. Sidonio Pais, aconselhando-o a que aceitasse a proposta sem a menor hesitação, porque assim o govêrno, no respeitante à política da guerra, criaria desde logo, no País, uma forte corrente de simpatia.

¿Porque não se fêz isto?

A verdade é que chegámos a 9 de Abril nas mesmas condições em que estávamos em 5 de Dezembro, agravadas com a circunstância de ir sempre diminuindo o nosso efectivo de campanha, alguns homens mortos ou aprisionados em *raids*, que são a eloqüente prova do valor da nossa gente, e um grandissimo número afastado da frente por doença ou por fadiga. Quere dizer, a precária defesa auxiliar que nós representávamos, antes de 5 de Dezembro, guarnecendo uma frente que exigia o dôbro do efectivo que tínhamos, essa precária defesa já se convertera num perigo quando bateu a hora dos alemães nos atacarem a valer.

Não é lícito, a êste respeito, ter a menor dúvida, depois do general Gomes da Costa nos ter dito que a divisão do seu comando, a da frente, estava para ser rendida por uma divisão britânica, acrescentando que pelo facto dessa esperada rendição, ao dar-se o ataque, *estava tudo no ar*.

A verdade, a insofismável verdade, é que em 9 de Abril, isto é, quatro meses depois da revolução que afastou do Poder os democráticos, nós ocupávamos na frente ocidental um sector de 12 quilómetros, que não podíamos guarnecer devidamente, o sector que êles tinham criado, como se fôssem meninos brincando aos soldados em campanha. Durante os meses de Setembro, Outubro e Novembro o govêrno não tinha feito o envio mensal de 4.000 homens para França, nos termos da convenção estabelecida com a Inglaterra; mas também êsse envio se não fêz nos meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro, governando já os homens que tinham sucedido aos democráticos no Poder.

¿Por ser impossível fazê-lo?

Mais uma razão, nesse caso, para se aceitar a redução proposta aos democráticos e aos que se lhes seguiram na governação do Estado, tendo da banda duns e doutros o mesmo acolhimento.

¿Alguém dirá, por muito leigo que seja em coisas militares, que o *9 de Abril* teria para nós as conseqüências que teve, se, aceite a proposta dos inglêses, tivéssemos reduzido a nossa frente, ganhando em profundidade, isto é, em resistência, o que perdíamos em extensão?

Sim, é preciso liquidar tôdas as responsabilidades, absolutamente tôdas, e só quem as liquidar honradamente terá autoridade para pedir ao País novos sacrifícios.

O Tratado da Paz

I

26 de Março de 1920.

¿Há necessidade imprescindível de reünir o Congresso, para ratificar o Tratado da Paz, antes de 10 de Abril?

Haverá; mas um membro da maioria parlamentar propôs o adiamento do Congresso para além dêsse dia, e ninguém, por banda do Ministério, se ergueu para dizer que havia urgente necessidade de satisfazer o Tratado da Paz; e na sessão conjunta, em que o adiamento foi votado, tão pouco o govêrno disse qualquer coisa a êste respeito.

¿Desde quando há urgência em ratificar o Tratado?

Quando foi levado ao Parlamento o texto, em português, dêsse notável diploma, uma espécie de caverna onde Eolo guarda os ventos, o sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros não disse que era urgente a sua ratificação; limitou-se a mandá-lo para a Mesa, com destino às Comissões, explicando, em resposta a um deputado, que o Livro Branco estava acabando de imprimir-se, e não tardaria em ser remetido à Câmara, para os fins convenientes, isto é, para ser considerado pelas Comissões parlamentares ao mesmo tempo que o Tratado, num estudo conjunto.

Se em 30 de Janeiro, data em que o govêrno levou ao Parlamento o Tratado, com uma grande solenidade por banda do sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, já fôsse reconhecida a necessidade da sua breve ratificação, o govêrno não se teria dispensado de recomendar pressa às Comissões, para que sôbre êle dessem o seu parecer.

Tal não sucedeu, e o Congresso foi adiado para além do dia 10 de Abril, sem que alguém, do govêrno ou da maioria parlamentar, lembrasse que havia necessidade do Tratado da Paz ser ratificado antes de terminar o período do adiamento.

¿Acreditará o leitor que o Tratado levado ao Congresso, na edição portuguesa, em 30 de Janeiro, ainda não foi apreciado nas respectivas Comissões Parlamentares da Câmara?

Era intenção do govêrno fazer discutir ao mesmo tempo o Tratado e o Livro Branco; mas o Tratado só foi levado ao Parlamento em 30 de Janeiro, e as provas do Livro Branco foram mandadas para Londres tão tarde que, no seu regresso, ao que por aí se diz, foram apanhadas, dentro duma mala, pela greve dos correios.

Tudo isto, que diz respeito aos mais altos interêsses da nossa vida nacional, tem os ares duma boémia académica, e deve estar compreendido naquelas verdades terríveis a que aludia o sr. João Chagas, na sua carta ao *Diário de Notícias*.

As datas, no caso de que se trata, são duma eloqüência única: em 11 de Novembro de 1918 assina-se o armistício; em 28 de Junho de 1919 assina-se o Tratado da Paz, sujeito à ratificação; em 10 de Janeiro de 1920 o estado de guerra acaba, entrando o Tratado em vigor.

Pois bem, só em 30 de Janeiro de 1920 o Tratado é entregue ao Parlamento português; o Congresso adia-se até 12 de Abril, e agora o govêrno convoca-o ex-

traordinàriamente, alegando que a ratificação do Tratado tem de fazer-se imediatamente, antes do dia 10 do mês próximo, sob pena de sofrermos muitos e graves prejuízos.

Que prejuízos?

Ainda o não disse o govêrno, sequer ao menos em *notas oficiosas,* em que tem sido pródigo; mas deve tê-lo dito, em conversa, a muita gente das suas relações.

No Tratado marcam-se prazos, a maior parte dos quais expira em 10 de Abril, e ou nós exercemos direitos e cumprimos formalidades adentro dêsses prazos, ou nos sujeitamos a graves prejuízos e transtornos.

É possível que estejamos em êrro, mas quer-nos parecer que a não ser o § 12.º do Anexo ao art. 303.º, o § 20.º do mesmo Anexo, e o art. 304.º, nenhum prazo há marcado no Tratado que justifique a pressa com que vai reünir o Congresso para a sua ratificação.

O § 12.º do Anexo reza assim:

«Cada Potência aliada ou associada terá, nos três meses que se seguirem à entrada em vigor do presente Tratado, a faculdade de rescindir todos os contratos de seguro correntes entre uma Companhia de Seguros alemã e os seus nacionais, em condições que subtraiam os mesmos nacionais a qualquer prejuízo.

Para êsse fim a Companhia de Seguros alemã transferirá ao govêrno da Potência aliada ou associada interessada a proporção do seu activo atribuível às apólices assim anuladas e ficará desligada de qualquer obrigação, com respeito a elas. O activo a transferir será fixado por um actuário (*actuary*) designado pelo Tribunal Arbitral Mixto.»

Como se vê, não se trata pròpriamente de interêsses do Estado, mas do interêsse de particulares, e bem pou-

cos devem ser os portugueses a quem esta disposição do Tratado interesse, por estarem seguros em Companhias alemãs.

O § 20.º do Anexo diz respeito a resseguros, e é assim redigido:

«Todos os contratos de resseguros celebrados com uma pessoa que se tornou inimiga serão por êste facto considerados como anulados, mas sem prejuízo, no caso de risco de vida ou marítimo, que tenha começado a correr antes da guerra, do direito de recobrar depois dela o pagamento das quantias devidas por motivo dêsses riscos.

Todavia, se a parte ressegurada foi inibida, em conseqüência de invasão, de encontrar outro ressegurador, o Tratado subsiste até à expiração de um período de três meses depois da entrada em vigor do presente Tratado...»

O art. 304.º do Tratado reza assim, na sua alínea:

«*a*) Um Tribunal Arbitral Mixto será constituído entre cada uma das Potências aliadas ou associadas, de uma parte, e a Alemanha, de outra parte, num prazo de três meses a datar da entrada em vigor do presente Tratado. Cada um dêsses Tribunais será composto de três vogais. Cada um dos governos interessados designará um dêsses vogais. O Presidente será escolhido por acôrdo entre os dois governos interessados.»

Estes tribunais julgam em matéria de dívidas, bens, direitos e interêsses privados em país inimigo, contratos entre inimigos e propriedade industrial. Julgam ainda, estes tribunais, em tôdas as questões relativas a contratos celebrados, antes da entrada em vigor do presente Tratado, entre nacionais das Potências aliadas e

associadas e os nacionais alemãis, salvo quando a matéria a julgar fôr da exclusiva competência dos tribunais nacionais das Potências em litígio. As decisões do Tribunal Mixto são definitivas, e as Altas Partes Contratantes convêm em torná-las obrigatórias para os seus naturais.

Mas ¿então a nossa Delegação em Paris, os governos do Terreiro do Paço, não sabiam, desde 28 de Junho de 1919, que havia estas disposições no Tratado?

II

Discurso pronunciado em 30 de Março de 1920, sôbre o Tratado da Paz, na sessão do Congresso da República.

«Como ainda não foi publicado o *Livro Branco*, uma discussão, neste momento, sôbre a nossa intervenção na guerra, tinha de se reduzir a afirmações num sentido ou noutro, nenhuma delas podendo ter valor decisivo, por lhe faltar a indispensável base documental. Isto explica que eu me dispense de fazer, neste momento, a crítica da nossa intervenção na guerra, reservando-me o direito de a fazer quando estiver publicado o *Livro Branco*.

Do que não posso dispensar-me, iniciando êste debate, é de lamentar que um tal livro ainda não fôsse publicado, encontrando-nos a quási seis anos do início da guerra, a quatro anos da nossa entrada no conflito, a quási dois anos do armistício, a perto dum ano da assinatura da Paz de Versalhes.

Por mais duma vez se disse aqui, nesta casa do Parlamento, que o *Livro Branco* estava a imprimir, que o *Livro Branco* estava impresso, e até a uma pregunta minha foi respondido pelo Ministro dos Negócios Estran-

geiros, que ao tempo era o sr. Melo Barreto, que o *Livro Branco* seria enviado à comissão parlamentar para o estudar conjuntamente com o Tratado. Punha nisso o maior empenho, e só não o faria se lhe fôsse impossível fazê-lo. Não pôde s. ex.ª realizar a sua promessa, ou, melhor dizendo, o seu desejo, e assim a comissão teve de estudar o Tratado sem conhecer o *Livro Branco,* como nós temos de o discutir sem do *Livro Branco* termos conhecimento.

O govêrno dirá por que uma tal publicação ainda se não fêz, e o Parlamento resignar-se-á a discutir o Tratado da Paz sem primeiro ter apurado os motivos por que entrou na guerra.

Todos nós conhecemos já uma boa parte das peças que hão-de compor o *Livro Branco,* mercê da inconfidência não sei de quem, que as entregou à publicidade dos jornais. Simplesmente êsses documentos, a que falta o indispensável cunho de autenticidade, porque foram atirados para o público sem a directa responsabilidade dos governos, não podem servir de base a uma discussão no Parlamento, servindo apenas, como têm servido, para as retaliações da imprensa diária.

Tem-se dito que o *Livro Branco* foi enviado, em provas, à Chancelaria de Londres, e que na volta, surpreendido pela greve dos correios, se deixou ficar alapardado na mala em que viajava. Se isto é verdade, e o govêrno se explicará a êste respeito, o facto mostra que só há muito pouco tempo, excessivamente tarde, se tratou, a valer, da publicação do *Livro Branco,* tão tarde que a greve dos correios, solucionada há poucos dias, não tendo durado um mês, pôde estorvar essa publicação. Prova ainda êste facto, admitindo que as coisas se passassem assim, que a nossa Legação de Londres não teve o elementar cuidado de remeter para Lisboa as provas do *Livro Branco* em termos que êle não pudesse sofrer com as vulgares contingências dos correios. Para

coisas de menor importância se faz uso dum próprio, indivíduo de tôda a confiança, embora isso acarrete alguma despesa, a qual, no caso de que se trata, seria ainda lançada à conta da guerra, como uma das suas conseqüências.

Devo explicar, para que às minhas palavras não seja atribuída uma intenção que não têm, que de forma alguma acho censurável que as provas do *Livro Branco* fôssem enviadas a Londres. Os documentos de que se trata não interessam apenas ao govêrno português, alguns dêles interessando mais ao govêrno inglês do que ao nosso, tendo sido necessário que êle se pronunciasse sôbre a conveniência ou inconveniência da sua publicação. Sei, e apraz-me dizê-lo aqui, que o sr. Melo Barreto, promovendo a publicação do *Livro Branco*, se houve com extremos de correcção, sem deixar que as conveniências diplomáticas resvalassem até ao ponto em que principiam as subserviências.»

RELATÓRIO DA DELEGAÇÃO

«Se o *Livro Branco* era indispensável para se discutir a nossa intervenção na guerra, um circunstanciado relatório da nossa Delegação à Conferência da Paz seria igualmente indispensável para vermos como nessa conferência tinham sido advogados os nossos interêsses, e para sabermos que poderosas, que invenciveis resistências impediram que tivessem satisfação as nossas justas reclamações.

É possível que, embora tarde, êsse relatório já fôsse enviado para Portugal, não tendo chegado a horas de ser distribuído com o parecer que foi dado para ordem do dia nesta sessão do Congresso.»

O sr. Presidente diz que não tem conhecimento de tal relatório, mas que vai informar-se a êsse respeito junto do sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros. O sr.

Ministro dos Negócios Estrangeiros informa que o relatório está sendo elaborado pelo sr. Afonso Costa, presidente da Delegação.

«Recordo-me de ter aqui ouvido dizer ao sr. Melo Barreto, quando Ministro dos Negócios Estrangeiros, que não só se empenharia em que o *Livro Branco* fôsse publicado antes do Tratado ser submetido à ratificação do Parlamento, mas se empenharia, também, por que o Parlamento, ao discutir o Tratado, já tivesse conhecimento do relatório da nossa Delegação — dos relatórios da nossa Delegação, disse s. ex.ª, explicando que ela tivera dois presidentes, o sr. Egas Moniz, primeiro, e o sr. Afonso Costa, depois. Ignoro se no Ministério dos Negócios Estrangeiros ou nos arquivos da nossa Delegação em Paris existe o relatório do sr. Egas Moniz, se é que s. ex.ª o fêz; mas quanto ao relatório do sr. Afonso Costa, o sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros acaba de afirmar à Câmara que s. ex.ª o está elaborando.

A situação é esta: — vamos discutir o Tratado na completa ignorância das reclamações que perante a Conferência da Paz formularam os nossos delegados, sem nada sabermos acêrca do acolhimento que elas tiveram nessa alta Assemblea. Pelo que me diz respeito, sinto que me faltam elementos para fazer justiça à nossa Delegação — justiça à sua competência ou à sua incapacidade, uma e outra coisa independentes do seu ardor e zêlo patriótico.

Poderia suprir a falta do relatório a presença nesta Assemblea do Presidente da Delegação. Mas s. ex.ª impôs a sua renúncia de deputado, e o Parlamento teve a indesculpável fraqueza de lha aceitar, de facto, não sendo ela acompanhada de renúncia à presidência da Delegação. Somos o único País cujo Presidente de Delegação na Conferência da Paz se permitiu voltar as costas ao Parlamento, dispensando-se do indeclinável

dever de, perante êle, justificar os seus actos, do seu contacto tirando mesmo a fôrça necessária para fazer vingar as suas reclamações.»

Nesta altura, o deputado sr. Eduardo de Sousa, interrompendo, diz que não foi aceite a renúncia do sr. Afonso Costa.

«Faltando-nos o *Livro Branco*, e faltando-nos o relatório da nossa Delegação, suponho eu que outra coisa não pode fazer a Câmara senão considerar o Tratado em si, quere dizer, nas suas estipulações, a maior parte das quais só muito indirectamente nos dizem respeito.»

COMO FIGURAMOS NO TRATADO

«Foi com profunda mágoa que, lendo minuciosa e atentamente êste volumoso e importantíssimo diploma, só uma vez encontrei o nome de Portugal, a não ser apensado ao nome dos nossos delegados na Conferência da Paz.

Dir-se-ia que na guerra fôramos um adventício, e que nos ajustes da Paz, a despeito dos nossos grandes e múltiplos interêsses em jôgo, nada mais fomos do que um factor comum.

É opinião de muita gente, e talvez seja boa opinião, que visto o Tratado não comportar emendas, sequer ao menos alterações de redacção, o melhor seria votá-lo sem o discutir, o que teria a vantagem de economizar tempo e palavras.

Penso de maneira muito diferente.

Um documento como êste de que nos estamos ocupando, de importância transcendente, sob mais dum ponto de vista, não só merece, mas exige larga discussão; e o Parlamento que a fizer honra-se só ao fazê-la. Trata-se de refazer o mapa político da Europa; trata-se de lançar os fundamentos duma sociedade nova, regida por um Direito novo, orientada para novos e superiores

destinos; e eu pregunto se tudo isto não se impõe ao exame e à crítica dum Parlamento que não seja, que não queira ser mera chancela do que outros resolvam por si. Pelas questões que agita, pelos altos problemas que põe, pelas soluções que preconiza, êste Tratado, a despeito das suas insuficiências, das suas contradições, das suas iniqüidades, dos seus absurdos, é o mais importante diploma de quantos jamais tenham sido apresentados à sanção parlamentar em todos os Parlamentos do mundo.

Não faltará quem pretenda que melhor iria à nossa modéstia de Nação pequena uma rápida discussão do Tratado, não querendo dispensar-nos, por completo, da sua apreciação, para lhe darmos, a olhos fechados, a ratificação que nos é proposta pelo govêrno. Certo é que temos de votar, isto é, temos de dar sanção às suas estipulações, e o nossso voto, por modesto que seja, sanciona quanto nêle se dispõe com respeito à vida e aos interêsses de todos os povos, pois que a nenhum pode ser indiferente o que neste Tratado se estatue.

Se neste Parlamento houver quem discuta largamente o Tratado, não apenas no ponto de vista dos interêsses materiais que êle regula, mas também no ponto de vista dos altíssimos problemas do Direito e da Filosofia que êle suscita, com propósito, infelizmente baldado, de os resolver, com isso nos devemos regozijar todos, porque será ganho êsse tempo que por alguns se considera perdido.»

OS NOSSOS CONFLITOS

«Não seria levar muito longe as nossas exigências pretendendo que a Conferência da Paz deixasse resolvidas, nas estipulações do Tratado, algumas importantes questões que temos pendentes, a maior parte relacionando-se com a nossa política exterior, e algumas de-

las tendo sido já, e podendo vir a ser ainda, motivo de embaraçosos conflitos.

Fica-nos pendente o litígio sôbre os limites do sul de Angola; fica-nos pendente o litígio da nossa soberania em certa porção do território de Macau; fica-nos sem resolução o conflito de Swazilândia, e nem sequer nos fica satisfatòriamente resolvida a questão dos limites na fronteira norte da Província de Moçambique. Rehavemos Kionga, é certo; mas eu tenho dúvidas sôbre se a retrocessão que nos é feita de Kionga estabelece a nossa fronteira norte, em Moçambique, no curso do Rovuma.»

O sr. Barbosa de Magalhães, Ministro dos Estrangeiros, diz que o Rovuma fica sendo, de facto, o limite norte da Província de Moçambique.

«Folgo muito que assim seja, isto é, que cesse, por completo, a iniqüidade de que fôramos vítimas, em 1894, arrebatando-nos a Alemanha, sem o protesto de ninguém, a não ser o nosso, territórios que eram portugueses, ficando estabelecida a fronteira de Moçambique, com a perda de Kionga, muito para baixo do Rovuma. Mas lamento que esta justa retrocessão, tão justa como a da Alsácia e da Lorena à França, não se fizesse por uma expressa disposição do Tratado, vindo a ser feita pelo Conselho dos Aliados, mais como um acto de generosidade do que pròpriamente como um procedimento de justiça.

Eu sei que o nosso conflito, em Macau, é com a China, e sei que o nosso conflito, na Swazilândia, é com a Inglaterra. Mas propondo-se a Conferência da Paz reparar graves e bem constantes injustiças, pretendendo, além disso, desfazer situações que possam originar conflitos entre as Nações, tornando precária a Paz eterna, a que o Tratado pretende servir de alicerce, ¿seria muito que em nosso favor resolvesse os conflitos que temos pendentes, não sendo lícita a menor dúvida sôbre a jus-

tiça que nos assiste nas reclamações que temos formulado a respeito de todos êles?

Sem o relatório da nossa Delegação, impossível nos é fazer sequer idea dos esforços que ela empregou para que a Conferência decidisse, em nosso favor, sôbre os limites do sul de Angola, que mais não fôsse liquidando-se êste conflito, dos vários que temos pendentes e dizem respeito à nossa vida colonial.

Rectificaram-se, pelo Tratado, fronteiras na Europa e fora da Europa, não só para serem devidamente reparadas injustiças que já quási tinham a consagração do tempo, mas também, e principalmente, para que não subsistam gérmenes de conflitos internacionais, podendo conduzir a novas guerras no futuro. Só a nossa fronteira do sul de Angola subsiste tal como era antes da guerra, incerta, litigiosa; e não sei que mais tenhamos a esperar dos vizinhos de hoje, que aos alemães conquistaram uma província, que devia ser, que podia ser por nós conquistada.

Estamos na discussão da generalidade da proposta de lei; mas o que verdadeiramente há que discutir é o Tratado; e por que êle não pode ser alterado de qualquer forma, como já disse, de facto só comporta uma discussão: a da generalidade, que terá de fazer-se sem a rigorosa observância do que dispõe o Regimento a êste respeito. Preciso esclarecer-me, porque tenho de votar, e, seja qual fôr o meu voto, a favor ou contra, esforço-me por que êle seja consciente.

Algumas preguntas tenho a fazer ao sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, dispensando s. ex.ª de me responder imediatamente.»

ANÁLISE DO TRATADO

«Desejava saber, em primeiro lugar, que poderosos motivos teve o govêrno para convocar, extraordinària-

mente, o Congresso, como se a ratificação do Tratado não pudesse ser feita depois do adiamento.

Nunca aqui se disse, nem mesmo quando foi proposto e votado o adiamento, que o Tratado carecia de ser ratificado com urgência, antes de dez de Abril. A quási totalidade dos prazos que se fixam no Tratado expiram em 10 de Abril, mas êsses prazos não dizem respeito a faculdades que nós tenhamos de exercer adentro dêles e às vantagens que perdemos se adentro dêles nos não forem concedidas.

De resto, o Tratado tem a data de 28 de Junho de 1919; entrou em vigor em 10 de Janeiro de 1920, e se a alguém fôsse permitido alegar desconhecimento quanto aos seus prazos, não seria, certamente, àqueles que em cada país exercem funções de govêrno ou representaram os países na Conferência da Paz. Mal se compreende, e por forma alguma se desculpa, que chegássemos quási à expiração dos prazos, de superior importância para nós, sem termos exercido adentro dêles aquelas faculdades que o Tratado nos concede e que representam vantagens de qualquer ordem.

A êste respeito o sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros dirá o que tiver por conveniente, desejando eu muito que sejam de aceitar as suas explicações.»

OS NEUTROS

«Vê-se, pelo Tratado, que foram convidados a aderir ao pacto da Sociedade das Nações aqueles países que, por um motivo ou por outro, se conservaram neutros, e dá-se o caso dum neutro, a Espanha, fazer parte do respectivo Conselho. Isto responde aos que entendiam que devíamos entrar na guerra, que mais não fôsse para fazermos parte da Sociedade das Nações.

¿Seria muito vantajoso entrar na Sociedade das Nações? Ninguém poderia dizê-lo então; ninguém o pode di-

zer hoje; mas vê-se que, àparte os Impérios Centrais e os que ao lado dêles batalharam, só não entra na Sociedade das Nações quem não quiser entrar. A Espanha, como disse, país neutro, duma neutralidade em que havia muita afeição pelos alemães, faz parte do Conselho da Sociedade das Nações, honra que nos foi negada, a nós, como a outros beligerantes.

Sob êste ponto de vista, como a respeito de tantos outros, a visão política dos nossos intervencionistas não se mostrou de uma agudeza que suscite a admiração, porque foi acanhada e falsa.

Antes de analisar alguns artigos do Tratado, dos que para nós têm maior importância, desejo significar o meu desgôsto pelo nenhum cuidado que houve na redacção em português. Um documento desta importância impunha os maiores escrúpulos de tradução, o maior cuidado na escolha das palavras, em termos que o sentido das suas estipulações não ficasse obscuro ou duvidoso. A tradução que se fêz do Tratado não garantiria ao seu tradutor, que eu não sei quem fôsse, a aprovação no exame do liceu. *Demander* foi traduzido por demandar; *Kreise* foi traduzida por círculos. O Tratado, na tradução portuguesa, ficará guardado nos arquivos do Congresso, e constitue um mau documento para a posteridade avaliar das nossas habilitações... em algumas das elementares disciplinas do liceu.

Nações que tinham colónias, e se mantiveram neutrais, como a Holanda, conservam a integridade do seu domínio colonial; e nações que também se conservaram neutrais, como a Dinamarca, nada arriscando na guerra, pelo Tratado de Paz ficam territorialmente aumentadas.»

VANTAGENS... QUE NÃO TEMOS

«Ainda aqui foi errada a visão política dos nossos intervencionistas, dos que proclamavam a necessidade

de entrarmos na guerra para não perdermos as colónias. Mas isto vem apenas como incidente, sôbre o qual não insistirei, porque me impus a obrigação de só discutir a nossa política da guerra quando fôr publicado o *Livro Branco*.

Ignoro se a nossa Delegação à Conferência da Paz fêz alguma reclamação no sentido da Alemanha renunciar perante nós, como renunciou perante a China, a tôda e qualquer reclamação por motivo do embargo ou requisição de navios, liquidação, sequestro, disposição ou penhora sôbre as propriedades, direitos e interêsses alemãis em Portugal, a partir da nossa declaração de guerra. Uma disposição idêntica à do art. 133.º do Tratado desejaria eu que fôsse adoptada a nosso respeito; e ignoro se reclamámos neste sentido, porque não conheço o relatório da nossa Delegação.

Sôbre o art. 187.º, tenho dúvidas, que o sr. relator do projecto se dignará esclarecer.

Navios auxiliares alemãis serão desarmados e tratados como navios de comércio.

¿O que quere isto dizer: — tratados como navios de comércio?

Se a estes barcos é aplicável a doutrina do § 1.º do Anexo III do art. 244.º, maior será o nosso quinhão nos barcos mercantes a distribuir, nos termos desta estipulação. O meu receio, infelizmente bem fundado receio, é que nós só recebamos... promessas, e isso acontecerá se alguma coisa mais do que promessas não recebermos desde já, seja em que género fôr.

Sei, e ninguém o ignora, que a Bélgica foi a nação mais sacrificada na guerra. Suponho eu que sem o seu heroísmo, sem o seu espírito de sacrifício, a guerra se teria desenrolado com vantagem para os alemãis. O pequeno, mas valente povo belga, fêz do peito dos seus soldados uma muralha contra a qual se quebrou o ímpeto com que os exércitos da Alemanha avançavam em

direcção a Paris. Isto quere dizer que não seria justo, que nem sequer seria honesto, negar à Bélgica quaisquer compensações, desde que coubessem nos limites das mais generosas possibilidades; e por que assim o entenderam todos, a Bélgica foi considerada por todos, ao tratar-se de ajustar as condições de paz, como nação privilegiada. Acho, pois, justo o que se contém no artigo 232.º do Tratado, e que reza assim:

Em execução dos compromissos tomados anteriormente pela Alemanha, relativamente às restaurações e restituïções íntegras devidas à Bélgica, a Alemanha obriga-se, além das compensações de prejuízos previstos noutro lugar do presente Tratado, e em conseqüência do Tratado de 1839, a efectuar o reembôlso de tôdas as somas que a Bélgica obteve, por empréstimo, dos governos aliados e associados até 11 de Novembro de 1918...

A Bélgica foi invadida; a Bélgica foi ocupada; a Bélgica sofreu incomportáveis martírios; a Bélgica, como já disse, garantiu a vitória dos aliados, impedindo a sua derrota na primeira hora. Nada se poderia, nada se deveria recusar à Bélgica.

Mas pregunto: ¿Não seria justo que para connosco, pequeno país, como a Bélgica, mais pobre do que ela, e que para a guerra fomos, sem interêsses próprios a defender, e por motivo da guerra criámos obrigações e encargos que são a nossa ruina no presente, e ficarão a pesar sôbre gerações sem conta por tempos sem limite, não seria justo que em relação a nós se adoptasse um procedimento, não perfeitamente igual, pelo menos equivalente?

Ignoro se alguma reclamação, neste sentido, fêz a nossa Delegação, visto dela não haver relatório, e não se encontrar aqui — o que é lamentável e chega a ser vergonhoso para o Parlamento — quem a represente.

Estabeleceu-se no n.º 12 do Anexo II do art. 244.º

que a Alemanha emitirá imediatamente 20 biliões de marcos ouro, pagáveis até ao 1.º de Maio de 1921 o mais tardar, sem juros, e 40 biliões de marcos ouro, vencendo juro de 2 ½ por cento, entre 1921 e 1926 e depois um juro de 5 por cento e uma taxa para amortização.

¿Recebemos já alguns dêstes bilhetes, que, por certo, a Alemanha já entregou à Comissão de Reparações?

E aqui vem dizer que não estamos representados na Comissão de Reparações, tratados a êste respeito como qualquer Libéria, só ouvidos quando dos nossos particularíssimos interêsses se tratar, mas ouvidos sem o direito de voto. Não estamos nem viremos a estar, a-pesar da ratificação que vamos dar ao Tratado, com extremos de urgência.

Conforme se dispõe no Anexo V do art. 244.º, a Alemanha terá de fornecer à França uns tantos milhões de toneladas de carvão durante um certo número de anos, e o mesmo com relação à Bélgica.

Acho bem.

As minas de carvão, tanto na França como na Bélgica, foram muito danificadas pelos alemãis, que delas tiraram tudo quanto puderam tirar, enquanto durou a ocupação.

Mas a Itália também é beneficiada com o carvão da Alemanha; e em relação à Itália não se pode alegar, justificando êste benefício, senão as necessidades da sua indústria.

Pregunto então, e creio que é legítimo fazer esta pregunta: ¿o carvão é um luxo em Portugal? ¿acaso não é o pão da nossa indústria, tão indispensável ao nosso trabalho como o pão é indispensável à nossa alimentação?

Deveríamos ficar garantidos, por expressa disposição do Tratado, contra a possível falta dêste combustível, e garantidos contra um exagêro tal de preço que se viesse a tornar quási impossível a sua aquisição.

Pelo menos ¿a nossa Delegação empenhou algum esfôrço para isto se conseguir?

Não o sabemos, porque dela não há relatório, nem aqui está quem possa falar em seu nome. Até o Luxemburgo foi beneficiado na distribuïção de carvão, ùnicamente por dêle ter necessidade, e não por quaisquer outras atendíveis razões.

Desejo chamar a atenção do sr. relator para o artigo 252.º, assim redigido:

As disposições precedentes não prejudicam o direito que assiste a cada uma das potências aliadas e associadas de dispor dos barcos e propriedades inimigas que se encontrarem sob a sua jurisdição no momento da entrada em vigor do presente Tratado.

Se esta disposição só vale pelo que expressa e claramente contém, eu fico tranqüilo quanto à carga dos navios ex-alemãis, que consideramos propriedade nossa, legitimamente adquirida, já sancionada essa posse por tribunais competentes.

E, a-propósito de navios ex-alemãis, já que a êles me referi, não quero dispensar-me de verberar a vergonha de ainda hoje não estar devidamente arrolada a sua carga, encontrando-se nos cais e depósitos para cima de duzentas mil caixas por abrir. Êste facto mostra a negligência, que em grande parte é incapacidade, cuja responsabilidade pelos prejuízos causados não pode, infelizmente, tornar-se efectiva.

Muito seria para desejar que figurasse no Tratado, em relação a nós, uma disposição idêntica à do artigo 260.º, pela qual a Alemanha se obriga a adquirir a propriedade e os direitos dos seus naturais nos caminhos de ferro da Rússia, China, Austria, etc., transferindo-os para a Comissão de Reparações.

Possuem alguns alemãis consideráveis interêsses na Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, e aí podíamos nós ter uma compensação, embora pequena,

dos sacrifícios que a guerra nos impôs, e que talvez a Alemanha deixe sem compensação. Eu bem sei que há, no Tratado, as compensações imediatas ou próximas, e as compensações futuras. Mas ¿alguém acredita que haja compensações de qualquer natureza para quem se deixar para o fim?

Desejo que o sr. Ministro ou o sr. relator me diga se o tribunal mixto, de que trata o art. 304.º, é obrigatório ou é facultativo. Suponho que é obrigatório para a Alemanha, mas facultativo para as potências aliadas e associadas. Faço esta pregunta porque já ouvi dizer que foi nomeado um juiz por banda de Portugal para fazer parte dêsse tribunal, de cuja criação ainda não foi dado conhecimento ao Congresso.»

VIOLÊNCIAS E PUERILIDADES

«O Tratado é violento em muitas das suas disposições; em algumas delas chega a ser duma ingenuidade pueril. Não é uma obra de justiça; não é, sequer, uma obra de eqüidade. Não liquida satisfatòriamente os erros do passado, e não garante, eficazmente, a paz no futuro.

Muito pelo contrário.

Dentro dêle, em muitas das suas estipulações, encontram-se os gérmenes de novas guerras, de tremendas lutas. Oxalá me engane; mas estou convencido de que o Tratado, longe de fechar um ciclo de brutalidades guerreiras, alarga o período dentro do qual os conflitos internacionais se hão-de resolver pela fôrça.

É ver como já se degladiam, no terreno dos interêsses, cada qual pretendendo sobrepor os seus aos de todos os outros, os que ontem estavam intimamente ligados na luta contra a Alemanha. Na base de todos os conflitos guerreiros há sempre um interêsse ferido.

Não quero alongar-me, fazendo as considerações que

o Tratado sugere, como sendo uma regra de direito a observar no futuro. Direi apenas que enferma dêste êrro tremendo — êrro grosseiro, se considerarmos que nêle colaboraram homens de superior talento — dar a impressão de que na concorrência das Nações não faria falta um povo de 70 milhões de trabalhadores.

Estava muito bem que se anulasse a Alemanha militarista, que se reduzisse a condições de não mais pensar em impor ao Mundo a sua hegemonia de nação guerreira. Mas havia que considerar que a Alemanha não é apenas uma caserna, mas também uma escola; não é apenas um quartel, mas também uma oficina.

Não acredito na Sociedade das Nações, a não ser como expressão dum pensamento generoso, e prevejo que uma nova guerra terá lugar, dentro de poucos anos, se uma revisão honesta do Tratado não vier realizar a obra justa que o inspirou, mas que êle não traduz.

Terminando, preguntarei ao sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros se considera caduca, pelo facto da ratificação do Tratado, a nossa aliança com a Inglaterra, e se entende que podemos adormecer tranqüilos, sôbre o travesseiro que nos oferece o Pacto das Nações, sem receio pelo futuro. Por mim direi que a nossa segurança só devemos confiá-la ao nosso próprio esfôrço e ao sistema de alianças em que entremos, mantendo-se a que já tínhamos.

À Câmara peço desculpa do tempo que lhe roubei, o que só é desculpável pelo honesto propósito que ditou as considerações que fiz.»

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

NOTA FINAL

As atitudes e opiniões do Dr. Brito Camacho, que primavam pela clareza, nunca careceram de explicação — mormente da explicação dum estranho, por mais amigo que fôsse do ilustre extinto — para serem devidamente interpretadas.

Homem que sempre teve apurado culto da honra e da inteligência, os seus actos inspiravam-se nestes princípios e explicavam-se por si próprios. Essas altas qualidades justificam, ainda, o prestígio, a espécie de fascinação espiritual que êle exerceu, despreocupadamente, até à morte, e já afastado da política partidária, sôbre um grupo de amigos que se honravam com o seu convívio, grupo numeroso, onde havia indivíduos de mentalidade superior.

Pensando assim, não me poderia passar pela ideia o propósito de vir explicar um livro escrito pelo Dr. Brito Camacho. Nunca poderia perdoar a mim próprio a ridícula pretensão de escrever prefácio para qualquer livro dêsse homem, que foi um dos maiores jornalistas portugueses. Por isso mesmo, estas palavras, que con-

siderei indispensáveis, se apresentam como simples Nota final, *a fechar o volume.*

É que, pertencendo-me, por disposição testamentária — delicada e amiga lembrança do falecido Dr. Brito Camacho — a propriedade e organização dos seus livros a publicar, desejo afastar qualquer sombra de especulação política a-propósito dêste livro Portugal na Guerra, *obra de indispensável e notável documentação, que não deve ser considerada como ataque a situações que desapareceram ou se modificaram profundamente. Mas, entenda-se bem, estas palavras não pretendem explicar o livro; apenas visam a esclarecer os leitores sôbre a oportunidade da sua publicação.*

* * *

Êste livro tinha de ser lançado agora, por diversos motivos, que merecem ponderação. Em primeiro lugar, porque das disposições testamentárias do Dr. Brito Camacho ressalta claramente o desejo de serem publi-

cadas as obras que tinha em preparação; depois, porque, iniciada a impressão da sua obra póstuma, naturalmente, o primeiro livro deveria ser aquele que lhe mereceu maior interêsse e cuja publicação mais duma vez anunciou com título igual ao que aparece agora: Portugal na Guerra.

Acresce outra circunstância importante. É que tratando-se dum livro sôbre a situação do nosso país ante a última guerra, e dando-se o caso de pairar sôbre o mundo a ameaça doutro conflito europeu, o adiamento da sua publicação privaria o público interessado das oportunas lições que êle contém. Mais ainda: na hipótese de nova guerra, êsse adiamento poderia prejudicar, no futuro, a sua oportunidade — tanto mais que se trata de factos sôbre os quais passaram cêrca de vinte anos.

Finalmente: a publicação do livro impõe-se, porque é o notável depoimento dum espírito superior que, pela sua alta posição política, tomou parte nos acontecimentos que respeitam à intervenção de Portugal na guerra;

e as suas páginas constituem documentação imprescindível para o juizo da História.

Pode discutir-se todo êste livro e discordar-se de algumas das suas afirmações; mas não se lhe pode negar importância. Além dos seus valiosos ensinamentos, que revelam o ilustre autor como um dos jornalistas e politicos portugueses melhor informados acérca da politica militar da Europa, o presente volume é a justificação, o desabafo dum homem honrado, que se julgou atingido na sua dignidade politica pelos ataques recebidos, devidos às opiniões que opunha aos seus adversários e à maneira como entendeu servir o país durante o período difícil do último conflito europeu.

Para qualquer homem de bem, o Dr. Brito Camacho foi, sempre, um político que poderia ter errado — como erram todos os homens — mas que nunca se afastou dos preceitos da honra. Todavia, nos ardores da luta não faltaram insinuações alvejando o seu carácter, e quási se afirmou que êle contrariara a intervenção de Portugal na guerra, por conveniências da sua

política partidária, e que a sua atitude era contrária aos interêsses dos aliados e de Portugal.

Essa apreciação injusta é completamente destruída neste livro, onde fica historiada, com a maior clareza, a sua posição e a do seu Partido. E tal aspecto moral não é o menos respeitável desta obra.

Quem a ler ficará sabendo que, desde o primeiro momento, no início do conflito, em 1914, logo o Dr. Brito Camacho encetou a mais entusiástica propaganda a favor dos aliados, documentada no seu jornal a Luta, *e que na mesma fé se manteve nos momentos em que os alemães pareciam vencedores, desejando e prevendo sempre, até final da guerra, sem um desfalecimento, a derrota da Alemanha.*

Sim, o Dr. Brito Camacho esteve sempre ao lado dos aliados, e mais duma vez fulminou, com a sua pena, o espírito germanófilo que, uma vez ou outra, borbulhava no país. Aceitou e aprovou os princípios da intervenção de Portugal na guerra, conforme a resolução do Parlamento, em sessão de 7 de Agôsto de 1914,

sem esquecer os recursos financeiros do país, que não comportavam grandes entusiasmos guerreiros, mas sempre fiel ao espírito e obrigações da aliança anglo-portuguesa, que desejava ver interpretada com rigor, em pleno acôrdo com as solicitações da Inglaterra.

Aprovava a intervenção de Portugal no conflito, quando a solicitação inglêsa ou o cumprimento do dever nacional a determinassem; mas as suas responsabilidades de homem de Estado não lhe permitiam o menor alheamento da deficiente defesa militar das colónias, onde também havia o perigo alemão, nem o poupavam a legítimas apreensões sôbre a preparação do exército, indispensável para que a sua intervenção resultasse útil na guerra da Europa. Nem um instante duvidara do valor dos soldados portugueses, mas, como conhecia a organização e apetrechamento do exército, entendia que era necessário alguma coisa mais do que o seu tradicional heroísmo. E pela leitura atenta dêste livro conclue-se que, se fôssem ouvidas as suas opiniões e conselhos, não se teriam registado algumas lamentá-

veis ocorrências nas campanhas de África, e talvez não se houvesse suportado o desastre de 9 de Abril.

Um homem como o Dr. Brito Camacho nunca poderia ser acusado de derrotista. Nem a sua formação democrática, nem as suas aspirações políticas se podiam conformar com qualquer atitude de Portugal que não fôsse nìtidamente favorável aos aliados. Simplesmente, pretendia que se agisse em conformidade com os Tratados *e as possibilidades do país.* Tudo que a Inglaterra pedisse, mas nada de oferecermos o que dificilmente poderíamos dar — sempre ao lado da Inglaterra, mas de acôrdo com a sua solicitação — *eram estas as suas opiniões.*

Tem-se criticado o Dr. Brito Camacho precisamente por essa sua obstinação, porque — dizem — todo o interêsse do país estava em conduzir-se uma política hábil que levasse a Inglaterra a solicitar a cooperação de Portugal, mas duma maneira categórica, que a ela parecia não interessar... ¿Estaria, então, em êrro o Dr. Brito Camacho, embora de boa fé? Admitamos êsse

êrro. Mas ¿ como foi possível que alguém, com a devida autoridade e competência, não lhe explicasse a transcendência dêsse aspecto da questão? Pois ¿ seria difícil convencer, com argumentos leais e insofismáveis informações, um homem de tão lúcida inteligência, que até à morte amou, apaixonadamente, a República e o País?

Tais são os temas que êste livro vem apresentar, onde ressalta o perfil moral do jornalista vigoroso, que nunca enlameou a sua pena no interêsse vil ou nas adulações grosseiras, e que queimou a actividade duma vida inteira na defesa dos seus generosos ideais.

Mas ¿ é só isto o livro? Não. Êle também nos mostra o político que soube estudar o conflito europeu em todos os seus aspectos, acompanhando as fases da guerra com notáveis comentários, mostrando-se bem informado, como o demonstram as suas exactas previsões, sempre exultando com a derrota dos alemães e o triunfo dos aliados, e logo descortinando, através das deficiências do Tratado da Paz, *o panorama de inquie-*

tações políticas e económicas que hoje atormentam o mundo.

* * *

É fácil de compreender que não devia protelar-se a publicação deste livro. Mais do que qualquer outro, êle interessava ao autor e interessará ao seu público.

E' certo que nas páginas desta obra se sente, por vezes, a crítica violenta, a réplica acerada, o vigor combativo, que o Dr. Brito Camacho entendeu opor a adversários de momento, de cujos processos discordava, e que o atacavam com igual rudeza. Mas todo êsse fragor combativo pertence a uma época extinta e entrou no domínio da História. Vinte anos decorridos chegam para apagar o fogo dessas paixões políticas. Se alguns factos desagradáveis se registam neste livro, êles ressurgem mais como documentário, em que há o sabor das Memórias, *do que como intuito de retaliações ou ataques. De resto, algumas das afirmações contidas neste volume já foram publicadas na imprensa, em devido tempo, tendo dado ensejo à réplica dos atingidos.*

Quem conheceu e ouviu o Dr. Brito Camacho, sabe, perfeitamente, que a sua sensibilidade não era de molde a fazer-lhe esquecer injustiças ou agravos que lhe derigissem; mas também sabe que o seu amor à República era tão grande que só por êle seria capaz de adiar os seus pleitos, adormecer as suas razões. Por maior que fôsse a sua intransigência, não podia ser indiferente aos infortúnios, às humilhações, às adversidades do exílio, a tôda a espécie de injustiças sofridas por homens que, embora adversários em alguns momentos, haviam sido seus companheiros na fundação do regime e, através de todos os revezes, se mantinham fiéis à República.

Mais do que isto: se me fôsse permitido, eu invocaria o testemunho dalgumas pessoas, e entre estas um ilustre advogado, as quais sabem, perfeitamente, que nos últimos dias de vida do Dr. Brito Camacho alguns dos mais categorizados chefes republicanos, seus antigos adversários, se mostraram preocupados com a saúde do ilustre extinto, sentindo profundamente a sua morte.

Essas pessoas, que eram republicanos categorizados, amigos do Dr. Brito Camacho e de diversos políticos eminentes, ausentes do país, procuravam reconciliar todos estes chefes, no intuito de prepararem melhores dias ao futuro do regime e do país, pondo têrmo a antigas lutas partidárias. Pode afirmar-se que essa ideia pacificadora encontrara o melhor acolhimento naqueles dirigentes republicanos, inclusive no Dr. Brito Camacho, que continuava colocando no primeiro plano das suas razões os interêsses e prestígio da República.

Cortou a morte o fio dessas negociações, que — qualquer que fôsse o seu destino — deveriam ter dado ao Dr. Brito Camacho uma impressão agradável.

Isto só quere dizer que, nos últimos momentos da sua vida, possivelmente, o Dr. Brito Camacho teria, acêrca de alguns dos seus antigos adversários, uma opinião conciliadora.

Por mim, devo afirmar que ao reünir os papéis escritos que o Dr. Brito Camacho deixou para êste livro, não os compilei como se fôssem elementos de combate, mas

como capítulos de memórias que pertencem a uma época distante, como documentos indispensáveis à História, e sempre fiel ao pensamento do austero jornalista, cujo carácter admirei, e que tanto me honrou com a sua generosa amizade, bem presente nesta delicada missão.

Diz-me a Consciência que procurei cumprir o meu dever.

Julião Quintinha.

Janeiro — 1936.

ÍNDICE

	Pág.
Advertência	5
Prefácio	9
O desenrolar do conflito	19
Os tratados	57
A atitude de Portugal	85
As lições da guerra	195
Sensacional artigo do *Times*	215
Portugal na guerra	233
Aspectos da guerra	277
Responsabilidades	301
O Tratado da Paz	309
Nota final	331

OBRAS DO AUTOR

Herança morbida (esgotado)
A propaganda (esgotado)
Dois crimes (esgotado)
Impressões de viagem (esgotado)
Nas horas calmas (esgotado)
Ao de leve (esgotado)
Pretos e brancos (esgotado)
Por ahi fóra (2.ª edição)
Longe de vista (2.ª edição)
D. Carlos intimo (2.ª edição)
Gente rustica (2.ª edição)
Os amores de Latino Coelho
A Caminho d'Africa
Terras de lendas
Quadros alentejanos
Jornadas
Contos ligeiros
Gente vária
Contos e sátiras
Cenas da vida
Gente Boér
Pó da estrada
Lourdes
A questão romana
Por cerros e vales
Ferroadas
A reacção
A linda Emilia
Moçambique
De bom humor
Matéria vaga
Contos selvagens
Portugal na guerra

A publicar:

O livro branco